

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE DOUTORADO**

**GABRIELA TEIXEIRA GOMES**

**A EDUCAÇÃO AFRO-PELOTENSE NO JORNAL *A ALVORADA*:  
UMA ANÁLISE SOBRE A CAMPANHA PRÓ-EDUCAÇÃO  
(1933-1935)**

**SÃO LEOPOLDO  
2021**

GABRIELA TEIXEIRA GOMES

A EDUCAÇÃO AFRO-PELOTENSE NO JORNAL *A ALVORADA*: UMA  
ANÁLISE SOBRE A CAMPANHA PRÓ-EDUCAÇÃO (1933-1935).

Tese apresentada como requisito  
para a obtenção do título de Doutora  
em Educação, pelo Programa de  
Pós-Graduação em Educação,  
Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos – UNISINOS

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Isabel Aparecida Bilhão

São Leopoldo  
2021

G633e Gomes, Gabriela Teixeira.

A educação afro-pelotense no jornal A Alvorada: uma análise sobre a Campanha Pró-Educação (1933-1935) / Gabriela Teixeira Gomes. – 2021.

187 f.: il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Isabel Aparecida Bilhão.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

BANCA EXAMINADORA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wilma de Nazaré Baia Coelho – UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmem G. Burgert Schiavon - FURG

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciane Sgarbi S. Grazziotin – UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane Klauss – UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Aparecida Bilhão – UNISINOS  
(orientadora)

---

## DEDICATÓRIA

*À minha avó Maria e meu avô Francisco, por me ensinarem o valor do amor, da humildade e da luta por um mundo melhor.*

*Ao seu Cláudio, por sua amizade. Por ter sido um cacique e pai de santo acolhedor e respeitoso, que me ensinou por meio da caridade, fé, justiça e alegria o amor e respeito aos Orixás.*

## AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa etapa é a realização de um sonho que há muito tempo tenho lutado para realizar e que, hoje, se constitui como uma realidade. Uma realidade que teve a contribuição de outras pessoas e por isso deixo aqui registrado meu singelo agradecimento a todas e a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada.

À grande Mãe Iansã, orixá que me acompanha e me guia, gratidão pelos ventos soprados, pelas batalhas vencidas e pelos aprendizados. Aos orixás, guias espirituais e o templo Reino de Ogum e Cacique Treme Terra por ser meio esteio e renovarem a cada dia a minha fé em um mundo melhor.

Aos grandes amores da minha vida, meus avós Maria e Francisco, pelo amor, incentivo, solidariedade e apoio incondicional.

Ao meu pai José Francisco pelos gestos de carinho, puxões de orelha, palavras de incentivo e por ser sempre meu eterno conselheiro e amigo.

À minha mãe Adriane por me ensinar e me educar a sua maneira, a fim de que eu me tornasse uma mulher forte.

Aos meus irmãos André e Eduardo e minha irmã Fernanda, que constroem comigo diariamente laços de amor e cumplicidade, meu agradecimento pelo incentivo e força ao longo desses anos. À Letícia e ao Jefferson pelo incentivo e inúmeros compartilhamentos ao longo desse caminho.

Ao Júlio, grande incentivador deste sonho, pelos compartilhamentos e aprendizados ao longo do caminho e por acreditar que a educação é uma via de justiça social e de transformação dos seres humanos.

À família Madeira, em especial, ao seu Manoel, a dona Cristina e ao Guilherme, por sempre me acompanharem, me acolherem e me incentivarem em busca deste sonho.

À dinda Karina agradeço pelos conselhos, pela amizade verdadeira, pelos puxões de orelha e pelas conversas que sempre me fazem crescer.

À Vanessa, minha irmã e amiga de todas as horas, que inúmeras vezes me empurrou para frente, me deu colo e incentivou este sonho e tantos outros, obrigada por tudo. Às minhas afilhadas, Liriel e Isabele, que fortalecem o meu eu criança e que me fazem acreditar em um mundo melhor.

Ao Eduardo pelo acolhimento carinhoso demonstrado em cada gesto, sorriso de incentivo e palavras de apoio.

À dinda Marizete, às tias Inês, Conceição e Deolinda, dindo Jair, obrigada pela torcida.

Às amigas Bruna, Camila, Carol, Taci obrigada por serem exatamente como são, pelos estímulos, encorajamento e por acreditarem na educação e na potencialidade de sermos quem somos.

À amiga Débora pelas longas conversas, conselhos, incentivo e acolhimento.

À Professora Isabel que ao longo desses quatro anos me orientou de forma colaborativa, responsável e acolhedora, contribuindo de forma criteriosa para o desenvolvimento desta pesquisa e para o meu amadurecimento enquanto professora e pesquisadora.

Às (aos) colegas/amigas (os) que fiz na Escola Estadual de Ensino Médio Colônia de Pescadores Z-3, em especial à Teresinha, Carina, Eliézer, Sheila, Jefferson e Vanderley que acompanharam minha caminhada e torceram por mim.

Aos colegas/amigos que fiz na Unisinos, em especial o Léo, Agnes, Cátia, Rosane, Lisi, Jô, Camile, Sandra, Eduardo e Cláudio.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação pelos ensinamentos, trocas, discussões e acolhimento ao longo dessa jornada. Em especial às professoras Luciane Grazziotin, Viviane Klauss e Danilo Streck que compuseram a minha banca em diferentes momentos.

À Loi e à Gabi, bem como demais colaboradoras da Secretaria do PPGEduc, pelo constante auxílio, vocês foram incansáveis. Às servidoras e servidores que trabalham na Unisinos e que fazem dela um espaço acolhedor e uma instituição de excelência.

Ao Professor Paulo Pezat, que me acompanha desde a graduação, por se dispor a contribuir de forma atenciosa com a minha trajetória acadêmica, pelas indicações de leitura e pelo incentivo.

À equipe de servidoras e servidores da Biblioteca Pública Pelotense, pela disposição e colaboração durante o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço à Professora Carmem Schiavon, que me acompanha desde o mestrado, por fazer parte dessa caminhada, pelo incentivo e pelas contribuições elucidativas para esta pesquisa.

À Professora Wilma Nazaré Coelho, agradeço pela disponibilidade de contribuir com esta pesquisa e compor a banca de defesa.

À CAPES pelo financiamento do curso de Doutorado em Educação, por meio da bolsa de pesquisa CAPES/PROEX.

## RESUMO

A Tese tem como tema a Campanha Pró-Educação veiculada no periódico *A Alvorada*, jornal da imprensa negra da cidade de Pelotas/RS, no período de 1933 a 1935. Visou-se a responder, com base na noção de tática de Michel de Certeau, os seguintes questionamentos: Quais são as concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação? Como elas se relacionam com as vivências da população negra pelotense no período? Quais demandas para a Educação foram mobilizadas? Quais seriam suas possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades em relação ao contexto educacional da época? A investigação amparou-se na análise dos artigos veiculados pela referida Campanha, tendo como metodologia a análise documental, com base em Jacques Le Goff, André Cellard e em Tânia de Luca, sobre o uso de jornais como fonte. As conclusões permitem afirmar que a Campanha apresentou quatro concepções de educação: instrução, alfabetização, escolarização e moralização, entendidas também como demandas, pois seus articulistas buscavam o combate ao analfabetismo, a mobilização em prol da instrução e do acesso e expansão da escolarização, e a educação moral da população negra da cidade. A tese defendida é a de que a Campanha Pró-Educação pode ser pensada como tática, na acepção de Certeau, uma vez que ela buscou, por meio do acesso à educação, a ampliação dos espaços de participação social, econômica e política dos afro-pelotenses. Assim como demandou o reconhecimento da contribuição histórica e dos direitos de cidadania dessa população, em uma sociedade fortemente marcada por estratégias que legitimavam o racismo e a exclusão social.

Palavras-Chave: Imprensa Negra. Jornal A Alvorada. Campanha Pró-Educação.



## ABSTRACT

The thesis has as its theme the Pro-Education Campaign published in the journal *A Alvorada*, newspaper of the black press of the city of Pelotas / RS, in the period from 1933 to 1935. The following questions were aimed at answering, based on Michel de Certeau's notion of tactics: What are the conceptions of Education present in the Pro-Education Campaign? How do they relate to the experiences of the pelotense black population in the period? What demands for education have been mobilized? What would be your possible motivations, tensions and weaknesses in relation to the educational context of the time? The investigation was based on the analysis of the articles published by the aforementioned Campaign, based on documentary analysis, based on Jacques Le Goff, André Cellard and Tania de Luca, on the use of newspapers as a source. The conclusions allow us to affirm that the Campaign presented four conceptions of education: education, literacy, schooling, and moralization, also understood as demands, because its writers wanted to combat illiteracy, mobilization for education and access and expansion of schooling, and moral education of the black population of the city. The thesis defended is that the Pro-Education Campaign can be thought of as a tactic, in Certeau's meaning, since it sought, through access to education, the expansion of the spaces of social, economic and political participation of Afro-Pelotenses. Just as it called for the recognition of the historical contribution and citizenship rights of this population, in a society strongly marked by strategies that legitimized racism and social exclusion.

Keywords: Black Press. *A Alvorada* newspaper. Pró- Educação Campaign.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Capa da edição de 18 de abril de 1933 do jornal *A Alvorada* .....115

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Mapeamento de Artigos da Campanha Pró-Educação (1933-1935) a serem analisados .....	45
Quadro 2- População do Rio Grande do Sul (1780-1814) .....	87
Quadro 3- Clubes Sociais Negros de maior longevidade e expressiva atuação em Pelotas-RS .....	97
Quadro 4 - Associações e entidades negras em Pelotas-RS .....	97

## **LISTA DE SIGLAS**

ABE- Associação Brasileira de Educação

ANPED- Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação

BPP- Biblioteca Pública Pelotense

FNB- Frente Negra Brasileira

FNP- Frente Negra Pelotense

FURG- Universidade Federal do Rio Grande

IBCT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

PPG- Programa de Pós- Graduação

PUC- RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC- SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RS- Rio Grande do Sul

TEN- Teatro Experimental do Negro

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UFC- Universidade Federal do Ceará

UFPA- Universidade Federal do Pará

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UFPEL- Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIFESP- Universidade Federal de São Paulo

UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

UNISINOS- Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP- Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. TRILHANDO CAMINHOS: PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
2.1 Compreendendo o campo temático: revisão da produção .....	20
2.2 A construção do percurso teórico e metodológico.....	37
2.3 O campo empírico: O Jornal <i>A Alvorada</i> e a Campanha Pró-Educação (1933-1935) .....	48
<b>3. INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E IMPRENSA NEGRA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX .....</b>	<b>56</b>
3.1 O cenário educacional da Primeira República à Era Vargas .....	57
3.2. Contextualizando a história da Educação da população negra nas três primeiras décadas do século XX .....	70
3.3 Cruzando Histórias: A organização e Educação do povo negro no Rio Grande do Sul e em Pelotas .....	86
3.3.1 A organização e Educação do povo negro no Rio Grande do Sul .....	86
3.3.2 O contexto da Educação e organização da comunidade negra em Pelotas-RS .....	94
3.4 A Imprensa Negra brasileira e a Educação .....	105
3.4. 1 Os jornais da Imprensa Negra brasileira e a questão da Educação .....	105
3.4.2 O jornal <i>A Alvorada</i> e a Educação .....	114
<b>4. EDUCAÍ-VOS! CAMPANHA PRÓ-EDUCAÇÃO (1933-1935) .....</b>	<b>120</b>
4.1 Nas páginas do jornal <i>A Alvorada</i> : As concepções de Educação presentes na Campanha Pró- Educação (1933-1935) .....	121
4.2 Em nome da Educação do povo negro pelotense: A Campanha Pró-Educação e suas motivações, tensionamentos e fragilidades .....	154
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>166</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>174</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A trajetória de vida de mulheres e homens é permeada de diferentes entrelaçamentos de escolhas e caminhos que vão sendo tecidos e trilhados ao longo de suas existências. É nesse universo múltiplo de lutas, oportunidades e desafios que venho me constituindo enquanto pesquisadora e professora de História. Essa construção é um constante processo de fazer, desfazer e refazer, que tem muitos pontos de partida e chegada, e, por isso, acredito que a “Educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele” (ARENDDT, 2005. p.35). Assim, ter a Educação como bandeira de luta e como instrumento de transformação é um ato político, social, acadêmico, existencial e ideológico.

A minha Educação escolar iniciou em 1996, quando ingressei na pré-escola, no Colégio Estadual Félix da Cunha (Pelotas-RS), espaço de muitas vivências e experiências e pelo qual nutro um apreço muito especial. Nessa instituição, permaneci até a conclusão do Ensino Médio em 2007. Foi entre os questionamentos nas aulas de História, a curiosidade estimulada pelas memórias contadas pelos meus avós, os livros de literatura que sempre me acompanharam e a inconformidade com as desigualdades, que nasceu o amor pela docência. Em 2008, ingressei no curso de Graduação em Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Pelotas.

Ao longo da realização da Graduação, as discussões em torno das áreas da História da África e do Ensino de História aguçaram minhas inquietudes e questionamentos. De tal forma que, em 2011, no 8º semestre do curso, iniciei a leitura da obra *“Resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663”* que auxiliou na seleção do tema de investigação do TCC, cuja temática foi a expansão marítima portuguesa e o tráfico de escravos na região da bacia do Rio Congo entre os séculos XV e XVII, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat. Paralelamente à realização da Graduação, trabalhava nos turnos da manhã e da tarde em empregos diferentes, pela manhã atuava como docente de História numa escola assistencial, e a tarde como visitadora do programa Primeira Infância Melhor no município de Pelotas-RS.

No ano de 2012, obtive aprovação no concurso público para o ingresso no Magistério Estadual do RS, sendo nomeada em 2013, para o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, localizado no município de Arroio Grande- RS. A escola é formada por estudantes de diferentes localidades de Arroio Grande e atende

o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico<sup>1</sup>. Ao longo do ano de 2013 e primeiro semestre de 2014 – tempo em que permaneci na instituição – desenvolvi e participei de alguns projetos com o intuito de problematizar e conhecer os processos históricos protagonizados e vivenciados pela população africana e afrodescendente. Ao iniciar as atividades docentes nessa escola, percebi a pertinência de reorganizar os conteúdos a serem desenvolvidos, haja vista que os planos que me foram repassados pela coordenação pedagógica, tinham, majoritariamente, conteúdos centrados na História europeia.

Com o tempo, percebi a necessidade de abordar temas como o racismo e a discriminação racial, pois em diferentes situações presenciei tensionamentos e enfrentamentos provocados pelo desconhecimento da História e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras, bem como pela falta de diálogo mais profundo sobre a Educação para as relações étnico-raciais. A comunidade escolar em geral demonstrou estar disposta a tratar de tais temáticas, mas sempre houve resistência por parte de algumas/alguns docentes, devido à concepção de considerar que a problematização desses tensionamentos não é tarefa dos espaços escolares.

Nessa esteira, dois projetos foram construídos e desenvolvidos em turmas no Ensino Fundamental e Médio. O projeto “Mãe África” foi planejado para turmas do 7º e 8º anos, focou no estudo e pesquisa sobre a História do Continente Africano. As etapas do projeto foram apresentadas através de seminários organizados pelas/os estudantes, vídeos e jornais. O projeto “De frente com o racismo” foi pensado para as turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, as atividades planejadas tiveram como enfoque o enfrentamento da discriminação racial e do racismo bem como a conscientização de educandas e educandos no âmbito educacional. Conforme Nilma Lino Gomes (2012), a “discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam” (GOMES, 2005, p. 55). Diante dessa concepção, no ano de 2014, participei do processo seletivo do curso de Mestrado Profissional em História do PPGH da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A pretensão inicial era investigar as práticas educativas de professoras e professores de História que estivessem voltadas para o trabalho com a Lei 10.639/03.

---

<sup>1</sup>Recentemente, a escola abriu turmas para o curso de Magistério.

Com a mudança de município – solicitei transferência para Pelotas/RS, para poder cursar o Mestrado – foi necessária uma série de ajustes no projeto que levaram à mudança do problema de pesquisa. Por fim, a Dissertação analisou o processo de implementação da Lei 10.639/03 através do projeto “Música Afro na Escola”, realizado com turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Santo Antônio (Pelotas-RS)<sup>2</sup>. A conclusão do curso de Mestrado ocorreu em julho de 2016, com a defesa da Dissertação intitulada “*De ato em ato se constrói a prática: O projeto “Música Afro na Escola” como instrumento de implementação da Lei 10.639/03 na Escola Estadual de Ensino Fundamental Santo Antônio - Pelotas/RS*”, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmem Burgert Schiavon. No momento da defesa final, a banca participante sugeriu que aprofundasse o estudo da temática, ampliando o campo.

O entendimento de que a docência deve contemplar a *práxis* e a formação continuada, da pertinência da produção do conhecimento sobre temáticas como a Educação para as relações étnico-raciais, bem como as vivências na Educação básica foram estimulantes para construir um plano de estudos para o processo seletivo do curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, o qual iniciei em 2017. Simultaneamente à participação como aluna do curso de Doutorado em Educação, permaneci atuando como docente em duas escolas da rede pública estadual de Educação no RS, no município de Pelotas.<sup>3</sup>

Como em todo processo de construção, os assuntos de pesquisa foram sendo modificados. Mapeei estudos centrados nas temáticas da Educação para as relações étnico-raciais e na Educação da população negra brasileira, aprofundando as leituras que colaboraram para a compreensão desses temas, as tendências, os avanços e discussões que vêm se constituindo e que caracterizam o campo no qual a minha pesquisa se insere.

Nessa esteira, estudos realizados por Petrônio Domingues e José Antônio dos Santos apontaram que a Imprensa Negra desde o pós-abolição se constituiu como instrumento de luta e mobilização da população negra brasileira, assim como um espaço

---

<sup>2</sup> Lecionei nessa instituição de maio de 2014 (quando obtive a transferência do município de Arroio Grande para Pelotas/RS) até março de 2019 (quando solicitei transferência para outra instituição).

<sup>3</sup> Uma das instituições escolares é a Escola Estadual de Ensino Médio Colônia de Pescadores Z 3 onde faço parte do corpo docente desde 2014, isto é, desde que iniciou suas atividades como escola. Na Escola Estadual de Ensino Fundamental Santo Antônio, permaneci de 2014 até 2019, momento em que pedi transferência para o Colégio Estadual Cassiano do Nascimento. Além das duas escolas referidas também atuei como docente na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Amílcar Gigante.



de denúncia da exclusão racial, divulgação de suas demandas, entre elas a Educação. As pesquisas acerca da Educação da população negra e seus diferentes aspectos foram ampliadas nas últimas duas décadas. No entanto, mesmo com esse crescimento, ainda são limitados no campo da Educação.

A partir da leitura de um desses estudos, identifiquei a existência de uma campanha em favor da Educação, desenvolvida entre os anos de 1933 e 1935, pela Imprensa Negra pelotense, mais especificamente pelo jornal *A Alvorada* que foi um dos representantes da Imprensa Negra no RS. O jornal *A Alvorada* surgiu em 1907 pela articulação de intelectuais e operários negros pelotenses como Durval Moreira Penny, Juvenal Moreira Penny, Rodolpho Ignácio Xavier e Antônio Baobad. Em meados da década de 1940, o jornal *A Alvorada* foi vendido e passou a ser liderado por Rubens Lima, Carlos Torres e Armando Vargas (PERES, 2002). O periódico manteve-se em funcionamento, com alguns períodos de interrupção, por quase 60 anos e encerrou suas atividades em 1965, sendo considerado um dos jornais da Imprensa Negra brasileira de maior longevidade.

Após uma análise inicial verifiquei a disponibilidade de acesso as 87 edições do jornal *A Alvorada* que tratavam da campanha educacional, constatando-se, portanto, as viabilidades do campo empírico. Assim, a Campanha Pró-Educação (1933-1935) passou a ser a temática investigada nessa Tese.<sup>4</sup>

Essa investigação coaduna-se tanto com a minha trajetória quanto com os estudos desenvolvidos na Linha de Pesquisa III do PPG em Educação da Unisinos, que tem como foco as relações entre Educação, desenvolvimento e tecnologias no âmbito de processos educacionais escolares e não escolares em perspectiva política, sócio-histórica, cultural e técnica. O desenvolvimento dessa investigação nesse PPG e nessa LP justificou-se ainda pela compreensão de que o estudo dos fenômenos ligados à Educação da população negra brasileira deve observar as dimensões micro e macro analíticas e as interfaces econômicas, políticas e culturais dos processos analisados. Essa opção possibilitou pensar, em perspectiva histórica, as vivências, tensões e contradições dos indivíduos e dos grupos sociais a partir de suas múltiplas interações e condições de existência e das distintas correlações de forças em que estão envolvidos.

A abordagem dessa pesquisa procurou se aproximar de uma vertente da historiografia da Educação brasileira que vem construindo outras óticas e novas

---

<sup>4</sup> As edições encontram-se no arquivo da Biblioteca Pública Pelotense.

interpretações no que tange à produção do conhecimento acerca da população negra. Desse modo, sigo a linha de pensamento de Marcus Vinícius Fonseca (2002) quando escreve que:

É preciso uma avaliação mais segura sobre o papel que os aspectos raciais desempenharam no processo educacional e social do Brasil, para que possamos dimensionar a importância desse tema na historiografia e a forma mais coerente de integrá-la à história da Educação (FONSECA, 2002, p. 85).

Ademais, este estudo pretende contribuir com o crescimento progressivo de pesquisas com esse viés, sendo estas, reflexos de um conjunto de fatores; entre eles, as lutas e reivindicações do Movimento Negro e a organização, ao longo do tempo, de associações, grupos e entidades que se uniram em torno de demandas dos afrodescendentes, as políticas públicas de ação afirmativa, que levaram às mudanças na legislação e estimularam o aumento do ingresso de negros e negras no Ensino Superior.

Assim, a problemática de pesquisa pautou-se nas seguintes questões: 1- Quais são as concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação (1933 a 1935) veiculadas e desenvolvidas pelo jornal *A Alvorada*? Como elas se relacionam com as vivências da população negra pelotense naquele período?; 2 - Quais ações de demandas pela Educação foram mobilizadas pela Campanha Pró-Educação? Quais seriam suas possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades e em relação ao contexto educacional do período?

O Objetivo Geral foi, com base na noção de tática, tal como apresentado por Michel de Certeau<sup>5</sup>, compreender as concepções de Educação apresentadas na Campanha Pró-Educação (1933 a 1935) veiculada e desenvolvida no contexto do jornal *A Alvorada*, buscando analisar as possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades nesse contexto.

Os objetivos específicos foram contextualizar o processo de construção da Campanha Pró-Educação e as possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades, identificar as concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação durante o período de 1933 a 1935, e relacionar as ações de demandas por Educação mobilizadas na Campanha Pró-Educação às vivências da população negra pelotense do período.

A produção e análise dos dados embasaram-se nos procedimentos da metodologia da análise documental.<sup>6</sup> Com base na problemática, nos objetivos traçados,

---

<sup>5</sup> Retomarei conceito de tática, com base em Certeau no tópico 2.2.

<sup>6</sup> A explicitação da metodologia ocorrerá, de forma mais adensada, no próximo capítulo.

no embasamento teórico e metodológico, bem como no campo empírico, foi possível delimitar o número de edições do jornal *A Alvorada* que constituíram o corpus documental analisado. Assim, das 93 edições que abordaram a Campanha Pró-Educação, 44 foram analisadas (formada por um total de 52 artigos), tendo como enfoque as seguintes categorias analíticas: instrução, alfabetização, escolarização e moralização. Os resultados do estudo realizado estão estruturados em três capítulos.

No capítulo 2, explicitarei os caminhos trilhados no processo de construção do percurso teórico e metodológico da pesquisa, apresentarei uma análise do campo temático que se refere a um balanço da revisão da produção acadêmica e uma caracterização do campo empírico.

No capítulo 3, procurei contextualizar a Educação da população negra no país em interface com a Imprensa Negra. Para tanto, num primeiro momento, busquei caracterizar o cenário educacional da Primeira República à Era Vargas, contextualizando posteriormente a história da Educação da população negra nas primeiras três décadas do século XX no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas e, por fim, apresentei uma caracterização do jornal *A Alvorada*, periódico veiculador da Campanha Pró-Educação.

No capítulo 4, apresentei a retomada do processo de surgimento da Campanha Pró-Educação, a análise das concepções de Educação na Campanha, bem como das possíveis ações de demandas por Educação, motivações, tensionamentos e fragilidades ocorridas naquele contexto.

## **2. TRILHANDO CAMINHOS: PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Nesse capítulo, explicito o percurso teórico e metodológico da pesquisa, apresento uma contextualização do campo temático da história da Educação da população negra no Brasil no século XX, e no último subitem realizo uma caracterização do campo empírico da pesquisa, isto é, a Campanha Pró-Educação (1933-1935).

### 2.1 Compreendendo o campo temático: revisão da produção acadêmica

Nesse tópico, pretendo circunscrever o campo temático no qual está inserida essa pesquisa e alguns aspectos que o compõem. A temática de estudo desta Tese faz parte de uma opção acadêmica voltada a temas que se tornaram emergentes após os anos 1990 e se fortaleceram nos anos 2000, constituindo uma gama de aspectos analisados no campo da História da Educação no Brasil. Assim, é compreensível que a produção acadêmica sobre a Educação dos afrodescendentes tenha se ampliado nos últimos anos. No entanto, é um fato recente na historiografia da Educação. A pertinência do tema e o aumento das investigações têm sido observados em diferentes tipos de pesquisas, em diversos níveis e modalidades de ensino (BARROS, 2016). Isso ocorre, possivelmente, devido ao ingresso de intelectuais negras e negros nos espaços acadêmicos, bem como a um conjunto de políticas públicas educacionais, legislações e ações do movimento negro brasileiro que vêm se consolidando e promovendo transformações substanciais, as quais incidem também no aumento da produção de conhecimentos acadêmicos relacionados à história e à cultura dessa parte da população.

Os avanços são frutos de tensionamentos e disputas de poder no campo político, social, econômico, intelectual, cultural e simbólico. Com o aumento da produção científica nas últimas décadas e a potencialização do acesso a essa produção, tornou-se inviável um mapeamento exaustivo da totalidade de estudos e seus resultados. Assim, a revisão de literatura aqui constituída compreende um conjunto de trabalhos selecionados a partir de critérios pré-estabelecidos e que possibilitaram observar algumas tendências, fragilidades, continuidades e discussões que vêm sendo propostas.

O levantamento dos trabalhos foi iniciado em novembro de 2017 e finalizado em maio de 2018, tendo como base de procura o Banco de Teses e Dissertações da Capes, a

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações/IBICT e o Banco de Periódicos da Capes. Para identificar a produção acadêmica foi utilizada a combinação dos descritores Educação, Imprensa Negra, jornal *A Alvorada* e Campanha Pró-Educação. As buscas resultaram num primeiro momento no mapeamento de 12 Teses: 20 Dissertações e 23 Artigos. Para refinar o levantamento de pesquisas foram empregados os seguintes critérios: espaço temporal de 2007 até 2017; análise do título; resumo; aproximação temática e palavras-chave. Aplicando os critérios de espaço temporal e análise do título foram encontradas 9 Teses, 17 Dissertações e 15 Artigos. Ao analisar o resumo, a aproximação temática e as palavras-chave foram selecionadas 2 Teses, 8 Dissertações e 5 Artigos.

Somadas a essas pesquisas, foram arrolados três livros/coletâneas que reúnem artigos e capítulos que abordam a história da Educação dos negros e negras no Brasil. As publicações que compõem os livros/coletâneas não foram analisadas na sua totalidade. Realizei uma sucinta descrição sobre as referidas obras e me detive, posteriormente, a analisar apenas os capítulos que se relacionam, diretamente, com o tema de estudo.

Ao iniciar as buscas por trabalhos e pesquisas que abordassem relacionadamente os temas Educação da população negra, Imprensa Negra e Campanha Pró-Educação, encontrei alguns estudos que foram escolhidos de acordo com os critérios já expostos. Desse modo, iniciei a análise com os livros, seguida dos artigos, das dissertações e por fim das Teses. Inicialmente, é pertinente esclarecer que os estudos sobre a primeira fase da República no Brasil (1889-1930) indicam um baixo índice de afrodescendentes nas instituições escolares. Além disso, análises realizadas em jornais desse período demonstraram que as discussões sobre a Educação da população negra eram quase inexistentes e quando ocorriam tratavam da ausência e pouca assiduidade desse grupo nos espaços educacionais (LUCINDO, 2010). Partindo dessas observações, apresento uma síntese da revisão de literatura.

A obra *A História da Educação do Negro e outras histórias*<sup>7</sup>, que compõe o sexto volume da *Coleção Educação para Todos* e foi organizada pela pesquisadora Jeruse Romão, foi financiada em âmbito federal pela Secretaria de Educação Continuada,

---

<sup>7</sup> Mesmo que o marco temporal, que delimita a revisão de literatura, seja o período de 2007 a 2018, considero que esta obra, publicada em 2005, é uma importante referência para entender as discussões sobre o tema da história da Educação da população negra brasileira.

Alfabetização e Diversidade e publicada no ano de 2005.<sup>8</sup> A obra reuniu pesquisas sobre a Educação do povo negro em diferentes momentos históricos e contextos e foi dividida em cinco partes, sendo: I - História da Educação, escola e legislação educacional; II - História da interdição e do acesso do negro à Educação, História social da Educação do negro e das experiências de implementação de políticas educacionais, apresentando temas como a legislação educacional, acesso do povo negro à Educação; III - História social da Educação do negro e das experiências de implementação de políticas educacionais; IV - A formação de professores e os negros, e V- Ensino: conteúdos e currículos escolares. Sinaliza-se que não foram encontradas nessa coleção pesquisas que envolvessem de forma inter-relacionadas os assuntos Educação, Imprensa Negra e jornais. No entanto, o conjunto de pesquisas que formam a coletânea apresentam abordagens teóricas e metodológicas diversas e apontam para um movimento de mudanças no campo em questão, suscitando e aprimorando outras discussões como, por exemplo, os diferentes papéis do movimento negro nas demandas por Educação na atualidade, as formas de resistência e organização de grupos para implementação da Lei 10.639/03 no espaços escolares, o aumento de estudos realizados por pesquisadores negros e pesquisadoras negras no âmbito acadêmico que apresentam olhares diferenciados e inovadores em relação à história da Educação afro-brasileira.<sup>9</sup>

O livro “*A História da Educação dos Negros no Brasil*” organizado por Marcus Vinicius Fonseca e por Surya Aaronovich de Pombo Barros, foi publicado em 2016 e contempla um gama de estudos e investigações de estudiosas e estudiosos da área. Inicialmente, a obra situa o desenvolvimento das produções acadêmicas e das pesquisas que têm se constituído nas últimas duas décadas e que representam significativos avanços para o campo da História da Educação, sobretudo porque os aspectos sobre a Educação da população afrodescendente foram, praticamente, invisibilizados até os anos 1990. A coletânea está dividida em quatro eixos: *Os negros na historiografia educacional brasileira, Educação e Escravidão no Brasil, Educação e Abolição da Escravidão no Brasil, e Educação no Período Pós-Abolição*. Nesse livro, encontrei dois artigos que são analisados na revisão de literatura.

---

<sup>8</sup>A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão foi extinta pelo governo federal no início do ano de 2019.

O livro *“O Estado da Arte da Pesquisa em História da Educação da População Negra no Brasil”* é um volume de uma coleção de documentos sobre a História da Educação no Brasil. Neste caso, a obra organizada por Surya Pombo de Barros (2015) apresenta amplo levantamento sobre a produção científica que tem como tema central a *História da Educação da População Negra no Brasil*. No mapeamento realizado foram identificados 397 artigos, 49 Dissertações e 12 Teses, com recorte temporal de 1989-2012. Esses trabalhos foram organizados, primeiramente, por autoras e autores, seguido dos locais estudados, períodos históricos estudados e, por fim, pela tipologia da produção. A coleção organizada por Barros (2015) não só facilita as buscas por trabalhos científicos com a temática em questão, mas, também, possibilita verificar as principais características de constituição do campo naquele recorte temporal.

O artigo *“Um balanço sobre a produção da Educação dos negros no Brasil”* tem como foco a realização de um inventário sobre a produção científica acerca da História da Educação da população negra no Brasil, no período que compreende 1989 até 2012. O levantamento feito por Surya Pombo de Barros (2016) é parte do projeto de pesquisa realizado na Universidade Federal da Paraíba, no âmbito do Programa de Valorização das Licenciaturas da UFP. Segundo Barros (2016), a população negra durante um período considerável não se configurou como tema de estudos realizados pela história da Educação. As raras investigações anteriores à década de 1990 que apontaram aspectos da história da Educação do povo negro, muitas vezes seguiam a perspectiva da interdição. No entanto, a autora ressalta que a justificativa de falta de documentos e fontes históricas para a invisibilidade e inexistência do povo negro em investigações da área da Educação já está superada, pois as pesquisas recentes apontam o contrário.

A pesquisadora utilizou diversos procedimentos metodológicos amparando-se conjuntamente nas abordagens quantitativa e qualitativa sendo realizados levantamentos nos bancos de Teses e Dissertações das bibliotecas das universidades, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, nos sites da Revista Brasileira de História da Educação e a Revista HISTEBR *online*, nos anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação e das Reuniões anuais da ANPED, além de consultas aos currículos Lattes de pesquisadoras e pesquisadores presentes em estudos anteriores e em sites com a utilização de expressões como, por exemplo, “história da Educação da população negra” associada às expressões “negros”, “ingênuos”, “libertos”, “livres”, “escravo”, “relações raciais”.

Em suas considerações, Barros (2016) observou, no que tange aos procedimentos empreendidos no levantamento das pesquisas: primeiro, que é necessário realizar escolhas, isto é, uma das dificuldades encontradas foi como definir o que deveria ser incluído num balanço de produção científica com o nome de “história da Educação sobre a população negra no Brasil”, segundo, que existem trabalhos muito próximos à história da Educação que “pertencem” a outra área do conhecimento, mas que podem colaborar com o entendimento do que tem sido produzido sobre o tema. Assim, a pesquisadora optou por incluir todos os trabalhos encontrados em diferentes níveis e modalidades acadêmicas, bem como por agregar as pesquisas de outras áreas do conhecimento que pudessem contribuir de alguma forma para o tema.

No balanço final, foram arrolados cerca de 400 trabalhos. Quando pensados a partir da óptica da cronologia da História do Brasil, foram: 39 do período colonial, 180 do período imperial (sendo 40 no período de transição entre o Império e a República) e 170 no período republicano. No que se refere aos núcleos geográficos, as regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentaram um número expressivo de pesquisas em nível de mestrado e doutorado em comparação à Região Norte, onde a produção acadêmica com esse tema ainda é pequena. As regiões Sudeste e Sul são aquelas que apontam o maior índice de produção de estudos - Teses e Dissertações - sobre a história da Educação da população negra brasileira (BARROS, 2016). No entanto, pode-se observar que isso se deve ao fato de que os programas de pós-graduação, nessas regiões, são mais numerosos e antigos e que situação semelhante poderá ocorrer com qualquer outra temática.

As conclusões expostas, nesse artigo, apontaram para o aumento da produção científica sobre o tema da história da Educação da população negra brasileira, principalmente em forma de Teses e Dissertações nos programas de pós-graduação em Educação e História, expansão e consolidação da temática que tem possibilitado outras discussões e a superação do discurso de que a população negra não se escolarizou. Ao contrário, indica a busca de instrução desse segmento étnico-racial. Tais constatações auxiliaram no mapeamento do campo e no entendimento de que ainda há diversos aspectos sobre a Educação do povo negro que podem e precisam ser analisados e investigados.

No artigo intitulado “*Cidadania e Educação dos negros através da Imprensa Negra em São Paulo*”, Pedro de Souza Santos e Maria Angela Borges Salvadori (2007) propõem uma investigação sobre os processos de Educação da população afro-brasileira em São Paulo, entre o período de 1915 até 1933 – os marcos temporais delimitadores do



estudo são a data de criação do jornal *O Menelick* e do jornal *A Voz da Raça*— e como a Imprensa Negra contribuiu como instrumento de veiculação e difusão de valores, ideias e conceitos nesse período. Nesta pesquisa, objetivaram identificar as possíveis contribuições da Imprensa Negra no sentido de constituição de uma instrução não escolarizada.

Segundo Santos e Salvadori (2007), diversos periódicos da Imprensa Negra apresentavam a Educação como um caminho de ascensão do povo negro. Além disso, por meio do discurso de Educação familiar, pretendiam a moralização da raça, bem como galgar espaços dentro de uma sociedade rigidamente hierarquizada e preconceituosa. No estudo realizado por Santos e Salvadori (2007), os periódicos analisados foram: *O Menelick*, *A Rua*, *O Xauter*, *O Alfinete*, *O Bandeirante*, *A Liberdade*, *o Kosmo*, *Getulino*, *O Clarim da Alvorada*, *Elite*, *O Patrocínio*, *Auriverde*, *Progresso*, *Chibata* e *A Voz da Raça*. Nas análises apontadas, realizadas sob a luz teórica da História Social e tendo a análise documental como metodologia, foi identificada uma preocupação constante com a Educação e com o combate ao analfabetismo, bem como a crença de que a Educação, associada à saúde, poderia garantir a construção de uma nação orientada para o progresso. Assim, os autores sinalizam que no processo de análise foi possível observar que o enaltecimento de determinados padrões morais, que circulavam nesses jornais, funcionaram como estratégia de afirmação da população afrodescendente enquanto um grupo que lutava por seus espaços sociais (SANTOS e SALVATORI, 2007).

O artigo constituiu-se como um estudo que colabora com o entendimento do campo de pesquisa dessa Tese por analisar a temática da Educação não escolar no contexto da Imprensa Negra paulista, especificamente, em um período em que ocorre a Campanha Pró-Educação. O estudo sinaliza alguns aspectos que caracterizam o perfil desses periódicos e como a Educação é entendida como instrumento de progresso de negros e negras nesse momento histórico. Ademais, aponta a necessidade de problematizar e questionar a historiografia que vem trabalhando com a ideia de que os jornais desvinculados de organizações sindicais ou político-partidárias são de caráter menos político e combativo.

O pesquisador Petrônio Domingues tem analisado a constituição e atuação do movimento negro no Brasil e proposto discussões sobre a história da população afro-brasileira em diferentes momentos históricos. No artigo “*Um templo de luz*”: *Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da Educação*, o historiador propõe como fios

condutores da discussão os seguintes questionamentos: como aquela que é considerada a maior entidade negra do pós-abolição discutiu, problematizou e tratou a questão da Educação? Quais foram suas iniciativas no campo educacional? A entidade criou o Departamento de Instrução ou de Cultura. Mas como esse departamento estava estruturado e funcionava? Ele chegou a formular algum projeto político-pedagógico sistematizado? Para responder a esses questionamentos, Domingues (2008) descreve analiticamente como a Frente Negra Brasileira forma-se e representa uma das organizações de maior expressividade da década de 1930, ao mesmo tempo amparado em jornais e documentos do período, examina como a Educação é um aspecto estruturante dessa organização.

Segundo Domingues (2008), não há um consenso no que tange às motivações que mobilizaram o povo negro a criar suas próprias escolas após a abolição. Contudo, trabalha com a hipótese de que a pressão e os tensionamentos ocasionados pela discriminação racial e social, da qual as negras e os negros eram alvo, bem como a inviabilidade de acesso à Educação e à saúde são fatores preponderantes para que expressasse seu esforço em se organizar e constituir espaços de luta e resistência.

Desse modo, a criação de escolas e o processo de instrução de afrodescendentes foram vistos como uma via eficaz para atacar o preconceito e diminuir as desigualdades. Outro aspecto, ainda abordado pelo pesquisador, é de que nem sempre a tentativa de criar espaços escolares prospera, provavelmente, devido à falta de recursos, o descaso do Estado e a precariedade das gestões. Domingues destaca ainda que a FNB se concentrou na organização de cursos noturnos de alfabetização, cursos de formação primária, profissionalizantes e palestras. Além disso, havia um departamento específico que tratava das questões voltadas para a Educação e a instrução desse segmento étnico-racial.

As ações educacionais da FNB foram expandidas para outros espaços levando a criação de outras sedes, como o caso da Frente Negra Pelotense (FNP/RS). Com propostas semelhantes as da FNB, a Frente Negra Pelotense tinha como um de seus principais objetivos a Educação, instrução e elevação intelectual e cultural da população negra. Uma das considerações apontadas por Domingues (2008) é de que a FNP teria surgido no cerne de uma campanha educacional, tal campanha é tema de análise do estudo realizado nessa Tese. Nesse sentido, entendo como estruturante pensar a Campanha Pró-Educação articulada à atuação da FNP e do Jornal *A Alvorada* no mesmo período.

Na conclusão do artigo, Domingues (2008) enfatiza que a criação de uma escola, por parte da FNB, revela-se como um ato de que as negras e os negros brasileiros tomaram para a si a tarefa de educar-se, tendo em vista a falta de políticas públicas educacionais; reforça também que embora não tenha sido criada uma prática de ensino totalmente inovadora, foi possivelmente a partir das ações da FNB que emergiram outras experiências bem sucedidas de instrução e formação dos afrodescendentes. As constatações, presentes nesse artigo, ajudam a pensar a questão da Educação da população negra nessas três primeiras décadas do período republicano, principalmente, ao analisar a Frente Negra Brasileira que influenciou a criação da Frente Negra Pelotense.

No artigo *“Frente Negra Pernambucana: visão crítica sobre a ausência da população negra nos sistemas de Educação na década 1930”*, a pesquisadora Fátima Aparecida Silva (2010) discute a atuação da Frente Negra Pernambucana no que tange à Educação na década de 1930. O artigo está organizado em três partes, sendo que inicialmente Silva (2010) aborda alguns aspectos históricos sobre a constituição da Frente Negra Pernambucana que surgiu em 1936 e, em 1937 tornou-se o Centro de Cultura Afro-brasileiro e analisa a ideia de Educação apoiada pela instituição.

A Frente Negra Pernambucana se inspirou na Frente Negra Pelotense. De acordo com Silva (2010), a Frente Negra Pelotense teria servido de modelo para que a entidade traçasse seus objetivos e estratégias de movimentação na luta contra a discriminação racial e ascensão da população afrodescendente. Desse modo, assim como em outras instituições, a Frente Negra Pernambucana defendeu a ideia de que a Educação e instrução eram meios para possibilitar o acesso da população negra a espaços de destaque dentro da sociedade brasileira, e para viabilizar a desconstrução do discurso de inferiorização imposto a esse grupo étnico. Essas evidências apontam para o fato de que os dirigentes da instituição propunham a unificação do povo negro em torno de suas demandas e do processo de escolarização amplo e gratuito. Além disso, denunciavam que a maior parte das afro-brasileiras e dos afro-brasileiros não frequentavam os espaços escolares, o que lhes impossibilitava a inserção no mercado de trabalho. A autora destaca que as atividades educacionais realizadas pela Frente Negra Pernambucana eram sistemáticas e organizadas, assim como se concentraram na juventude excluída, sem acesso à escolarização e à instrução.

O texto de Fátima Aparecida Silva (2010) reafirma aspectos relevantes sobre a Educação da população negra durante as primeiras três décadas do pós-abolição.

Observo que a maior parte das entidades organizadas para e pelos negros e pelas negras brasileiras propalavam que a instrução, escolarização e Educação eram a chave para o fim da exclusão racial e da marginalização social. Embora o artigo não faça referência à existência de um jornal da Imprensa Negra que fosse porta voz da Frente Negra Pernambucana, penso ser possível que, assim como as demais células da Frente Negra Brasileira, essa tivesse um periódico divulgador de suas ideias.

Um fator preponderante entre as frentes negras é que, embora estivessem distantes geograficamente, a circulação de informações, concepções e formas de organização influenciavam, até certa medida, umas às outras. Isso pode ser observado com a contínua troca de cartas, informativos e publicação esporádica de textos produzidos por articulistas de outras frentes negras em periódicos. No jornal *A Alvorada* as cartas e informativos recebidos e trocados pelos articulistas e editores eram publicados e comentados por quem escrevia o artigo. Em alguns desses artigos ficavam explícitas divergências de pensamento, o que demonstra também posições ideológicas diferentes sobre determinadas demandas desse grupo.

O pesquisador Leandro José dos Santos (2011) problematiza em seu artigo “*Escritos Negros: Nota sobre Educação e Participação Política na Imprensa Negra de Ontem e de Hoje*” as raízes históricas da Imprensa Negra no Brasil e como ela se constrói e consolida ao longo do século XX e início do século XXI. Pensando no tempo histórico em que o tema de pesquisa dessa Tese está inserido, o referido artigo apresenta algumas características sobre a Imprensa Negra na década de 1930. De acordo com o autor, os periódicos do período apresentavam objetivos semelhantes e pautas específicas como a construção e fortalecimento dos laços identitários e a mobilidade social através do trabalho e da Educação escolar. Desse modo, incentivavam a população negra à inserção na Educação formal, acreditando que o aprimoramento educacional era uma via de elevação socioeconômica e política.

Ao tratar da história da Imprensa Negra, Santos (2011) assinala que foi por meio dela que o povo negro conseguiu expressar suas opiniões e aspirações, divulgar e fazer circular suas reivindicações podendo posicionar-se politicamente e socialmente. Assim, a Imprensa Negra tem sido um importante instrumento na busca pela cidadania e na constituição de gerações de negros e negras conscientes de sua negritude. É inegável que a Imprensa Negra tem sido um dos pilares da organização e mobilização da população negra brasileira no pós-abolição, entretanto, é fundamental esclarecer que isso não significa ausência de embates dentro dessas estruturas, pois as distintas e, às

vezes, contraditórias, influências ideológicas se faziam presentes desde o seu nascedouro, e, portanto, não estão desvinculados de todo esse processo.

Esse artigo colabora com a discussão dessa Tese, no sentido de analisar de maneira detalhada as transformações da Imprensa Negra ao longo do tempo e como se apresentam novas configurações, inclusive de cunho ideológico-político. O pesquisador não apresenta uma discussão aprofundada sobre a Educação e a Imprensa Negra, mas menciona, ao longo do texto, que a Educação é demanda permanente nas pautas de reivindicações da população afro-brasileira.

A pesquisadora Fernanda Silva (2011) analisa em sua Dissertação – defendida em 2011, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – a construção colaborativa entre associações negras no município de Pelotas-RS entre o período de 1812 até 1943. A autora esclarece que o entrelaçamento coletivo das associações, grêmios, imprensa, clubes e espaços voltados para a população afro-pelotense no pós-abolição teve como principal fio condutor o cenário de discriminação e exclusão social e racial. As ações conjuntas e a presença de uma série de objetivos em comum fortaleceram a luta afro-pelotense caracterizando-se como a representação de uma rede de movimento social que já se desenhava desde o final do século XIX.

A Dissertação, intitulada “Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (RS)”, está dividida em três capítulos. No primeiro, Silva (2011) caracteriza o associativismo negro e as irmandades negras em Pelotas antes do fim da escravização, a condição da população negra escravizada e a luta dessas associações pela libertação dos afrodescendentes. No segundo capítulo, a pesquisa detém-se na análise do contexto historiográfico do pós-abolição, de como as associações negras se inserem nesse cenário, como ocorre o processo de constituição, fomento e relações associativistas de novos espaços de luta e organização da população negra pelotense, com destaque para os clubes, associações beneficentes, recreativas e esportivas, cordões e blocos de carnaval, bem como os jornais. No último capítulo, a autora foca a análise no associativismo negro que tem a Frente Negra Pelotense e o jornal “*A Alvorada*” como importantes espaços de consolidação e construção de identidades negras, sendo estes formadores de ideais coletivos.

A investigação, realizada por Silva (2011), contribuiu com a elaboração da Tese em três pontos principais. Primeiro, ao traçar uma caracterização analítica sobre o

associativismo afro-pelotense em diferentes momentos históricos, entre eles a década de 1930, período em que ocorreu a Campanha Pró-Educação. Segundo, ao analisar a articulação das associações negras em Pelotas fazendo apontamentos – ainda que breves – com enfoque na Educação. Terceiro, ao discorrer sobre o jornal *A Alvorada*, refletindo sobre a atuação desse periódico como uma importante representação do associativismo negro.

Na Dissertação intitulada “*A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências*” – defendida em 2009, no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo – o pesquisador Gilmar Luiz de Carvalho propôs uma análise sobre a constituição da Imprensa Negra paulista e suas características no período de 1915 a 1937. O autor destaca que o principal objetivo do trabalho é demonstrar como a Imprensa Negra foi um importante instrumento de reivindicação de direitos e combate à exclusão da população negra brasileira (CARVALHO, 2009). O recorte temporal estabelecido, de 1915-1937, refere-se, segundo o autor, à fase em que os jornais da Imprensa Negra veem na Educação uma forma de unir negros e negras articulando-se para lutarem pelo seu espaço enquanto cidadãos constituintes da sociedade brasileira (CARVALHO, 2009).

A Dissertação foi organizada em cinco capítulos. O primeiro aborda a trajetória de luta da população afro-brasileira no período anterior à abolição; no segundo capítulo, o pesquisador apresenta um levantamento historiográfico sobre o surgimento das irmandades e associações negras no contexto inicial do pós-abolição; no terceiro e quarto capítulos, descreve o surgimento e consolidação dos jornais da Imprensa Negra e suas características em São Paulo e, no quinto, analisa as disputas entre as lideranças da Imprensa Negra nesse contexto e como suas visões ideológicas provocaram mudanças no caráter reivindicatório dos jornais negros. Como metodologia, o autor amparou-se na análise documental – embora não desenvolva, detalhadamente, o aporte teórico que utilizou como embasamento analítico – sendo o campo empírico jornais da Imprensa Negra paulista.

De forma geral, as análises construídas nesse trabalho elucidam diferentes aspectos sobre a Imprensa Negra paulista, entre eles, que a Educação é uma marca preponderante e contínua nos periódicos negros e que a presença de divergências ideológicas e políticas entre os articuladores dos jornais negros provocaram não só transformações de cunho reivindicatório como apontam para uma “direção política

partidária e [...] a concentração de poder em detrimento da união e das propostas coletivas” (CARVALHO, 2009, p. 193).

Carlos Eduardo Dias Machado (2009) realizou um estudo acerca da escolarização da população negra em São Paulo, com recorte temporal de uma década, especificamente do período de 1920 até 1930. A investigação realizada por Machado (2009) em sua Dissertação denominada “*População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*” – defendida em 2009 pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo – analisou a escolarização dos afro-brasileiros e das afro-brasileiras, buscando identificar e compreender as lógicas e discursos presentes sobre a população negra presentes na Educação pública desse período, com enfoque na persistência de estigmas e estereótipos que alicerçavam o pensamento republicano e imperial, assim como analisar as diferenças entre os discursos apresentados pelo Estado e os apresentados por organizações negras como a Frente Negra Brasileira e o Centro Cívico Palmares. Desse modo, o autor objetivou problematizar as iniciativas e ações das escolas fundadas pelo povo negro brasileiro no período pós-abolicionista e documentar a exclusão desse segmento étnico-racial no planejamento do Estado e nas instituições educacionais privadas.

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi, também, a análise documental, sendo o *corpus* de fontes documentais analisados os jornais negros paulistas: *O Clarim d’Alvorada*, *O Progresso* e *A Voz da Raça*, as constituições de 1824 a 1937, os censos nacionais, diários oficiais e relatos de cronistas. O estudo está estruturado em quatro capítulos: o primeiro trata da história da Educação da população negra em São Paulo, mais especificamente, analisa como os negros e negras organizaram-se em relação ao contexto histórico, econômico e social do pós-abolição e como se articularam frente à Educação escolar e não escolar; o segundo capítulo apresenta uma análise acerca das reformas educacionais e como o discurso racial e da eugenia estão imersos nesses documentos; o terceiro capítulo apresenta uma análise sobre a Educação a partir da Imprensa Negra, tendo como enfoque os jornais *O Clarim d’Alvorada* e *O Progresso*; o quarto capítulo analisa, com base no jornal *A Voz da Raça*, a atuação da FNB e das escolas públicas constituídas por este órgão.<sup>10</sup>

A Dissertação de Willian Robson Soares Lucindo (2010), intitulada “*Educação no Pós-Abolição: Um estudo sobre propostas educacionais de afrodescendentes (São*

---

<sup>10</sup>Segundo o autor, o periódico *A Voz da Raça* era o jornal oficial da Frente Negra Brasileira que durante um período foi um partido político.

*Paulo/1918-1931*)”, buscou analisar o surgimento de propostas educacionais construídas por afrodescendentes no município de São Paulo no período que compreende 1918 até 1931, observando os sentidos de Educação entre a população negra paulistana e as propostas educacionais veiculadas por jornais e espaços escolares e de letramento. O estudo é dividido em dois capítulos, sendo que o primeiro trata das práticas e projetos educacionais dos negros e negras paulistas por meio de suas associações, assim como a situação desse grupo étnico na Educação pública. No segundo capítulo, discorre sobre a atuação do Centro Cívico Palmares e da Imprensa Negra na Educação, além da emergência de entidades com perfis combativos e de denúncia. Como metodologia o autor se amparou na análise documental de jornais, estatutos e atas de associações e outros documentos. Entre as conclusões, desenvolvidas na pesquisa, está a de que as entidades não formavam grupos coesos e de que existiram lideranças letradas que buscavam determinar o comportamento social dos integrantes desses espaços.

No que se refere à Educação, assim como em outros estudos, apontou que a Imprensa Negra se destacou não só como um instrumento de luta, mas de instrução da população negra. Assim, as propostas educacionais desses grupos concentraram-se no processo de alfabetização e letramento dos afrodescendentes, ainda que os cursos noturnos e as escolas mantivessem-se abertas por um curto período. Destacou, ainda, a existência de posturas ambíguas nesse contexto, tendo em vista que, ao mesmo tempo, buscavam denunciar as posturas de discriminação e a marginalização do povo negro, também se utilizavam de instrumentos de controle sobre as posturas consideradas não civilizadas.

O estudo, desenvolvido por Ricardo Ramos Sales (2014), que resultou na Dissertação “*A Imprensa Negra Paulista e a Educação: um movimento de resistência?*” teve como objetivo analisar, por meio da Imprensa Negra paulista, a visão que uma parcela da população negra paulista tinha sobre Educação, assim como analisar a Imprensa Negra em interface com a Educação como forma de resistência no contexto estudado. A investigação é de cunho qualitativo, baseada na pesquisa bibliográfica e na análise documental. Está organizada em três capítulos: o primeiro problematiza as tensões entre negros e brancos no cenário paulista durante o século XX; o segundo analisa as concepções de Educação por intermédio de periódicos da Imprensa Negra paulista e o projeto de Educação desses jornais; o terceiro analisa a Imprensa Negra em São Paulo como movimento de resistência contra o racismo e a marginalização social. O



pesquisador destaca alguns aspectos conclusivos de sua pesquisa, entre eles, que para essa imprensa a concepção de Educação era muito ampla e de que se utilizou da instrução como forma de resistência, que a presença de disputas no campo ideológico, articuladas aos posicionamentos políticos, indicaram dissidências dentro do próprio movimento.

A Dissertação “*Pelo progresso do país: projetos de Educação para ingênuos na imprensa paulista em fins do século XIX*”, defendida por Kadine Teixeira Lucas (2016) pelo PPG em Educação da PUC/São Paulo, buscou investigar os projetos para Educação dos ingênuos, veiculados na imprensa paulista entre o período que contempla o surgimento da Lei do Ventre Livre até os anos após a abolição da escravização no Brasil (LUCAS, 2016). Para tanto, a autora analisou a forma como as concepções de raça e modernização estavam relacionadas às propostas de Educação para filhos e filhas de escravizadas em três diferentes jornais da imprensa paulista, sendo esses *o Correio Paulistano*, *O Progresso – Orgam dos Homens de Côr* e *A Redenção, Folha Abolicionista*. O estudo se utiliza da pesquisa qualitativa e da análise documental, se divide em três capítulos, sendo que o primeiro discute as categorias analíticas de raça, racismo, branqueamento e analisa o contexto paulista no período estudado; o segundo problematiza aspectos e características dos periódicos utilizados na pesquisa e da própria imprensa em São Paulo; no terceiro analisa os projetos educacionais para os ingênuos e os processos de instrução dos mesmos a partir das fontes adotadas.

O trabalho se aproxima da discussão da Tese, pois utiliza os periódicos e a Imprensa Negra como fontes para compreender aspectos da Educação da população negra, ainda que o recorte temporal não seja o mesmo. Destaco que o último capítulo da Dissertação elucida o contexto de inserção e ausência dos ingênuos na Educação, principalmente em relação a sua instrução formal. Assim, é possível, juntamente com a análise dos outros estudos, identificar e compreender as contradições e características dessa temática naquele contexto, bem como em diferentes linhas editoriais.

A pesquisa, realizada por Ângela Pereira Oliveira (2017), é uma Dissertação defendida pelo PPGH da Universidade Federal de Pelotas, intitulada “*A Racialização nas entrelinhas da Imprensa Negra: O caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*”. O estudo foi amparado nos aportes teórico-metodológicos da História Social e da análise documental, tendo como objetivo de pesquisa perceber como ocorria a racialização nas relações sociais estabelecidas entre os negros brasileiros e os demais. Para tanto, analisou como fonte dois periódicos da Imprensa Negra gaúcha, sendo esses *O Exemplo*

e *A Alvorada*. Está organizada em quatro capítulos: o primeiro aborda e problematiza o surgimento da Imprensa Negra e suas formas de atuação, mais especificamente, dos jornais *A Alvorada* e *O Exemplo*; o segundo trata da relação desses periódicos com os processos de sociabilidade dos afro-brasileiros e das afro-brasileiras; no terceiro capítulo, a pesquisadora propõe uma análise sobre os redatores e articuladores dos jornais procurando compreender suas identidades e posicionamentos, assim como as abordagens realizadas sobre a condição da população negra; o quarto capítulo analisa e discute o tema da racialização, procurando compreender a forma como as ideias de raça e cor apareciam nos artigos.

A Dissertação intitulada de “*A produção do sujeito negro: uma analítica das verdades que circulam em Venâncio Aires, RS*”, defendida pela pesquisadora Viviane Inês Weschenfelder no ano de 2012, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, propôs entender como se constituiu os sujeitos negros no município de Venâncio Aires-RS. Para tanto, buscou compreender as relações de poder e os discursos presentes no jornal *Folha do Mate* no período temporal de 1970 a 2010. A pesquisa foi embasada pela perspectiva pós-estruturalista e alguns dos pressupostos teóricos de Michel Foucault com intuito de responder às problemáticas do estudo.

A dissertação foi dividida em 5 capítulos. O capítulo 1 apresentou a trajetória acadêmica da pesquisadora e os caminhos construídos teórica e metodologicamente para a formulação da investigação. No capítulo 2, abordou o campo empírico tratando do espaço em que a pesquisa foi realizada caracterizando o jornal *Folha do Mate* e o município de Venâncio Aires em interface com as questões raciais. O capítulo 3 tratou da visibilidade da população negra em Venâncio Aires por meio de três aspectos, sendo esses a beleza, o esporte e o carnaval, com base nos textos e imagens veiculadas no jornal *Folha do Mate*. No capítulo 4, a pesquisadora buscou identificar os discursos acerca da população negra e das questões raciais com maior representatividade no lócus da pesquisa apontando três que foram o discurso comunitário, o discurso politicamente correto e o discurso étnico-racial. E no capítulo 5, foi problematizado os movimentos desencadeados pela questão da etnicidade e das relações de poder, os espaços de negociação, de resistência e de tolerância.

Nessa esteira, Weschenfelder (2012) concluiu que em Venâncio Aires se “concede espaços de visibilidade ao negro e celebra a sua diferença, mas dificulta ou

impede que se desenvolvam práticas interculturais no município, especialmente na Educação” (p. 10).

As duas Teses selecionadas a partir do levantamento realizado são de Programas de Pós-Graduação em Educação, sendo uma da Universidade Federal do Ceará e outra da Universidade Federal de São Paulo.

A Tese “*A Frente Negra Pernambucana e sua proposta de Educação para a população negra na ótica de um de seus fundadores: José Vicente Rodrigues Lima - Década de 30*” de autoria de Fátima Aparecida Silva (2008) foi defendida no PPG de Educação da Universidade Federal do Ceará. A pesquisadora buscou analisar o movimento negro pernambucano durante a década de 1930 por meio de um levantamento histórico da Frente Negra Pernambucana, a partir da visão de José Vicente Rodrigues de Lima que foi um dos fundadores da entidade. Procurou analisar, também, as estratégias para diminuir as desigualdades sociais por meio da Educação, com enfoque na região de Recife. Como documentos/fontes para a realização da pesquisa, Silva (2008) selecionou memórias escritas, depoimentos gravados e jornais, tendo a memória individual e oral como recurso metodológico.

O primeiro capítulo da pesquisa aborda as políticas implantadas durante o Estado Novo nos anos de 1930 e suas relações com a população negra local; o segundo traça uma análise da Frente Negra Pernambucana desde 1937 até 1988, quando a mesma era o Centro de Cultura Afro-Brasileira; o terceiro discorre sobre as práticas de Xangô em Pernambuco como estratégias de resistência e sua relação com a Frente Negra Pernambucana; e o quarto analisa a Educação como estratégia de valorização do povo negro.

As reflexões expressam que as pessoas que participaram do movimento negro: Frente Negra Pernambucana, na década de 1930, tinham uma visão crítica sobre a ausência da população negra nos sistemas de Educação e defendiam que a falta da instrução escolar era causa principal da inferiorização étnico-racial do negro. Nas ações do movimento negro pernambucano, observam-se estratégias de atuação, numa luta constante contra a exclusão da população negra dos espaços escolares e do acesso à instrução.

A Tese “*Pelas páginas dos jornais: recortes identitários e escolarização social do negro em São Paulo (1920-1940)*”, de autoria de Rosângela Ferreira de Souza (2013), foi defendida no PPG em Educação da Universidade Federal de São Paulo. A pesquisa investigou o processo de escolarização social a qual foram submetidos a

população negra da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, a autora analisou um corpus documental formado pelos jornais *O Clarim da Alvorada* e *Voz da Raça*. Por meio da análise e interpretação de diferentes partes que compuseram tais periódicos, procurou compreender o projeto editorial e suas implicações na constituição do povo negro paulista. A organização do trabalho se apresenta em quatro capítulos: o primeiro traça uma abordagem histórica da Imprensa Negra no Brasil e a relação desta com o movimento negro brasileiro; o segundo analisa diferentes aspectos que compõem o jornal *O Clarim da Alvorada*; o terceiro aborda o jornal *Voz da Raça* e o quarto investiga a Educação e a instrução por meio desses jornais. A abordagem teórica proposta pela autora, assim como as análises realizadas sobre a Educação dos negros por meio dos jornais, aponta para linhas diferentes de pensamento recorrentes nos periódicos, colaborando para repensar a estrutura desse estudo e ajudando a contextualizar o panorama vivenciado por esse grupo em diferentes aspectos.

Os estudos que compõem essa revisão de literatura foram selecionados por meio dos critérios já explicitados no início desse tópico. Desse modo, ao analisar, individualmente, cada trabalho, pude traçar algumas características e observar pontos mais gerais. Inicialmente, destaco que não foram identificados trabalhos que tenham como temática específica a Campanha Pró-Educação realizada pelo jornal *A Alvorada*. As pesquisas quando abordam a campanha geralmente o fazem no sentido de pontuar sua pertinência para a Educação da população negra e como um instrumento de acesso à escolarização e instrução do povo negro pelotense, mas não a tratam como tema central de análise.

A grande parte da produção acadêmica, que aborda a temática Educação da população negra, está concentrada na Região Sudeste, seguida de instituições nas regiões Sul e Nordeste (coincidindo com a maior concentração de PPG nessas regiões), em programas de pós-graduação em História. Desta maneira, destaco que o número de trabalhos na área da Educação sobre esse tema ainda é reduzido, mesmo com o aumento do número de programas de pós-graduação em Educação, expansão das Universidades e o ingresso de pesquisadoras negras e pesquisadores negros nesses espaços. No processo de seleção e análise desses estudos, pude perceber que há recorrência em abordagens qualitativas, amparadas, geralmente, em análise documental ou bibliográfica.

As metodologias e procedimentos realizados nas investigações, que tinham como base empírica os periódicos, apontaram uma recente utilização desse tipo de

fonte, logo o uso da Imprensa Negra e dos jornais como fonte de pesquisa ainda são recentes, principalmente na área da Educação. Além disso, foi possível identificar que uma parte considerável dos artigos analisados trata de pesquisas já realizadas em Teses e Dissertações, sendo, portanto, um recorte reelaborado de seus resultados.

Por fim, identifiquei aspectos recorrentes nas pesquisas que compuseram essa revisão de literatura. Primeiro, a Educação da população negra brasileira é tema de estudo recente. Segundo, as fontes produzidas pela população negra sobre seus processos históricos são vastas e colaboram para compreender não só a luta pela Educação, mas também sua inserção política, social e econômica, embora ainda pouco exploradas. E, terceiro, o aumento de pesquisadoras e pesquisadores negros no universo acadêmico colabora para o aumento e diversificação teórico-metodológica das pesquisas desse tema nas últimas décadas.

A próxima seção trata da construção do percurso teórico e metodológico da pesquisa.

## 2.2 A construção do percurso teórico e metodológico

Nesse tópico, trato do percurso teórico-metodológico realizado nessa Tese e a abordagem escolhida para produção e análise dos dados. Tanto as escolhas teóricas quanto metodológicas, feitas ao longo da construção de um estudo científico, devem ser suficientemente flexíveis para incorporar eventuais mudanças de rota, haja vista que este é um percurso sujeito a oscilações e a inúmeras surpresas. Nesse sentido, concordo com as observações de Charles Wright Mills (2009) e me considero uma pesquisadora que é artesã de sua obra. Assim, é pertinente observar as mudanças de categorias, conceitos e perspectivas teóricas como parte do percurso de amadurecimento e ampliação de meu escopo intelectual.

O conceito de tática é pertinente para esse estudo, pois a Campanha Pró-Educação é constituída a partir um conjunto de ações empreendidas por um coletivo de negros e negras em prol de suas demandas por Educação. Aqui, me amparo no pensamento de Michel de Certeau, que define tática como a “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [...] é a astúcia [...] a arte dos fracos” (CERTEAU, 1990, p. 100). Esse *próprio*, a qual Certeau (1990, p. 100), se refere a um território, por isso a tática não tem lugar próprio e precisa jogar com o terreno que lhe é

imposto, é como se fosse o movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado. Para que um coletivo ou indivíduo possa agir taticamente, é preciso que o faça golpe a golpe esperando cautelosamente e vigilante às falhas e às brechas de um contexto mais amplo, isto é, o contexto imposto por quem detém o poder e dita as regras.

Logo, a tática pode ser considerada a “arte dos fracos”, uma vez que “quanto maior um poder, tanto menos pode permitir-se mobilizar uma parte de seus meios para produzir efeitos de astúcia” (CERTEAU, 1990, p. 101). Assim, para estabelecer a tática, os indivíduos e grupos precisam estar atentos e agir conforme a ocasião, dependendo de cada uma delas, “sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite, sem dúvida, mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas” (CERTEAU, 1990, p. 101).

A tática precisa utilizar-se das falhas que surgem nas conjunturas particulares na vigilância do poder do proprietário, ali ela vai caçar, criar surpresas e estar onde ninguém espera e por isso é astúcia. Diante disso, a astúcia é possível ao grupo que está numa posição fragilizada e marginalizada em determinados contextos históricos e quase sempre ela é o seu único instrumento de luta e mobilização.

Partindo das premissas de Certeau (1990), é que compreendo que as ações e concepções que ensejaram a organização e desenvolvimento da Campanha Pró-Educação estão contidas em uma tática, visando a ampliação dos espaços de legitimação da população negra pelotense, em um momento em que esta permanecia alijada e excluída nos setores públicos estatais e no reconhecimento social. No contexto em estudo, a tática conjugava distintos esforços, ações e práticas, buscando, pela via educacional, o reconhecimento dessa população.

Nesse sentido, partilho das ideias de Eliane Bragança de Matos (2011, p.4) ao pensar que “o olhar para os movimentos de resistências cotidianas constituem, na obra de Michel de Certeau, instrumentos de pesquisa capazes de permitir enxergar o que se passa nos minúsculos espaços sociais em que as táticas silenciosas e sutis jogam com o sistema dominante”.

Com base nas indicações de Sergio Vasconcelos Luna (2013) para se construir uma pesquisa é necessário o preenchimento de alguns requisitos, independente do referencial teórico ou da metodologia empregada. Entre esses requisitos estão a formulação de um problema de pesquisa que se mostre relevante, a determinação e a

seleção adequada das informações e das fontes, a escolha de um sistema para o tratamento e interpretação das informações, a produção de respostas que venham a responder aos questionamentos propostos e a indicação do grau de confiabilidade das respostas obtidas e a indicação de generalidade dos resultados. Compreendo que colocar em prática as indicações de Luna (2013), na produção de uma investigação acadêmica, demanda o olhar atento e crítico, assim como a necessidade de disposição para abrir mão das respostas pré-concebidas que podem inibir compreensões mais abrangentes e inovadoras dos processos analisados.

Logo, essa Tese é um estudo qualitativo na área da Educação, amparado na metodologia da análise documental, que analisa a Campanha Pró-Educação (1933-1935), tendo como base empírica o periódico da Imprensa Negra pelotense *A Alvorada*. Nesse caso, o periódico é o documento que possibilita, por meio de um conjunto de procedimentos teóricos e metodológicos, responder aos questionamentos formulados para essa investigação.

A pesquisa documental origina-se, metodologicamente, no campo científico da História, mas vem sendo utilizada, apropriada e adaptada por outros campos acadêmicos como o da Educação. Assim, sigo a linha de pensamento de Jackson Ronie Sá-Silva (2009) de que a pesquisa documental “é um procedimento que se utiliza de técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ SILVA, 2009, p. 45), requerendo certa prática e uma constante reflexividade das pesquisadoras e dos pesquisadores. Além disso, ela tem sido amplamente utilizada nas Ciências Sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Dentro da perspectiva da pesquisa e análise documental, cabe explicitar as transformações que ocorreram nas noções de *documento*. O historiador André Cellard (2012) explica que até o “final do século XIX a noção de documento se aplicava quase que exclusivamente ao texto, e, particularmente, aos arquivos oficiais” (CELLARD, 2012, p.297). Durante o século XX, a história social buscou ampliar, consideravelmente, os limites da análise historiográfica provocando mudanças no entendimento do que passou a ser considerado *documento*. Nesse sentido, Le Goff (1996) destaca que os vestígios do passado e os testemunhos da humanidade são considerados documentos, mas é preciso atentar-se para o fato de que o *documento* “é, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, e também das épocas sucessivas durante as quais

continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1996, p.548). Além disso, o documento é monumento, “pois ele é resultado do esforço empregado pelas sociedades históricas a fim de impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – certas imagens de si próprias” (LE GOFF, 1996, p. 538).

Outros aspectos sobre as noções de documento e suas implicações precisam estar claros, bem como alguns critérios para utilizá-los. Inicialmente, Segundo Tim May (2004), deve-se ter em mente que os documentos refletem as aspirações e intenções dos autores, nos períodos aos quais se referem e descrevem lugares sociais de uma época. Eles têm, portanto, a marca de quem os produziu, para que e porque eles foram produzidos. O segundo critério, amparando-me nas observações de Olinda Evangelista (2012), é o de que os documentos expressam “e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico” (p. 4). O terceiro critério, ainda com base em Cellard (2012), é o de que para utilizar os documentos como fonte é imprescindível compreender o contexto e em que temporalidade ele foi construído. Saliento ainda que, como já foi discutido amplamente, no campo das ciências humanas não existe neutralidade em nenhuma ou fonte de conhecimento. Assim, é preciso constituir perguntas e definir objetivos com os quais interrogar a documentação.

Considerando os postulados teórico-metodológicos de Cellard (2012) e Le Goff (1996) e as transformações ocorridas sobre as noções de documento, é que optei por tratar o jornal *A Alvorada* como o documento no qual se embasa a análise proposta nessa Tese. Segundo Tânia Regina de Luca (2008), os jornais são fontes repletas de significados, disputas, tensionamentos, características e intencionalidades que apresentam aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ideológicos de um momento histórico e de um grupo de indivíduos. Conforme Luca,

[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, 2008, p.140)

Ainda segundo essa historiadora, por muito tempo a utilização do jornal como fonte para a escrita e produção do conhecimento foi rejeitada por diferentes áreas, entre elas a historiografia, pois a perspectiva científica de que o conhecimento deveria



produzir verdades absolutas era preponderante durante o século XIX e boa parte do século XX. Os jornais foram considerados impróprios como fontes, pois a construção historiográfica foi marcada de forma longeva pela ideia de neutralidade, verdade incontestável dos fatos, necessidade de afastamento de historiadores e historiadoras de seu tema de pesquisa de forma a não influenciá-lo de nenhuma (LUCA, 2008, p.112).

Ainda de acordo com Luca:

A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina [...] A prática historiográfica alterou-se significativamente nas décadas finais do século xx.

Até a segunda metade do século XX eram escassas as reflexões sobre a forma com a qual se tomava o jornal como fonte, nem a dimensão e a pertinência de quem os produziu, porque os produziu, o contexto histórico e o caráter político, cultural e ideológico da fonte. Assim, perdurou, durante um extenso período, a concepção de que os jornais eram meros receptores e divulgadores de informações e conteúdos.

No início dos anos 1970 a imprensa militante começou a receber maior destaque nas pesquisas históricas, principalmente no que se refere à imprensa operária. Foi naquela conjuntura que a historiografia começou a atentar para as demandas da classe operária, as posturas ideológicas, a mobilização, os processos de construção e a própria produção dos jornais desse tipo de imprensa (LUCA, 2008). Esse novo enfoque da produção historiográfica irá se ampliar, também, no sentido das questões de gênero, etnia, raça, grupos subalternizados e marginalizados, e é nessa conjuntura que se insere o periódico *A Alvorada*, haja vista que foi um jornal da Imprensa Negra criado pela classe operária negra pelotense e que tinha como escopo as questões e demandas desse grupo étnico em determinado momento histórico.

A pesquisadora Ângela Oliveira (2017) destaca que os jornais da Imprensa Negra proporcionam que as pesquisadoras e os pesquisadores possam conhecer aspectos da sociabilidade da comunidade negra, as formas de organização e participação, a circularidade em diferentes espaços, os debates sobre cidadania, as reivindicações e denúncias de racismo e exclusão.

O termo comunidade negra, utilizado nesta pesquisa, parte da perspectiva de Santos (2003), no qual define como um conceito fechado, na maioria das vezes, restrito aos negros, mas em alguns momentos, principalmente nos de comunhão social, atividade religiosa e lazer, bem como de reivindicações trabalhistas, assembleias, greves, pode abarcar brancos e negros pobres. Isto não descaracteriza a separação étnica proposta, antes a reforça, pois basta haver um impasse político, uma situação de conflito intraclasse operária, para o discurso preconceituoso assumir as diferenças raciais, sociais e culturais entre brancos e negros, naturalizando-as como negativas, geralmente em prejuízo dos últimos (SANTOS, 2003).

Ainda segundo Oliveira (2017), no que tange a Imprensa Negra, a autora destaca que:

Vários aspectos da vida cultural de indivíduos da comunidade negra estão registrados na fonte estudada, e permitem a compreensão de questões referentes à sociabilidade e ao lazer. A imprensa, os clubes sociais, culturais, um espaço racializado, suas formações eram pautadas por uma exclusão gerada pela crença de que os africanos e seus descendentes pertenciam a outra raça, diferente da raça branca e que essa raça era inferior (OLIVEIRA, 2017, p.55).

Além disso, segundo Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1980), ao trabalhar com a imprensa é estruturante compreender que ela pode ser um instrumento que interfere na formação de determinados padrões de comportamento, pensamento e opiniões, nas formas de agir e atuar na sociedade e na vida dos indivíduos. As pesquisadoras também afirmam que não se pode tomar a imprensa como mero veículo de informações, e um transmissor parcial e neutro de acontecimentos e que se encontra isolado do cenário político, social e econômico. Para elas:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se inserem (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 19).

Mapeamentos realizados com a intencionalidade de verificar a produção acadêmica, que tem se amparado na utilização de jornais como campo empírico, apontam um crescimento desses estudos nas últimas décadas. Esses mapeamentos indicam que as áreas da História, Comunicação, Linguística e Educação vêm trabalhando com essa tipologia de fonte (OLIVEIRA, 2015).

No estudo de May (2004) são expressos certos procedimentos e cuidados ao utilizar a pesquisa documental. O autor aponta ainda sugestões de como realizar a reunião, seleção e análise dos dados nos documentos que se pretende utilizar na pesquisa. No processo de definição/reunião dos documentos deve-se observar a disponibilidade destes materiais, se o acesso ao arquivo/local em que eles se encontram é permitido, as condições de preservação, se são públicos ou privados, se há disponibilidade para que se possa transcrever e fotografar esses materiais. Outro aspecto relevante, nesse momento da investigação, é estar ciente de que os materiais podem ser deslocados para outros espaços de preservação e conservação. Logo, é preciso se certificar de que o campo empírico e/ou os documentos não desaparecerão. No caso do jornal *A Alvorada*, as edições estão disponíveis no arquivo da Biblioteca Pública Pelotense, sendo permitido o acesso do público e de pesquisadoras e pesquisadores.

Utilizei as edições do jornal *A Alvorada*, especificamente no período de 1933 a 1935, como campo empírico para analisar a *Campanha Pró-Educação*. Nesse sentido, foram realizadas visitas ao Arquivo da Biblioteca Pública Pelotense a fim de ter os primeiros contatos com os materiais e verificar a possibilidade de acesso às edições dos jornais. De acordo com as normas do Arquivo da Biblioteca Pública Pelotense é possível transcrever e fotografar os materiais em questão. Assim, para um melhor desenvolvimento da pesquisa, optei por fotografar todas as 93 edições mapeadas que tratam da Campanha Pró-Educação.

No momento da análise do corpus documental, como já foi mencionado anteriormente, é relevante considerar que os documentos necessitam ser vistos com base em uma estrutura teórica e metodológica, sendo que estes não existem isolados de um contexto social, histórico, político e econômico, assim como de um conjunto de pretensões e significados. Nesse sentido, uma das primeiras tarefas de quem escolhe os jornais como documentos, é a de compreendê-los dentro de seu contexto. Ademais, as pesquisadoras e os pesquisadores têm de estar conscientes que tanto elas/eles quanto os documentos sofrem influências diversas. Segundo Evangelista, “o conhecimento produzido pelo pesquisador em seu tempo será mediado pela análise da produção ‘do’ período e ‘sobre’ o período. Fontes e pesquisador sofrem objetivações que lhes são específicas e precisam estar claras para o sujeito” (EVANGELISTA, 2012, p.6).

Tânia Regina de Luca (2008) buscou traçar uma série de procedimentos práticos aplicáveis ao trato dos periódicos como fonte, mas alertou que esses procedimentos não são engessados e que irá depender do que a pesquisadora e o pesquisador estão

investigando. Por isso é que a problemática de pesquisa, os objetivos, e o arcabouço teórico-metodológico necessitam estar articulados solidamente. Além disso, André Cellard (2012) propõe cinco dimensões inter-relacionadas sobre o processo de análise documental e que se constituem como aspectos pertinentes para a produção científica. Os procedimentos aplicáveis ao trato com o uso dos periódicos como fonte propostos por Luca (2008), se assemelham as dimensões inter-relacionadas sugeridas por Cellard (2012) no que se refere à análise documental. Logo, procurei apresentar ambas estruturas que embasaram, metodologicamente, a produção e análise dos dados dessa Tese.

As interdimensões propostas por Cellard (2012) quanto à análise documental foram analisar o contexto global no qual foi produzido o documento com intuito de interpretar o contexto social, político, econômico, cultural e ideológico que proporcionou sua constituição, conhecer quem são os indivíduos e/ou a coletividade que produziu os documentos por intermédio de dados biográficos, posicionamentos políticos e ideológicos, motivações, posições sociais. Indicar a tipologia e origem do documento que consiste no processo de classificação deste, além das possíveis razões para sua formulação.

Além disso, as pesquisadoras e pesquisadores devem realizar leituras preliminares visando compreender o conteúdo, os conceitos, identificar as nuances, sentidos e historicidade dos termos utilizados pelas autoras e pelos autores. Por fim, fazer a análise interpretativa que consiste nos procedimentos de reunião, classificação e comparação das informações preliminares e interpretação dos textos com base no problema de pesquisa e nas referências teóricas definidas.

As sugestões metodológicas, pontuadas por Luca (2008), orientam para realização dos seguintes procedimentos:

1. Localizar as fontes com as quais se pretende trabalhar e constituir uma série representativa;
2. Verificar a presença das publicações na história da imprensa;
3. Observar a periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade e como ocorre a organização interna do conteúdo;
4. Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação, assim como verificar a forma de escrita;

5. Caracterizar o grupo responsável pela publicação e edição da fonte, buscando identificar seus colaboradores e a receita que matinha o periódico;
6. Identificar o público a que se destinava e os temas mais presentes;
7. Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Com base em Cellard (2012) e Luca (2008), selecionei previamente um conjunto de artigos do jornal *A Alvorada*, de 1933-1935, que tratam especificamente da Campanha Pró-Educação. O total de edições encontradas do jornal *A Alvorada*, nesse período que tratam da Campanha Pró-Educação, foi 93. Delas, selecionei 44 edições e um total de 52 artigos para serem analisados a fim de responder à problemática dessa pesquisa e os objetivos traçados. Com base na análise inicial dos artigos, percebi que os temas mais presentes eram:

- Instrução;
- Alfabetização;
- Escolarização;
- Moralização.

Optei, então, por pensá-los como categorias analíticas com base nas quais realizei a seleção do material, o que permitiu uma delimitação no número de edições. Além disso, o corpus documental foi escolhido com base na pertinência, consistência e produção dos documentos em relação à problemática da pesquisa. Os temas elencados aparecem, ao mesmo tempo, em mais de um artigo das edições analisadas.

Com base no mapeamento preliminar dos artigos e das edições, selecionei os artigos que serviram de base empírica à investigação. Como mencionado, os artigos escolhidos têm como tema a instrução, alfabetização, escolarização e moralização e perfazem o total de 52. A seguir apresento o quadro com seu detalhamento.

Quadro 1- Mapeamento de Artigos da Campanha Pró-Educação (1933-1935) a serem analisados

<b>Mapeamento dos Artigos da Campanha Pró-Educação (1933-1935) a serem analisados</b>			
<b>Data da Publicação</b>	<b>Nº da Edição</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Autor/Autora</b>

15/01/1933	3	Educai vossos filhos	José Penny
22/01/1933	4	Justificando e Incitando	José Penny
29/01/1933	5	Companheiros Educai-vos	Morge Soares
29/01/1933	5	Negro	Creoulo Leugim
05/02/1933	6	Indiferença Condenável	Latino do Brasil
12/02/1933	7	Nova Aurora	Assel
12/02/1933	7	Verdades que machucam	José Penny
19/02/1933	8	Quereis o engrandecimento da Pátria? Educai vossos filhos	Rodolpho Xavier
19/02/1933	8	Mocidade!	Dadá Belchior
19/02/1933	8	O valor da Instrução	Rodolpho Xavier
05/03/1933	10	Horas Vagas	Armando Vargas
26/03/1933	13	O problema do Ensino	José Victorino de Lima
23/04/1933	17	“Instrução” (Nem só de pão vive o homem) Jesus.	Latino do Brasil
28/05/1933	21	Instrução	Xenofonte Lopes
28/05/1933	21	Força que restaura	Niomira Canto
11/06/1933	23	Os fatos positivos correspondem à lógica	Humberto de Freitas
11/06/1933	23	A mocidade negra	Tania
18/06/1933	24	Juventude	Negro
09/07/1933	27	Suprema Volição	Humberto de Freitas
09/07/1933	27	FNP	José Penny
09/07/1933	27	Negro	Creoulo Leugim
13/08/1933	23	O Indivíduo e a Sociedade	Thales de Mileto
17/09/1933	37	A Frente Negra Pelotense	Manoel Izidoro
22/10/1933	42	Da Frente Negra Pelotense	Ernani Lima
22/10/1933	42	O Vício do Alcool	Maria Pariz de Castro
03/12/1933	48	Um século Falho	Mario P. Serva
07/01/1934	52	Desperta Raça	José Penny
21/01/1934	54	A Raça desperta	Rodolpho Xavier
04/02/1934	56	Pela Educação da Raça e dos Costumes	Armando Vargas
04/03/1934	60/61	Vencemos?	José Penny
11/03/1934			

25/03/1934	63	Novas Tendências	Suetânia
15/04/1934	66	Instrução Nacional	Rodolpho Xavier
27/05/1934	4	Novos Horizontes	Humberto Freitas
03/06/1934	5	Antes de ler, aprende a trabalhar	Rodolpho Xavier
03/06/1934	5	A Instrução	Humberto de Freitas
10/06/1934	6	Contra o Analfabetismo	Zumbi dos Palmares
08/07/1934	10	A Escola	Carvalho Duarte
30/07/1934	13	Pela Educação da Raça	Vargadas
05/08/1934	14	Educação	Maria Inísia Torres
19/08/1934	16	A Imbecialidade	Última Romântica
16/09/1934	20	Porque Vacilais	Pardo Otrebla
28/10/1934	26	O Grande Dever	B.Conceição
25/11/1934	30	O “Porque do nosso Atraso”	Maria Luiza Torres
02/12/1934	31	Reparos	Antonieta Avilla
16/12/1934	32	O Negro Brasileiro	Humberto de Campos
30/12/1934	34	Pela Educação da Raça	Vargadas
13/01/1935	36	A Juventude Negra estudiosa	E.Lima
27/01/1935	38	Assombrosas Vitórias	Não Identificado/a
03/02/1935	39/40	Por que não vencemos?	Rodolpho Xavier
10/02/1935			
17/03/1935	45	O Negro do futuro	Rodolpho Xavier
12/05/1935	02	Frente Negra Pelotense	Humberto de Freitas
26/05/1935	03/04	O Dia 13 de Maio	Não Identificado/a

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019.

Nesse mapeamento, constatei que a maior parte dos artigos trata das categorias analíticas alfabetização e instrução, alguns tratam de mais de uma categoria analítica simultaneamente. São 52 textos em 44 edições, isto porque numa mesma edição foram mapeados mais de um artigo ou um artigo estava dividido em duas partes e, portanto, em mais de uma edição. Desse modo, o mapeamento apresenta 26 artigos em 17 edições no ano de 1933, 21 artigos em 20 edições no ano de 1934 e 6 artigos em 7 edições no ano de 1935. Outros aspectos, que observei, foram que os articulistas José Penny, Rodolpho Xavier e Humberto de Freitas escreveram vários artigos ao longo do período do desenvolvimento da Campanha Pró-Educação, provavelmente pelo papel

desempenhado por eles dentro da produção do jornal *A Alvorada*, bem como em outras organizações da população negra pelotense. Além disso, a presença de artigos produzidos por mulheres também constituiu o corpus documental analisado nessa tese como sendo um total de 8, o que pode significar que, embora as mulheres fossem restringidas de muitas formas, nesse contexto histórico, elas tinham algum tipo de instrução que lhes possibilitasse escrever tais edições.

Para efetivar a análise com base nos procedimentos da análise documental, após realizar a pré-seleção dos artigos que compuseram o *corpus* empírico, retomei a leitura das edições selecionadas e passei agrupar os artigos pela presença das categorias analíticas. As constantes leituras, ao longo do desenvolvimento da análise, foram importantes para que eu compreendesse a forma como os articulistas da Campanha Pró-Educação abordavam a Educação e as próprias categorias analíticas de alfabetização, instrução, escolarização e moralização, bem como identificasse os tensionamentos, fragilidade e motivações presentes na campanha educacional.

Ao agrupar os textos, de acordo com a presença das categorias analíticas, foi possível observar alguns aspectos característicos da Imprensa Negra que também foram apontados em diferentes estudos mapeados da revisão da produção acadêmica. Ao mesmo tempo, verificar as nuances, sentidos dos conteúdos, bem como as semelhanças na forma de abordagem dos temas nos textos, o que não significou a inexistência de tensionamentos e divergências.

Posteriormente, foi necessário selecionar os fragmentos dos artigos que poderiam, por meio da análise, responder aos questionamentos da pesquisa. Esses fragmentos foram organizados em uma tabela de acordo com a categoria analítica e por similaridade de abordagem, pois assim o cruzamento dos dados tornou-se mais robusto. A partir daí, iniciei a análise interpretativa dos dados classificando e reclassificando os fragmentos dos artigos, comparando as diferentes informações, questionando as fontes e as interpretando com base no referencial teórico e na problemática a qual este estudo se propôs responder.

Na seção seguinte, discorro sobre o contexto da produção dos documentos apresentando algumas características da Campanha Pró-Educação e alguns aspectos do panorama geral em que a produção de artigos dessa campanha educacional ocorreu.

### 2.3 O campo empírico: O Jornal *A Alvorada* e a Campanha Pró-Educação (1933-1935)



Nessa seção, realizo uma caracterização da Campanha Pró-Educação (1933-1935) com intuito de apresentar alguns aspectos do contexto em que foram produzidos os artigos em análise. No último capítulo desse estudo, apresentei, mais detalhadamente, a análise dos textos e o processo de construção e desdobramento dessa Campanha Educacional, bem como de seus articulistas.

A Campanha Pró-Educação não foi um caso isolado de campanhas educacionais em favor da população negra brasileira, principalmente no que se refere ao processo de alfabetização e instrução. Segundo Petronilha Gonçalves e Silva (2000), campanhas e ações em favor da Educação foram pensadas e colocadas em prática pela Frente Negra Brasileira e ocorreram na Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Ao analisar as propostas de Educação, assim como ações da Frente Negra Pernambucana a pesquisadora Fátima Aparecida da Silva (2000) também constatou que as Frentes Negras em São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia tinham a mesma preocupação quanto à instrução e à escolarização da população negra. Nas palavras de Silva (2000, p.98)

[...] é importante destacar a semelhança existente entre as propostas de ações da Frente Negra Pernambucana e as Frentes paulista, gaúcha e baiana. Em todas elas, aparece a preocupação com a instrução, o ingresso da população negra em escolas públicas e a Educação voltada para a mulher, tratada na esfera da moral.

Desse modo, a participação das entidades e organizações negras, e da Imprensa Negra, como veiculadora das demandas desse grupo, foram fundamentais para a construção de táticas e situações concretas de acesso à Educação.

Como mencionado, o Jornal *A Alvorada* empreendeu, entre os anos de 1933 a 1935, uma campanha em prol da Educação da população negra pelotense que foi desencadeada por José Penny, e, posteriormente, juntaram-se a ele os articulistas Rodolpho Xavier, Humberto de Freitas e Armando Vargas. Embora os artigos direcionados, a essa campanha educacional, tenham sido escritos por diferentes pessoas, aqui, me detenho a descrever a trajetória dos articulistas que a fundaram e que mantiveram seus nomes presentes de forma assídua na autoria dos textos.

Os articulistas da Campanha Pró-Educação compunham um pequeno grupo de afrodescendentes letrados, intelectuais com certo grau de instrução. A partir das ideias de Jean-François Sirinelli (2003) é que me embaso teoricamente para afirmar que os articulistas da Campanha Pró-Educação foram também intelectuais que se engajaram

social e politicamente e se colocaram a serviço dos seus ideais e causas defendidas, entre elas, a Educação.

O conceito de intelectual muda de acordo com o embasamento teórico e com a temporalidade em que se escreve e produz conhecimento. De acordo Sirinelli (2003, p 242), com “frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de Intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram [...]”. As mudanças que ocorreram com essa conceituação possibilitaram não só a ampliação do termo de intelectuais, como também colaborou para que outros sujeitos históricos e sociais pudessem ter reconhecidos os seus papéis e suas ações em relação a uma coletividade. Haja vista, que, durante um longo período, o número de intelectuais foi reduzido e estava ligado a uma elite. Esses aspectos contrastaram, até certo ponto, com as mudanças recentes da historiografia que passou a se interessar pelas histórias de grupos que foram relegadas e marginalizadas.

Sirinelli (2003) parte de duas acepções de intelectuais “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra baseada na noção de engajamento”. O autor descreve essas acepções pontuando que no

[...] primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus ,que levam a esse primeiro conjunto, postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou "mediadores" em potencial, e ainda outras categorias de "receptores" da cultura [...] uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator - mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos -, testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua "especialização", reconhecida pela sociedade em que ele vive - especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade-, que o intelectual põe a serviço da causa que defende (SIRINELLI, 2003, 242).

Os articulistas e intelectuais negros da Campanha Pró-Educação defendiam a causa educacional como elemento fundamental para elevação social, econômica, cultural e moral do povo negro. Ao mesmo tempo, seu engajamento e circulação em diferentes espaços e associações negras contribuíram para que suas ideias estivessem presentes nas páginas do jornal. Os articulistas por trás da Imprensa Negra geralmente atuavam em diversos espaços, “seja no mercado de trabalho, na manutenção de redes de relacionamentos, em outros mecanismos de luta (como sindicatos e associações)” (OLIVEIRA, 2017, p.45).

A partir de 1930, observa-se uma mudança no grupo de articulistas e intelectuais que irão compor o jornal *A Alvorada* e que encamparam a Campanha Pró-Educação. Nas palavras de José Antônio dos Santos (2001) nos primórdios da década de 1930

[...] vai passar a fazer parte da redação do *A Alvorada* uma nova geração de intelectuais negros preocupados com os mesmos problemas dos seus antecessores: discriminação racial e social; elevação moral e educacional da “raça negra” e melhoria da situação sócio-econômica do operariado pelotense. Nesse sentido, José Penny, filho de Juvenal, lançava o que seria reconhecido posteriormente por Armando Vargas como o início da “Campanha Pró-Educação” dos seus “irmãos de raça” (SANTOS, 2001, p. 106-107).

Nessa nova geração de intelectuais estavam Humberto de Freitas e José Penny, que também apresentavam certo grau de instrução e condições socioeconômicas mais favoráveis do que grande parte da população negra pelotense. Ambos foram articulistas da Campanha Pró-Educação, sendo que José Penny foi o idealizador que a iniciou nas páginas do jornal *A Alvorada*.

José Penny era filho de Juvenal Penny e sobrinho de Durval Penny, ambos fundadores e proprietários do jornal *A Alvorada*. Ao que tudo indica José Penny frequentou espaços escolares, entre eles, o Colégio Júlio de Castilhos em Porto Alegre-RS quando se preparava para ingressar no curso de Engenharia. Esteve ligado a direção e redação do jornal *A Alvorada* por um curto período de tempo, pois passou a dedicar-se aos estudos da Engenharia. Como já mencionado, ele idealizou e foi articulista da Campanha Pró-Educação.

Humberto de Freitas<sup>11</sup> era um jovem intelectual e, segundo Silva (2011), teria sido artista plástico, redator do jornal *A Alvorada* na década de 1930, fundador, membro do conselho consultivo e secretário geral, em 1933-1934, da *Frente Negra Pelotense*, membro da diretoria e secretário entre 1936-1939 do *Clube Chove Não Molha*, e orador e subdiretor do *Clube Fica Ahí* no final dos anos de 1930.<sup>12 13</sup>

<sup>11</sup> Diferente da trajetória de Rodolpho Xavier, não foi possível identificar nas referências maiores informações sobre a infância de Humberto de Freitas, Armando Vargas e José Penny.

<sup>12</sup> O clube *Chove Não Molha* foi fundado em 26 de fevereiro de 1919, em uma alfaiataria local. Entre os fundadores estava o dono da loja, Otacílio Borges Pereira, do qual partiu a ideia, somando-se a este os também alfaiates, Antonio Silveira Falcão, Henrique Cância de Paula, Pedro Vargas e Antenor Vieira. Inicialmente, o objetivo era aproveitar o carnaval de 1919. A iniciativa foi bem recebida pela comunidade local e começou a se delinear uma estrutura que se mantinha em funcionamento anual. A partir de 1924, as festas se realizavam em sua sede social alugada no centro da cidade. No período se destacaram os bailes em homenagem ao 13 de Maio; à Primavera e a São Pedro e seguiram participando dos festejos carnavalescos locais. Os interessados em fazer parte do clube tinham de ser indicados por um associado e, ao associarem-se, tinham o direito de participar das eleições, norma que se estendia às mulheres. No entanto, estas só puderam ocupar cargos na diretoria depois de 1938. Antes dessa data, as mulheres

Silva (2011, p. 5) destaca que Humberto de Freitas transitava entre “as associações de cunho racial e as vinculadas ao movimento operário da cidade, foi líder do Sindicato dos Carpinteiros de Pelotas e candidato às eleições para deputado federal e constituintes estaduais pelo Partido Socialista Proletário do Brasil em 1934”.

No momento em que foi redator do periódico *A Alvorada* foi um dos articulistas da Campanha Pró-Educação, e provavelmente, Humberto de Freitas usou o codinome Zumbi dos Palmares para assinar os artigos que escrevia, embora em muitos deles apareça seu nome. Segundo José Antônio dos Santos (2001), frequentemente os redatores e articulistas do jornal *A Alvorada* assumiram codinomes, quando escreviam sobre temas considerados polêmicos, bem como tinham a responsabilidade de preencher as páginas do periódico e para isso assinavam algumas vezes os artigos com nomes fictícios.

Rodolpho Xavier nasceu em 1873, já com a Lei do Ventre Livre em vigor, e, portanto, era um ingênuo<sup>14</sup>. Filho de Eva, negra e escravizada, com Domingos Ignácio Xavier, branco e livre, Segundo Ângela Pereira Oliveira Balladares (2019), a mãe de Rodolpho Xavier comprou sua carta de alforria cerca de menos de uma década depois de seu nascimento sendo que ela “optou por partir da casa do senhor levando Rodolfo consigo, refazendo, a partir de então, as suas trajetórias. Apesar de terem adotado o sobrenome senhorial, Xavier, ao que tudo indica, eles reconstruíram suas vidas sem contato com essa família” (BALLADARES, 2019, p.2). Ainda de acordo com a autora, Rodolpho Xavier teria sido alfabetizado na infância frequentando os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense e ingressado no mundo do trabalho aos 12 anos de idade, tendo desempenhado diferentes ofícios e mantido forte ligação com o movimento operário. Nas palavras da autora,

---

podiam apenas administrar os blocos que se formavam dentro do clube e participar das reuniões deliberativas. Mas, mesmo com essas restrições, elas chegaram a formar uma liga feminina pró-Chove, em 1930. Para mais informações ver: Silva (2017, p. 58).

<sup>13</sup> Em 1921, Osvaldo Guimarães da Silva, Renato Monteiro de Souza e João Francisco Ferreira criaram um cordão carnavalesco o qual denominaram Fica Ahí P’ra Ir Dizendo. O clube teria surgido a partir de uma dissidência do Clube Chove Não Molha, mas apresentando ideias semelhantes, inclusive em relação a criação de espaços de sociabilidade para a população negra pelotense. O Fica Ahí, colocou em prática um quanto aos seus sócios atentando principalmente para as questões do pertencimento étnico-racial, e à preocupação com a moralidade, não apenas na sede, mas nos diferentes aspectos da vida destes. Nos anos de 1930 a estrutura organizativa do clube pouco se alterou, destacando-se, por exemplo, a presença feminina na organização e fiscalização das festividades através de uma comissão de senhoras. Para mais informações ver: Silva (2017, p. 59-60).

<sup>14</sup>Ingênuos é a denominação dada às crianças nascidas de mulheres negras escravizadas a partir da criação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871.

[...] trabalhou como vendedor em carroças, chapeleiro, vassoeiro, colcheiro e maleiro. Antes disso, acompanhava sua mãe no trabalho de lavadeira. A maior parte de sua atuação profissional se deu desempenhando a profissão de pedreiro [...] participou das entidades de classe Liga Operária, União Operária, Feliz Esperança e Centro Dr. Monteiro Lopes, militando em prol da classe trabalhadora pelotense. A atuação intelectual de Rodolfo para a imprensa não foi o que lhe garantiu o sustento diário, tratava-se de uma colaboração em prol de um ideal (BALLADARES, 2019, p.3).

Além de participar de entidades de classe, foi líder sindical, atuou como articulista do periódico *A Alvorada* a partir de 1911, sendo um dos intelectuais que mais escreveu artigos direcionados à Campanha Pró-Educação. Rodolpho Xavier também transitou no universo da política, vinculado ao Partido Socialista Brasileiro pelo qual foi candidato a deputado em 1934 (SILVA, 2011).

As crônicas escritas por Rodolpho Xavier tinham “a Educação como uma bandeira de luta, a defesa do ser negro em pleno contexto de racialização e certo conservadorismo no que se refere ao comportamento do negro na sociedade [...] prática comum entre os homens da Imprensa Negra que tentavam romper com estereótipos (BALLADARES, 2019, p.3).

Armando Vargas tinha a profissão de tipógrafo, também era ligado ao movimento operário e representava, junto com Xavier, a “velha guarda da intelectualidade negra que ajudou a fundar e manter o jornal [...]” (MARQUES, 2010, p.72). Assim como Rodolpho Xavier, Vargas também frequentou os cursos noturnos de alfabetização da Biblioteca Pública Pelotense, foi um dos fundadores e articulistas do jornal *A Alvorada* durante todo o período de existência do periódico, colaborando de forma expressiva com a Campanha Pró-Educação. Segundo Silva (2011), Armando Vargas fez parte do conselho consultivo da Frente Negra Pelotense, momento em que era também sócio do clube negro *Fica Ahí P’ra Ir Dizendo* de cunho recreativo e carnavalesco.

Outros fatores a serem observados, em relação a esses fundadores e articulistas, que talvez seja interessante pensar, a partir de uma reflexão de Isabel Bilhão é que,

[...] na maior parte dos casos, as redações da imprensa militante eram compostas por grupos de lideranças – ou nem tanto – que pertenciam ao que se poderia chamar de “os de cima” do movimento operário. Ou seja, aqueles que tinham acesso a alguma forma de instrução e ao trabalho na imprensa, o que lhes facilitava a veiculação de ideias, a circulação nos meios intelectuais, políticos e artísticos e que, portanto, formavam uma pequena parte, muitas vezes distinta, do conjunto do operariado a quem pretendiam alcançar com seus textos (BILHÃO, 2016, p. 178).

Dessa forma, uma das precauções ao analisar os textos, é a de não tomar os dados biográficos de quem fundou e escreveu para o jornal como referências diretas à compreensão das condições de vida da população a quem se dirigiam.

A campanha intitulada “Campanha Pró-Educação” teve entre suas finalidades a inserção de negros e negras em espaços escolares, sua alfabetização e a valorização dos intelectuais afrodescendentes como forma de ascensão desse grupo. Em um artigo que divulgava a campanha, escrito por Armando Vargas, datado de 05 de março de 1933, fica explicitado que seu foco era o “reerguimento moral e intelectual da raça negra por meio da instrução e da cultura”.

A partir da análise dos artigos que divulgaram a Campanha Pró-Educação, constatei que a ela teve início em 15 de janeiro de 1933, com o artigo intitulado “Educai vossos filhos”, de autoria de José Penny. Nele, o articulista adverte a família e os pais da necessidade de educar as crianças e os jovens, defendendo que a “Educação como todos vós sabeis e é afirmada pelos grandes educacionistas, é a maior das fortunas que o homem pode possuir sobre a terra, por isto deveis formar a mentalidade de vossos filhos, com uma sólida Educação moral e intelectual” (A ALVORADA, 1933, p.1).

Em outro trecho do mesmo artigo, estimula as famílias negras a se esforçarem e terem consciência do valor da Educação como instrumento de compreensão de direitos, assim orienta: “Esforçai-vos, fazei mesmo sacrifícios, mas educai a vossa prole, que ela futuramente compreenderá melhor os seus direitos e não se deixará enxovalhar pelos ignorantes sem valia perante os homens que sabem estar o valor de seus semelhantes no saber e não na cor” (A ALVORADA, 1933, p.1).

Santos (2011) e Fernanda Oliveira Silva (2010) apontaram que houve uma ampla divulgação da Campanha Pró-Educação, dentro da qual surgiria a Frente Negra Pelotense, que a alfabetização, instrução e escolarização dos negros pelotenses, bem como o que Santos (2011) chamou de “Educação do eu” foram seus principais enfoques.

A Campanha Pró-Educação finalizou em 26 de maio de 1935 com o artigo intitulado “*O Dia 13 de Maio*”, tratando da comemoração da Lei Áurea e problematizando algumas questões enfrentadas pela população negra mesmo após a Abolição. No artigo, não há informações sobre o término da campanha, e na seguinte edição o tema central é outro. Contudo, isso não quer dizer que a Educação tenha deixado de ser um dos principais focos do periódico.

Essa inserção ao campo empírico me permitiu constatar algumas informações que elucidam a construção da produção dos dados e sua posterior análise. Primeiro, que os artigos da Campanha Pró-Educação tiveram diferentes autores, mas destaco a presença assídua de José Penny, Rodolpho Xavier e Humberto de Freitas, tendo em vista que a maior parte dos artigos foi escrita por estes.

Segundo que, durante a veiculação da Campanha Pró-Educação, o Jornal *A Alvorada* teve diferentes redatores, sendo estes José Penny, até agosto de 1934; Miguel Barros, como único redator até 17 de março de 1935, e, posteriormente, o periódico teve diversos redatores ao mesmo tempo. Tenho a hipótese de que a mudança da direção de redação do periódico poderá ter alterado o conteúdo presente nos artigos e como eles se apresentam. Nesse sentido, Santos (2001) apontou que durante os anos de 1930 e 1940, a redação e direção do jornal foram realizadas, diversas vezes, de forma improvisada e por pouco tempo. De acordo com o autor, nas décadas de 1930 e 1940

[...] a redação e direção do jornal *A Alvorada*, foi realizada na maioria das vezes de forma improvisada e por pouco tempo e, além daqueles dois, Dario Nunes, Armando Vargas, Juvenal e José Penny se revezaram à frente do hebdomadário. Foi a solução encontrada para a manutenção do periódico naquelas décadas [...] (SANTOS, 2001, p.76).

Nesse subitem, dissertei acerca da contextualização sobre a Campanha Pró-Educação e a produção dos artigos que formam o corpus documental analisado no terceiro capítulo desse estudo. No segundo capítulo, busquei discorrer sobre a Educação da população negra em interface com a Imprensa Negra nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, Rio Grande do Sul e Pelotas com enfoque no Jornal *A Alvorada* e na Campanha Pró-Educação.

### 3. INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E IMPRENSA NEGRA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por profundas disputas ideológicas no universo político, econômico, social e, por conseguinte, no campo educacional. Esse cenário não era apenas brasileiro, mas também mundial. A conjuntura internacional caracterizou-se pelo início e fim da Primeira Guerra Mundial, que levou a devastação da Europa e o crescimento dos EUA como potência econômica mundial. A crise americana de 1929, gerada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, provocou uma profunda Depressão Econômica colaborando para ascensão dos regimes totalitários como o nazismo, o fascismo e o stalinismo.

No Brasil, na Primeira República (1889-1930), os militares estiveram no poder e foram sucedidos pelas oligarquias cafeicultoras. Entre as disputas políticas delineadas pelo poderio dos coronéis e as nuances econômicas, o país se viu imerso em revoltas sociais de diversas ordens. No final do ano de 1920, as oligarquias cafeeiras entram em crise por disputas políticas e, no ano de 1930, ocorre o movimento armado conhecido como Revolução de 1930, que levou à deposição do presidente Washington Luis em 3 de novembro do mesmo ano. Getúlio Vargas assumiu então o Governo Provisório, iniciando-se o período conhecido como Era Vargas (1930-1945). É nessa temporalidade em que está inserida a Campanha Pró-Educação (1933-1935), articulada e divulgada pelo jornal *A Alvorada* que fazia parte da Imprensa Negra no município de Pelotas-RS.<sup>15</sup>

Com o intuito de compreender parte dos aspectos da Educação da população negra brasileira em interface com a Imprensa Negra no Brasil, esse capítulo foi dividido em 5 subitens. Dessa maneira, apresento num primeiro momento, uma síntese das características da Educação nas três primeiras décadas do século XX, posteriormente, uma contextualização da história da Educação da população negra brasileira nessa mesma temporalidade e seus desdobramentos no RS e em Pelotas. Por fim, a

---

<sup>15</sup>Foge às possibilidades desse estudo contextualizar mais aprofundadamente a história desse período. Para análise da construção da ordem republicana ver: Costa (1999), Martins (1997). Para o aprofundamento das discussões sobre a crise mundial do capitalismo no período, ver: Mészáros (2002), Lazzarato (2006), Sennet (2001). Para análise da chegada ao poder e sobre as características do governo Vargas, ver: Skidmore (1982), Fausto (2006), Bilhão (2011). Para a discussão sobre a Educação escolar na Primeira República, ver, por exemplo: Schueler e Magaldi (2008).



constituição da Imprensa Negra brasileira em interface com a Educação, no qual esteve inserido o periódico *A Alvorada* e a Campanha Pró-Educação.

### 3.1 O cenário educacional da Primeira República à Era Vargas

Nessa sessão, apresento uma caracterização mais geral do cenário educacional no Brasil a partir do início do século XX até a década de 1930. A Campanha Pró-Educação se deu nesse momento histórico (1933-1935), e, como os processos históricos não estão dissociados de seus contextos, considero pertinente realizar essa síntese.<sup>16</sup> As questões mais específicas sobre a Educação da população negra serão tratadas no próximo tópico.

Como destacou José Claudinei Lombardi (2008, p. 206), sobre o estudo da Educação brasileira, é preciso atentar

[...] para as contradições internas da formação social brasileira e para a mediação de outros fatores que se articulam à organização escolar, à estrutura educacional e às práticas educativas formais e não formais, não pode ser teoricamente realizado sem pressupor, por sua vez, que a sociedade brasileira, desde sua origem, tem uma vinculação profunda com o sistema global –econômico, social e político - no qual se inseriu e se insere [..].

As considerações de Lombardi (2008) colaboram na elucidação de que as contradições sociais, políticas e econômicas constituem a Educação em diferentes sentidos, sendo ela partícipe dos contextos históricos, ao mesmo tempo em que é influenciada por eles. Lombardi destaca que a Educação brasileira não pode ser entendida “sem levar em conta as contradições que são inerentes a toda e qualquer sociedade dividida em classes, bem como a mediação de outros elementos e aspectos” (2008, p. 206).

As contradições apontadas por Lombardi (2008) são também aquelas que se referem às desigualdades educacionais de determinados grupos étnicos em relação a outros como, por exemplo, a dificuldade ou mesmo a inexistência do acesso de negras e negros à escolarização, alfabetização e instrução dadas as desigualdades socioeconômicas e a discriminação racial que perduram, até hoje, na sociedade brasileira.

---

<sup>16</sup> A contextualização desse subitem não compreende o período histórico do Estado Novo (1937-1945), pois é posterior à realização da Campanha Pró-Educação (1933-1935).

Entre contradições, disputas ideológicas, pressão social, interesses econômicos e políticos, entre outros aspectos, a formação e consolidação da República no Brasil refletiu, de diferentes formas, na própria constituição do tipo de Educação desenvolvida na nação brasileira.

Marcos Cezar de Freitas (2005) defende que a história da Educação brasileira não pode ser considerada por apenas um viés com base numa linearidade. Para esse autor, o regime republicano tentou apagar os aspectos relevantes no campo educacional produzidos durante o período imperial e, com ares de novos tempos, buscou construir um imaginário de que a República seria a solução para a estagnação do povo brasileiro.

As pesquisadoras Alessandra Frota Martinez de Schueler e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi (2008) destacaram que há um movimento de consolidação no qual as historiadoras e os historiadores da Educação têm buscado reconstruir o processo de disputas derivados de uma crescente especialização e legitimação do campo da Educação. Elas salientam também que as concepções ideológicas do período republicano relegaram ao silenciamento as práticas educacionais oriundas do período colonial e imperial. Para as pesquisadoras,

A historiografia da Educação há muito vem abordando o processo de silenciamento do passado colonial e imperial, a desqualificação e o apagamento produzido pela memória da Educação republicana em relação às práticas, ações e iniciativas educacionais e pedagógicas que lhe antecederam. Mais do que isso, os especialistas vêm chamando a atenção para a necessidade de serem repensados marcos cronológicos convencionais e romper com delimitações rígidas, que dividiram a história nacional - e educacional - em colônia, império e república (SCHUELER; MAGALDI, 2008, p. 35-36).

Os pressupostos tratados por Schuler e Magaldi (2008) retomam o sentido simbólico e ideológico que há no fato de determinados grupos em diminuir e desconstruir negativamente aspectos históricos, sociais e culturais daqueles que os antecederam, buscando identificar inúmeras vezes o passado por meio de uma representação negativa. Assim, para demarcar e construir uma visão positiva sobre o período republicano, se fez presente à veiculação de ideias de uma nova era, de tempos modernos em que a nação passaria a partir dali por momentos de renovação e prosperidade. Schuler e Magaldi (2008, p. 35) explicitam ainda que

[...] era crucial para intelectuais, políticos e autoridades comprometidas com a constituição do novo regime seguir “pesada e silenciosamente o seu caminho”, produzir outros marcos e *lugares de memória* para a Educação republicana.

As ideias de Educação presentes nas primeiras décadas da recente República brasileira foram diversas, contraditórias, inconclusas, progressistas e conservadoras.

Das tentativas de reformas educacionais, propostas por intelectuais e por outros segmentos, foram sendo constituídas em interface com os aspectos socioeconômicos, políticos e religiosos em que ocorria a estruturação da Educação no Brasil. Inicialmente, destaco que mesmo com a mudança de regime político, na Educação permaneceram formas de ensinar e instruir que surgiram ainda no período imperial.

No primeiro período republicano, *antigas* formas e práticas de escolarização, herdadas dos *oitocentos*, como as escolas isoladas e multisseriadas, e a Educação familiar e doméstica, mantiveram-se como presença incômoda, mas funcional e majoritária, em várias localidades do país. Também as escolas reunidas, que adquiriram uma configuração mais complexa que as de tipo anterior, mas mantendo o modelo multisseriado [...] (SHUELER; MAGALDI, 2008, p. 45).

No entanto, a manutenção de determinados aspectos do período imperial na Educação não significou que mudanças não foram ocorrendo durante a República. Isso quer dizer, que essas transformações se deram paulatinamente, de forma heterogênea e com influência direta dos aspectos mais específicos de cada região.

Algumas tentativas de reformas educacionais que pouco se efetivaram, mas que já representavam, em certa medida, movimentos de adaptação ao ideário de uma nova nação que correspondesse aos anseios republicanos, foram surgindo ao longo do primeiro quartel do século XX. Esses anseios estavam baseados em um projeto educacional para a formação de cidadão com enfoque na ciência, nos valores morais e cívicos e a Educação como necessária para a consolidação da República

No estudo realizado por Ana Valéria Figueiredo da Costa (2008, p. 85), a autora destaca que:

Os republicanos reafirmavam a Educação como fundamental à consolidação do novo regime político e basilar para o projeto de reforma de construção de uma nova e regenerada sociedade brasileira. O que se mostra, na verdade, é muito mais a vontade de se concretizar um ideal de “ordem e progresso” do que, de fato, a realização efetiva destas palavras [...].

Algumas tentativas de reformas educacionais foram ocorrendo durante a Primeira República: Reforma Benjamin Constant em 1890, Código de Epiáfio Pessoa em 1901, Reforma Rivadávia Correa em 1911, Reforma Carlos Maximiliano em 1915, Reforma João Luiz Alves em 1925.

Além das reformas educacionais em nível nacional e as específicas nos estados, cabe apontar que houve as tentativas isoladas de instrução, escolarização e alfabetização de grupos com ideologias políticas e sociais diversas que é o caso dos anarquistas e socialistas, a criação de espaços de Educação pela população negra como os cursos noturnos de alfabetização e instrução, dos imigrantes alemães e italianos com escolas específicas e a presença de grupos religiosos protestantes com ideias diversas sobre a escolarização e moralização social.

A Reforma de Benjamin Constant (1890) era de cunho positivista e propunha o acesso gratuito da população à escola primária, à laicidade do ensino e à liberdade de cátedra. Essa reforma também previa a reestruturação do ensino superior. Nessa mesma esteira, em 1891, a Criação da primeira Constituição republicana criou certa expectativa, mas não propôs alterações significativas no que se refere à Educação. A Constituição descentralizava o ensino, tendo em vista que o ensino primário e profissional ficava a cargo dos estados e o ensino secundário e superior sob a responsabilidade federal. De acordo com Aranha (2006), essa organização demonstrava uma disparidade de acesso à Educação, mantendo os privilégios de um pequeno grupo em relação ao outro, de um viés elitista e afastando, cada vez mais, a população dos bancos escolares.

O Código de Epiáfio Pessoa (1901) estabeleceu a obrigatoriedade de frequência na Educação primária e reestruturou o ingresso no ensino superior criando provas de admissão realizadas pelas próprias instituições e abolindo a necessidade de emissão de diplomas. Na década de 1900, o governo federal criou cerca de dezenove escolas de aprendizes e artífices, sendo uma em cada estado, objetivando o ensino de ofícios artesanais e não aqueles voltados para o contexto industrial que se desenhava no Brasil. Segundo Aranha (2006), a presença de interesses políticos acabou não resultando na escolha de locais adequados para essas escolas, haja vista a sua dispersão e uma vez que as indústrias concentravam-se no centro-sul e principalmente em São Paulo.

Schueler e Magaldi (2008) destacam ainda que nesse período o analfabetismo era tido pelas elites políticas e alguns grupos intelectuais como um dos principais problemas a ser combatido na sociedade brasileira. Esse cenário motivou a criação de

ligas nacionalistas e associações contra o analfabetismo, destacando-se a fundação da Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo, em 1915, com núcleos em diversos estados.

A Reforma Rivadávia Correa iniciada em 1911 e que se estendeu até 1915, também de orientação positivista, buscava a desoficialização do ensino e, assim, determinou que as escolas secundárias e as instituições de ensino superior passariam a ser entidades corporativas autônomas. Essa mudança está ligada à concepção de que o “ensino livre seria o remédio para os considerados maus catedráticos, para a contenção desenfreada de diplomas, de fraudes e de instalações precárias dos estabelecimentos” (CURY, 2009, p.732).

Em 1915, a Reforma de Carlos Maximiliano extinguiu a Reforma Rivadávia Correa e manteve algumas das alterações realizadas por reformas anteriores. Foram mantidas as provas para o ingresso nas instituições de ensino superior, o ensino seriado, a redução do currículo e a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais. O ensino secundário permaneceu com enfoque na preparação para o ingresso no ensino superior. Essa reforma restabeleceu a emissão de diplomas, reoficializou o ensino e, até certa medida, restabeleceu a interferência do Estado, houve ainda a criação da Universidade do Rio de Janeiro no ano de 1920.

João Cardoso Palma Filho (2005) destaca que, nesse momento, o país tinha um alto índice de analfabetos e a maioria da população mal tinha acesso ao ensino primário e poucos chegavam ao ensino secundário. Carlos Eduardo Vieira (2017) destacou em seus estudos que a demanda pela expansão do acesso à escolarização era oriunda de diversos grupos sociais. Esse fato os levava a disputarem espaços estruturantes no campo da Educação, com o objetivo de que seus projetos e reformas fossem atendidos.

Além disso, embora houvesse uma preocupação com o acesso à escolarização e à alfabetização, de fato essa realidade era limitada. Como explicam Schuler e Magaldi (2008, p. 46), “a democratização efetiva do ensino ainda se mostrava como uma realidade bastante limitada, nas primeiras décadas do século XX”.

As décadas de 1920 e 1930 serão férteis em discussões e debates sobre a Educação no sentido de escolarização e estruturação do ensino, alfabetização, instrução, da população brasileira. No entanto, permaneceram as disputas ideológicas e políticas em nome da Educação que possibilitaram determinados avanços, mas mantiveram diversos entraves. Foi nesse panorama que tentaram implantar outras reformas

educacionais e uma crescente onda de interesse pela Educação levou o surgimento da Associação Brasileira de Educação - ABE em 1924.

Em 1924, com a união de professores, jornalistas, normalistas e intelectuais de outras áreas surgiu a Associação Brasileira de Educação que representou em muitos aspectos a onda de interesses pela Educação que caracterizou esse período. Alguns estudos como o de Aranha (2006), Schueler e Magaldi (2008) e Vieira (2017) apontam que essa instituição teve sede em vários estados brasileiros, promoveu espaços para debates e discussões em relação aos projetos educacionais e formação das escolas públicas e passou a ser considerada porta-voz das causas educacionais, afinada com os grupos políticos e econômicos que tinham influência e encontravam-se no poder.

A partir de 1927, a ABE buscou ampliar sua visibilidade no panorama brasileiro por meio das Conferências Nacionais de Educação. As ideias propagadas pela instituição mantiveram a tendência do cenário intelectual do século XIX, isto é, o da responsabilidade que as elites tinham na construção da consciência nacional, como salvadoras da sociedade brasileira da ignorância e do atraso (VIEIRA, 2017).

As concepções de ordem, labor, civismo e higiene foram os eixos marcantes nas ações e práticas da ABE, determinando padrões de conduta e comportamento que se referem ao sentido da Educação enquanto moralização das famílias e dos indivíduos dentro e fora dos espaços escolares. De acordo com Carlos Eduardo Vieira (2017), essa “consciência cívica teria na escola primária o seu lugar privilegiado de formação, disseminando condutas e sentimentos associados às ideias de laboriosidade, ordem, higiene e civismo” (p. 27).

As Conferências Nacionais de Educação promovidas pela ABE tiveram temáticas diferentes e com temporalidades sucessivas. As Conferências Nacionais de Educação ocorreram também em localidades diferentes: em Curitiba, em 1927, cujo tema foi a organização nacional do ensino primário; em Belo Horizonte, em 1928, com a temática ensino secundário. No ano de 1929, debateu-se sobre o ensino secundário, primário, profissional e Educação sanitária sendo a conferência realizada em São Paulo. Em 1931, o evento foi sediado no Rio de Janeiro com centralidade nas diretrizes para a Educação popular, dois anos depois ocorreu em Niterói, abordando a elaboração da organização nacional. Em 1934, em Fortaleza, a pauta escolhida foi a organização geral do ensino no país. Em 1935, novamente no Rio de Janeiro, realizou a discussão acerca da Educação Física. As conferências seguintes aconteceram nos anos de 1942, 1945, 1950, 1954, 1956 e 1967, abordando temas como Educação democrática, financiamento

dos sistemas públicos de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desenvolvimento científico e ciência e tecnologias (VIEIRA, 2017).

O estudo de Vieira (2017) trata ainda da presença de discursos e sentidos preponderantes no cenário nacional sobre o papel do Estado em relação à Educação, e a forma como a Associação Brasileira de Educação foi mantida sob a tutela de quem estava no poder com intuito dessa ser difusora dos projetos políticos. Em contrapartida, a própria ABE e seus membros compreendiam a necessidade das suas ações para a formulação de políticas públicas de Educação. Logo, como em todo contexto, os tensionamentos e disputas foram presentes na luta por espaços de destaque e nos pressupostos ideológicos concebidos no bojo das discussões sobre a Educação e que representavam a instituição tanto nas ações como nos congressos educacionais.

Nas palavras de Vieira (2017, p.19):

[...] os congressos educacionais cumpriram múltiplas funções, entre as quais destacamos: dar visibilidade às ações do Estado; legitimar os intelectuais envolvidos com a direção das reformas; conquistar o consentimento da sociedade, em geral, e da comunidade escolar, em particular, para a implementação das mudanças pretendidas; e, finalmente, estruturar o discurso educacional que, a partir da combinação de termos e sentidos, pretendia afirmar valores e sensibilidades, definir hierarquias e prioridades e, sobretudo, mobilizar práticas sociais [...].

Na metade dos anos de 1920, foi criada a Reforma João Luiz Alvez/Rocha Vaz (1925) que estabeleceu a institucionalização da disciplina de Educação Moral e Cívica, do curso ginásial num ciclo seriado de seis anos, e a obrigatoriedade da frequência escolar. Esses aspectos demonstram o papel do ensino como veículo moralizador e regulador social. Para Palma Filho (2005), essa reforma educacional era um alargamento das medidas da reforma educacional de 1915, logo se constituiu num processo de consolidação da mesma, bem como promoveu a estruturação de uma base para a implantação do ensino secundário. No entanto, destaca que a tentativa, de expandir e efetivar o caráter formativo do ensino secundário, foi barrado por medidas adotadas pelo Congresso Nacional.

Outras reformas educacionais foram articuladas e parcialmente implementadas nos estados na década de 1920 como, por exemplo, a de Carneiro Leão no Distrito Federal de (1922a1926); de José Augusto no Rio Grande do Norte (1925); Sampaio Dória em São Paulo (1923); Lourenço Filho no Ceará ( 1923-1928); Anísio Teixeira, na

Bahia (1927); Francisco Campos, em Minas Gerais (1928); Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1929) (PALMA FILHO, 2005).

Em 1930, inicia-se o primeiro governo de Getúlio Vargas que é efeito direto do contexto da Revolução de 1930, da destituição do presidente Washington Luis e do impedimento da posse do então presidente eleito, Júlio Prestes. Com os resquícios da Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, provocada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, a economia brasileira foi fortemente afetada em virtude da produtividade do café ser a principal fonte de riquezas do país, logo os primeiros anos da década de 1930 não ficaram imunes ao Crash da Bolsa de Valores de Nova York e a Grande Depressão (MAIA, 2013).

Por outro lado, a década de 1930 marca o começo de um grande crescimento da economia brasileira, onde o setor industrial teve papel fundamental. Nesse sentido, para Andréa Casa Nova Maia (2013, p. 230), “a década de 1930 é um momento de modificação acentuada para a acumulação de capital no país, quando o Estado demonstra a intenção de transformar o pólo urbano-industrial no centro dinâmico da economia do país”. A autora destaca, ainda, que a partir da crise cafeeira no Brasil e da Grande Depressão surge um “modelo de política econômica que representou as novas acomodações políticas e administrativas para o novo modelo de acumulação de capital” (MAIA, 2013, p. 230). Nessa esteira, o Brasil passava, paulatinamente, por um momento de transição entre uma economia agroexportadora para a expansão industrial, o que demandou mão de obra específica para essas atividades.

No panorama político, outros rearranjos e estratégias foram surgindo, mas que ainda contemplavam certas práticas da Primeira República. Nesse sentido, a Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira estavam em constante disputa, a ANL era liderada por Luiz Carlos Prestes que tinha pressupostos ideológicos comunistas e a AIB era comandada por Plínio Salgado que contava com influência e apoio do grupo católico.

Mesmo que as medidas, colocadas em prática pelo governo varguista, tenham sido consideradas um divisor de águas no que se refere aos direitos sociais, o regime republicano continuava não atendendo às necessidades do povo que vivia em péssimas condições, principalmente a população negra (GUIMARÃES, 2001). O momento caracterizou-se pela criação das reformas trabalhistas que ampliaram os direitos dos trabalhadores, mas mantiveram os sindicatos submetidos ao governo, o surgimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as revoltas e pressões sociais provocadas



pelas disparidades e desigualdades na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que uma massa apoiava Getúlio Vargas, a conquista do voto feminino, a nova Constituição Federal de 1934 (VARGAS, 2007).

Num cenário de efervescência política, econômica e social, a Educação continuou sendo alvo de tensionamentos e disputas, com mudanças e permanências. Palma Filho (2005) destaca que alguns acontecimentos influenciaram diretamente a Educação brasileira nesse período, entre eles: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Reforma do ensino superior e secundário, Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a Constituição Federal de 1934.

O Ministério da Educação e Saúde foi criado em 1930, tendo Francisco Campos como ministro da pasta. De acordo com Aranha (2008), ele buscou implementar uma ação planejada para a organização da Educação a nível nacional, objetivou implantar algumas ideias dos intelectuais da Escola Nova no Brasil (responsáveis pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932), embora tenha contado com o apoio da ala católica e promovido mudanças para atender as demandas desse grupo.

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, foram estabelecidos alguns decretos que iniciaram as primeiras tentativas de mudanças na Educação durante o primeiro governo de Vargas encampadas pela Reforma Francisco Campos. Os decretos definiam a criação do Conselho Nacional de Educação (nº 19.850), organização do ensino superior (nº 19.851) e ensino secundário (nº 19.890), regulamentação do ensino comercial (nº 20.158) e instituição do ensino religioso na Educação pública (nº 19.941) (SAVIANI, 2008).

A instituição desses decretos reflete de certa forma, as prioridades para Educação, isto é, o ensino primário não obteve a atenção necessária. Logo, a maioria da população, que era, majoritariamente, analfabeta e sem acesso à escolarização, permaneceria na mesma condição, diferente do que ocorreu com o ensino secundário e superior que era destinado a uma elite restrita.

No ensino secundário, todas as escolas deveriam ser equiparadas ao Colégio Pedro II, ficou estruturado em dois ciclos sendo um fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos que se destinava à preparação para o ensino superior. De acordo com Aranha (2008, p. 305), a intenção era “evitar que o ensino secundário permanecesse meramente propedêutico, descuidando-se da formação geral do aluno”.

A *priori*, o documento elaborado pelo Ministro da Educação Francisco Campos que justificou a instauração do decreto nº 19. 890, destacava que a finalidade do ensino

secundário era mais ampla e que não se restringiria como veículo preparatório para o ingresso no ensino superior, demonstrando uma visão diferente daquela que era preponderante até então. No olhar de Francisco Campos deveria ser levado em conta a função educativa do ensino secundário que consistia “no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo, de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas” (CAMPOS, 1931, p.3).

Todavia, ao retomar o decreto que reorganizava o ensino secundário em comparação aos pressupostos das justificativas de Francisco Campos, é possível identificar que são contraditórios, pois se manteve uma etapa específica para a formação voltada para o acesso ao ensino superior. Nesse sentido, Palma Filho (2005, p. 3) destaca que:

o curso com duração de dois anos funcionava como uma espécie de especialização, pois era dividido em: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico [...] na prática essa reforma assumia um posicionamento favorável à formação de uma elite intelectual, dada a estrutura curricular ser totalmente a serviço da classe dominante.

Outro aspecto, a ser destacado, é a retomada do ensino religioso, principalmente no ensino primário, representando um apoio à ala católica conservadora na Educação. A institucionalização do ensino religioso, nesse momento, fez parte do conjunto de demandas desse grupo que foram atendidas pelo Ministério da Educação e uma intencionalidade política do governo de Getúlio Vargas de agregar o apoio de diferentes segmentos.

Os católicos, também denominados de conservadores, defendiam o modelo educacional fortemente moralizador, com a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas e privadas, não tinham interesse na expansão da escolarização, bem como discordavam quanto à coeducação dos sexos, haja vista que as concepções morais e religiosas relegavam à mulher apenas o espaço da casa, a que deveria cuidar dos filhos, da família e do marido e, portanto, como os papéis sociais eram diferentes não caberia a igualdade educacional.

Os escolanovistas, grupo ligado à Escola Nova e que encampou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, buscavam romper com o molde tradicional de ensino e as disparidades entre a elite e a massa populacional, defenderam o ensino laico e gratuito, obrigatoriedade do ensino elementar e a coeducação de mulheres e homens

sem distinção. Na concepção desse grupo, as professoras e professores seriam direcionadores do aprendizado que se daria com foco nos estudantes, isto é, o processo educativo tinha como centralidade a participação do alunado. Seus pressupostos objetivavam projetos de renovação dos métodos e conteúdos escolares; contrários aos castigos físicos, apoiavam e respeitavam o desenvolvimento espontâneo integral amparando-se na ciência como a Psicologia e a Biologia (ARANHA, 2008).

Na IV Conferência Nacional de Educação ocorrida em 1931, Getúlio Vargas com claras intenções políticas, solicita que esses grupos contribuam com o projeto de organização da Educação nacional apontando suas propostas. Nos debates e discussões, promovidos nesse encontro, não foi possível estabelecer acordo entre católicos e escolanovistas, fato que além de acirrar as divergências levou os escolanovistas a criar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 (VIEIRA, 2017).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova contou com a assinatura e o apoio de 26 intelectuais da época como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Armanda Alvaro, Sampaio Dória, Lourenço Filho, entre outros. Existem divergências historiográficas quanto à contribuição coletiva na formulação desse documento, pois quem assinou a autoria foi Fernando de Azevedo. Em uma carta enviada a Anísio Teixeira, em 14 de março de 1932, Fernando de Azevedo afirmou ter escrito o manifesto em cinco dias (VIEIRA, 2006). No entanto, Libânia Nacif Xavier aponta que é “provável que a autoria de Fernando de Azevedo tenha comportado uma possível incorporação de ideias e sugestões de outros signatários, especialmente de Anísio Teixeira, o que não invalida a autonomia de seu autor em aceitar e selecionar as referidas sugestões” (2002, p. 23).

O documento propunha que a Educação fosse obrigatória, leiga, gratuita, igualitária e de dever do Estado, implantada e um programa de âmbito nacional em que o ensino secundário fosse unitário e de base comum para todos. Aranha (2008) destaca que um dos aspectos, defendidos pelo manifesto, era uma Educação de caráter democrático e que superasse a discriminação de um ensino dualista em que a escola profissional era direcionada à classe empobrecida e o acadêmico à elite. Também sugeria a criação de fundos escolares ou específicos que contassem com uma parcela das rendas arrecadas pela União, estados e municípios, reivindicava a reconstrução do sistema educacional em que os segmentos sociais marginalizados e empobrecidos tivessem acesso de forma igualitária à Educação.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova pode ser considerado um marco na Educação por meio de seus pressupostos, mas cabe explicitar que, assim como qualquer documento histórico, ele está imbuído de ideologias e concepções dentro de um contexto social, político, econômico e cultural. Desse modo, cabe destacar que o manifesto apresentou um caráter liberal, buscando difundir o ideal patriótico de um nacionalismo altruísta para a formação e valorização do cidadão, que de certa maneira refletia os ideais republicanos daquele momento. Ademais, a “equidade social defendida pelos pioneiros não tinha a intenção de superar a sociedade de classes, mas era, ideologicamente, o resultado do esforço e da solidariedade de todos na organização da riqueza nacional” (VIEIRA, 2006, p.13). As colocações de Suzane Vieira (2006) levam à análise de que não se pode negar a importância do manifesto e suas propostas de mudanças significativas na Educação, ao mesmo tempo em que é necessário compreender a lógica na qual ele foi produzido e que estava a serviço de um grupo.

No cerne dos tensionamentos das discussões e debates realizados na IV Conferência Nacional de Educação (1931), do surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), da Revolução Constitucionalista (1932), da Convocação da Assembleia Constituinte (1933), e as vésperas da promulgação da Constituição de 1934 os ânimos continuavam exaltados entre católicos e escolanovistas, pois além de terem projetos educacionais e ideologias divergentes em muitos aspectos, cada qual disputava um espaço mais amplo para atender as suas demandas nessa Constituição.

Na Constituição de 1934, a Educação contou com um capítulo específico e 17 artigos distribuídos entre esse capítulo e o restante do documento. De acordo com o artigo 149º ficou definido que:

A Educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (POLETTI, 2012, p.138).

O ensino religioso constituiu-se como um componente curricular nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais, mas passou a ser facultativo e de acordo com a confissão religiosa expressa pela família e/ou responsáveis pelos estudantes e foi garantida à liberdade de cátedra. Outros dispositivos que se relacionaram ao financiamento da Educação, a organização da Educação e o papel do

Conselho Nacional representam também um avanço significativo em comparação às Constituições anteriores e às reformas educacionais.

O Conselho Nacional de Educação, a partir do artigo nº 151, ficou responsável por elaborar o plano nacional de Educação devendo ser aprovado pelo Legislativo e sugerir as medidas que considerasse pertinentes para a resolução dos problemas educativos e distribuição adequada dos fundos especiais. No artigo nº 156, ficou determinado que a União e os municípios aplicassem, no mínimo, 10%, e os Estados e o Distrito Federal 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos, e para o desenvolvimento do ensino rural a União deveria reservar 20% do orçamento anual destinado à Educação.

Já no artigo nº 157, ficou estabelecido que tanto os Estados como a União reservariam parte dos patrimônios territoriais para a formação dos fundos educacionais e parte da verba desses fundos se aplicaria no auxílio dos alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica. E o artigo nº 155 decretou que as “sobras das dotações orçamentárias, acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei” (BRASIL, 1934).

O projeto desenvolvimentista do governo varguista também refletiu na Educação em virtude da necessidade da formação de mão de obra especializada, tanto que no artigo nº 139 ficou estipulado que toda a empresa industrial ou agrícola “fora dos centros escolares, e onde trabalharem mais de cinquenta pessoas, perfazendo estas e os seus filhos, pelo menos, dez analfabetos, será obrigada a lhes proporcionar ensino primário gratuito” (POLETTI, 2012, p.137).

No que tange a carreira docente, não foram contempladas resoluções sobre a sua regulamentação, mas ficou garantida a nomeação de concursos para os institutos oficiais “a vitaliciedade e a inamovibilidade no cargo e, que em caso de extinção da cadeira, seria o professor aproveitado na regência de outra, em que se mostre habilitado” (SOUZA, 2016).

Entre avanços e recuos, a Educação, na década de 1930, recebeu certamente maior atenção do que nas décadas anteriores do regime republicano, principalmente com a ampliação da oferta da escolarização, a possibilidade de um desenvolvimento mais acentuado do ensino primário e secundário, a reestruturação da organização

educacional e maior responsabilização do poder público nesse setor. Contudo, Aranha (2008), Vieira (2017) e Palma Filho (2005) explicitam em seus estudos que as dificuldades financeiras, a manutenção da dualidade na Educação de um ensino diferenciado para a população e outro para elite, bem como as desigualdades socioeconômicas representaram entraves para uma implementação mais efetiva das mudanças propostas.

Após tecer algumas considerações sobre a Educação brasileira de forma mais geral, no item seguinte, discorro, especificamente, sobre a Educação da população negra no Brasil nas três primeiras décadas do século XX.

### 3.2. Contextualizando a história da Educação da população negra brasileira nas três primeiras décadas do século XX

Inúmeras são as experiências educacionais protagonizadas pelas afro-brasileiras e pelos afro-brasileiros em diferentes localidades e contextos. Logo, a importância, abrangência e complexidade da temática reforçam a justificativa da pesquisa, aqui, realizada e dessa contextualização.

Mesmo após a Abolição da Escravidão, em 1888,<sup>17</sup> e a implementação da República, em 1889, as aspirações dos afro-brasileiros por melhores condições sociais, econômicas, políticas e educacionais não foram contempladas pelo Estado brasileiro. A marginalização, exclusão e descaso continuaram fazendo parte de sua realidade permeada por um contexto de discriminação racial e de teorias de inferioridade e superioridade raciais que propagavam a ideia de que o atraso do Brasil derivava da presença dos africanos e seus descendentes.

A concepção de uma comunidade negra degenerada e atrasada fez parte da construção da mentalidade histórica da sociedade brasileira, reforçada pela ideologia do branqueamento, da inferioridade racial e da eugenia, refletindo, hoje, como o abismo social, a discriminação racial e a desigualdade étnica que dificulta e impossibilita, entre tantas coisas, o acesso de negras e negros à Educação.

Petrônio Domingues (2009, p. 18) destaca que a história é formada por experiências diversas e multifacetadas, e mesmo que a situação dos negros no Brasil, no

---

<sup>17</sup> Domingues (2008) reforça que a maior parte da população negra escravizada já havia conquistado sua liberdade no momento da decretação da Lei Áurea.

período do pós-abolição fosse de dificuldades sociais, culturais, políticas e econômicas “suas trajetórias não foram lineares, típicas ou padronizadas por isso não é exato afirmar que eles eram, universalmente, desempregados (ou subempregados), vadios, analfabetos, xucros, alienados, irresponsáveis e promíscuos”.

As múltiplas vivências históricas protagonizadas pelo povo negro brasileiro também são as suas experiências educativas de luta pela conquista da alfabetização, exclusão das instituições escolares oficiais, construção dos mecanismos de acesso à escolarização, Educação nos quilombos, criação de escolas alternativas, do surgimento de uma classe média negra escolarizada.

No que se refere ao protagonismo negro na Educação, a historiografia aponta evidências de certas práticas de ensino voltadas para o povo negro escravizado e a inserção de negros libertos no sistema educacional formal ainda no período imperial, o que poderia ser um dos motivos que colaboraram com a presença de intelectuais negros, já no início da fase republicana, os quais foram ativos ao reivindicarem mudanças sociais, tendo como grande foco o acesso da população negra ao ensino (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

Outra discussão apresentada pela historiografia atual é que mesmo em condição de escravização, a comunidade negra se utilizou de inúmeras formas de resistência que lhes proporcionou, ainda que de forma limitada, aprender a “ler, escrever e calcular [...] um número considerável de pretos e pardos alfabetizados e multilingues, falando um idioma europeu do seu senhor estrangeiro, além do português e uma ou mais línguas africanas, incluindo as línguas vernaculares.” (SILVA; ARAÚJO, 2005, p. 69). Os pesquisadores Geraldo da Silva e Márcia Araújo (2005, p. 70) pontuam ainda que “ao contrário dos estereótipos a respeito da ignorância do negro escravo ou liberto, existia um pequeno grupo alfabetizado e letrado que possuía um grau de aprendizado, talvez, superior ao de seus senhores”.

Ainda no período imperial, a Lei nº 9 de 1874 ao determinar a instrução primária de meninos dos 7 ao 14 e de meninas dos 7 aos 11 anos, incluiu também os ingênuos. Nessa esteira, o decreto nº 7.031 de 1878 estabeleceu que os negros e negras poderiam estudar em cursos no período noturno, bem como reconheceu seu direito ao processo de escolarização (LUCAS, 2016).<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Cabe destacar que a Reforma Couto Ferraz de 1854 estabelecia, entre outros aspectos, a proibição de pessoas escravizadas, doentes e não vacinadas de frequentar às escolas.

Mariléia dos Santos Cruz (2005, p. 28) explicita que em “relação ao acesso a escolas públicas, é possível inferir que a partir da segunda metade do século XIX há maior evidência da participação dos negros em processos de escolarização”. Contudo, reitero que essa inserção no mundo da escola foi limitada, que geralmente era a população negra livre que buscava sua instrução e escolarização e quase sempre por meios privados.

No início do século XX, a Educação da população negra brasileira era vista pelo Estado como necessária para a formação da nação aos moldes republicanos, como forma de romper com o “estigma da escravidão que os relegava a uma categoria inferior, os negros precisariam ser educados para se transformarem em bons trabalhadores e bons cidadãos” (BARROS, 2005, p. 79). Em contrapartida, mesmo com o discurso da Educação como via complementar da liberdade e da formação cidadã e trabalhadora, a presença do povo negro no âmbito escolar gerava incômodo por parte da população branca hegemônica que por meio de inúmeros mecanismos limitava o acesso de negras e negros à escola.

A realidade de acesso à instrução, alfabetização e escolarização do povo negro pela via governamental ainda era cercada de entraves e limitações. Mesmo não havendo nenhuma proibição legal, existiam inúmeras interdições à escolarização da comunidade negra nas décadas iniciais da República como restrição a vestimentas vistas como inadequadas, a falta de responsáveis para efetuar a matrícula, as manifestações de racismo vivenciadas dentro da escola; assim como dificuldades inerentes à classe social, como necessidade de trabalhar para sobreviver (BARROS, 2005).

De acordo com Willian Lucindo (2016), o trabalho exaustivo e de baixa remuneração foram fatores preponderantes entre a comunidade negra, durante esse período, dificultando a permanência desse grupo étnico nos bancos escolares. Logo, era comum ter que conciliar o mundo do trabalho com a formação educacional, sendo que incontáveis vezes a conquista de um diploma ou o término de um ciclo escolar quase sempre ocorria na fase adulta.

Ainda que os mecanismos de exclusão do Estado e da sociedade permanecessem e fossem obstáculos para o acesso de negras e negros à Educação, o grupo de afrodescendentes que tivera certa instrução escolarizada ou não, durante o século XIX, formou uma camada letrada cuja Educação havia se tornado o principal instrumento contra a condição de subalternização e marginalização do povo negro. Para esse grupo:



[...] a condição apática das populações afrodescendentes permitia que “raça branca opulenta” compelissem “as pretas a viver em eterna inferioridade”. Neste sentido, as ações contra o analfabetismo de afrodescendentes tinham que ser realizadas pelo grupo de letrados [...] criar as condições para a união e conduzir à “vitória final” (LUCINDO, 2016, p. 321-322).

A Educação era compreendida por esse grupo por meio de diferentes óticas e tinha diversos objetivos. Nas palavras de Luís Alberto Gonçalves (2000, p. 337), a Educação

ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano”.

As reflexões de Gonçalves (2000), pautadas em novas evidências históricas trazidas pelos recentes estudos da história da Educação da população negra brasileira, ajudam a elucidar alguns caminhos para compreender as formas diversas como a Educação foi concebida pelo movimento negro e, principalmente, pela camada letrada afrodescendente ao longo do século XX. Nesse sentido, a Campanha Pró-Educação (1933- 1935) - objeto de estudo dessa Tese - veiculada pelo jornal *A Alvorada*, também traz em seus artigos parte das ideias apontadas pelo pesquisador fato que reafirma que essas diferentes concepções não eram isoladas e refletiam um contexto mais amplo.

Essa camada letrada foi também aquela que quase sempre encampou a criação de organizações, periódicos da Imprensa Negra e espaços de instrução e formação. Na primeira fase republicana brasileira a instrução dos afro-brasileiros e das afro-brasileiras foi empreendida, na maioria das vezes, por intermédio de escolas construídas por suas associações e entidades. Esse aspecto suscita também o fato de que, nesse contexto, as reformas educacionais possibilitaram ampla autonomia aos Estados e municípios no que se refere à Educação. Assim como, influenciaram na criação de iniciativas educacionais autônomas como redes de ensino e ações individuais e coletivas. Para Bilhão isso acarretou na

[...] possibilidade de constituição ou não de redes de ensino, como também legou amplos espaços para iniciativas educacionais fora do âmbito governamental. Algumas dessas iniciativas ligaram-se à ação de indivíduos ou grupos que, imbuídos de saberes, credos religiosos, concepções de mundo, ânimos políticos ou da necessidade de ganhar a vida, passaram a abrir escolas pelos mais variados recantos do país (BILHÃO, 2015, p. 144).

Logo, a criação de espaços de instrução e formação pelas organizações negras advinha desse panorama no qual o Estado pouco ou nada fazia, somada às necessidades de superação da discriminação e de uma concepção da Educação como via de mudança. E, como exemplificaram Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000, p. 140), foram “as entidades negras que, na ausência dessas políticas, passaram a oferecer escolas visando a alfabetizar os adultos e promover uma formação mais completa para as crianças negras”. Outros estudos, como o de Henrique Cunha Jr. (1999) e Marcus Vinicius Fonseca (2000), também destacam que, mesmo diante de uma situação de marginalização, o povo negro brasileiro buscou por meio de lutas, táticas e ações organizadas e/ou individuais o acesso e inclusão na escolarização oficial, à instrução e à alfabetização.

Regina Pahin Pinto (1993, p. 239) ao abordar esse aspecto da história da Educação da comunidade negra, destaca que não limitaram as reivindicações e denúncia e que “[...] várias associações mantiveram, regularmente, cursos de alfabetização ou de complementação cultural, promoveram, sistematicamente, evento visando a elevar o nível cultural do negro, como a realização de palestras, sessões de declaração de um congresso para discutir a Educação negra”.

Felipe, França e Teruya (2007) afirmam que as “escolas formadas pelos próprios negros são experiências que, embora tendo existido, quase não dispõe de registro histórico”. No entanto, os mesmos autores observam que

[...] encontramos a existência de um esforço para a criação de escolas voltadas para a população negra no interior de vários estados brasileiros, por exemplo, na Bahia, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, onde havia projetos de conscientização das populações negras desde o início da República.

Mesmo que os registros históricos, sobre essas experiências educacionais desenvolvidas pela comunidade negra, se apresentem, por vezes, de forma fragmentada, cabe apontar algumas delas, ocorridas ao longo dessas três primeiras décadas do século XX, com intuito de compreender suas táticas e ações em prol da Educação e o contexto mais geral em que a Campanha Pró-Educação está inserida.

Em 1902, José de Oliveira, que havia sido seminarista, formado em magistério e diretor da Irmandade de São Benedito, criou na cidade de Campinas Colégio São Benedito que tinha como principal intuito alfabetizar as crianças negras, embora

crianças pobres de outros grupos étnicos também compusessem a clientela de alunos e alunas da instituição. No ano de 1906, o educandário “atendia aproximadamente 520 alunos; no ano seguinte, 1907, já havia matriculado aproximadamente 550 alunos, incluindo a seção masculina e feminina e, desses alunos, 248 eram atendidos gratuitamente, sendo 58 em regime de internato.” (SGARBOSA, 2018, p.62). A autora Livia Sgarbosa (2018) explicita em sua pesquisa que a documentação analisada, que inicialmente a instituição aceitava estudantes na faixa etária de seis a doze anos, organizou-se com um ensino baseado no modelo e programas oficiais da época.

Sobre o funcionamento do colégio José Galdino Pereira (2001) afirma que existiam duas seções uma feminina e outra masculina, sendo que a primeira possuía cinco salas e a segunda um número menor, apresentando um regime de internato e semi-internato, era mantido com o pagamento de mensalidades, doações e arrecadação de verbas com as festividades realizada. Se no começo a instituição atendia apenas crianças, a partir de 1910, o Colégio São Benedito, em acordo firmado com a Federação Paulista dos Homens de Cor, passou a instruir adultos analfabetos que eram sócios da entidade, pois esta não possuía recursos para realizar sua alfabetização (PEREIRA, 2001).

O Colégio São Benedito foi uma das experiências mais duradouras de escolarização que surgiu a partir da iniciativa da comunidade negra e manteve-se em funcionamento por cerca de trinta anos, o que Pereira (2001, p. 64) defende estar relacionado à “movimentação que sintonizava com os propósitos republicanos, bem como com as tessituras políticas que esses homens estabeleceram para sua permanência”.

A sociedade Beneficente Amigos da Pátria foi responsável por organizar, a partir de 13 de maio de 1908, uma escola denominada Progresso e Aurora que foi dirigida por Salvador Luis de Paula. Segundo Domingues (2008, p. 520):

Em 1919, a Progresso e Aurora também abriu classes mistas, uma raridade para a época. Essa foi a escola de negros de maior longevidade na cidade de São Paulo. O jornal Progresso estimava que ela tenha atendido “mil e tantas pessoas” durante todo o período de existência. Com dificuldades financeiras, fechou suas portas em 1929.

A associação beneficente denominada *O Club 13 de Maio dos Homens Pretos*, fundada no ano de 1902, na cidade de São Paulo, tinha entre seus objetivos criar escolas

noturnas e diurnas, realizar atividades beneficentes, ações e conferências com o intuito de promover a instrução e Educação, bem como assistência às famílias. Na década de 1930, o clube oferecia cursos de alfabetização para os filhos dos associados e para pessoas que trabalhavam durante o dia, cursos noturnos que funcionavam numa escola mantida pela instituição. (LUCINDO, 2016).

No interior de Minas Gerais, na cidade de Pouso Alegre, foi criado em 1904 *O Clube Beneficente e Recreativo 28 de Setembro*, por Isidoro da Silva Cobra, Mirabeau Joaquim Ludovico, Casemiro Luiz de Abreu, José Capelache. O clube foi uma entidade que, assim como outras do período, tinha como objetivo a formação tanto cultural quanto moral da comunidade negra “por meio da boa Educação, principalmente aquela ministrada no seio familiar [...] a condenação e a erradicação do analfabetismo, bem como a alfabetização de sócios e de não associados se tornou outro projeto encapado por alguns integrantes da agremiação” (RIBEIRO, 2018, p. 61).

De acordo com Jonatas Roque Ribeiro (2018), um dos planos da agremiação era criar uma escola, mas as fontes apontam que não seria propriamente uma escola, mas um curso de alfabetização, fundado em 1924. O curso era destinado aos associados não letrados, sendo ministrado pela Professora Rosalina Carvalho. Ainda, segundo o pesquisador, não foi possível identificar como se dava o funcionamento, as propostas educacionais e o número de alunos.

No ano de 1936, se noticiou, na mesma cidade, a existência de outra escola/ curso de alfabetização, mas a falta de documentos não colabora no sentido de compreender se era a mesma de 1924, bem como a sua estrutura de organização. Entretanto, Ribeiro (2018, p. 64) sugere que se destinava “a um público prioritário: sócios adultos analfabetos [...]um curso de alfabetização, já que possuía apenas um professor e uma auxiliar [...] Professor Ítalo Carletti e também Adélia Cobra”. Além das escolas/ cursos de alfabetização criados com o objetivo principal de instruir e alfabetizar os sócios e pessoas de suas famílias sem acesso às habilidades de leitura e escrita, buscavam realizar ações educativas e culturais ligadas ao teatro, música, palestras e a manutenção de uma biblioteca.

O Centro Cívico Palmares foi criado em 1926, em São Paulo e, apesar de sua curta duração, representou umas das entidades negras de maior visibilidade e atuação pelas propostas de atuação política, cultural, moral e educacional. Alguns apontamentos, realizados por Lucindo (2010), destacam que o Centro Cívico Palmares divergia de algumas sociedades beneficentes, criticando-as por se preocuparem mais

com as questões recreativas e de lazer do que propriamente manter o foco na questão educacional.

Essa organização se preocupava em “eliminar o analfabetismo, dar instrução física e moral, especificamente aos brasileiros de origem africana, aqueles que mais sofriam com as mazelas da pobreza e do analfabetismo [...]” (LUCINDO, 2010, p. 49). Além disso, teria criado uma escola chamada de *Palmares* e, seu funcionamento ocorria, a maior parte do tempo, na casa de Ignácio Amorim. Algumas fontes locais da Imprensa Negra informaram que a escola tinha um curso primário (LUCINDO, 2010).

Já, Domingues (2008) apresenta alguns dados mais específicos ao afirmar que a escola apresentava certa estrutura pedagógica, e que a sede seria o próprio espaço ocupado pelo Centro Cívico Palmares. As atividades “ocorriam nos períodos diurno e noturno. Ensinava-se a ler, a escrever e a contar, bem como gramática, geografia, história, aritmética, geometria, entre outras disciplinas. Para as mulheres, ensinavam-se prendas domésticas”. (DOMINGUES, 2008, p. 520-521). Segundo Domingues (2008), o periódico negro *Progresso* veiculou que a escola teria também um curso secundário, promovendo palestras, conferências e mantendo uma biblioteca.

O Centro Cívico Palmares encerrou suas atividades em 1931, sendo reconhecido como uma entidade que contribuiu para as experiências do associativismo negro e ações da comunidade negra na década de 1930 em São Paulo, no período de sua atuação (LUCINDO, 2010).

As variadas experiências dos afro-brasileiros e das afro-brasileiras, nas décadas de 1910 e 1920, colaboraram para o fortalecimento do movimento negro e de suas ações ao longo da década de 1930, bem como a própria Imprensa Negra militante que foi veiculadora e difusora de suas ideias e demandas.

Naquele momento, o Brasil estava no início do governo varguista, a economia passava por um processo de expansão paulatina da industrialização, mantendo o perfil agroexportador com base na produção do café, mas ainda sofrendo os efeitos da crise de 1929. E os resultados de uma série de revoltas sociais de toda ordem, ocorridas nas décadas anteriores, também caracterizaram o cenário brasileiro no período. Nesse cenário, a comunidade negra permaneceu se articulando e construindo redes de apoio em prol de seus direitos.

Nos anos de 1930, como explicitado no subitem anterior, ocorrem algumas mudanças no campo da Educação com a atuação dos escolanovistas, a criação do Ministério da Educação e a Constituição de 1934, que apresentou pontos específicos

sobre o tema. No entanto, mesmo com essas alterações em nível de legislação e ações políticas, na prática as mesmas não atingiram a população negra, pois a grande parte desse grupo étnico permaneceu alijada dos bancos escolares e da instrução. Destaco, ainda, a forte influência da eugenia, das teorias de branqueamento e da presença do pensamento no qual as negras e os negros deveriam se enquadrar e adequar aos padrões da sociedade vigente.

Nesse sentido, Nascimento (2008) explicitará que esse cenário reflete o auge da

[...] era das políticas de branqueamento baseadas nas teorias científicas da inferioridade inata da raça negra, cuja influência se impunha de forma viva e profunda na sociedade brasileira, sobretudo por meio das políticas públicas assentadas sobre a teoria da eugenia [...]. A nação era conclamada por estadistas, intelectuais e políticos mobilizados em prol do nobre objetivo de “melhorar a raça”, eliminando a “mancha negra” com a maior rapidez, isto é, a maior dedicação possível. Em 1934, quando as multidões da Frente Negra ocupavam as praças, publicava-se a segunda edição de *Raça e assimilação* de Oliveira Viana, enquanto as teses de Gilberto Freyre estavam apenas começando a sair do prelo. A perspectiva culturalista na antropologia, mal saía do berço, ainda engatinhava – contra uma imensa maré - o princípio da eugenia estava inscrito na Constituição de 1934; prevalecia a esperança de um futuro branco para o Brasil, ou seja, a eliminação da raça negra (p. 239).

Nesse contexto, foram criadas a Frente Negra Brasileira e outras Frentes em alguns estados do país. Essas organizações não só denunciaram a situação de marginalização da população negra, mas buscaram, pela via educacional, melhorias em suas condições de vida. O propósito educacional parece ter sido pauta e consenso entre as frentes, mas é possível compreender, por meio das fontes e estudos, acerca dessas organizações que, pelas peculiaridades de cada uma delas, suas lideranças e os contextos em que se desenvolveram, que existiram divergências políticas e ideológicas.

No que tange à Educação, Elisa Larkin Nascimento (2003) explicita que a

[...] ação e o discurso dessas organizações e de sua imprensa almejavam alcançar para a coletividade dos ex-escravizados uma participação efetiva na sociedade vigente da qual era excluída. Para isso, a Educação destacava-se como meio por excelência e, portanto, o objetivo maior da prática dessas entidades, muitas abriam escolas noturnas. Além de denunciar o “preconceito” e incentivar a comunidade a se unir para lutar contra ele, os periódicos da Imprensa Negra cumpriam um papel educativo. (NASCIMENTO, 2003, p. 225).

A *Frente Negra Brasileira*, criada em 1931, foi uma das organizações mais estruturadas e aglutinadoras para pleitear as demandas das negras e dos negros brasileiros. Entretanto, Matheus Felipe Gomes Dias (2019) pondera que esta apresentou

uma estrutura hierarquizada e centralizada, posicionamento de cunho nacionalista e, muitas vezes, uma linha de atuação considerada autoritária. Nas palavras do autor:

[...] FNB nasce institucionalizada, com um estatuto demasiadamente rígido, uma estrutura hierarquizada e centralizada no Conselho Geral. Embora a FNB surja como uma organização que cõngrue parte significativa da “Gente Negra Brasileira” e não faz uma distinção de gênero, a FNB possuía uma estrutura fortemente autoritária, com uma ideologia demasiadamente conservadora e declaradamente fascista (DIAS, 2019, p.121).

Assim como outras entidades, a FNB realizou um conjunto de ações no que tange à Educação dos afrodescendentes entendendo que a eliminação do preconceito, da desigualdade e da elevação social da população negra estava intimamente ligada ao seu acesso à escolarização, instrução, alfabetização. Assim, a entidade buscou implantar uma escola, cursos de teatro, música e cultural, bibliotecas e cursos de alfabetização.

Petrônio Domingues (2008, p. 522) aponta que a ideia de Educação concebida pela Frente Negra Brasileira “[...] era ampla, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra Educação era usada, frequentemente, com esses dois sentidos. Já, a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização”. Partindo da afirmação de Domingues (2008), e dos estudos já mencionados, penso que a questão da alfabetização, durante esse período, foi um dos aspectos de maior demanda desse grupo, tendo em vista que a maior parte da população brasileira, naquele momento, não era alfabetizada, situação que, no caso da comunidade negra era agravada pela discriminação e marginalização.

A FNB tinha um Departamento de Instrução que, em 1932, passou a oferecer o curso noturno de alfabetização, atendendo adultos e crianças negras que fossem associados ou não. Em 1934, ocorreu a criação do curso primário e o curso de formação social. Este, “contava com conferências sobre questões da atualidade, históricas, sociais, assim como moral e cívica [...] A FNB organizou também uma biblioteca, a partir da doação de livros de seus associados” (SANTOS; SILVA; LIMA, 2010, p.5)

De acordo com Domingues (2008), o periódico negro *A Voz da Raça* noticiou em 1933 a construção de uma instituição escolar pela FNB com nome de *Liceu Palmares* o que não se concretizou de fato. Este jornal veiculou, no mesmo ano, o início das aulas no curso ginásial e comercial e, em 1935, a existência de um curso secundário, mas não se pode afirmar se essas propostas educacionais de fato se materializaram nessas datas.

Ainda de acordo com Domingues (2008), em 1934, a Frente Negra Brasileira oferecia o curso de alfabetização para jovens e adultos no período noturno e o curso primário que funcionou, inicialmente, na parte da tarde e depois pela manhã. Há a hipótese de que o curso tivesse duração de três anos, sendo multisseriado, atendendo, conjuntamente, meninas e meninos. O público frequentador em sua maioria não possuía recursos econômicos, o que levava a entidade a pleitear donativos e promover eventos para fornecer material escolar e uniforme.

Em 1936, a escola contava com uma sala para o curso primário e outras três para o curso de alfabetização. Pinto (1993, p. 247) enfatizou, em sua pesquisa, que somente o curso primário era ministrado por professoras e professores com remuneração, sendo que as demais atividades e cursos contavam com a colaboração de pessoas voluntárias com algum tipo de instrução, geralmente de pertencimento étnico-racial negro.

Outras ações como a formação de uma biblioteca, palestras, saraus, cursos de atividades domésticas para mulheres foram desenvolvidas pela FNB. As mulheres que participavam desses cursos eram bem vistas pela elite branca por serem consideradas de confiança ao ingressarem quase sempre como empregadas domésticas nas casas de famílias abastadas (GONÇALVES; GONÇALVES e SILVA, 2000).

A moralização do comportamento e das condutas, das mulheres principalmente, era frequentemente incentivada pela Frente Negra Brasileira e veiculada pelo jornal *A Voz da Raça*. Em diferentes notícias, o periódico indicava o comportamento adequado para as moças e jovens, com intuito de serem boas mães e esposas, senhoras respeitáveis pela sociedade, destacando como a Educação as ajudaria a educar seus filhos e filhas desde a tenra idade. Conforme notícia desse periódico, datada de 15 de dezembro de 1934, não existia nada “mais triste, mais desolador, mais digno de lástima do que uma moça ou sra. não possuir uma Educação completa, para saber ser boa dona-de-casa” (A VOZ DA RAÇA, 1934).

Essas características permitem pensar que o modelo de mulher veiculado na Imprensa Negra brasileira derivava da noção feminina ensejada no contexto da família nuclear burguesa. Modelo estabelecido como padrão de família pela burguesia branca europeia e que chegou ao Brasil na virada do século XIX para o XX e ao movimento negro um pouco mais tarde.

A partir da segunda metade do século XIX, o modelo tradicional extenso, mais ligado ao meio rural, passou a dar lugar paulatinamente à família nuclear burguesa formada pelo pai, mãe e filhos. Nesse sentido, a mulher era responsável pela vida



privada, administração do lar e criação dos filhos, e o homem dedicava-se à vida pública, ao trabalho remunerado sendo o mantenedor da família.

Para Giuslane Francisca da Silva (2015, p. 369) surgia um novo modelo de mulher "pautado no ideário de esposa, dona de casa, mãe de família, rainha do lar, cabendo a essa 'nova' mulher atentar detalhadamente para o cuidado com a vida de cada membro de sua família, cumprindo o papel de extrema importância na formação da família nuclear [...]". Ainda segundo a autora, o modelo ideal de mulher adotado pela sociedade brasileira do século XX, já presente nas camadas abastadas, irá se estender posteriormente para as camadas populares instituindo valores morais como, por exemplo, "a honestidade, vida regrada e dessexuada" (SILVA, 2015, p.369).

Esse modelo de família nuclear burguesa é um fenômeno recente e não consolidado para a população negra "representando em maior medida um modelo a ser perseguido e em menor uma configuração possível diante dos obstáculos de integração social enfrentados por esse grupo social" (VIEIRA, 2018, p. 67). Essa busca por um modelo aceitável circulava pelas páginas dos periódicos da Imprensa Negra brasileira que também buscava educar as mulheres. Nas palavras de Silva (2015, p. 374):

Essa perspectiva esteve atrelada aos saberes científicos e à imprensa, que se propuseram a formular um leque variado de proposições que visavam a educar a mulher para sua nova função, no seio doméstico e conseqüentemente na sociedade, fazendo-a compreender seu sublime papel de guardiã do lar e da família.

No entanto, cabe destacar que as mulheres negras, nesse período, pelas condições socioeconômicas e culturais em que se encontravam inseridas, se viam obrigadas, inúmeras vezes, a garantir a subsistência familiar circulando nos espaços públicos mais frequentemente. Isso lhes permitia uma liberdade diferente daquela das mulheres brancas oriundas das famílias abastadas.

A Frente Negra Brasileira encerrou suas atividades em 1937, com a instauração do Estado Novo, que a colocou na ilegalidade não podendo mais manter suas atividades educacionais como outrora. Mas as iniciativas educacionais promovidas, por essa associação, foram frutíferas apesar das inúmeras dificuldades e divergências, resultando em outras experiências educativas que se disseminaram pelos estados em que esteve presente.

No Rio de Janeiro, a Frente Negra Carioca realizou diferentes iniciativas de cunho educacional. Segundo Domingues (2018), a preocupação com o alto índice de

analfabetismo entre a comunidade negra levou a criação de uma escola pela delegação da região de Madureira. Com a estruturação da escola e seu funcionamento, ocorrendo de maneira informal em 1933, o Serviço de Fiscalização e de Orientação do Ensino Particular do Distrito Federal exigiu o registro da escola e dos docentes que ali lecionavam. O autor não descreve como ocorreu a organização da escola, mas provavelmente essa ministrasse cursos de alfabetização e instrução nos mesmos moldes de outras entidades do período.

Uma das delegações da FNB em Minas Gerais, a de Muzambinho, criou uma escola primária com o mesmo perfil das demais, isto é, cursos noturnos de alfabetização de jovens e adultos e ensino primário. A escola foi reconhecida e municipalizada em 1937, o que pode ser considerado um ato de excepcionalidade diante da realidade desses espaços de Educação.

Outra experiência ocorrida no período em Minas Gerais foi a criação da *Escola 13 de Maio*, organizada pela *Legião Negra* de Ituiutaba. A escola foi oficializada em 1937, como *Escola Municipal 13 de Maio*, sendo que a clientela atendida eram homens e mulheres pertencentes à comunidade negra, geralmente trabalhadora e analfabeta, mas há registros da presença de não negros nesse educandário. O ensino noturno como em outras iniciativas educacionais, foi uma alternativa “para enfrentar os índices de analfabetismo geral do país, atendendo, em especial, o grupo de trabalhadores que convivia cotidianamente com o cansaço, o desânimo e a evasão escolar” (RIBEIRO; SILVA, 2010. p. 369).

De acordo com Ribeiro e Silva (2010, p. 369), a escola se assemelhava em sua origem

[...] à escola noturna do Brasil imperial, pois se destinava a analfabetos adultos trabalhadores e porque, aos poucos, a média etária do alunado diminuiu. Todavia, era peculiarmente demanda de um grupo de ‘pessoas de cor’ (segundo expressão assumida na época, inclusive pelo grupo étnico de descendentes de africanos), além de aceitar mulheres trabalhadoras e pessoas do grupo de descendentes de europeus ou mestiços.

A escola permaneceu em funcionamento na década seguinte e, em 1941, passou a ser denominada Escola Municipal Machado de Assis. Segundo Betânia Laterza Ribeiro e Elizabeth Farias da Silva (2010), esse fato parece estar relacionado à imagem de Machado de Assis como sujeito histórico da população negra de grande intelectualidade e visibilidade.

A Frente Negra na Bahia iniciou suas atividades em 1932, com sede em Salvador, e permaneceu ativa até 1933. Um aspecto pertinente sobre a existência dessa entidade na Bahia é a de que houve uma possível rejeição da mesma por parte de uma “elite mestiça, auto-identificada e identificada socialmente como branca, bem como pelos pretos que atingiram alguma prosperidade material” (BARCELAR, 1996, p.79). Para Jefferson Barcelar, esses fatores colaboraram para a curta duração da Frente Negra em Salvador.

No plano educacional, a associação oferecia cursos de alfabetização e de caráter cultural, bem como curso primário complementar, de datilografia e de línguas como o inglês e o francês, além de palestras e conferências direcionadas à instrução e à formação moral e intelectual do povo negro. Como na maioria dessas entidades, a manutenção das ações educacionais ocorria por meio de arrecadação de doativos e fundos de eventos beneficentes. Domingues (2008, p. 531) aponta que sem “[...] qualquer tipo de patrocínio, a Frente Negra Baiana promovia festas beneficentes para custear a compra do mobiliário escolar e de todas as demais despesas dos cursos”.

No ano de 1934, durante o 1º Congresso Afro-Brasileiro, surgiu a ideia de formar uma Frente em Pernambuco. O 1º Congresso Afro-Brasileiro foi organizado em 1934 por Gilberto Freyre e contou com a participação de pessoas de diferentes áreas do conhecimento como Medicina, Antropologia, Artes, Letras, entre outras.

Segundo Mozart Linhares da Silva e Mateus Silva Skolaude (2020, p.337), o “encontro representou um espaço central para o intercâmbio de ideias e ofereceu instrumentos poderosos para a construção das narrativas étnico-raciais aderentes ao devir nacional que emergia no contexto dos anos de 1930”. A maioria das narrativas que se apresentaram naquele Congresso, pautava-se pela óptica do discurso de democracia racial, da miscigenação e da eugenia. Os propósitos articulados, nesse evento, eram fruto da mentalidade e das ideias da época, isto é, a construção de uma nação republicana unificada e sem conflitos entre os grupos étnico-raciais que a formavam.

O 1º Congresso Afro-Brasileiro contou com a colaboração de Roquette Pinto que era nesse período diretor do Museu Nacional e de Ulysses Pernambuco, médico psiquiatra, e obteve apoio do Ministério da Educação e Saúde Pública por meio do Dr. Nobrega da Cunha, Inspetor Geral do Ensino Secundário do Rio de Janeiro. Este deu início “a criação de um Instituto Afro-Brasileiro no Rio de Janeiro com o objetivo de centralizar a documentação, organizar eventos, publicações e financiar o intercâmbio de pesquisadores e de pesquisas na África.” (SILVA; SKOLAUDE, 2020, p. 338)

Ainda segundo Silva e Skolaude (2020), o Congresso contou com a participação de

[...] médicos psiquiatras adeptos dos pressupostos eugênicos que estabeleceram suas divergentes matrizes interpretativas acerca da raça e da miscigenação. Ao lado desses homens de letras e ciências, o encontro teve a colaboração da rainha do maracatú, Albertina Fleury, de estudantes, de cozinheiras, babalorixás e ialorixás do Recife, além do representante da **Frente Negra Pelotense, Miguel Barros** que fez um forte discurso denunciando o racismo no **extremo sul do Brasil** [...] (SILVA; SKOLAUDE, 2020, p. 337. Grifos meus).

A programação do evento contou com diferentes ações como apresentações de grupos artísticos e de rituais africanos, conferências e debates em torno das questões raciais, exposições de arte e culinária e visitas a hospitais de psiquiatria e educandários. Conforme Mateus Silva Skolaude (2017), as conferências e os debates

[...] foram realizados no Teatro Santa Isabel, nas tardes dos dias 12, 13 e 14. Nas noites dos dias 11, 12 e 15 houve ‘toques’, isto é, cerimônias religiosas de matriz africana, realizadas respectivamente nos terreiros do Pai Anselmo, de culto nagô, do Pai Oscar, de culto gegê e do Pai Rozendo, de culto xambá. Na noite do dia 14, houve um jantar de quitudes afro-brasileiros que foi oferecido aos participantes na Escola Doméstica de Pernambuco. Nas manhãs dos dias 13, 14 e 15 foram feitas algumas saídas de campo, respectivamente ao Hospital de Assistência aos Psicopatas, com orientação de Ulysses Pernambuco, ao Gabinete de Antropometria da Brigada Militar, sob a responsabilidade do Comandante Jurandir Mamede e à ilha de Joaneiro, sob a coordenação de Geraldo de Andrade. O encerramento do congresso aconteceu na tarde do dia 16, no Teatro Santa Isabel, com uma apresentação de toadas de xangô compostas pelo Maestro Ernani Braga (SKOLAUDE, 2017, p. 159 - 162).

Ainda, segundo os autores Silva e Skolaude (2020, p. 338), a programação do evento apresentou o que eles denominam de “equilíbrio de antagonismos” demonstrado,

[...]a partir dos divergentes atravessamentos discursivos que permeavam o debate identitário nacional na primeira metade da década de 1930. No encontro, ocorreu, simultaneamente, programações com perspectivas eugenistas e culturais. Por um lado, nota-se inspirações de caráter eugênico nas visitas estabelecidas ao Hospital de Assistência aos Psicopatas e ao Gabinete de Antropometria da Brigada Militar, por outro, percebe-se uma efetiva preocupação em afirmar a cultura negra e mestiça como de referência nacional, de modo que houve uma notória valorização da cultura africana a partir de elementos gastronômicos, artísticos e religiosos.

Esses atravessamentos e perspectivas divergentes, a meu ver, demonstram que haviam disputas, tensionamentos e rearranjos por parte dos diferentes grupos que tinham seus interesses e demandas dentro de um panorama mais amplo da questão

racial. Naquele contexto, por iniciativa de Miguel Barros, um dos fundadores da Frente Negra Pelotense, e de José Vicente Rodrigues Lima, liderança negra local, que, em 1936, foi instituída em Recife, a Frente Negra Pernambucana que posteriormente passou a se chamar Centro de Cultura Afro-Brasileiro (SILVA, 2011).

Fátima Aparecida Silva (2010) explicita que a mudança do nome para Centro de Cultura Afro-Brasileiro foi um ato para que essa entidade não fosse vista apenas como uma cópia das outras Frentes. Segundo Silva (2010, p. 24) a “proposta da Frente Negra Pernambucana, confrontada com outras unidades da Frente Negra no Brasil, não era novidade”. Esse aspecto, abordado pela autora, possivelmente refere-se ao posicionamento político e ideológico da Frente Negra Brasileira, da mesma forma, a Frente Negra Pelotense divergia em relação ao caráter dito autoritário e centralizador da FNB.

Ainda segundo essa autora, a Frente Negra Pernambucana (1936) / Centro de Cultura Afro-Brasileiro (1937) – cujo lema era unir, orientar e educar – “defendeu a ideia segundo a qual a Educação seria uma das principais estratégias para a ascensão social da população negra [...] por meio de instrução formal, seria possível prepará-la para viver na sociedade em igualdade com o branco” (SILVA, 2010, p. 24). Nesse ínterim, a entidade buscava, pela Educação, unificar as negras e os negros, objetivando construir táticas para solucionar a situação dos problemas educacionais como o alto índice de analfabetismo, os entraves para o acesso à escolarização, bem como a instrução e a moralização dos comportamentos e condutas.

A defesa do acesso à Educação escolar foi, sem dúvida, uma das estratégias de maior visibilidade dessa associação. Estas ocorriam por meio das ações que pressionavam o poder público e de denúncias de discriminação e marginalização a qual estavam submetidas à comunidade negra. Ao mesmo tempo, eram promovidas atividades educacionais direcionadas à juventude negra que estava alijada do acesso à Educação. No que se refere à estrutura dessas ações, Silva (2010, p. 36) reforça que ao que tudo indica a

[...] atuação dos membros do movimento vai se desenvolver nos espaços sociais onde a população negra está concentrada. Isso demonstra que as ações da Frente Negra Pernambucana eram desenvolvidas, de forma sistemática e organizada, envolvendo várias pessoas na implantação de suas atividades.

A associação também manteve cursos mistos de alfabetização, eventos culturais e conferências educativas. Assim, o termo “cultura”, utilizado no nome da entidade, pode ser uma forma de caracterizá-la também como um movimento educacional.

Como pode ser observado nos estudos mencionados, a Educação foi um dos projetos e demandas centrais para maior parte das associações e entidades constituídas pela população negra em diversos lugares do Brasil. Mesmo nos casos em que os projetos e iniciativas educacionais não tenham se efetivado, a Educação era considerada uma via privilegiada para ascensão socioeconômica. Nas palavras de Ribeiro (2018, p. 71):

Ainda que, em muitos casos, os projetos ou propostas voltados para o campo educacional, não tenham saído do plano das ideias e dos discursos, o simples fato de ser a pauta de muitos dos empreendimentos desses sujeitos, revela o valor que a Educação tinha para a população negra que via nela a possibilidade de diferenciação cultural e ascensão social e econômica.

Nesse tópico, busquei traçar um panorama mais geral sobre a Educação da população negra brasileira no recorte temporal já explicitado. No próximo tópico, abordo esse tema, com enfoque em parte das ações educacionais desenvolvidas no estado do Rio Grande do Sul e no município de Pelotas (RS).

### 3.3 Cruzando Histórias: A organização e Educação do povo negro no Rio Grande do Sul e em Pelotas

Nesse tópico, trato da Educação da comunidade negra no contexto do Rio Grande do Sul e de Pelotas. A contextualização está centrada na exposição e análise de certos aspectos do processo de instrução, escolarização e alfabetização dos afrodescendentes e suas experiências nesse sentido, com recorte temporal nas três décadas iniciais do século XX.

#### 3.3.1 A organização e Educação do povo negro no Rio Grande do Sul

Segundo dados do IBGE produzidos com base no Censo Demográfico de 2010, a população gaúcha era de 10.693.929 de pessoas, com estimativa de 11.377.239 de pessoas em 2019. Segundo os dados apresentados na Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio, no ano de 2016, o índice de pessoas que se autodeclaravam de pertencimento

étnico-racial pardo foi de 13% e preto 5,2%. Embora esses índices apontem uma parcela menor da população preta e parda, é inegável a sua presença e importância na formação do estado.

A formação do Rio Grande do Sul tem sido apresentada, ao longo do tempo, de forma a salientar a forte influência de imigrantes portugueses, italianos, alemães. Embora existam grupos acadêmicos consolidados e amplas pesquisas sobre as populações afrodescendentes e indígenas no Rio Grande do Sul<sup>19</sup>, a visão predominante nos rituais que celebram a “invenção das tradições” como, por exemplo, a Festa da Uva em Caxias do Sul ou a Oktoberfest em Santa Cruz do Sul<sup>20</sup>, ressaltam e ajudam a consolidar um imaginário de protagonismo dos colonos europeus no estado. Esse imaginário, de branqueamento da população do Rio Grande do Sul, é reafirmado nas apologias à colonização europeia – como os títulos de “berço da colonização” dessa ou daquela etnia que muitos municípios ostentam – e na naturalização dessas construções em âmbito escolar.

Historicamente, a construção dessa narrativa eurocêntrica contribui para invisibilizar a história e as contribuições das populações negras e indígenas no RS. Tal situação vem, paulatinamente, se transformando devido às mudanças na formação dos professores e à Educação das relações étnico-raciais desenvolvidas nas escolas, especialmente, após a promulgação das leis 10639/2003 e 11645/2008<sup>21</sup>.

Ao retomar a contextualização sobre a formação do Rio Grande do Sul, é pertinente explicitar que a entrada de africanos no estado ocorreu por meio do tráfico interprovincial, principalmente com o Rio de Janeiro, sendo que o comércio diretamente

---

<sup>19</sup> São inúmeros os grupos e núcleos de pesquisa que vêm desenvolvendo estudos sobre a história da população negra e a Educação para as relações étnico raciais. No Rio Grande do Sul, destaco os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UNIPAMPA, FURG, UFRGS, UFPEL, UNISINOS, PUC-RS. Há, também, outros grupos de pesquisa que realizam estudos sobre raça/etnia como, por exemplo: Grupo de Pesquisa Caleidoscópio (interseccionando estudos sobre Educação, gênero, raça/etnia, geração e mundo do trabalho) da UFPEL; Grupo de Pesquisa Laboratório de Relações Raciais, Direitos Humanos e Direitos da Criança e do Adolescente da UFPEL; Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, relações étnico-raciais e formação de professores da UNIPAMPA; Grupo de Pesquisa Identidades étnicas e racismo da UFRGS; Grupo de Pesquisa A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil da UFRGS.

<sup>20</sup> A Festa da Uva ocorre na cidade de Caxias do Sul-RS desde 1931 a cada dois anos, tendo como um de seus objetivos a celebração e reconhecimento da presença da cultura italiana na região, bem como o desenvolvimento agroindustrial por meio da produção da uva. As edições da Oktoberfest, em Santa Cruz do Sul-RS, ocorrem desde 1984, tendo como uma de suas finalidades o reconhecimento e celebração da influência das tradições culturais germânicas na região.

<sup>21</sup> A Lei 10.639/03 trata da obrigatoriedade do ensino de História e culturas africanas e afro-brasileiras nas instituições escolares públicas e privadas de todo território nacional. A Lei 11.645/08 alterou a lei 10.639/03 e passou a determinar também a obrigatoriedade do ensino de História e culturas dos povos indígenas.

com a África foi quase inexistente. De acordo com Lúcia Regina Brito Pereira (2012, p. 22) entre “1788 até 1802, entraram no Rio Grande do Sul 3.294 africanos”. A autora também apresenta alguns dados sobre o número de pessoas negras em condição de escravização, sendo que no ano de 1883 era de 62.138 pessoas, e, às vésperas da abolição, no ano de 1887, era de 8.434 (PEREIRA, 2012).

Outra fonte que pode dar certa dimensão da população gaúcha no início do século XIX, é um levantamento apresentado por Pereira (2012) com base no relatório de Córdoba – primeiro relativo aos dados população da época. Segundo essa fonte, em 1814, havia 5.399 pessoas declaradas pretas livres e 20.611 pretas em condição de escravização, conforme explicitado no quadro a seguir.

Quadro 2 - População do Rio Grande do Sul - 1780-1814

População do Rio Grande do Sul- 1780-1814				
	1780	%	1814	%
Branços	9.433	52,5	32.300	46,6
Indígenas	3.888	18,9	8.655	12,1
Pretos	5.102	28,5	5.399- Livres	36,8
			20.611- Escravizados	

Fonte: PEREIRA, 2012, p. 23.

Como em diversas localidades do país, as economias gaúcha e pelotense foram mantidas pela mão de obra escravizada do povo negro, principalmente na atividade produtiva do charque em parte do XVIII, sendo o apogeu no século XIX<sup>22</sup>.

Durante a Primeira República, o Rio Grande do Sul esteve sob a liderança do Partido Republicano Rio-Grandense, cuja ideologia positivista inspirou a forma de conduzir a política e a administração do estado. No “discurso de inspiração positivista, imperava a máxima da moralização e Educação como fatores de ordem social e estabilidade econômica, que negava o conflito de classes e intervinha como um juiz, sob a máscara de aparente neutralidade, nos litígios entre capital e trabalho” (SANTOS, 2001, p. 62).

Foi, também, durante a instauração do regime republicano no Brasil, que ocorreu a intensificação do processo de industrialização no Rio Grande do Sul, principalmente

<sup>22</sup> Segundo Ana Beatriz Loner (1999, p. 1), de “um total de 34 charqueadas existentes em 1878 na cidade, elas reduziram-se a apenas 21 às vésperas da Abolição e a 18, dois anos depois, provando a importância dessa forma de trabalho para a manutenção da atividade saladeril.”



no início do século XX. De acordo com Ronaldo Herrlein Jr. (1999, p.1) a industrialização no Rio Grande do Sul ocorreu nas últimas décadas do século XIX com “a implantação de algumas fábricas metalúrgicas e têxteis combinou-se a evolução fabril de muitas manufaturas, nas quais se investiram frações importantes de capitais comerciais acumulados”.

Para Herrlein (1999, p. 2), “as condições do Rio Grande do Sul foram particularmente propícias [...] para o surgimento da indústria através de pequenos e médios estabelecimentos capitalistas que passaram a dispor do conjunto do mercado regional, reorganizando ramos manufatureiros preexistentes”. Contudo, apesar do recente estímulo à industrialização, o RS não perdeu, naquele contexto, o seu caráter econômico enquanto um estado agropecuário. A industrialização do RS provocou, até certa medida, uma reorganização do espaço citadino aumentando o contingente populacional de algumas regiões e promovendo algumas modernizações nos espaços públicos, principalmente na capital do estado e na circunvizinhança.

No final da década de 1920 e início de 1930, houve uma decaída da inserção externa das indústrias gaúchas, o que levou a perda de mercados conquistados anteriormente fora do estado, ao mesmo tempo acentuou-se o caráter regional do setor fabril gaúcho ao longo dos anos. Nessa esteira, “o mercado regional continuou a expandir-se, fornecendo uma base expressiva para a produção industrial diversificada de bens de consumo não-durável e bens intermediários” (HERRLEIN, 1999, p. 8).

No que se refere às diferenças de desenvolvimento da industrialização no Rio Grande do Sul, é possível que a metade sul do estado, após o ciclo do charque, não tenha tido condições de se lançar em um novo ciclo, tampouco de efetivar-se de forma mais robusta no processo de industrialização, o que pode ser percebido na baixa produtividade industrial na atualidade. A metade norte, no entanto, já apresentava, nos anos de 1930, uma dinâmica industrial diversificada e uma crescente ampliação dos polos industriais nas décadas seguintes, como, por exemplo, nas regiões de Porto Alegre e Caxias do Sul, que apresentam hoje maior desenvolvimento em termos de organização de parques produtivos e produção de renda e capital (CORONEL; ALVES; SILVA, 2007).

Esse cenário modernizante, no estado do RS, ocorria também no contexto nacional, estimulado pela expansão urbana e industrial, no período, produziram-se mudanças nos postos de trabalho que passaram a exigir certa instrução, alfabetização e formação profissional. Logo, as lutas e mobilizações da população negra, em favor da

Educação, também foram motivadas por essa nova ordem, haja vista que desejavam ocupar esses postos de trabalho que surgiram com a industrialização, melhorando suas condições de vida e pleiteando melhores remunerações.

A Educação da população negra, no Rio Grande do Sul, ocorreu de diferentes formas, seja pelo protagonismo das experiências educacionais fomentadas pela própria comunidade negra, seja por outras vias. O propósito, aqui, é contextualizar algumas dessas experiências educacionais na localidade de Pelotas, no RS, com ênfase nas primeiras décadas do século XX, demonstrando o contexto de inserção da Campanha Pró-Educação.

A *Sociedade Beneficente Floresta Aurora* foi criada em 31 de dezembro de 1872 na cidade de Porto Alegre - RS, num período em que a escravização da população negra ainda vigorava no Brasil.<sup>23</sup> Nas palavras de Arilson dos Santos Gomes (2007, p. 358), a Sociedade Cultural e Beneficente Floresta Aurora é “a sociedade negra mais antiga do Brasil, fundada por Polydorio Antonio de Oliveira, negro forro, na cidade de Porto Alegre entre as atuais ruas Barros Cassal e Cristóvão Colombo”.

Um dos principais objetivos iniciais, dessa entidade negra, era zelar pela comunidade negra materialmente e socialmente. De acordo com Liane Susan Müller (1999, p. 126), na primeira década do século XX, a Sociedade Cultural e Beneficente Floresta Aurora apresentava um desdobramento de sua estrutura em sociedade musical, dançante, beneficente e “após o ano de 1909, apresentaria ainda uma quarta partição, conhecida pelo nome de Recreio da Floresta Aurora”. Nas palavras da autora

O aparente fracionamento facilitava a distribuição das tarefas: a sociedade musical se responsabilizava por manter ativa sua apreciada orquestra; a dançante propiciava o encontro de jovens e casais em concorridos saraus e bailes; a beneficente se encarregava de velar pela saúde dos sócios, providenciando as exéquias sempre que necessário; e a recreativa promovia mensalmente os tradicionais “pic-nics” e “convescotes” [...] (MÜLLER, 1999, p. 127).

A estrutura de organização da Sociedade Beneficente Floresta Aurora em “departamentos” demonstra que essa entidade buscava também desenvolver a Educação da comunidade negra de Porto Alegre pela via cultural, ao propiciar não só o acesso a atividades recreativas, mas ao fornecer aulas de música, palestras educativas e aulas de teatro. Nesse sentido, concordo com Pereira (2012, p.15) quanto à entidade configurar-se como “um exemplo de sociedade recreativa exclusivamente organizada e frequentada

---

<sup>23</sup> Atualmente, essa entidade se chama Sociedade Cultural e Beneficente Floresta Aurora.

por negros, que representou uma resposta político-cultural, num contexto de fragilidade social”. É oportuno destacar que essa entidade permanece ativa até os dias atuais proporcionando um trabalho de cunho educativo, esportivo e cultural por meio de oficinas de música, dança e capoeira e promovendo ainda outras atividades recreativas e culturais.

No ano de 1902, um grupo de afrodescendentes letrados da cidade de Porto Alegre, que era ligado ao periódico negro *O Exemplo*, criou uma escola noturna voltada, inicialmente, para a Educação primária. Mas, ao que tudo indica, a meta era chegar também o ensino secundário. Conforme Domingues (2009), a escola receberia pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais, perspectivas religiosas, sexo e nacionalidades. A direção era colegiada, nenhuma mensalidade ou taxas poderiam ser cobradas dos alunos e de suas famílias, sendo que a manutenção da escola ocorreria por meio da colaboração de entidades negras e doações. Segundo Domingues (2009), não se tem maiores informações sobre “por quanto tempo vigeu essa instituição, tampouco se tem uma noção da quantidade de alunos que atendeu. Porém, essa foi, possivelmente, a experiência de maior vitalidade de uma escola, cuja grande preocupação era atender aos negros de Porto Alegre no início do século XX” (p. 971).

A *Irmandade do Rosário* de Porto Alegre fundou, por volta de 1904, o Colégio Nossa Senhora do Rosário e, possivelmente, seu surgimento tenha envolvimento de religiosos negros ligados à irmandade. De acordo com Müller (1999), nesse período o educandário se chamava *Escola Paroquial Nossa Senhora do Rosário* e iniciou suas atividades com cerca de 50 alunos e, no mês seguinte, esse número teria crescido para 110 (MÜLLER, 1999).

O crescimento da instituição, que segue em funcionamento até a atualidade, levou a irmandade a buscar um espaço maior tanto que, em 1913, o colégio mudou-se para o antigo Seminário Diocesano, atendendo em média 600 alunos. A autora destaca que, em 1914, “a Escola Nossa Senhora do Rosário passou a chamar-se Ginásio Nossa Senhora do Rosário. Em 1919, compreendia a Escola D. Sebastião, oferecendo cinco anos de instrução primária gratuita para mais de uma centena de alunos pobres” (MÜLLER, 1999, p. 80). Desse modo, o educandário recebeu alunos pobres de diversos pertencimentos étnico-raciais, atendendo a comunidade local com base nos preceitos católicos.

Os clubes negros, no Rio Grande do Sul, que floresceram em diversos lugares do estado, também foram espaços que se destacaram pelo engajamento e ações em prol da

Educação da população negra. No caso do município de Santa Maria, uma dessas associações foi o *Clube Treze de Maio*, com a denominação de *Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio*, fundado em 1903, por um grupo de pessoas negras. Assim como em outras localidades, a construção dessa entidade relaciona-se com a profunda discriminação racial presente na sociedade naquele momento (ESCOBAR; MORAES, 2017).

Segundo Giane Vargas Escobar e Ana Luiza Coiro Moraes (2017), o espaço ocupado inicialmente pelo clube foi construído pelos próprios operários negros que faziam parte da Viação Férrea, hoje extinta. Nas palavras das autoras,

O “Treze” é um símbolo de resistência e poder da comunidade negra, materializado em um lugar privilegiado – que demarca na cidade um espaço político, uma vontade, um lugar de memória e de identidade negra. Segundo relatos de antigos sócios, a primeira edificação foi construída por operários da extinta Viação Férrea, em regime de mutirão, no início do século XX. A pequena casa era de madeira, porém com a parte frontal em alvenaria e o teto de zinco. Com o apoio da Viação Férrea, os operários conseguiram concluir com sucesso aquela obra, receberam tábuas de vagões de trens desmanchados e reaproveitados naquele que se constituiu em símbolo da resiliência da população negra de Santa Maria (ESCOBAR e MORAES, 2017, p 27).

A iniciativa encampada por um grupo de operários negros na formação de uma entidade recreativa e cultural, não se limitou à edificação inicial, pois durante décadas o clube realizava festividades e atividades sociais e culturais, bem como procurou programar atividades de cunho educacional e formação intelectual como “aulas de etiqueta para moças, atividades educativas como seminários e aulas de reforço escolar para os filhos dos seus associados. Contava com biblioteca, grupo de teatro [...]” (ESCOBAR; MORAES, 2017, p. 28). Na década de 1980, há registro da existência de times de futebol femininos e masculinos, assim como a manutenção das ações recreativas como os bailes e festividades que já ocorriam desde os primórdios de sua criação.

Na cidade de Rio Grande - RS, a presença de clubes e associações negras também foi marcante e contribuiu para a promoção e luta pela Educação da comunidade negra.

Segundo Cassiane de Freitas Paixão (2017, p. 182), naquele município,

[...] as sociedades envolvidas eram os Clubes Carnavalescos do Congo e Mina, a sociedade Recreio Operário (de negros), Saca Rolhas, Diógenes e Amazonas. Por volta de 1890, surge a Cooperativa Filhos do trabalho, exclusivamente de negros e pardos. Mais tarde, com a abolição e a

República, irão surgir entidades mistas, com participação de brancos e negros, ligadas às organizações profissionais, tais como a Harmonia dos Artistas, entre outras. As associações beneficentes diminuem em 1910 e passam a nascer instituições mais de cunho recreativo e carnavalesco.

Nesse contexto, descrito pela autora, em que se deu a diminuição das associações beneficentes e o surgimento das entidades carnavalescas e recreativas, é que foi fundado, em 1920, o *Clube Cultural Braço é Braço*. O surgimento desse clube esteve ligado à fundação de um bloco carnavalesco que contou com a participação de fundadores, foguistas e carvoeiros da Marinha Mercante. Outro aspecto, destacado por Paixão (2017, p.186), é que o Clube Cultural Braço é Braço foi uma construção de uma comunidade negra riograndina, que buscava um espaço para comunicar-se, por meio de festas, bailes de debutantes, carnavais, música e oralidade.

Além das atividades recreativas, o clube buscou desenvolver ações de cunho educacional. Embora não tenha sido possível identificar ações concretas educacionais promovidas pela instituição, o seu estatuto trazia como prioridade a Educação de seus associados. De acordo com Paixão (2017), o estatuto definia, por meio do artigo 2, a manutenção de aulas para sócios e seus filhos, bem como “curso de alfabetização, primário, admissão ao ginásio, datilografia, corte e costura, bordados, arte culinária, trabalhos manuais, etc. [...] concertos, grupo cênico e tudo quanto possa contribuir para o aprimoramento cultural, social e moral dos associados” (p. 186).

No ano de 1936, foi criado, no município de Rio Grande - RS, o *Centro Cultural Marcílio Dias* que teve como seus principais objetivos “integrar-se na campanha de alfabetização oficial do governo, atuando na escolarização dos homens de cor, tendo conseguido inaugurar pelo menos duas escolas, dentro de entidades carnavalescas negras, neste mesmo ano” (LONER, 2010, p.256).

Beatriz Loner (2010) se apoiou em artigos do jornal *A Evolução* para afirmar a existência de duas escolas criadas em entidades carnavalescas pelo *Centro Cultural Marcílio Dias* na década de 1930. No entanto, não tive acesso a essa fonte nem a estudos que mencionem tais escolas, o que me impossibilitou ter maiores informações sobre seu funcionamento e o período de atuação.

Na cidade de Jaguarão, assim como em outras localidades do Rio Grande do Sul, ocorreram estratégias de letramento mobilizadas pela população negra local. De maneira geral, essas formas de buscar a Educação relacionavam-se, inúmeras vezes, à presença de cursos noturnos e aulas de alfabetização desenvolvidas pelas organizações

negras, como, por exemplo, nos clubes sociais. De acordo com Caiuá Cardoso Al-Alam (2020), no município de Jaguarão, a conquista da Educação contou também com “estratégias dentro das irmandades católicas, via colaboração junto com padres e irmãos/as dessas confrarias, passando pela adesão às escolas noturnas abolicionistas, até chegar às oficinas de letramento dentro das associações negras [...]” (p. 65- 66).

Uma das estratégias da comunidade negra, pelo acesso à escolarização, foi sua inserção no *Colégio Noturno 20 de Setembro*, fundado, em 1918, pela influência da militância republicana na cidade de Jaguarão. A principal finalidade da criação da escola era alfabetizar a população no menor tempo possível, sendo que o educandário “funcionava à noite, no subsolo do prédio da antiga Intendência, atual Prefeitura Municipal, buscava impor uma moral disciplinada e nacionalista à classe trabalhadora. E pretendia atender às pessoas tidas como as mais vulneráveis da cidade naquela época” (AL-ALAM, 2020, p. 66).

Sobre a presença da comunidade negra no *Colégio Noturno 20 de Setembro* Al-Alam explicita ainda que:

Muitos homens, adolescentes e crianças negras frequentaram essa instituição. Importante é entender que, mesmo sendo imposta uma moral branca, patronal e conservadora, a comunidade negra fez uso da instrumentalização do letramento, frequentando o espaço e utilizando esses saberes na continuidade da organização de seus coletivos sociais negros [...] (2020, p. 67).

Observa-se, assim, que as ações, mobilizadas pela comunidade negra no Rio Grande do Sul, são semelhantes àquelas realizadas em outros estados brasileiros, mas é oportuno reiterar que, embora semelhantes, não se pode esquecer as especificidades das condições sociais, econômicas, políticas e ideológicas em que foram engendradas. Ao mesmo tempo, também não se pode esquecer que ocorreram outras mobilizações articuladas entre as entidades e organizações negras que lhes possibilitaram maior inserção e formas de pleitear suas demandas, entre elas a Educação.

No subitem seguinte passo a contextualizar algumas experiências de organização e Educação da população negra em Pelotas - RS.

### **3.3.2 O contexto da Educação e organização da comunidade negra em Pelotas-RS**

A presença da população negra, na cidade de Pelotas-RS, iniciou no fim do século XVII, paralelamente ao desenvolvimento das Charqueadas, atividade econômica que elevou a concentração da presença de negros e negras na região. A produção do charque foi, até meados de 1870, a fonte de riqueza e opulência de Pelotas. Mas, perdeu a força em função da concorrência do charque platino no mercado interno nacional. Segundo Santos (2001, p.52), o produto oriundo da região platina era considerado melhor “pois usava processo mais moderno de fabricação, e mais barato, uma vez que se utilizava da força de trabalho livre” (SANTOS, 2001, p. 52).

Ana Beatriz Loner aponta que a população negra escravizada presente em Pelotas era em sua maioria nascida no Brasil, mas que houve um grupo de procedência estrangeira “denominados africanos, além de minas, nagô, benguela, bengala, guiçamá, congo, hanças (haussás?), monjolo, moçambique, rebole, angola, cabinda e outros, que compareceram apenas com um ou dois.” (LONER, 1999, p.1).

Margaret Bakos (1982) faz referência, em dados compilados, ao número de pessoas negras em condição de escravização presentes no município durante o século XIX, destacando que em 1884 a comunidade negra escravizada em Pelotas era de cerca de 6.526 pessoas, em 1885 de 2.831 e no ano de 1887 cerca de 338.

Segundo Ana Beatriz Loner, Lorena Almeida Gill e Micaele Irene Scheer, a diminuição de pessoas negras em condição de escravização estava diretamente ligada à campanha de emancipação, que ganhou impulso em âmbito nacional no final de 1884. Conforme as autoras, uma parte considerável de pessoas negras “havia alcançado a liberdade pela emancipação, o que significa que ainda deveriam prestar serviços a seus antigos donos, a pretexto de indenização, por tempo variável entre dois e sete anos.” (2012, p. 137).<sup>24</sup>

Embora a atividade charqueadora demandasse a maior quantidade de trabalhadores negros e negras em condição de escravização, há registros de que exerciam outras atividades e de que se dedicavam a maioria das profissões e atividades manuais. Outro fator, destacado por Loner, é o de que havia diversos trabalhadores especializados. Nas palavras da autora,

---

<sup>24</sup> É pertinente destacar que as libertações com cláusulas de prestação de serviços ocorridas no Rio Grande do Sul, destinadas aos escravizados mais jovens, previam mais tempo de trabalho, numa manobra para estender a continuidade do sistema escravista, haja vista que os contratos eram, na verdade, uma forma “disfarçada” de escravidão. Sobre o tema ver: Loner (2012).

[...] operários artesãos que exerciam suas atividades no meio urbano, como assalariados ou donos de pequenas oficinas [...] Com a Abolição e a República, muitos deles permaneceram na região, desenvolvendo as mesmas atividades que anteriormente nas charqueadas e também empregando-se em fábricas, na construção civil e nos trabalhos do porto [...] os trabalhadores negros enfrentavam obstáculos maiores à ascensão social, e assim, ao longo do tempo, estiveram presentes em todas as profissões, incluindo os operários de fábricas, chapeleiros, construtores civis, empregados em indústrias de conservas e alimentação, tipografias, etc. (1999, p. 3)

A presença de trabalhadores negros, em diferentes atividades no século XIX, ajudou a compor uma classe operária da qual surgiram representações do associativismo negro pelotense no pós-abolição. Nesse sentido, José Antônio dos Santos (2001) reitera que mesmo que os afrodescendentes tenham sido incentivados a permanecerem em Pelotas no pós-abolição e início da República, pelo fato de ser a principal mão de obra utilizada no processo de industrialização da cidade, é fato que eles conviveram diariamente com a segregação e discriminação racial e social.

Nas palavras do autor, as mulheres e os homens negros,

[...] mesmo incentivados a permanecerem na cidade após a Abolição, pois eram a principal mão-de-obra a ser utilizada na industrialização da cidade, conviveram diariamente com a segregação racial e a discriminação social. Alguns deles obtiveram por meio da Educação, independência intelectual e relativo reconhecimento pessoal, o que lhes possibilitou não só melhores condições materiais como alguma circulação na sociedade pelotense [...] (SANTOS, 2001, p.14).

A luta contra a discriminação racial e social, bem como alguns ideais políticos de cunho socialista, motivaram os operários negros – assim como de outros grupos étnicos – a participarem de um conjunto de greves que ocorreram em Pelotas na primeira década do século XX. Uma expressiva parcela de operários negros constituiu não só as suas formas de associação e entrelaçamentos, mas fez reivindicações que não eram muito diferentes daquelas exigidas pela maior parte dos trabalhadores brasileiros, isto é, “melhores condições de trabalho, aumento salarial, redução da jornada de trabalho, [...] e a diminuição dos altos custos de vida para a maioria da população” (LONER, 2001, p. 287).

Uma restrita parte da população negra pelotense, que também compôs a classe operária e esteve à frente de associações e entidades negras, terá acesso a algum tipo de instrução intelectual. Foi esse grupo instruído que formou uma pequena camada de afrodescendentes letrados, o qual, no século XX, encampou na cidade a luta pelo acesso à Educação. Santos (2001, p. 6) destaca que alguns “deles obtiveram por meio da



Educação, independência intelectual e relativo reconhecimento pessoal, o que lhes possibilitou não só melhores condições materiais como alguma circulação na sociedade pelotense”.

A organização da população negra pelotense já podia ser vista de forma mais robusta no final do século XIX. Algumas com certo caráter religioso, como a confraria *Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade* (1884), a *Irmandade Nossa Senhora do Rosário* (1831- 1915) e a *Irmandade São Benedito* (1870). Outras de cunho beneficente, recreativo, cultural e abolicionista como *O Centro Ethiópico* (1884-1895), a *Sociedade Beneficente Feliz Esperança* (1880-1917), a *Sociedade Beneficente Fraternidade Artística* (1880-1911), a *Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas* (1881-1916), a *Sociedade Recreativa Flores do Paraíso* (1898-1909), e a *Satélites do Progresso* (1891-1910), que colaboraram na luta abolicionista e antirracista de várias formas, incluindo a compra da alforria de negros e negras escravizados, ações beneficentes e de promoção da cultura (SILVA, 2011)

No século XX, houve uma expansão da organização das entidades e associações da comunidade negra. Ainda, conforme Loner e Gill, isso ocorreu a partir de “clubes recreativos, teatrais, carnavalescos, futebolísticos, entidades mutualistas, de assistência às crianças e de representação étnica [...] e uma grande preocupação com a questão educacional, representada pelas várias tentativas, por parte de suas associações mais consolidadas” (LONER; GILL, 2007, p. 4).

Foram inúmeras as associações e entidades negras que surgiram ao longo do século XX em Pelotas, com os mais diversos objetivos e que demonstravam uma articulação que consolidou o associativismo negro na cidade. Ainda que algumas dessas organizações também divergissem em suas ideologias e formas de inserção do povo negro na sociedade e em busca de sua cidadania. Mesmo que esse capítulo não tenha como finalidade analisar, individualmente, a atuação dessas entidades negras, cabe citá-las com base no levantamento realizado por Fernanda Oliveira da Silva (2011).

No quadro, a seguir, estão alguns dos clubes sociais negros de maior longevidade e com expressiva atuação em Pelotas-RS.

Quadro 3 - Clubes Sociais Negros de maior longevidade e expressiva atuação em Pelotas-RS

<b>Clubes Sociais Negros</b>	<b>Período de atuação</b>
<i>Depois da Chuva</i>	<i>(1916-1957)</i>

<i>Chove Não Molha</i>	<i>(1919 até o presente)</i>
<i>Fica Ahí P'ra Ir Dizendo</i>	<i>(1921 até o presente)</i>
<i>Quem Ri de Nós Tem Paixão</i>	<i>(1921-1940)</i>
<i>Está Tudo Certo</i>	<i>(1931-1942)</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020) com base em Silva (2011).

Algumas entidades negras beneficentes, associações de representação e luta política e de caráter recreativo surgiram ainda no século XIX, mantiveram sua atuação na primeira década do século XX e outras foram criadas nas primeiras décadas desse mesmo século. No quadro 4, algumas delas podem ser visualizadas e identificadas.

Quadro 4 - Associações e entidades negras em Pelotas-RS

<b>Sociedades Benéficas</b>	<b>Período de atuação</b>
<i>Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul</i>	<i>(1908-1918)</i>
<i>O Asilo de Órfãos São Benedito</i>	<i>(1901- até o presente)</i>
<b>Associações de Representação e Luta Política</b>	<b>Período de atuação</b>
<i>Clube José do Patrocínio</i>	<i>(1905-1911)</i>
<i>Centro Ethiópico Monteiro Lopes</i>	<i>(1909)</i>
<b>Associações e Entidades Recreativas</b>	<b>Período de atuação</b>
<i>Grêmio Recreio Operário</i>	<i>(1888-1914)</i>
<i>Quadro da Aliança</i>	<i>(1901-1910)</i>
<i>Grêmio Recreativo da Necessidade</i>	<i>(1908-1911)</i>
<i>Associação Recreativa 7 de Setembro</i>	<i>(1910-1920)</i>
<i>Associação Recreativa 24 de Junho</i>	<i>(1911-1930)</i>
<i>Liga de Futebol Independente José do Patrocínio</i>	<i>(1919-1932)</i>
<i>Companhia Negra de Operetas e Variedades Pelotenses</i>	<i>(1933-1934)</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020) com base em Silva (2011).

O levantamento realizado por Silva (2011) demonstra a criação de uma gama de associações, entidades, clubes e instituições que, de forma individual e coletiva, foram espaços de luta, organização e formação da comunidade negra pelotense. A pesquisadora esclarece que a maior parte dessas associações foi criada por negros e para negros em função do preconceito racial e da necessidade de um associativismo no que tangia a luta por melhores condições de vida, acesso à Educação e a outros direitos. Nas ponderações de Silva (2011, p. 108.), as associações e entidades, na maioria dos casos,

“foram criadas em função do preconceito racial vivenciado na cidade, como pontuamos na especificidade e/ou questão racial das mesmas [...] foram criadas por e para negros, embora possam ter permitido não negros em sua configuração”.

Em seu estudo Silva (2011) também apresenta um quadro informativo no que refere ao caráter e especificidade de atuação dessas entidades, o que colabora para identificar quais delas estavam mais inclinadas à questão da Educação. Assim, contextualizo, brevemente, algumas experiências de Educação da população negra afro-pelotense com maior atenção às seguintes entidades: *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*, *Asilo de Órfãos São Benedito* e a *Frente Negra Pelotense*.

A *Sociedade Beneficente Feliz Esperança* foi criada em 1880 e teve destaque principalmente no início do século XX, permanecendo com suas atividades até 1917. Silva (2011) destaca que essa instituição aceitava sócios mesmo na condição de escravização, auxiliou na formação da *União Operária Internacional*, buscava promover conferências da classe operária, e há indícios de que foi a primeira entidade negra a manter aulas noturnas de instrução e uma biblioteca para os sócios. Não foram identificadas maiores informações de como essas aulas funcionavam e estavam estruturadas, mas quase sempre eram direcionadas ao processo de alfabetização, o que é comum nesse período com inúmeras organizações negras distribuídas pelo Brasil.

Uma parte importante na constituição da Educação da população negra pelotense foram às aulas nos cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense, que teve seu surgimento quase no mesmo período que a *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*. Por volta de 1877, a Biblioteca Pública Pelotense passou a ofertar cursos noturnos de instrução primária e alfabetização, e teria iniciado suas atividades em fevereiro daquele ano mantendo-as até 1915. Durante o período em que foram promovidos, há indícios de que um pequeno grupo de negros pelotenses frequentaram as aulas entre o final do século XIX - momento em que ainda era vigente a escravização no Brasil - e início do século XX.

No que se refere à intencionalidade desses cursos e a seu público alvo, Peres (2002) explicita que as crianças a partir de 8 anos de idade, jovens e adultos das camadas populares eram as pessoas que participavam das aulas, e que os cursos noturnos preconizavam uma instrução com base numa forte Educação moral. Alguns dos estudantes negros, que frequentavam esses cursos, foram os criadores do jornal *A Alvorada* como é o caso de Juvenal Moreno Penny, Durval Moreno Penny e Rodolpho

Ignácio Xavier, sendo este último também um dos articulistas da Campanha Pró-Educação.

De acordo com Eliane Peres (2002, p. 86), as pessoas negras do sexo masculino “podiam frequentar as aulas, desde que livres ou libertos. No entanto, a presença deles nas aulas da Biblioteca pode ser considerada um avanço para a época, uma vez que o fato de ser negro era motivo suficiente para que o indivíduo sofresse toda espécie de rejeição e preconceito”. Ao mesmo tempo, embora fosse considerado um avanço para o período, a elite pelotense, que era formada quase que exclusivamente por pessoas brancas, não tinha como ideia romper com os padrões vigentes da época.

Para Peres (2002), a presença de alguns alunos negros, nos cursos da Biblioteca Pública Pelotense, poderia estar associada ao fato de que o ideal abolicionista era recorrente entre os membros da diretoria, ao mesmo tempo o pensamento de que a comunidade negra era degenerada e com tendências a vícios e imoralidade acabava por sugerir que ela deveria ser controlada e vigiada. Conforme a autora, seria pertinente considerar que a Biblioteca Pública Pelotense era uma instituição que “concentrava alguns abolicionistas pelotenses e, como tal, era ‘foco’ de disseminação dessas ideias [...] cedia seu espaço para reuniões e manifestações abolicionistas, como também arrecadava fundos, entre seus associados, para comprar cartas de alforria [...] (PERES, 2002, p. 93).

Ainda que tal situação tenha sido vigente naquele momento, é possível que ter acesso aos cursos noturnos tenha contribuído para que alguns homens das classes populares, entre eles os negros, tivessem o domínio da leitura e da escrita, sendo esses instrumentos essenciais para a sua luta social. Ademais, eles não se sujeitaram de forma pacífica ao projeto disciplinador, moralizador e paternalista proposto pela Educação veiculada por esses cursos. Na visão de Peres (2002, p. 96), “os homens que frequentaram essa escola não se sujeitaram passivamente a esse projeto. As condições de classe e de grupo étnico dos alunos forjaram diferentes formas de luta”.

*A Irmandade São Benedito* teria fundado, em 1901, por iniciativa de Luciana Lealdina de Araújo, um asilo denominado *de Asilo de Órfãs São Benedito*. Segundo Jeane dos Santos Caldeira (2014), ela era conhecida como “Mãe Preta” cooperando com o asilo, peregrinava pelas ruas da cidade com intuito de arrecadar donativos para manter a instituição e as crianças que dela dependiam. Embora a iniciativa tenha partido de Luciana Lealdina de Araújo – nascida em Porto Alegre em junho de 1870 – há registros da colaboração de outras pessoas como Bárbara de Cerqueira e a participação lideranças

negras pelotenses como fundadores/colaboradores como Antônio Boabad, Durval Penny, que também foram redatores do jornal *A Alvorada*, Benedito Lopes Duro e dos irmãos José da Silva Santos, João Vicente e Maria Salomé (CALDEIRA, 2014).

O *Asilo de Órfãos São Benedito* atendia, inicialmente, meninas negras que poderiam ingressar a partir 7 anos de idade permanecendo até os 21 anos. Mas, em seguida, passou a atender crianças, independente da origem étnica e do sexo e quase sempre em situação de precariedade social e familiar. O registro do estatuto da instituição orienta que outras crianças poderiam ser admitidas caso a família ou outros responsáveis mantivessem a alimentação, Educação e vestimenta das internas (CALDEIRA, 2014).

Conforme assinala Jeane Caldeira, o *Asilo de Órfãos São Benedito*, atual *Instituto São Benedito* tinha o “objetivo de amparar e instruir meninas pobres desvalidas, ou seja, órfãs, enjeitadas, expostas negras, embora o primeiro estatuto em 1902 tenha apontado que a instituição aceitava meninas sem distinção de cor.” (2014 p 114).

O artigo 3º de seu estatuto definia que o “Asylo, além do preciso à subsistencia, dará às asyladas instrução e Educação, primaria, moral e religiosa, cuidando, principalmente, de torna-as aptas nos mesteres propios de boa mãe de família” (ESTATUTO DO ASILO DE ÓRFÃS SÃO BENEDITO, 1902, p. 2 apud CALDEIRA, 2014, p. 127). No caso do asilo, as meninas só poderiam sair pelo casamento, pela intervenção dos responsáveis ou encaminhadas a casas de famílias como empregadas domésticas. Essa concepção de Educação presente nos preceitos do estatuto para as meninas da classe popular, que na maioria eram negras, era comum no período e demonstra a formação para o lar e a família, sob a moralização dos preceitos religiosos quase sempre católicos.

Outro aspecto, ressaltado tanto por Caldeira (2014) quanto por Neves (2007), é o de que as meninas eram encaminhadas para trabalhar em casas de famílias abastadas e complementavam suas rendas com atividades manuais. Além da formação moral e das atividades do lar, as meninas, abrigadas no asilo, passaram a ter maior formação intelectual no final da primeira década do século XX. Na época, houve a necessidade do aumento do tempo das aulas de leitura, contabilidade e escrita com a colaboração da Professora Francisca Garcia de Oliveira (NEVES, 2007).

Arminda Machado de Oliveira - também de pertencimento étnico-racial negro - assumiu a direção interna do asilo a partir de 1907 permanecendo até 1912. Nesse período, providenciou o aumento no número de professoras com intuito de alfabetizar as

internas, e para que tivessem aulas de música e canto. Quando Arminda Machado de Oliveira deixou a direção da instituição, já era possível constatar que a organização e a direção passaram a ter uma presença, cada vez maior, de pessoas brancas até que a comunidade negra não compusesse mais esse espaço. Segundo Caldeira (2014, p. 144), no início, a diretoria do asilo era constituída por homens negros, mas “[...] A partir de 1914, os nomes de homens brancos se misturam aos negros para a formação da diretoria do asilo. Aos poucos, os negros vão se ausentando dos cargos diretivos, sendo constituída uma diretoria, predominantemente, branca”.

Esses espaços são invariavelmente lócus de disputas, e, como mencionado anteriormente, a Educação será palco também de tensionamentos. Logo, o que foi no princípio uma iniciativa da população negra pelotense, no que se refere à Educação, amparo e instrução, passou a estar sob a liderança de um grupo etnicamente hegemônico e que formava a elite social pelotense.

Com a exoneração de Arminda Machado de Oliveira e o afastamento das lideranças negras da direção da instituição, a tutoria do asilo foi entregue às Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, atual Congregação do Imaculado Coração de Maria<sup>25</sup> que passaram a desenvolver diversas atividades e implementaram algumas transformações.

Nas palavras de Caldeira (2014):

[...]No que corresponde à inserção das Irmãs no Asilo de Órfãos São Benedito, a partir de 1912, ocorreram algumas mudanças significativas, principalmente no que diz respeito à estrutura da instituição. O prédio em que as meninas inicialmente foram instaladas, não estava mais suportando o grande número de recolhidas sendo necessária a troca do local de funcionamento o que fez com que a instituição perdesse algumas características de uma casa de família, na qual o relacionamento interpessoal é indispensável no processo educativo de cada pessoa. [...] De 1912 a 1930, Irmãs da Congregação passaram pela instituição desenvolvendo diversas atividades entre elas: serviços diversos, diretora da obra social, auxiliar, professora, enfermeira, responsável pela cozinha, responsável pela lavanderia, serviços de costura e pintura artística [...] (CALDEIRA, 2014, p. 173)

A presença das Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria mudou, paulatinamente, a estrutura do asilo conferindo-lhe um caráter mais ligado ao processo

---

<sup>25</sup>A Congregação Puríssimo Coração de Maria teve início em Viena, por iniciativa da jovem Bárbara Maix que criou a Congregação no dia 8 de maio de 1843. Por motivo de perseguição religiosa, Madre Bárbara, juntamente com outras 21 companheiras, partiu para o Brasil, se estabelecendo inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, onde fundou a Congregação no país em 8 de maio de 1849. As primeiras atividades da Congregação no Rio Grande do Sul ocorreram em Porto Alegre (sede geral) Pelotas, Santa Maria e Caxias do Sul (CALDEIRA, 2014).

de escolarização, o que pode ser observado também na edificação que a instituição passou a ocupar. A instituição não fugira à regra da influência do entusiasmo pela Educação que ganhava força em todo o país, ao mesmo tempo em que a presença religiosa mantinha os padrões de moralização e comportamento adequados para a sociedade daquela época.

O entusiasmo pela Educação fez parte do cenário brasileiro com a chegada da República, e principalmente a partir dos anos 1920. Para Irene Domenes Zapparoli (2005, p. 5-6) esse entusiasmo pela Educação caracterizou-se pela importância que foi direcionada

[...] a Educação como o maior dos problemas nacionais, problema de cuja solução adviria todos os outros [...] “otimismo pedagógico” manteria [...] a crença no poder da Educação, mas não de qualquer tipo Educação, enfatizando a importância da “nova” pedagogia na formação do homem novo.

Ainda segundo Zapparoli (2005), para compreender o surgimento do entusiasmo pela Educação e sua transformação em otimismo pedagógico, é fundamental analisar o contexto da década de 1920, no qual se dá um processo de tecnificação do campo educacional pela despolitização deste.

Além disso, a concepção higienista e de saúde que fez parte do regime republicano com maior força, também, a partir dos anos de 1920 ocupará o espaço da escola, fazendo com que houvesse a intervenção da área médica nesses lugares. No caso do asilo, o médico Dr. Paulo Gastal financiou a instalação de uma sala de dentista e instalações elétricas adequadas. Nas décadas seguintes, a instituição continuou atendendo às crianças e jovens e se tornando uma referência consolidada na cidade de Pelotas (CALDEIRA, 2014).

Atualmente, a instituição atende crianças de vários bairros carentes, contando com colaboradores remunerados e voluntários, tem uma diretoria leiga que trata dos assuntos pedagógicos, sendo que as irmãs da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria se encarregam da área pedagógica.<sup>26</sup> A instituição oferece um regime de semi-internato, contando com turmas de 1º ao 5º do ensino fundamental que funcionam no turno da manhã e à tarde as crianças têm atividades complementares (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 2019).

---

<sup>26</sup> A Congregação, inicialmente, denominada Puríssimo Coração de Maria, em 8 de maio de 1949, ao completar seu centenário, passou a denominar-se Imaculado Coração de Maria (CALDEIRA, 2014).

A Frente Negra Pelotense foi criada em 10 de maio de 1933 por lideranças negras que circulavam por diferentes associações em Pelotas, entre essas estavam José Aauto Ferreira da Silva, Carlos Torres, Juvenal Penny, Humberto de Farias e Miguel Barros, todos ligados ao periódico negro *A Alvorada*. O surgimento da Frente Negra Pelotense não foi um caso isolado, tendo em vista que outras frentes foram criadas, sendo a primeira a Frente Negra Brasileira, em 1931, na cidade de São Paulo, depois surgiram a Frente Negra da Bahia (1932), Frente Negra Pernambucana (1936) e a Frente Negra Carioca (1932) no Rio de Janeiro.

No entanto, cabe explicitar que a Frente Negra em Pelotas não estava vinculada à Frente Negra Brasileira, embora mantivesse contado com essa entidade. Conforme Oliveira (2017, p. 91), existia uma peculiaridade na FNP, pois ela “tinha um caráter mais sindical, inclusive mantendo alianças com organizações classistas [...] apresentava uma dupla militância em associações raciais e de classe”.

No período em que se manteve ativa, a FNP representou a entidade que aglutinava, até certo ponto, as demais organizações anteriormente mencionadas buscando englobar a população negra pelotense em torno de objetivos como a instrução, elevação da comunidade negra e combate ao preconceito (SILVA, 2011). Nas palavras de Ângela Pereira Oliveira (2017), a Frente Negra Pelotense surge por conta “[...] do preconceito racial em Pelotas, especialmente, pela rejeição de crianças negras em escolas (um espaço extremamente racializado), esses homens viram a necessidade de criar uma entidade forte para combate ao racismo” (OLIVEIRA, 2017, p. 91).

A Frente Negra Pelotense explicitava, no primeiro artigo de seu estatuto, que tinha como principais objetivos “pugnar pela união, Educação, instrução, reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça negra”. O estatuto da entidade, publicado no jornal *A Alvorada*, em 16 de junho de 1933, estabelecia ainda que a

[...] Frente Negra é uma entidade organizada por Negros e para os Negros [...] destina-se a pugnar pela união, Educação, instrução, reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça negra. [...] combaterá tenazmente o Preconceito de Cores, fruto da vaidade e incompreensão daqueles que julgam-se superiores a nós. [...] procurará conquistar para o negro, o direito, a igualdade e a consideração que a Lei lhe dá, mas o Preconceito, lhe nega. [...] é completamente independente, não sendo filiada a partidos, nem religiões, nem a clubes ou sociedades recreativas, carnavalescas ou desportivas. Negro meu irmão, não te envergonhes da tua cor, procura educar-te, instruir-te, valorizar-te, para mostrar a outrem, a cultura e a inteligência da raça negra. [...] a maioria negra é incontestável (A ALVORADA, 1933, p. 1).



Como pode ser observado no excerto acima, a entidade tinha como principal bandeira a Educação e a instrução da população negra pelotense. Para isso, buscou realizar palestras e conferências, organizar cursos de alfabetização e bibliotecas, pleitear a admissão e inserção do povo negro na escola.

As ações da Frente Negra Pelotense em relação à Educação estão associadas à Campanha Pró-Educação que surge em 1932 e que é objeto de estudo desse trabalho. Logo, as páginas do jornal *A Alvorada* veicularam, em articulação com a Campanha Pró-Educação, as ideias e premissas da Frente Negra Pelotense. Como mencionado, o veículo se tornou porta-voz dessa entidade.

Apresentei, acima, algumas experiências de entidades criadas pela população negra que tiveram como pilares a luta e a reivindicação pela Educação, seja por meio da instrução, pelo acesso à escolarização, pela alfabetização ou moralização dos comportamentos. Essas experiências também estão ligadas à Imprensa Negra que veiculou, noticiou e foi porta voz das demandas da população negra.

Assim, no próximo tópico apresento uma contextualização acerca da Imprensa Negra brasileira em interface com a Educação. A análise dessa relação colabora para a compreensão do espaço ocupado pelo jornal *A Alvorada* naquela conjuntura, bem como na construção da Campanha Pró-Educação.

### 3.4 A Imprensa Negra brasileira e a Educação

O aprofundamento dos estudos e a utilização da Imprensa Negra como fonte histórica têm permitido elucidar experiências educativas, escolares ou não, da população negra, empreendidas por seus processos de organização, demandas e lutas. Observa-se que a Educação da população negra brasileira é uma temática relativamente recente no que se refere às pesquisas acadêmicas que resultam em Teses e Dissertações, assim como o uso dos jornais da Imprensa Negra como fonte para compreendê-la. Nesse sentido, esse tópico aborda a Imprensa Negra brasileira em interface com a Educação.

### 3.4.1 Os jornais da Imprensa Negra brasileira e a questão da Educação

Estudos como os de Petrônio Domingues (2007, 2009, 2018) e Elisa Larkin Nascimento (2008) revelam que nas primeiras décadas do século XX os/as afrodescendentes se uniram em entidades, clubes, centros cívicos, associações políticas, jornais que formaram a Imprensa Negra, no campo educacional procuraram, por intermédio da conscientização, alertar a comunidade afrodescendente para a importância da instrução e da Educação, assim como da mobilização em prol de seus direitos. Assim, as ações e discursos desses grupos e sua imprensa buscaram fomentar na coletividade uma participação efetiva na sociedade brasileira da qual faziam parte, mas eram excluídos (NASCIMENTO, 2008).

A Educação foi e continua sendo uma das bandeiras de luta das organizações e movimentos negros brasileiros que se utilizaram da Imprensa Negra como um instrumento de veiculação das aspirações e desejos desses sujeitos históricos, assim como de crítica e denúncia da opressão vivenciada. Considera-se que a Imprensa Negra era uma alternativa determinante na luta de negros e negras, ao mesmo tempo em que procurava educá-los e instruí-los.

A expressão Imprensa Negra foi inicialmente utilizada por Roger Bastide (1983) e, posteriormente, pesquisadores e pesquisadoras foram se apropriando e discutindo tal conceito. José Antônio dos Santos (2011), ao tratar da origem da Imprensa Negra, afirma que “não temos na historiografia que trata dos jornais dirigidos para os negros brasileiros uma arqueologia que resgate a origem e os significados atribuídos ao longo do tempo ao termo “Imprensa Negra” [...]” (p. 148). O que leva o autor a propor que “houve uma influência vinda dos Estados Unidos na definição desse termo para designar um conjunto de periódicos voltados aos problemas da população negra” (148-149).

Nesse trabalho, seguirei a ideia de José Antônio dos Santos (2009) que entende a Imprensa Negra como um “conjunto dos jornais que foram publicados, a partir do século XIX, com a intenção de criar meios de comunicação, Educação e protesto para os leitores aos quais se dirigia.” (SANTOS, 2009, p. 3).

Seguindo, ainda, a linha de discussão de Santos, o conceito de Imprensa Negra

[...]atualmente abarca uma infinidade de publicações, não mais restritas aos meios impressos, mas que se diluem em aparelhos eletrônicos e se reproduzem através de sinais digitalizados. A principal identificação que une

essa diversidade dos meios de comunicação é estar voltada para as reivindicações da população negra e ser produzida por pessoas que se identificam com esse meio (SANTOS, 2011, p.89-90)

Segundo Santos (2011), a imprensa constituiu-se como um dos recursos de veiculação das pautas reivindicadas pela população negra brasileira, de denúncia à discriminação e marginalização, divulgação do pensamento intelectual e mobilização. No entanto, cabe explicitar que a imprensa oficial não concedeu espaços para difusão dessas demandas, o que culminou no surgimento da Imprensa Negra caracterizada por jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões (DOMINGUES, 2007).

Valmir Teixeira de Araújo (2019, p. 222) defende que ao "destacar as narrativas negras em suas publicações, a Imprensa Negra brasileira se diferencia da imprensa tradicional e contribui para a compreensão defendida pela negritude a respeito da necessidade de uma discussão mais aprofundada na sociedade sobre a temática racial". Nesse sentido, compartilho do entendimento de Araújo (2019, p. 213) de que a Imprensa Negra tende a se diferenciar da tradicional

[...] por destacar o protagonismo negro nas diversas questões vivenciadas pela sociedade [...] a Imprensa Negra tem um papel fundamental ao construir narrativas sobre os acontecimentos históricos relacionados ao povo negro, nas quais destacam o protagonismo das figuras negras, que raramente encontram espaço nos veículos de comunicação tradicionais.

De acordo com Domingues (2007), o primeiro periódico da Imprensa Negra brasileira foi denominado *O homem de Côr* e surgiu, ainda, durante a vigência da escravização, no ano de 1833. Outros jornais brasileiros da Imprensa Negra também se constituíram no século XIX. Alguns exemplos são: *Pardo* (1833), *O Lafuente* (1833), *O Homem – realidade constitucional ou dissolução social* (1876), *A Pátria* (1889), *O Progresso* (1889), *O Exemplo* (1892).

No século XX, houve um aumento na produção de periódicos dessa natureza, pois outros periódicos ganharam destaque sem que necessariamente aqueles surgidos no século anterior tenham desaparecido ou perdido sua importância. Assim, destaco *A Alvorada* (1907- Pelotas- RS), *O Menelike* (1914- São Paulo- SP), *o União* (1918- Curitiba- PR), *O Getulino* (1919- Campinas- SP), *Clarim da Alvorada* (1923- São Paulo- SP), *O Patrocínio* (1924- São Paulo- SP), *A Voz da Raça* (1933- São Paulo- SP), entre outros. Para Araújo (2019, p. 224), mesmo “[...] em uma realidade de

analfabetismo da maioria esmagadora da população negra, foram criados dezenas de jornais negros nas primeiras décadas do século XX, que destacavam a organização negra, suas vidas em sociedade e as reivindicações".

Aqui, talvez, se possa fazer uma aproximação com outros grupos para os quais a imprensa escrita era um importante meio de reivindicação e informação, mesmo que composto em sua maioria por não alfabetizados. Bilhão discute essa questão em relação aos grupos operários. Para a autora, [...] mesmo considerando as limitações, o alcance e a eficácia dos periódicos, seria possível defender que nas décadas iniciais do século XX aos poucos se formavam

[...] grupos de leitores autodidatas que nas pensões, nos bares, nos sindicatos ou nos gabinetes de leitura, liam os textos produzidos por articulistas locais ou traduzidos de outras partes do mundo que, ao circularem pelas rodas de leitura e discussão, deixavam de pertencer a quem os escrevia, eram lidos por alguém, discutidos, interpretados e reinterpretados por outros tantos, produzindo resultados muitas vezes diferentes do esperado por quem os escreveu, mas, de qualquer forma, influenciando na construção do conhecimento, na circulação de informações e na luta por direitos daqueles trabalhadores que se tornavam protagonistas na incipiente organização sindical brasileira (BILHÃO, 2015, p. 153).

Essa aproximação se torna, ainda, mais justificada tendo-se em mente que o jornal *A Alvorada* se ligava, ao mesmo tempo, às questões étnico-raciais e operárias da cidade de Pelotas. Portanto, sua leitura e discussão também poderiam ocorrer de forma semelhante às realizadas por outros grupos militantes.

Cabe esclarecer que nos momentos iniciais do pós-abolição a palavra negro/negra não foi utilizada para designar esses periódicos. Essa postura se deve ao fato de que essa designação estava associada à grande carga pejorativa. Rodrigo de Azevedo Weimer (2013) discutiu essa questão, salientando que o termo 'negro' foi positivado no Brasil ao longo do século XX. Anteriormente, quando se designava as mobilizações étnico-raciais, não se cogitava em denominá-las de negras, afinal, esta palavra era estigmatizada principalmente por sua associação à escravização. Para o autor existe "certo consenso em torno do fato de que a difusão do termo 'negro' associado ao orgulho étnico-racial remete à mobilização contra a ditadura civil-militar de 1964-1985" (p. 68).

A periodização da Imprensa Negra varia de acordo com a perspectiva teórica utilizada nas pesquisas, bem como com as autoras e autores que servem de referência e que buscaram compreender esse aspecto da Imprensa Negra. No entanto, embora seja

pertinente explicitar a existência de diferentes periodizações, destaco que neste trabalho não será utilizada uma periodização fixa para análise dos dados.

Um dos primeiros estudiosos a propor uma periodização da Imprensa Negra, no Brasil, foi Roger Bastide (1983) com base no contexto paulista. O primeiro período iniciaria em 1915, o segundo iria de 1930 a 1937 e o terceiro começaria após 1945. De acordo com Carvalho (2009), na fase inicial da Imprensa Negra, segundo o pressuposto de Roger Bastide, os jornais negros têm uma participação social de bastante relevância. No segundo momento os periódicos passam a ter além de caráter jornalístico um formato reivindicatório do ponto de vista político, principalmente com a criação da FNB e o surgimento do jornal *A Voz da Raça*.

Além desses aspectos, a questão da Educação, denúncia das práticas preconceituosas, bem como a moralização dos comportamentos e costumes são características da Imprensa Negra nas primeiras décadas do século XX. E por fim, o terceiro período iniciado com a queda do Estado Novo a redemocratização apresentaria mudanças significativas no que tange às reivindicações do povo negro brasileiro e às articulações e formas de produção dos artigos.

Miriam Ferrara (1986) propõe outra periodização, fazendo uma revisão daquela proposta por Roger Bastide (1983). Para ela a atuação da Imprensa Negra também pode ser dividida em três fases relacionadas em torno de características comuns, sendo que a primeira fase iria de 1915 a 1923, a segunda de 1924 a 1937 e a terceira de 1945 a 1963.

Sabrina Rodrigues Balsalobre (2010) descreve algumas características dessas três fases. Nas colocações da autora,

O primeiro período da Imprensa Negra tem um caráter pedagógico, para conscientizar a população negra a adequar-se ao regime social imposto pela camada dominante e, assim, promover a inserção social desses indivíduos. Assim, era prática constante dos redatores aconselhar sobre a maneira de vestir-se corretamente, a não frequentar bares e evitar situações desagradáveis para que, dessa forma, se desmitificasse a imagem do negro como vagabundo e alcoólatra. O segundo período da Imprensa Negra foi inaugurado com o surgimento, em São Paulo, da segunda fase do jornal *O clarim d'alvorada*, em 1928. veio o ideal de união do povo negro, portanto, com um caráter muito mais combativo [...] neste segundo período a imprensa trata dos mesmos temas explorados no primeiro, agora o que difere é a maneira de enfocá-los. [...] Os jornais da Imprensa Negra só voltam a ser produzidos em 1945, com a redemocratização da política nacional. Nesse terceiro período, portanto, a grande diferença dos anteriores se dá pela explicitação de temas políticos, com uma propaganda política declarada, tal como o apoio a candidaturas de políticos aliados [...] (BALSALOBRE, 2010, p. 23-25).

As periodizações descritas aqui são, frequentemente, mencionadas nas pesquisas sobre Imprensa Negra no Brasil, assim como apareceram em parte dos estudos mapeados da revisão de literatura desta Tese. Ademais, observei que, em algumas pesquisas, há proposta de periodizações específicas para as investigações em questão, o que demonstra uma diversidade de aspectos temporais e características presentes na Imprensa Negra.

Amílcar Araújo Pereira (2010) analisou esse processo, destacando o surgimento de certa ‘consciência de negritude’ a partir de meados da década de 1970, culminando na fundação do Movimento Negro Unificado em 1978 (PEREIRA, 2010, p. 61-67). A positivação da categoria ‘negro’ marcou profundamente a sociedade brasileira a partir dos anos 1980, de tal forma que o significado contemporâneo foi eventualmente naturalizado. (WEIMER, 2013, p. 410). Assim, algumas expressões como “homens de cor” e “raça etióptica” eram comuns nos artigos da Imprensa Negra para designar a população afrodescendente nas primeiras décadas da República.

Como mencionado, a Imprensa Negra foi um instrumento de veiculação das ideias e aspirações da população negra brasileira em diferentes contextos e épocas. Ao mesmo tempo, as páginas dos diversos periódicos negros surgidos no final do século XIX e início do século XX, serviram como forma de comunicar e, também, educar em diferentes sentidos o grupo a quem se dirigia. Clóvis Moura (2014, p. 248), ao abordar os periódicos da Imprensa Negra das primeiras décadas do século XX, destacou que “houve uma contribuição enorme, uma produção muito grande: sonetos, crônicas, apólogos, epigramas, sátiras, artigos sobre Educação e protestos contra o preconceito racial.”

Maria Angélica Zubaran (2016) analisou fotografuras de formatura de homens e mulheres negros vestidos de toga presentes no jornal *O Exemplo* nas primeiras décadas do século XX. Esse estudo buscou também compreender os sentidos dados pelos articulistas do periódico para a veiculação dessas fotografuras, o que estava relacionado ao tipo de imagem que gostariam de apresentar à comunidade negra de Porto Alegre-RS. Ou seja, a Educação como inspiração para superação dos preconceitos e ascensão social e cultural. Segundo a autora,

Neste sentido, na fotografia de formatura, a toga e o capelo, de uso obrigatório nas cerimônias de colação de grau nas universidades, são símbolos que contribuem tanto para construir uma imagem de ascensão social e cultural desses indivíduos quanto para reverter os significados associados

aos preconceitos ainda prevalentes na sociedade daquela época (ZUBARAN, 2016, p. 219-220)

E ainda, como destacou Santos (2011, p.124) “[...], a instrução significava a possibilidade de superar as condições de trabalhador braçal que remetia à escravidão, também se abria a perspectiva de ocupar uma posição social como “homem letrado”, que era um lugar social representado na Imprensa Negra como intangível ao preconceito.

Em 22 de agosto de 1909, o jornal *O Exemplo* publicou um artigo, de autoria de Arnaldo Dutra, que tratava da instrução da população, defendendo que esta era fundamental para o avanço do Brasil. No entanto, denunciava que o preconceito era um entrave para que todos tivessem acesso à instrução. Tais aspectos podem ser observados no trecho a seguir.

Entretanto, ainda predomina a ignorância no meio dos filhos humildes em pleno século XX? Por quê? Somente porque o preconceito avassala ainda as consciências! Nega-se a instrução ao filho do homem preto; nega-se a instrução ao filho do modesto operário, porque este não pode frequentar a aula de botinas e colarinho! E aquele porque é preto, envergonha seus colegas, até mesmo seus professores! Parece incrível! Como se a inteligência destes e direitos, não fossem iguais aos filhos do homem branco rico (O EXEMPLO, 1909, p. 1 Apud ZUBARAM; ATOLINI, 2019, p. 61).

Observa-se, portanto, que a organização e luta pela Educação também se fizeram presentes no jornal *O Exemplo* pela ótica da instrução, pelo acesso à escolarização e pela alfabetização ao combater o analfabetismo que era considerado o mal da sociedade e que mantinha a população negra na ignorância. Assim como, convocava as famílias como responsáveis por participar dessa formação enviando as crianças e jovens para as escolas, conforme pode ser visto no artigo publicado em 11 de fevereiro de 1917.

A pessoa analfabeta é um ente quase que sem utilidade alguma a Sociedade, não vive, vegeta, por isso repetimos, o pai que não manda os seus filhos à escola, é um criminoso que não imagina talvez, o grande mal que pratica e que tal crime vira mais tarde a ser assassinado pelos próprios filhos. Não descuidem, pois, os pais de família de mandar seus filhos ao ensino das escolas, a fim de que eles venham a ser oportunamente cidadão preciosos à Sociedade, úteis à família e devotados à pátria (O EXEMPLO, 1917, p. 2 Apud ZUBARAM; ATOLINI, 2019, p. 66).

Assim como o jornal *O Exemplo*, inúmeros periódicos da Imprensa Negra procuravam conclamar a comunidade afrodescendente para que buscasse instrução e acesso à escolarização como forma de eliminar o analfabetismo. Alertavam as famílias

para os benefícios e importância da Educação em diferentes sentidos. Num artigo datado de 3 de fevereiro de 1924 do periódico *Clarim d' Alvorada* esses aspectos aparecem todos juntos como a participação da família, o valor da instrução, o problema do analfabetismo, o incentivo ao esforço para estudar e aproveitar as horas disponíveis ainda que no turno da noite.

Instrução é a cultura do nosso espírito quando procuramos aprender uma disciplina que nos auxilie, materialmente como sejam as várias profissões [...] Também o adulto vae a escola. A escola é o recinto sagrado onde vamos em comunhão buscar as sciencias, artes, musica, etc. [...] Oh Paes! Mandaes vossos filhos ao templo de instrucção intellectual- a escola- não os deixeis analphabetos como dantes! Hoje temos tudo, aproveitae as horas nocturnas si os trabalhos vos impedem. Ides a escola! Aproveitae o precioso tempo para engrandecer a nossa raça e o nosso querido trabalho! (CLARIM DA ALVORADA, 1924 Apud MACHADO, 2009, p. 69).

A Educação era também veiculada pela Imprensa Negra como uma forma de ascensão social e econômica, haja vista que poderia, na visão de diversos articulistas e lideranças negras, engrandecer a população negra mudando a sua realidade. Outro fator observado é o argumento de que, por meio do acesso a instrução, a comunidade negra poderia ocupar espaços que hegemonicamente eram destinados à elite branca.

De acordo com Machado (2009), além dos artigos abordarem o valor da Educação enquanto meio de integração e ascensão social, os próprios jornais, muitas vezes, se caracterizavam como pedagógicos e instrutivos. Além disso, procuravam unir a comunidade negra para lutar contra o preconceito e a discriminação.

Em um artigo produzido pelo periódico *O Alfinete*, em 1918, a população negra paulista era convocada a reagir contra a opressão e a exclusão racial. Os articulistas do jornal usaram o alto índice de analfabetismo de negras e negros como entrave para a compreensão de seus direitos e a permanência da ignorância. Dizia o texto:

O estado lamentavel em que jazem os homens de côr no Brazil, opprimidos de um lado pelas ideias escravocratas que de todo não desapareceram do nosso meio social e de outro pela nefasta ignorancia em que vegetam este elemento da raça brasileira, impõe uma reacção salutar para que possam em dias futuros ter a consciencia lucida, de que para elles, os seus direitos são compuscados, a lei asphixiada e a justiça vilipendiada. (...) Esta antithese completa de tudo o que é organico tem como cousa principal, o analphabetismo que predomina em mais de dois terços de tão infeliz raça. (O ALFINETE, 1918 Apud BARROS, 2005, p. 86)



Cerca de uma década antes, em 18 de dezembro de 1904, o periódico *O Exemplo* trazia esse aspecto em um de seus artigos, o qual denunciava a forma preconceituosa e discriminatória como as crianças e jovens negros eram tratados no ambiente escolar.

Aqui, nas aulas públicas, as crianças de cor preta, são uma espécie de boneca de lustrador, que somente vão à escola para polir os bancos: os professores nada ensinam aos negrinhos e os aproveitam muito bem como seu criadinho, o aluno de cor preta a quem vai ao armazém fazer as compras do professor, ao correio buscar a levar a correspondência. Conheci uma senhora, professora em Caçapava, que votava tal ojeriza às crianças de cor preta que, quando iam matricular em sua aula uma criança que não fosse branca, era tal a raiva que dela se apoderava que não poucas vezes teve acessos histéricos, dando expansão à sua cólera em torrentes de palavras, vociferava furiosa - Onde se viu negro na escola! Negro só serve para a cozinha! E eu sem criada, tendo necessidade de fazer certos serviços da casa que não estão de acordo com a minha posição! Pode-se suportar que as negrinhas venham para a escola em vez de se alugarem em casa das famílias que como eu estão precisando de quem as sirva? Está aí para que serviu o tal 13 de maio (*O EXEMPLO*, 1904 p. 1 Apud ZUBARAM; ATOLINI, 2019, p. 61).

O relato apresentado acima demonstra que mesmo com a extinção da escravização e da inexistência de legislação que proibisse à comunidade negra de frequentar os bancos escolares, a permanência de uma mentalidade de que negros e negras deveriam permanecer sem acesso à cidadania e a seus direitos era comum nesse período.

Segundo Carvalho (2009, p. 91), o combate ao alcoolismo e aos vícios eram uma preocupação presente na maioria dos jornais da Imprensa Negra. Assim, o "[...] desalento, o vício, a vagabundagem e a prostituição eram fatores que impediam a integração à sociedade dominante e, por isso, duramente atacados pelos editoriais da Imprensa Negra em geral". Os apontamentos, realizados pelo autor, podem ser observados, por exemplo, num artigo publicado em 1921 pelo jornal *O Alfinete*.

Li ha dias num jornal de Sorocaba que uma sociedade recreativa d'aquella cidade deliberou , em reunião , abolir o uso de bebidas alcoolicas por occasião de suas festas, permitindo tão somente o uso das bebidas sem alcool, como sejam: Nectar, Sis, gazozas e etc. Abolindo o álcool das nossas sociedades , e mesmo das mezas dos nossos lares, muito conseguiremos em favor da nossa classe de cor ( *O ALFINETE*, 1921, p.4 Apud CARVALHO, 2009, p. 86)

A Educação pela óptica da moralização dos comportamentos era um *modus operandi* encontrado pela Imprensa Negra para corrigir aquilo que, pelos padrões da época, seria mau hábito e atrapalharia a elevação de negros e negras dentro de uma sociedade, estruturalmente, racista. Desse modo, se por um lado havia a denúncia do

preconceito e da exclusão da população negra brasileira por meio dos inúmeros periódicos da Imprensa Negra, por outro, seus articulistas e redatores condenavam as práticas não condizentes com o perfil de um cidadão considerado digno pelos padrões do período. Diga-se de passagem, que muitas vezes esses padrões de moralidade e disciplina também eram influenciados pela lógica preconceituosa e excludente que regia a população branca da época.

Segundo Zubaran e Atolini (2019, p. 66), os redatores do jornal *O Exemplo* destacavam a importância e o papel da família solicitando aos pais "que obrigassem seus filhos a frequentar a escola para receberem instrução e tornarem-se "cidadãos dignos, laboriosos, respeitando, amando e honrando a família, a sociedade e a Pátria, as três instituições sacrossantas, associando o discurso patriótico ao discurso cristão". Esse discurso de moralização dos costumes, pela via da religiosidade cristã e do nacionalismo, estava presente também em outros jornais como *A Voz da Raça* que era o porta-voz da Frente Negra Brasileira.

O periódico *A Voz da Raça* apresentava na década de 1930 o slogan "Deus, pátria, raça e família" fazendo referência ao perfil político e ideológico ao qual sua linha editorial seguia. Em um de seus artigos, de 25 de março de 1933, denunciava a situação da população negra marginalizada pela falta de assistência do poder público entre elas a falta da instrução e de elevação moral e intelectual da comunidade negra.

A raça negra em nosso paiz, foi a mais devastada pelo alcool, a mais explorada pelos argentario, a que sempre foi procurada para servir ao capanguismo, o qual, a troco de um punhado de ouro, explorava e ainda explora a sua bravura indomita. E tudo isso se dá, porque a lei que libertou os pretos não cuidou de os instruir, de os elevar mental e moralmente [...] (A VOZ DA RAÇA, 1933, p.4).

A denúncia da falta de instrução, do alcoolismo e da exploração da comunidade negra, presente nesse artigo, é recorrente em outros periódicos negros ao longo do século XX. A pauta educacional foi apresentada de formas variadas na Imprensa Negra brasileira demonstrando ser essa uma bandeira fortemente defendida no período. No próximo subitem, apresento o jornal *A Alvorada* em interface com a Educação da população negra pelotense.

### 3.4.2 O jornal *A Alvorada* e a Educação

Nesse tópico, proponho caracterizar alguns aspectos do jornal *A Alvorada* buscando destacar as interlocuções entre este periódico e a Educação da população negra da cidade.

O jornal *A Alvorada*, criado em Pelotas (RS) em 05 de maio de 1907 por Antonio Baobad, Armando Vargas, Carlos Torres, Dario Nunes e Durval Penny, manteve-se em circulação até 13 de março de 1965, com alguns períodos de interrupção. Manter um jornal em circulação e iniciar a sua veiculação no início do século XX foi um obstáculo, tendo em vista a falta de condições materiais para a sua produção, o reduzido número de afrodescendentes que sabiam ler e que eram na maioria operários, assim como os tensionamentos e disputas entre os grupos étnicos provocados pela discriminação e a desigualdade (SANTOS, 2001).

Alguns fatores contribuíram para mudanças na linha editorial. Entre eles, a dificuldade da manutenção e circulação do periódico, seu período inicial de interrupção com a escassez de papel – derivada dos efeitos da Segunda Guerra Mundial – e a venda, em 1946, para Rubens Lima –que era funcionário do porto da cidade de Pelotas.

Conforme José Antônio dos Santos (2001):

[...] Juvenal Penny que, no ano de 1946, vendeu o *hebdomadário* para Rubens Lima (funcionário do porto de Pelotas). Na realidade, Penny vendeu foi o nome do jornal, sobejamente conhecido, e alguns tipos gráficos do cabeçalho do semanário, pois as oficinas próprias, adquiridas no correr dos anos, já haviam sido vendidas. Rubens Lima foi auxiliado na administração do semanário por Carlos Torres, que cedeu, de forma provisória, sua Alfaiataria (Torres) para sede do jornal. Somou-se ainda aos dois, Armando Vargas, tipógrafo, com larga experiência. Os três imprimiram os primeiros números da *nova fase*, conforme caracterização dos articulistas do *hebdomadário*, nas oficinas do *Diário Popular* (SANTOS, 2001, p.77).

Nas décadas de 1930 e 1940 a redação e direção do jornal era realizada, da mesma forma que em muitos outros veículos militantes, de maneira improvisada e os intelectuais negros se revezavam para mantê-lo em circulação. Possivelmente, essa foi a “solução encontrada para a manutenção do periódico naquelas décadas, pois, ao que parece, o semanário não dava lucro suficiente que os mantivessem de forma exclusiva, obrigando todos a buscarem outras atividades paralelas para sobreviverem” (SANTOS, 2001, p. 77).

O periódico *A Alvorada*, na década de 1930, era publicado em edições semanais lançadas aos domingos, composto por cerca de 8 a 9 páginas de dimensões de 30x20 cm, com exceção da primeira semana de maio de cada ano em que, geralmente, haviam páginas extras em função das comemorações da abolição da escravidão. Nas observações de Santos (2001, p. 77), é possível notar que a "[...] qualidade do papel utilizado na confecção do *A Alvorada* nos anos trinta era muito superior ao papel dos anos quarenta e parte dos cinquenta".

A imagem, a seguir, apresenta a capa de uma das edições do periódico *A Alvorada* com data de 18 de abril de 1933, período no qual a Campanha Pró-Educação já aparecia em destaque.

Figura 1- Capa da edição de 18 de abril de 1933 do jornal *A Alvorada*



Fonte: Arquivo da Biblioteca Pública Pelotense.

Como mencionado, os exemplares do periódico *A Alvorada* se encontram no arquivo da Biblioteca Pública Pelotense e podem ser acessados de forma gratuita, sendo

que ano de 2019, eles foram digitalizados e colocados no acervo digital do site da biblioteca.<sup>27</sup>

Como mencionado, os fundadores do periódico destacavam-se como lideranças e circulavam entre as associações e entidades negras pelotenses, participando de cargos da diretoria e quase sempre de sua fundação. Ainda, segundo Santos (2001):

As pessoas que fundaram o jornal *A Alvorada* na cidade de Pelotas tinham relativa circulação naquela cidade, principalmente entre a comunidade negra, no seio da qual fundaram clubes recreativos, bailantes, torneios e times de futebol, bem como grupos de alfabetização e mútua ajuda, sendo reconhecidas como lideranças (SANTOS, 2001, p. 25).

Esse periódico destacava, em sua linha editorial, a valorização do povo negro e sua elevação cultural, sendo que para Fernanda Oliveira Silva um de seus objetivos primordiais “era servir como veículo de informação agindo em prol da defesa de seus irmãos de cor. O programa deste pregava a defesa da raça, através da denúncia de atos discriminatórios, e dos interesses dos operários pelotenses” (SILVA, 2011, p. 4).

Segundo Beatriz Ana Loner (2009), o periódico apresentava um caráter de jornal negro e operário, em função da sua relação com a classe trabalhadora. Nos anos 1930 o jornal *A Alvorada* já se consolidava como um periódico de defesa da população negra no RS, bem como era o órgão propagador das ideias da Frente Negra Pelotense, criada em 1933. Assim, observa-se a existência de um fluxo de informações que permitia o conhecimento, a manutenção e o alcance do periódico, capacitando-o para propagar notícias para os demais órgãos da imprensa brasileira (SILVA, 2011).

Essas notícias apresentavam temáticas variadas, mas centravam-se na elevação socioeconômica e cultural da população negra. Logo, eram frequentes as “informações sobre saúde, lazer, moradia, legislação e sindicatos operários foram veiculadas no semanário, e a Educação levada a cabo com a organização de cursos, palestras e a fundação de sindicatos, escola, clubes culturais e bailantes” (SANTOS, 2001, p. 15-16).

Em diferentes publicações desse periódico, é possível observar, de forma semelhante aos veículos da Imprensa Negra apresentados no tópico anterior, uma preocupação em incentivar e promover a instrução e a Educação formal e informal dos negros e das negras acreditando que o desenvolvimento educacional servia como mecanismo de elevação social, intelectual e moral. Alertava as famílias sobre a

---

<sup>27</sup> O acesso às edições do jornal *A Alvorada* é gratuito, e já se encontram digitalizadas no arquivo digital da Biblioteca Pública Pelotense.

importância da Educação familiar e escolar e, frequentemente, associava a situação de marginalização da população negra ao baixo índice de escolarização. De acordo com Santos (2001, p. 66), a “instrução obrigatória como reivindicação no semanário foi inserida nas ‘lutas’ do jornal na década de trinta”.

As transcrições abaixo são excertos de um artigo publicado no jornal *A Alvorada* no dia 17 de setembro de 1933, intitulada de A’ Frente Negra Pelotense, assinado por Manoel Izidobo. O artigo trata da criação da Frente Negra Pelotense e da Educação.

Pela instrução e assiduidade ao estudo, formam-se homens de amanhã; pela instrução e assiduidade ao estudo, formam-se os pioneiros e andarilhos da liberdade; enfim pela instrução e assiduidade ao estudo, formam-se homens de cultura intelectual e moral que são o orgulho da produção humana (ALVORADA, 1933, p. 1).

Seria até lastimável si em Pelotas, terra onde ha tanta vida e população bastante deusa, não fosse difundido um dos fatores mais essenciais ao seu progresso moral, que é a Educação, principalmente entre os elementos de cor (ALVORADA, 1933, p. 2).

Nesses trechos pode-se observar que a instrução e a Educação eram apresentadas como mecanismos de progresso moral e social, reafirmando o que já havia sido exposto em momentos anteriores, ou seja, defendiam a Educação como meio de combater a marginalização, superar os preconceitos e os estereótipos de inferioridade e ignorância. Nesse sentido, o jornal postulava que somente a Educação seria capaz de extinguir e combater os preconceitos, além de se preocupar com o disciplinamento moral da população negra.

Ainda no mesmo artigo o autor, Manoel Izidobo, explicita o papel da família na Educação das crianças e jovens, como se pode analisar no trecho a seguir.

E’ por isso que, cada chefe de família deve envidar seus esforços, afim de que seus filhos possam livremente, e, sem constrangimento algum, freqüentar as aulas da escola. Pais, vós bem o sabeis que o futuro de vossos filhos está na razão diréta da sua capacidade intelectual. Um homem não consegue ascender em posição social si tiver uma cultura medíocre, escassa e em via de depauperamento (ALVORADA, 1933, p.1).

Os artigos e editoriais, que tratavam dos comportamentos sociais, da importância da atuação das famílias no processo de elevação do status social, bem como do acesso aos espaços escolares que promoveriam a instrução e alfabetização da população negra, eram frequentes nas páginas do jornal *A Alvorada*, assim como em diferentes periódicos que constituíram a Imprensa Negra brasileira.

Na década de 1930 a preocupação dos articulistas do periódico em conscientizar a comunidade negra se fortaleceu pela via da instrução e da Educação, como forma de diminuir as disparidades entre negros e brancos.

A grande preocupação em combater o analfabetismo dos negros de Pelotas, consolidou-se com a criação da *Frente Negra Pelotense* em 1933. Essa Frente estava ligada ao jornal *A Alvorada*, com o objetivo central de alfabetização e Educação dos negros, no sentido abrangente destes termos, visto que a moral estava profundamente inculcada no sentido de Educação pretendida por eles (SILVA, 2011, p. 5)

Podem ser analisados também artigos desse jornal que tratavam da Educação no sentido moral, questão geralmente incluída por meio de poesias e crônicas dos costumes. Com a criação da Frente Negra Pelotense, a atuação do periódico em relação à Educação se intensificou, principalmente, pela veiculação da Campanha Pró-Educação. Outro fator, recorrente nas páginas do jornal, era o combate à vadiagem e à ociosidade, pois estas eram apresentadas como características negativas que contribuiriam para acentuar o discurso racista de degenerência da comunidade negra, como pode ser visto no excerto de um artigo publicado em 02 de setembro de 1934 e assinado por Paschoa Mira.

[...] com o seu apoio moral para, conseguirmos dos nossos irmãos de raça a moderação nos seus hábitos e divertimentos, porque as desordens e embriaguez constantes nos bailes, com muita frequência, são cousas que só servem para prejudicá-los em suas obrigações em seus deveres moraes e sociaes [...] (A ALVORADA, 1934, p.1).

Esses comentários eram publicados numa coluna chamada *Pesquei*, na qual havia a indicação de comportamentos inapropriados, inclusive citando as pessoas que não se adequavam aos “bons costumes” concebidos pela sociedade da época. Em outros momentos, os artigos abordavam os vícios e suas consequências como ocorreu em uma publicação com o título “*O Vicio do Alcool*” escrito por Maria Pariz de Castro em 22 de outubro de 1933.

O bebedor é uma pessoa desprezível; todos se afastam d'elle, como de um cão leproso, de um morphetico. O homem que bebe, perde a dignidade, o amor da mulher, dos filhos, dos parentes. Não o respeitam mais. Aqui vos lembro um episodio sobre a embriaguez, que ouvimos em palestra, o anno passado, de nosso director [...]” (A ALVORADA, 1933).

Em um desses artigos, publicados no dia 21 de janeiro de 1934, Rodolfo Xavier reforça a necessidade de se concentrar no que era considerado primordial para melhorar as condições da população negra. Nas palavras do articulista: “vamos tratar do que realmente a raça precisa: evoluir ao lado da raça branca, ombro a ombro, não havendo diferença entre os indivíduos pela cor, mas, simplesmente, pelo estudo e pela cultura” (A ALVORADA, 1934, p.1). O “estudo” e a “cultura”, citados no artigo de Rodolfo Xavier, eram um chamamento da população negra pelotense à Educação como solução para a grande parte dos problemas enfrentados. Por outro lado, pode ser interpretado como certo descontentamento do articulista pelo fato de algumas associações recreativas e bailantes colocarem a questão educacional como secundária.

Assim, ao longo do próximo capítulo, retomo algumas características da Campanha Pró-Educação, apresento a análise dos dados acerca das concepções de Educação presentes nessa campanha, bem como as ações de demandas por Educação, e certas fragilidades e tensionamentos presentes no contexto em que ocorreu.



#### 4. EDUCAÍ-VOS! CAMPANHA PRÓ-EDUCAÇÃO (1933-1935)

Esse capítulo busca analisar a Campanha Pró-Educação (1933-1935), com base na problemática e nos objetivos dessa Tese. A problemática de pesquisa pautou-se nas seguintes questões: Quais são as concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação (1933 a 1935) veiculada e desenvolvida pelo jornal *A Alvorada*? Como elas se relacionam com as vivências da população negra pelotense naquele período? Quais ações de demandas pela Educação foram mobilizadas pela Campanha Pró-Educação? Quais seriam suas possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades e em relação ao contexto educacional do período?

O Objetivo Geral foi, com base no conceito de tática, conforme apresentado por Michel de Certeau, compreender as concepções de Educação apresentadas na Campanha Pró-Educação (1933 a 1935) veiculada e desenvolvida no jornal *A Alvorada*, buscando analisar as possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades no contexto de produção e veiculação da Campanha.

Assim, a partir da produção de dados embasados empiricamente em um conjunto de artigos do jornal *A Alvorada* que apresentam essa Campanha, retomo suas características, busco analisar as concepções de Educação, as ações de demanda por à Educação, bem como as possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades que a constituíram enquanto tática para a ampliação dos espaços de participação social, econômica e política da população afro-pelotense e de busca de reconhecimento de sua contribuição histórica e de seus direitos de cidadania, em uma sociedade fortemente marcada por estratégias que legitimavam o racismo e a exclusão social<sup>28</sup>.

A Campanha Pró-Educação, como mencionado, não é uma ação isolada no sentido de pleitear a Educação da população negra. Ela fez parte de um conjunto mais amplo de mobilizações protagonizadas pela população negra brasileira no contexto do século XX em prol da conquista da Educação e ampliação da cidadania. Nesse sentido, reitero que a Campanha Pró-Educação é compreendida, nesse trabalho, como uma tática da população negra pelotense em favor de sua Educação, compreendida como condição essencial para seu reconhecimento e legitimidade social.

---

<sup>28</sup> Para o Certeau (2012, p. 93), *estratégia* é o “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”.

A Campanha Pró-Educação surgiu em 15 de janeiro de 1933, sendo veiculada pelo jornal *A Alvorada* e produzida por um grupo de intelectuais negros ligados a esse periódico e a outras associações e entidades negras em Pelotas-RS. Entre os articulistas e intelectuais dessa Campanha estiveram José Penny, Rodolpho Xavier, Humberto de Freitas e Armando Vargas, além de outras pessoas que escreveram e contribuíram com sua divulgação e desenvolvimento. Foi possível observar que os principais articulistas da Campanha Pró-Educação são homens, o que pode indicar que a parcela masculina da população negra da época tinha um acesso maior à alguma instrução e ação na imprensa, consoante às condições de gênero vigentes do período. No entanto, mesmo não sendo predominantes, têm-se algumas colaborações de mulheres nos textos da Campanha Pró-Educação como, por exemplo: Maria Pariz de Castro, Niomira Canto, Suetânia, Maria Luiza Torres, Antonieta Avilla. Bem como a existência de uma coluna do jornal *A Alvorada* denominada de Coluna da Legião Feminina.

No próximo tópico, analiso os excertos de textos da Campanha, selecionados no intuito de responder à problemática proposta para essa pesquisa.

#### 4.1. Nas páginas do jornal *A Alvorada*: As concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação (1933-1935)

Nessa seção, apresento a análise dos dados sobre as concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação buscando responder uma das problemáticas desse estudo que é: Quais são as concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação (1933 a 1935) veiculada e desenvolvida pelo jornal *A Alvorada*? Como elas se relacionam com as vivências da população negra pelotense naquele período?<sup>29</sup>

Como mencionado, os dados foram produzidos com base na análise documental dos artigos direcionados à Campanha e veiculados pelo periódico *A Alvorada* nos anos de 1933 a 1935. Foi possível mapear 93 edições do jornal *A Alvorada* que continham artigos direcionados à Campanha Pró-Educação, destas edições foram selecionadas 44 e um total de 52 artigos para compor o *corpus* empírico.

A análise que desenvolvo, a seguir, das concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação, está organizada pela ordem em que identifiquei a presença das categorias analíticas nos artigos que compõem o *corpus* documental, sendo estas,

---

<sup>29</sup>Nesse estudo, o termo concepções refere-se aos significados de Educação presentes na Campanha Pró-Educação.

respectivamente, instrução, alfabetização, escolarização e moralização. Deve-se explicitar que as concepções de Educação apresentavam sentidos diferentes no contexto da Imprensa Negra e do próprio movimento negro no Brasil.

Nesse sentido, são pertinentes as observações de Domingues (2009), ao explicitar que o conceito de Educação do movimento negro brasileiro, nas décadas iniciais do século XX, “era amplo compreendendo tanto a escolarização quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra ‘Educação’ era usada frequentemente com esses dois sentidos. Já a palavra ‘instrução’ tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização” (p. 973). As considerações realizadas por Domingues (2009) reforçam minha hipótese de que a Campanha Pró-Educação, sendo produzida e veiculada por um jornal da Imprensa Negra, tem concepções de Educação com base nas categorias de instrução, alfabetização, escolarização e moralização.

A categoria instrução aparece no artigo intitulado “Companheiros Educai-vos”, publicado do dia 29 de janeiro de 1933, o articulista Morge Soares conclama a comunidade negra para que se instrua a fim de contribuir com o engrandecimento da pátria. O trecho abaixo demonstra essa afirmação.

Assim sendo, deveis estudar, muito e muito, pois, só do vosso preparo intelectual, adquirido com o estudo dos bons livros, depende a vossa prosperidade futura, e a grandeza da Pátria, [...] Por isso, mais uma vez eu vos concito a estudar; a estudar muito para que a Pátria seja forte, para que o Brasil seja grande e respeitado. [...] Estudai pois e lembrai-vos, que se não tiverdes Educação e Instrução, não sereis digno da lei e condenareis os vossos próprios filhos ao desprezo e escarneio da Sociedade (A ALVORADA, 1933, p.1).

A Educação, aqui, é vista como uma via de engrandecimento do Brasil e da comunidade negra, pois nesse contexto a falta de instrução e estudo relegava o grupo a uma condição de desprezo da sociedade. Mas, se por um lado, a instrução possibilitaria à população negra a sua prosperidade, elevação social, econômica e cultural; por outro lado, o texto defendia a ideia de que o Brasil, para ser grande, também precisaria contar com a população negra.

Essa mesma concepção de Educação pode ser observada na edição do dia 05 de março de 1933, quando o articulista Armando Vargas escreveu o artigo intitulado “Horas Vagas”. No texto é destacada a importância da instrução como um aspecto fundamental para a existência de um ser humano e assim como no artigo intitulado “Companheiro Educai-vos”, a instrução é sinônimo de acesso aos direitos e à cidadania.

O trecho, a seguir, é um recorte desse artigo, no qual o autor acentua que a instrução é tão necessária ao ser humano como o sangue às veias, sendo que um indivíduo sem instrução não tem lugar na sociedade, pois ele não vive e sim vegeta.

A instrução é tão necessária ao ser humano como o sangue é para as nossas veias — disse alguém. [...] E' um fato que não tem contestação, porque o indivíduo sem instrução não vive — vegeta — e anda pela mão dos outros como o cego que precisa de um guia para o conduzir através das ruas (A ALVORADA, 1933, p.1).

O trecho “anda pela mão dos outros como cego que precisa de um guia para o conduzir através das ruas” sugere que sem instrução a população negra deixaria nas mãos de outras pessoas uma luta que deveria se protagonizada por ela em nome de sua emancipação. Além disso, cabe mencionar que no Brasil, desde 1881, para ser eleitor era preciso ser alfabetizado<sup>30</sup>. Dessa forma, os articulistas pretendiam que o povo negro agisse por sua iniciativa e ação, haja vista que a sua emancipação precisava ser feita não pelos outros, mas pelos próprios negros.

A ideia veiculada pelos articulistas de que a população negra deveria agir por sua iniciativa, protagonizando suas lutas pode ser pensada por óticas diferentes. Assim, por um lado, a comunidade negra era incentivada a assumir sua emancipação para que outras pessoas não a fizessem, o que pode ser interpretada como uma necessidade de união étnico-racial em torno de suas demandas; por outro lado, a situação de marginalização da população negra e o descaso do poder público levam-na a reagir para mudar esse contexto. Nesse sentido, José Penny destacou em um de seus artigos, que foi publicado na edição do dia 12 de fevereiro de 1933, denominado “Verdades que machucam”, “se vamos esperar dos governos, a nossa evolução intelectual ficará transformada em quimera como até hoje tem acontecido [...]” (A ALVORADA, 1933, p.1).

É oportuno considerar que, nesse momento, a cidade de Pelotas passava por um processo de industrialização, e que para ocupar espaços nesse novo contexto de trabalho, de forma mais qualificada e melhor remunerada, a conquista da alfabetização/instrução eram fundamentais. Desse modo, a luta da população negra por Educação, nesse contexto, urbano/industrial ocorria também em virtude de aumentar as

---

<sup>30</sup>A proibição de voto aos analfabetos vigorou no Brasil de janeiro de 1881, com a Lei Saraiva, até novembro de 1985, com a Emenda Constitucional nº 25 à Constituição de 1967.

chances para competir em um mercado novo de trabalho, não ficando mais restrita apenas aos postos mais degradantes e com péssima remuneração.

As colocações feitas por José Penny, no artigo acima, acerca do descaso dos governos com a instrução da população negra, também circularam em outros periódicos da Imprensa Negra brasileira. De acordo com Santos (2007), em “diferentes jornais dessa imprensa, são notórias as críticas feitas ao poder público no trato da Educação e principalmente pela falta de apoio às escolas criadas por entidades negras”. Essas críticas foram relatadas, também, no jornal *Voz da Raça* no ano de 1934, quanto à situação das escolas e dos professores na cidade de São Paulo, bem como à inexistência de ações do poder público, conforme excerto a seguir.

Em S. Paulo, onde a porcentagem de analfabetos esta reduzida, existem milhares de crianças em idade escolar. Isto é, existem escolas, existem professores, mas não existem carteiras nem bancos. Poder-seia pedir aos alunos que assistissem as aulas de pé escrevinhando sobre os joelhos. Não possuem boletins mensais. Nem verbas de expediente, com que os abnegados pedagogos possam comprar sabão de cachorro e creolina de segunda mão para limpeza do prédio (VOZ DA RAÇA, 1934).

O trecho acima evidencia que as péssimas condições das escolas, além de representarem o abandono do Estado em relação à instrução pública, demonstram que esta era um privilégio da minoria da população brasileira em diferentes regiões do país. Nesse sentido, pode-se mencionar a reflexão de Gonçalves e Silva (2000) de que inúmeras vezes “contrariamente ao que se supunha, a ação dos movimentos negros se constituía muito mais na autonomia do que na tutela. Pouco se esperava do Estado, porque se desconfiava dele” (p. 146).

No artigo denominado de “Instrução (Nem só de pão, vive o homem) Jesus”, publicado na edição do periódico *A Alvorada* do dia 23 de abril de 1934, o articulista Latino do Brasil, provavelmente um pseudônimo, defende que a instrução não pode ser privilégio de uma minoria e destaca que ter acesso à instrução é um fator condicionante para a escolha de bons governantes.

A instrução não deve, nem pode ser o privilegio dos capitalistas. Eles são uma minoria, e só influem, nos interesses da patria muito particularmente... o que prova tornar-se imprinscindivel, a necessidade de se instruir o povo, único responsavel, pela boa, ou má escolha dos governantes; e porque é a maioria; porque é a própria nação! (A ALVORADA, 1933, p.1).

O artigo evidencia ainda que instrução não pode ser restrita a um grupo, mas a todas as pessoas. Ao mesmo tempo, retoma a ideia de que o progresso do povo negro se dará por intermédio do acesso ao saber e do desenvolvimento intelectual pela instrução.

[...]Todos nós, desde o «tirador de lixo» até o «Presidente da Republica» devemos estudar, este mais do que aquêle, mas a verdade é que todo individuo que tivér Educação, será conciente dos seus atos dignificará a sua profissão por mais humilde que éla pareça.[...] Onde não ha instrução e perfeito conhecimento dos deveres, nunca haverá progresso, e por isto todo movimento coletivo num meio inculto não vai além do inicio. [...] Estudai, educai-vos e compenetrar-vos de que a verdadeira felicidade e união está no saber, que amanhã sereis uma muralha, onde só a transporá os individuos cuja personalidade se impôs a vossa mentalidade, já então conciente, pelos seus atos de verdadeiro filantropo (A ALVORADA, 1933, p.1).

A ideia de que a instrução seria a solução para os problemas vivenciados pela comunidade afro-brasileira era recorrente na Imprensa Negra. Segundo Oliveira (2017, p. 63), para “os jornais negros, a solução para as suas mazelas seria a instrução. Somente ela poria fim ao mau comportamento e aos preconceitos”. Com base nas ideias expressas no artigo, é possível analisar que a Educação era concebida também como mola propulsora para o desenvolvimento profissional, o que remete o tipo de instrução direcionada a cada grupo.

Desse modo, tanto o tirador de lixo quanto o presidente necessitavam ter instrução, embora um estudasse mais que o outro, sendo essa instrução diferente. No mesmo artigo, o articulista ressalta que determinadas profissões mesmo que pareçam humildes têm tanto valor quanto outras, mas que pela falta de Educação e instrução de quem as exerce se tornam menos valorizadas.

Assim, logo abaixo, observo a constatação de que:

O pedreiro, o sapateiro, o alfaiate, o tipografo, o pintor, o leiteiro, enfim, todos os que empregam suas atividades em profiissões que parecem humildes e que no entanto são tão grandes como a do medico, engenheiro, dentista, etc., mas que se tornam sem valor, porque os que a desenvolvem na maioria não têm a devida Educação e conhecimentos para as defenderem e colocarem na altura em que deviam estar (A ALVORADA, 1933, p.1).

O articulista se esforça no sentido de destacar a honorabilidade do trabalho mesmo braçal. Nessa esteira, é pertinente enfatizar que o alcance a essas profissões/ocupações “humildes” começava a depender, cada vez mais, de

alfabetização/instrução, especialmente em um contexto de disputa de postos de trabalho com grupos de outras etnias.

Nesse sentido, é possível afirmar que o tipo de instrução buscada pela Campanha Pró-Educação estava relacionada “principalmente ao desenvolvimento de um conhecimento que possibilitasse a inserção do seu portador no mercado de mão-de-obra emergente” (SANTOS, 2001, p.15). O tipo de instrução que circulava nesse contexto e suas finalidades estiveram também presente no artigo intitulado “Instrução Nacional” publicado na edição do dia 15 de abril de 1934 e assinado pelo articulista Wilson Getulio.

E assim cada povo cria o tipo de instrução que mais lhe convém: geralmente a de maior procura e exito garantido. [...] Quasi que podemos assegurar que no Brasil só se estuda para a garantia da subsistencia. Como nas outras sociedades de formação comunaria, o fim da nossa instrução não é jamais ensinar, mas permitir viver [...] (A ALVORADA, 1933, p.1).

De acordo com o articulista, o estudo no Brasil se dava com o objetivo de garantir a sobrevivência, assim faz uma crítica de que a finalidade da instrução nacional não se direcionava ao ensino, mas a mais básica condição de manutenção da vida. No mesmo artigo, o articulista destaca a disparidade existente na instrução nacional, o que tal aspecto provoca a seu ver, desigualdades na sociedade daquela época.

Deste modo, os portadores de diplomas fôrmam ao meio em que vivem, um verdadeiro *meio social*, privilegiado, invejavel.[...] Mas, desgraçadamente, segundo notavel professor, «a mocidade brasileira está condenada a procurar nas escolas o certificado, a carta ou o diploma que lhe dê um ponto de apoio sobre a sociedade, e não o ensino, a lição ou o conhecimento que lhe aprimore o espirito e reforce a energia». [...] E, continúa êle, «assim será enquanto não modificarmos o meio economico, creando o ambiente favoravel em que a instrução nacional, util e benefica se possa expandir (A ALVORADA, 1933, p.1).

Segundo o articulista, a formação intelectual desigual criava um meio social privilegiado e invejável, e que também a busca por essa instrução era um ponto de apoio social, ou seja, uma forma de ascender socialmente, mas, que na visão deste, se distanciava do conhecimento e aprimoramento do espírito. Para se efetivar mudanças nesse panorama, o autor defendia que precisavam ocorrer transformações econômicas a fim de se construir uma instrução nacional útil e expandi-la.

Em outro trecho do artigo, destaca que os pais direcionam seus filhos para uma formação burocrata, tendo em vista que esta lhes possibilitaria um poder aquisitivo

maior, mas que esse tipo de instrução acabaria por torná-los “uns presumidos e insuportáveis «filhos *doutô*»” (A ALVORADA, 1933, p. 1).

E lá de baixo, os ingenuos pais que ganham do seu labôr de campo, de profissões arduas, admirando a facilidade com que o burocráta ganha o dinheiro, vivendo num meio quasi ideal, muito superior ao deles «no seu pensar», resolvem a mandar fazer de seus filhos, ao envês de laboriosos lavradores, honestos na sua simplicidade, uns presumidos e insuportáveis «filhos *doutô*». [...] Infelizmente esse é o sentimento generalizado na sociedade brasileira. Ele impossibilita quasi totalmente o ensino sério e útil, que seria o fruto de recompensa dos estudiosos. Ao contrario, esse estado d’alma visa unicamente a conquista do titulo, que ele cava á classe privilegiada, facilita o emprego e satisfaz a vaidade (A ALVORADA, 1933, p.1).

As colocações, feitas no artigo, podem ser observadas como uma crítica à tradição bacharelesca de instrução que dava acesso à vida política, status social e possibilidade de ocupar espaços privilegiados, sendo restrita a uma elite e inacessível as camadas populares, principalmente à comunidade negra. Dessa forma, retomo os apontamentos de Aranha (2006) sobre a dualidade educacional, historicamente, presente na escolarização moderna e que também está presente no contexto estudado, ou seja, a de que havia uma Educação para elite e outra para as camadas populares.

Cabe destacar, que tanto a dualidade educacional quanto a defesa da expansão da Educação são características que compõem parte do panorama educacional brasileiro na década de 1930, principalmente pelo crescente entusiasmo educacional, pelas inúmeras discussões e debates sobre a Educação, e a presença de grupos como os escolanovistas que defendiam tais ideias e buscavam promover a superação da dualidade educacional. Sobre isso Almeida e Sanchez (2016, p. 239) explicitam que naquela conjuntura há uma retomada do otimismo pedagógico no pensamento educacional brasileiro fortalecendo a “crença na Educação como forma de alcançar o progresso e de superar o atraso econômico” (2016, p. 239).

O articulista Rodolpho Xavier escreveu, no artigo publicado em 19 de fevereiro de 1933, que “[...] duas gerações são passadas após o advento de 13 de Maio; e o grão de instrução e de cultura da raça negra no Brasil, ainda muito tem a desejar” (ALVORADA, 1933, p.1). A análise que fiz desse artigo sugere que o autor apontava a problemática da falta de instrução da comunidade negra devido às dificuldades de acesso a ela. Em outra parte do artigo, é possível identificar uma crítica semelhante àquela apresentada no texto escrito por Wilson Getulino, em 15 de abril de 1934, isto é, a de que a instrução nacional, diversas vezes, tinha como finalidade a aquisição de



diploma que permitia certa ascensão social. Nesse sentido, Rodolpho Xavier escreveu, com certa indignação, que uma parte da população negra pelotense que se destacava por meio da instrução acabava se afastando dos que não a possuíam.

[...] Os que vão se destacando por meio dos estudos fôgem do convívio da raça, como o diabo da cruz, para enfileirar-se à raça branca não só constituindo família como relacionando-se em sua camada social, por temer que entre os seus irmãos de raça sejam apedrejados! [...] (ALVORADA, 1933, p.1).

A análise do excerto acima permite destacar certa contrariedade ao fato de que uma parcela dos afro-pelotenses passava a ter maior convívio com pessoas de pertencimento étnico-racial branco em vez de se aproximarem dos seus “irmãos de raça”. De acordo com Silva (2011, p. 153), era recorrente nos artigos do periódico *A Alvorada* “a permanência da visão de aproximação do mulato com o branco e não com o negro, visto que o mulato era percebido, enquanto um ser que ao ascender socialmente, tendia a se afastar dos seus irmãos de cor, discriminando-os”.

É elucidativo refletir que talvez os sujeitos filhos de pessoas negras com pessoas brancas chamadas de “mulatos” poderiam ter acesso a alguns meios mais propensos para a população branca, como a escolarização e que, talvez por isso, tendiam a se identificar mais com o pertencimento étnico-racial branco. Ao mesmo tempo, se pode pensar na escolarização como fator de “branqueamento” também para os afrodescendentes que tinham acesso à ela, uma vez que na escola ocorria o ensino hegemonicamente branco até muito há pouco tempo.

É possível que a crítica, feita pelo articulista, esteja ligada a ideia da criação de uma unidade identitária étnico-racial negra, pois através dessa união se daria o fortalecimento desse grupo étnico em prol de suas demandas, entre elas a Educação. Nesse sentido, Silva (2011, p. 152) explicita que nos artigos que foram veiculados pelo jornal *A Alvorada* “durante a manutenção da Campanha e da FNP observa-se uma preocupação com a união dos negros. [...] objetivava-se a união de todos os afrodescendentes, nesse sentido, é possível perceber a preocupação e negação de uma identidade mulata”. No entanto, essa visão não pode ser considerada homogênea, pois “este era um período em que ainda se mantinham fortes características do *branqueamento*, segundo o qual o negro quanto mais escuro fosse, mais atrasado

social e culturalmente era tido pelas elites intelectuais do país” (SILVA, 2011, p. 12).

A análise da campanha permitiu constatar que, apesar das críticas feitas por alguns articulistas em relação a determinado tipo de instrução voltada para a formação burocrática e de restrito acesso à população negra, que estes continuavam incitando a comunidade negra pelotense a instruir-se. Assim, convocavam as famílias para que promovessem a Educação de seus filhos e filhas. No artigo de 15 de janeiro de 1933, como já citado anteriormente, José Penny convocou as famílias negras de Pelotas para que instruísem as crianças e os jovens, bem como buscassem os pais essa instrução a fim de dar exemplo. O excerto abaixo apresenta tais reflexões.

Aconselhai-os e entusiasmai-os a adquirirem o gosto pelos livros (o melhor amigo do homem) e pelo estudo, enfim pelo saber, para que amanhã não sejam o sustentáculo de meia dúzia de letrados sem escrúpulos, que se aproveitam da ignorância para viverem na ociosidade, enganando aqueles que por descuido de seus pais não adquiriram uma instrução na altura de não se deixarem ludibriar por tal indivíduos (A ALVORA, 1933, p.1).

O excerto também retoma, o que em análise anterior já foi explicitado, ou seja, que a instrução era necessária para a manutenção e consciência dos direitos, para o acesso à cidadania e para que a comunidade negra pelotense fizesse as mudanças necessárias, não sendo o “sustentáculo de meia dúzia de letrados sem escrúpulos” (A ALVORADA, 1933, p. 1). No artigo “Quereis o engrandecimento da Patria? Educai vossos FILHOS”, publicado na edição do dia 19 de fevereiro de 1933, o articulista Rodolpho Xavier também alerta para a importância da instrução como via de acesso aos direitos, bem como que a falta de instrução da população gera a sua exploração.

Ha quem diga que o Brasil tem sido arruinado justamente pelos politicos INSTRUIDOS. E' mais uma razão para instruir o povo. Foi com esse verniz de instrução que eles exploraram as massas, não por terem instrução demais, porem porque as massas não têm nenhuma. «Em terra de cegos, quem tem um olho é rei». Dêem-se, com a instrução, olhos ao povo, que onde todos têm dois olhos, quem um só é cego (A ALVORADA, 1933, p.1).

Desse modo, acompanho Santos (2001) em sua proposição de que os intelectuais e articulistas que escreviam os artigos da Campanha Pró-Educação “acreditavam que, uma vez instruídos, os negros tomariam conhecimento dos seus direitos e deveres, saberiam advogá-los e, se encaminhariam para a busca da cidadania plena [...]”

(SANTOS, 2001, p. 115). Em alguns artigos da campanha, era reiterada frequentemente que a classe operária poderia por meio da instrução adquirir essa habilidade de pleitear espaços dos quais a população negra era excluída, bem como ter consciência dos direitos e deveres enquanto pessoas dotadas de cidadania para que não fossem explorados e enganados.

O trecho, a seguir, do artigo publicado em de 03 de fevereiro de 1935 e escrito por Rodolpho Xavier trata dessa questão.

A vitoria proletaria terá lugar quando cada operario tiver o saber, a previsão, a consciencia que o façam um ente racional e capaz de usar a sua força com discernimento e respeito aos direitos alheios. Por essa forma os operarios serão os senhores do paiz quando se tornarem uma classe plenamente esclarecida e capaz de dentro da lei, usar os direitos que lhe competem [...] (A ALVORADA, 1935, p.1).

Rodolpho Xavier reafirma que a classe operária só obteria sucesso nas suas lutas quando cada operário tivesse consciência racional, fosse esclarecido e, de acordo com a lei, soubesse utilizar seus direitos.

Essa consciência mencionada por Rodolpho Xavier em seu artigo poderia ser alcançada por meio do saber e do desenvolvimento intelectual, e também perpassava a via da conquista da alfabetização. Tendo em vista que o analfabetismo era considerado naquela conjuntura, um dos principais motivos do atraso da população brasileira afetando especialmente a comunidade afro-brasileira. Sobre isso, Humberto de Freitas destacou, em 03 de junho de 1934, em um de seus textos que o “indivíduo analfabeto vegeta. O indivíduo instruído procura viver uma vida compatível com as suas possibilidades” (A ALVORADA, 1933).

As ideias expressas pelos dois articulistas da Campanha Pró-Educação em diferentes momentos, não eram um caso isolado da Imprensa Negra pelotense, pois essa situação também era alertada por outros jornais da Imprensa Negra brasileira, como no caso de um artigo publicado, em 1934, pelo periódico *Voz da Raça*.

Muita gente se admira e se pasma quando se lhes afirma a existência considerável de analfabetos que engrossam a familia etiópica do Brasil. Mas, embora essa admiração seja natural, nós não nos pasmamos muito porque sabemos que neste mesmo Brasil imenso, segundo estatísticas oficiais precisa e vergonhosamente, 80% dos habitantes não conhecem as letras primarias [...] (VOZ DA RAÇA, 1934, p.1).

Na década de 1930, uma parcela considerável da população brasileira não era alfabetizada, mesmo que certos movimentos a nível nacional tenham sido realizados no sentido de combater o analfabetismo desde o início do século XX. Segundo Alessandro Carvalho Bicca e Berenice Corsetti (2011, p. 170), “a preocupação com os rumos educacionais e os altos índices de analfabetismo da população brasileira, inflamou os discursos políticos no limiar da década de 1930”. Ademais, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova buscava consolidar “a visão de um segmento da intelectualidade que, embora com diferentes posições, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da Educação”. (BICA; CORSETTI, p. 170).

Alguns dados sobre o índice de analfabetos, no Brasil, em cada estado nos anos de 1930 foram apontados em 03 de dezembro de 1933, num dos artigos da Campanha Pró-Educação, escrito por Mario P. Serva. O excerto a seguir apresenta esses dados:

O Brasil está povoado quasi que exclusivamente por analfabetos. Ha no Estado do Amasonas 243 000 analfabetos; no Pará 688 000 analfabetos; no Maranhão 646 000 analfabetos; no Piaui 500.000 analfabetos; no Ceará 1.000.000 de analfabetos; no Rio Grande do Norte 450 000 analfabetos; na Paraíba 768.000 analfabetos; em Pernambuco 1.800.000 analfabetos; em Alagoas 800.000 analfabetos; em Sergipe 380.000 analfabetos; na Baia 2 600.000 analfabetos; no Espirito Santo 350.000 analfabetos; no Distrito Federal 560.000 analfabetos; no Rio de Janeiro 1.200.000 analfabetos; em S. Paulo 3 500.000 analfabetos; no Paraná 520.000 analfabetos; em Santa Catarina 500.000 analfabetos; no Rio Grande do Sul 1.500.000 analfabetos; em Mato Grosso 180.000 analfabetos; no Acre 70.000 analfabetos.

Não é possível afirmar se os dados apresentados pelo articulista são oficiais, mas eles refletem tanto o índice de analfabetismo, que no Rio Grande do Sul chegava a mais de um milhão de pessoas, como a ênfase que a Campanha Pró-Educação dava no combate ao analfabetismo e pelo acesso à alfabetização.<sup>31</sup>

Como já exposto, foram realizadas certas ações no sentido de combater o analfabetismo no Brasil desde o começo do século XX. Segundo Leôncio Soares e Ana Maria de Oliveira Galvão, foram realizadas campanhas de alfabetização, nesse período, ao “lado de associações que congregavam intelectuais, vários estados, muitos dos quais administrados na área educacional pelos “renovadores”, tomaram iniciativas diversas sobre à questão [...]” (2005, p. 262).

---

<sup>31</sup> O estudo de Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira e Carlos Henrique de Carvalho (2014) apresenta alguns índices relacionados ao analfabetismo no Brasil nesse período. No entanto, não foram encontrados na literatura estudada dados específicos sobre o analfabetismo no Rio Grande do Sul nos anos de 1930.

Entre essas campanhas estava a que foi organizada pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915), cujo lema era “Combater o analfabetismo é dever e honra de todo brasileiro”. De acordo com Braga e Mazzeu, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo “lutou pela obrigatoriedade do ensino primário e pelo objetivo de alcançar um país sem analfabetos em 7 anos, ou seja, lançou a meta de chegar ao centenário da Independência livre do analfabetismo” (2017, p. 36).

No que se refere aos avanços dessa campanha de alfabetização, os autores afirmam que “eles se deram mais em termos qualitativos do que quantitativos fazendo com que o debate em torno do analfabetismo adquirisse grande importância entre a população brasileira” 1940 (BRAGA e MAZZEU, 2017, 36). Desse modo, constatou-se que no período de 1920 a taxa de analfabetismo era de 65% considerando adultos e jovens acima de 15 anos de idade e, em torno de duas décadas depois, o índice teve uma leve redução atingindo 56,22% no ano de 1940 (BRAGA e MAZZEU, 2017).

Outra campanha foi organizada pelo governo federal a partir da Cruzada da Educação e do estabelecimento do decreto nº 21 731, de 15 de agosto de 1932, que a tornou de utilidade pública. Bicca e Corsetti destacam que a alfabetização, nesse contexto, “se constituía no elemento básico para a solução de todos os problemas políticos e sociais do Brasil” (2011, p. 170). Ainda de acordo com os autores foi instituída a Semana da Alfabetização no Brasil, sendo que a campanha encetada pelo governo federal mobilizou diversos setores da sociedade brasileira com o intuito de abrir 10.000 escolas de formação primária em todo território nacional.

Uma das campanhas de alfabetização, realizadas nessa época, foi noticiada pelo jornal *A Alvorada* no mesmo momento em que ocorria a Campanha Pró-Educação. De acordo com o artigo intitulado “Contra o Analfabetismo”, escrito por um articulista com pseudônimo de Zumbi dos Palmares, na data de 10 de junho de 1934, uma campanha estava sendo promovida no norte do país pela Associação da Imprensa do Interior em favor da alfabetização e contra o analfabetismo.

Lá no Norte, a Associação da Imprensa do Interior desde alguns tempos, está promovendo galhardamente, uma formidável campanha contra o analfabetismo. [...] A campanha em prol da alfabetização do povo é a mais nóbre e santa. [...] Aos jornais como armas poderosas que são cabem promover as campanhas sacrosantas que visem emancipar o povo brasileiro, da escravidão espiritual, na qual se encontra até hoje! (A ALVORADA, 1934, p.1).

O excerto acima destaca também um aspecto relevante que é o papel da Imprensa Negra em relação à busca pela Educação e os jornais enquanto uma “arma” e instrumento para essas demandas. Nesse sentido, cabe destacar, também, que “os jornais negros se constituíram num importante veículo, por meio dos quais as lideranças negras iniciaram um trabalho de conscientização e mobilização do negro, de valorização de sua identidade e de luta pela sua plena inserção na sociedade” (PINTO, 1993, p. 66).

As campanhas e mobilizações em torno da Educação, ensejadas no bojo da construção de uma nação aos moldes republicanos desde o começo do século XX, também ocorreram por iniciativa da população negra que encontrou meios de educar-se. Assim, a Campanha Pró-Educação encampou também a luta pela conquista da alfabetização e o combate ao analfabetismo desde que surgiu, o que fica evidenciado, ao longo do seu desenvolvimento, em diferentes artigos veiculados pelo periódico *A Alvorada*.

Em 05 de março de 1933, o articulista Armando Vargas escreveu “a campanha encetada atualmente, por esta folha, é uma nova tentativa, uma ardua missão que se assume perante a sociedade, da qual espera-se a maior bôa vontade, afim de acabarmos com o analfabetismo da nossa raça” (A ALVORADA, 1933, p.1).

A luta pelo direito à Educação da população negra, conforme já exposto, estava associada também a sua alfabetização, num momento em que ser alfabetizado, na visão desses intelectuais, daria melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, aos seus direitos e seria uma via de combate a discriminação e ao preconceito racial.

Essa percepção circulava em outros periódicos da Imprensa Negra, como no caso do jornal *Alfinete*, que na edição de 8 e 9 de março de 1919, publicou um artigo sobre a questão do analfabetismo no Brasil.

[...] o combate ao analphabetismo, essa praga que nos fazem mais escravos do que quando o Brazil era uma feitoria; [...]. Vamos, meus amigos um pouco de boa vontade, porque combater o analphabetismo é dever de honrade todo brasileiro. Nós, homens de côr, conscientes dos nossos deveres, para com a nossa muitoamada patria, desejamos que os homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler para obterem um lugar digno no seio da sociedade brasileira [...] (ALFINETE, 1919, p.1).

O analfabetismo era considerado um entrave ao progresso da nação brasileira, nesse período, e o fato da comunidade negra não ser alfabetizada reforçava o pensamento preponderante dessa época acerca da existência da inferioridade e superioridade raciais. Ao mesmo tempo, o alto índice de brasileiros analfabetos

distanciava o Brasil de uma nação civilizada. Nesse sentido, o articulista José Victorino escreveu um texto para a Campanha Pró-Educação, em 26 de março de 1933, cujo título foi “O problema do Ensino”. O artigo se deteve a descrever a situação do analfabetismo no Brasil e como este aspecto colaborava para que o país fosse uma nação inculta e longe dos preceitos de um povo civilizado.

Eu me sinto envergonhado quando releio as paginas da Estatística de Ensino no Brasil e noto que o Brasil é o país que oferece maior coeficiente de analfabetos na América do Sul. [...] Dest’arte, ficamos subjugados ao rélho do analfabetismo Posso afirmar que, no dia em que o Brasil não possuir um por cento de analfabetos, deixará de ser pauperrimo e desconhecido para se tornar grande e respeitado por todos e pelas Nações civilizadas. Formar-se-á, innegavelmente, uma Nação super-civilizada (A ALVORADA, 1933, p. 1).

Assim como José Victorino descreveu a situação do analfabetismo no Brasil, outros textos foram escritos durante a Campanha Pró-Educação nesse sentido, o que constatei, na análise que deles fiz, é que de fato a alfabetização era uma das concepções de Educação veiculados na campanha educacional, assim como uma demanda a ser solucionada. Entre esses artigos, esteve o que foi escrito por Humberto de Freitas em 11 de junho de 1933, intitulado de “Os fatos positivos correspondem a lógica”.

No artigo, o articulista responde a outra pessoa que teria escrito para o jornal, sem citar nomes, mas ao que tudo indica foi algum colaborador do próprio periódico. Ao longo do texto, Humberto de Freitas argumenta que não se pode culpabilizar unicamente a população negra local que não tem instrução ou alfabetização pela situação em que se encontra, tendo em vista que uma parte dos afro-pelotenses instruídos não se coloca à disposição de educar os demais, e que, portanto, esta responsabilidade também era deles.

Em um dos trechos, o articulista destaca que o analfabetismo é o inimigo do progresso e que os indivíduos analfabetos vivem em condição de inferioridade na hierarquia social.

Portanto, si o indivíduo analfabéto, hoje em plano tão inferiôr, na hierarquia social brasileira, já deve estar sentindo mais pesado o peso da sua ignorância, como nós que vivemos na Lüs e não nas Trêvas, poudemos sobrecarrega-lo de mais uma culpa que não lhe cabe? [...]a nacionalidade brasileira ameaça retrograr ante o desplante do nocivo preconceito e as investidas do tirano, inimigo do progresso - o analfabetismo! (A ALVORADA, 1933, p. 1-2).

Nesse sentido, cabe explicitar que os “analfabetos eram considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios” (SOARES; GALVÃO, 2005, p. 262). Logo, aprender a ler e escrever deveria funcionar como um instrumento de elevação intelectual que possibilitaria a comunidade negra estar em pé de igualdade com a parcela da população brasileira de pertencimento étnico-racial branco.

Assim, era frequente os articulistas da campanha conceberem que a Educação é que possibilitaria a igualdade entre negros e brancos, e a mudança na vida das pessoas. Nas palavras de Domingues (2009, p. 976), a “alfabetização era tida como código de deciframento do mundo e, de acordo com o habitus vigente, tinha o poder de mudar a vida das pessoas [...] símbolo de distinção, fazia o negro se sentir bem, capaz, orgulhoso de si próprio e conectado com mundo moderno”.

Acerca disso, Rodolpho Xavier escreveu no artigo denominado “A Raça Negra, Desperta”, em 21 de janeiro de 1934, a seguinte frase: “vamos tratar do que realmente a raça precisa: evoluir ao lado da raça branca, ombro a ombro, não havendo diferença entre os indivíduos pela cor, mas, simplesmente, pelo estudo e pela cultura”. As colocações de Rodolpho Xavier descrevem uma parte da realidade pelotense naquele momento e do próprio contexto brasileiro no qual o pertencimento étnico-racial definia o lugar ocupado pelos indivíduos, seu acesso à alfabetização e as condições para atingi-la. Em outras palavras, o articulista defendia que a questão racial não poderia ser um fator condicionante e que o estudo e a cultura – aqui entendido como Educação - é que poderia diferenciar os sujeitos sociais.

Do mesmo modo que Humberto de Freitas respondeu, em 11 de junho de 1933, a outro colaborador do periódico sobre a falta de participação da comunidade negra letrada na instrução e alfabetização de seus irmãos e irmãs, foi possível analisar que outros articulistas convocavam constantemente em seus artigos essas pessoas seja pela crítica mais acirrada ou pela sensibilização. No dia 22 de janeiro de 1933, José Penny escreveu o artigo intitulado “Justificando e Incitando”, no qual respondeu a um leitor que teve negada a publicação de seu texto nas páginas do jornal por ainda não ter desenvolvido com maior domínio a escrita, ao mesmo tempo, destaca a importância da sua colaboração futura com a Campanha Pró-Educação.

Tratae de estudar, com o fim de fortificar o vosso conhecimento de **Portuguez** e augmentar vossa Educação, e depois atirae-vos sem esmorecimento na campanha que estamos principiando, para a Alphabetisação e Educação dos nossos irmãos [...] (A ALVORADA, 1933, p. 1).



Embora o leitor tenha tido negada a publicação de seu texto, o articulista José Penny o incentiva a permanecer estudando e o convoca para colaborar com a Campanha Pró-Educação que se destinava, segundo ele, à alfabetização e Educação do povo negro pelotense. Assim, o chamamento aos afro-pelotenses, em prol da Educação, ocorria tanto no sentido de que se instruissem intelectual e moralmente como para que fizessem parte da campanha educando os demais, como pode ser contatado nos excertos abaixo.

[...] nós precisamos é de quem indique o verdadeiro caminho que o homem deve seguir na vida, para ser útil a si, a sua família e aos seus semelhantes, e este caminho é o da Alfabetização e Educação do «eu». [...] (A ALVORADA, 1933, p.1)

As colocações, expressas no artigo, trazem também um pensamento recorrente nas páginas do periódico, o qual mencionei anteriormente, isto é, o de que para ser útil os indivíduos precisavam instruírem-se e alfabetizarem-se de forma a ter acesso aos seus direitos e ocupar um lugar como cidadãos e cidadãs na sociedade de modo que a Educação moral estava sempre associada à instrução. Sobre isso José Penny escreveu em um de seus textos, publicado em 12 de fevereiro de 1933: “meus amigos, formemos o «Exercito do Saber», para combater o analfabetismo e educar os nossos semelhantes, afim de que estes não sirvam de esteio aos letrados corrompidos [...] (A ALVORADA, 1933, p.1).

Para a Campanha Pró-Educação era preciso que a sociedade brasileira, especificamente a comunidade negra pelotense, reagisse em relação ao analfabetismo e que por meio da instrução e da alfabetização do povo brasileiro seria possível elevar a nação brasileira. Nas palavras do articulista Jose Victorino era “[...] preciso que cada brasileiro se levante contra o analfabetismo. Elevemos o nome do Brasil! O cartão de visita de um paiz é a instrução. E assim seremos um povo livre e respeitado” (A ALVORADA, 1933, p. 1).

A análise que fiz, dos excertos acima, me levam a concluir que diante de uma realidade de exclusão, de alto índice de analfabetismo e da quase inexistência de acesso a instrução, contar com a participação de negros e negras letrados era indispensável. Por um lado, a sua participação poderia tornar realidade à criação de cursos e grupos de alfabetização, como já pretendido pela Frente Negra Pelotense que nasceu no mesmo ano da Campanha Pró-Educação e que a assumiu como “missão” diante da comunidade

negra pelotense; por outro, simbolizava um exemplo a ser seguido, tendo em vista que a imagem de pessoas negras letradas e instruídas poderia incentivar os demais a buscar a elevação intelectual e moral pela via da Educação.

Essas constatações podem ser observadas, também, no trecho abaixo, no qual o articulista B. Conceição, na data de 28 de outubro de 1934, esboça que no momento em que se desenvolvia a Campanha Pró-Educação, com intuito de elevar moralmente e intelectualmente a população afro-pelotense, era primordial que houvesse engajamento para que se pudesse combater o analfabetismo por meio da união e da transformação ordenada.

Na hora presente em que se esboça um movimento pela elevação moral e intelectual da raça, agremiando-se para dar combate ao analfabetismo e tomarmos diretrizes, visando a transformação ordenada, necessario se torna que para a grandeza nos unimos, para a conquista do bem estar individual e coletiva da raça. O nosso ideal deve ser dos gregos no seculo glorioso de Atenas [...] (A ALVORADA, 1934, p. 2).

A transformação ordeira por meio da alfabetização e da instrução citada, no recorte acima, demonstra um ideário dos pressupostos republicanos na formação da nação, pois através da ordem e da civilidade seria possível construí-la. De certa forma, essa ideia estava inserida na Campanha Pró-Educação tanto que Humberto de Freitas escreveu que “[...] vivendo até hoje escravizado as grilhetas do analfabetismo, o povo negro pelotense se clama por uma liberdade, diferente da que, os perturbadores da ordem anseiam!” (A ALVORADA, 1933, p. 1). A liberdade que, segundo Humberto de Freitas, é clamada pela população negra pelotense se difere daquela que os perturbadores da ordem social desejavam, por isso volto a afirmar que a ideia de ordem e disciplinamento era recorrente nesse momento histórico e também, muitas vezes, perpassava as páginas dos artigos da Campanha Pró-Educação. Reitero ainda que esse mesmo ideário se procurava incutir da sociedade brasileira e quem não se adequasse estava fora dos padrões estabelecidos pela elite social.

Retomando o artigo publicado, pude observar outro fator que está na parte “agremiando-se para dar combate ao analfabetismo” o que possivelmente refira-se ao incitamento para a participação na Frente Negra Pelotense que assumiu a Campanha Pró-Educação e os objetivos desta. Assim, fazer parte da FNP representava apoiar a Educação e a própria campanha educacional.

O articulista, com pseudônimo de Vargadas, escreveu em 30 de julho de 1934, um artigo nomeado de “Pela Educação da Raça” no qual argumentava sobre o intenso trabalho da Frente Negra Pelotense em prol da Educação no sentido de fazer o chamamento da comunidade negra pelotense para o engajamento na entidade, assim como exposto em outros artigos. Nas palavras do articulista Vargadas, mesmo diante do contexto pelotense “a luta tem sido titanica pelos pioneiros da F.N.P. no sentido de chamar ao seu seio os seus irmãos, muitos dos quaes até hoje se não apresentaram para dar a sua solidariedade, o seu concurso forte pelo elevamento da cultura, da Educação e costumes da nossa gente” (A ALVORADA, 1933, p 1-2).

Cabe reiterar que de acordo com Silva (2011, p. 4), havia uma “grande preocupação em combater o analfabetismo dos negros de Pelotas” o que “consolidou-se com a criação da *Frente Negra Pelotense* em 1933”. Ainda segundo a autora, como já explicitado anteriormente, a FNP tinha como um de seus objetivos primordiais a alfabetização e a Educação da população negra pelotense, o que pode ser observado também num artigo publicado em 11 de junho de 1933.

A Frente Negra é uma entidade organizada por Negros e para os Negros [...] destina-se a pugnar pela união, Educação, instrução, reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça negra. [...] Negro meu irmão, não te envergonhes da tua cor, procura educar-te, instruir-te, valorizar-te, para mostrar a outrem, a cultura e a inteligência da raça negra [...] (A ALVORADA, 1933, p. 1)

Desse modo, a Frente Negra Pelotense buscava “a organização e manutenção de cursos alfabetizadores e com base em palestras e preleções diversas tendo como conteúdo a história do povo negro.” (SILVA, 2011). Possivelmente, esses cursos podem ter ocorrido no âmbito da sede da Frente Negra Pelotense, de algumas organizações negras que dispusessem a ceder seu espaço ou em espaços familiares privados.

No entanto, nas fontes analisadas não foram identificados como eram organizados esses cursos, período de duração e idade de quem os frequentava. Minha hipótese é que dada as experiências educacionais protagonizadas pela comunidade negra brasileira, nesse período, os possíveis cursos de alfabetização organizados pela FNP e demais organizações negras eram destinados para idades variadas, e geralmente as associações e clubes negros ofereciam esses cursos, inicialmente, para seus sócios estendendo a outras pessoas da comunidade negra.

Mesmo que não tendo encontrado nas fontes analisadas, maiores informações sobre a existência e organização de possíveis cursos de alfabetização, há indícios de que a Frente Negra Pelotense promoveu um conjunto de atividades de formação cultural e instrucional através da “A Hora da Raça”. Segundo Silva (2017, P. 54) a FNP “desenvolvia atividade intensa nas sedes dos clubes sociais, nos quais realizava “A Hora da Raça”, com palestras e conversas, levando aos coirmãos discussões raciais, evocando os antepassados, e de interesse dos trabalhadores nacionais”.

Para manter as atividades em prol da Educação, tanto a Frente Negra Pelotense quando outras entidades negras precisavam angariar recursos o que ocorria quase sempre a partir da contribuição de sócios, da organização de atividades beneficentes e no caso dos clubes negros por meio dos bailes e festividades culturais. A situação da falta de recursos foi exposta pela articulista Maria Luiza Torres em 25 de novembro de 1934, no artigo denominado “O porque do nosso atrazo”. No texto, Maria Luiza de Torres aborda a falta de investimento na Educação brasileira e que para que se possa continuar realizando ações em prol da Educação da comunidade negra pelotense era preciso que tivessem auxílio, o que pode ser observado no trecho abaixo.

Caros irmãos, nós devemos fazer esforços para levantarmos a raça, e isto só depende em conseguirmos um auxílio. Pelotas, tem filhos da raça que vivem as escuras, analfabetos, e dormindo entre quatro paredes, porque aqui não temos quasi recursos [...] (A ALVORADA, 1934, p.1).

Mesmo com a falta de recursos, para os articulistas da Campanha Pró-Educação, as ações da Frente Negra Pelotense podem ter provocado certas mudanças no que se refere à instrução da comunidade negra pelotense e no combate ao analfabetismo. Tanto que em 22 de outubro de 1933, o articulista Ernani Lima destaca em seu texto intitulado “Da Frente Negra Pelotense” que o analfabetismo fortemente combatido pela Frente Negra começa a se dissipar, pois a entidade “clama” por instrução.

O negro véu do analfabetismo até então espesso, parece começar dissipar-se e tornar se tenue pelos raios clarividentes e esplendorosos da instrução. Pois a «frente» clama em altos brados aos quatro pontos cardeais do país «Instrução» (A ALVORADA, 1933, p.1).

É possível analisar que o excerto evidencia a importância da Frente Negra Pelotense no que se refere à Educação da população negra da cidade. Logo, para a maioria dos articulistas da Campanha Pró-Educação, a atuação dessa entidade já refletia em melhorias, tendo em vista que o analfabetismo começava a se dissipar.

A escolarização foi uma temática recorrente nas páginas do jornal *A Alvorada* durante todo o período de sua existência, permanecendo, especialmente, presente ao longo do desenvolvimento da Campanha Pró-Educação. A luta pelo acesso à escola e permanência dos afro-pelotenses nesses espaços, bem como a expansão da escolarização foram algumas das demandas dessa campanha educacional. Desse modo, a escolarização é uma das concepções de Educação trazidas pela campanha e pleiteada por seus articulistas como indispensável à população negra para sua elevação e inserção social.

Antes da Constituição Federal de 1934, a escolarização primária não era obrigatória no Brasil, embora desde a Constituição Federal de 1891 já houvesse sido estabelecido que todos pudessem frequentar os espaços escolares. Logo, não existia nenhuma legislação que limitasse a presença de pessoas negras nas escolas. Ainda assim, esse grupo foi alijado dos bancos escolares por diversos outros fatores como a discriminação racial, a falta de recursos, a necessidade de trabalhar para a manutenção da sobrevivência e um conjunto de condições socioeconômicas precárias.

Essa conjuntura de exclusão racial, a vontade de elevação social, e as mudanças provocadas pelo modelo econômico que se transformava, a partir do paulatino processo de industrialização brasileiro exigindo, outros conhecimentos intelectuais para o mundo do trabalho, foram fatores que levaram a população negra a investir ainda mais na criação de suas próprias escolas e a buscar a expansão da escolarização. Acerca disso, são pertinentes as reflexões trazidas por Peres (2002, p. 101), ao afirmar que as classes populares entre elas a de pertencimento étnico-racial negra “passaram, paulatinamente, a valorizar o processo de escolarização. Isso ocorreu, principalmente, em razão da ampliação do comércio, da urbanização, de uma incipiente industrialização e das oportunidades crescentes nos serviços públicos e privados”.

Todavia, cabe reforçar que as iniciativas de criação de escolas já ocorriam antes do surgimento da República, mesmo que timidamente. Pois, ao que tudo indica, nas primeiras décadas da fase republicana brasileira a Educação da população negra ocorreu através “das escolas criadas pelas próprias associações

negras. Aulas públicas oferecidas por instituições religiosas e pelos asilos de órfãos, escolas particulares e escolas de quilombos” (ALMEIDA, SANCHEZ, 2016, p. 240).

A Campanha Pró-Educação focou no chamamento à população afro-pelotense para frequentar os espaços escolares, que eram veiculados nas páginas do jornal *A Alvorada* como lugares santificados que elevariam as mentes e espíritos da comunidade negra. O articulista Latino do Brasil, em 05 de fevereiro de 1933, conclamava por meio de seu texto a população negra afro-pelotense para que procurasse uma escola a fim de que pudesse conquistar a verdadeira liberdade e se emancipar da ignorância.

Amigos e irmãos, procuremos de uma vês para sempre a escola; a nossa conselheira, a nossa unica amiga; a seiva que nos tornará fortes e capases, das mais altas reivindicações. [...] Só pode amar a liberdade, quem pensa emancipado das peias da ignorancia (A ALVORADA, 1933, p. 2).

As ideias expressas, no excerto do artigo escrito por Latino do Brasil, têm relação com uma concepção comum nessa época, a de que o acesso à escola seria uma via para corrigir possíveis desigualdades e promover a elevação intelectual da população negra (MACHADO, 2009).

Em duas edições depois, aparece esse mesmo chamamento com o apelo de que a escola era o recinto sagrado em que se poderia obter a cura do mal que adivinha da ignorância. No artigo intitulado “Mocidade!”, escrito em 19 de fevereiro de 1933, pelo colaborador Dadá Belchior - que provavelmente usava um pseudônimo - aconselhava a jovem mocidade negra a procurar uma escola e aprender a ter Educação antes de “cair nos bailes e no samba”. Conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Mocidade, ainda é tempo de curar-se o mal, se és ignorante, se desconheces o que é Educação, procura quanto antes uma escola, diurna ou noturna (conforme o teu tempo) e por meio dos livros encontrarás o verdadeiro caminho da luz e da verdade! [...] Mocidade, antes de caires nos bailes, antes mesmo de te atirares ao *samba*, procura estudar primeiro, aprende a ter Educação, para depois te apresentares á sociedade, de cabeça erguida e conciente de que conheces o **A B C** (A ALVORADA, 1933, p. 2).

O alerta feito pelo articulista traz alguns aspectos que pude analisar: primeiro, o fato de que embora existissem escolas diurnas e noturnas em Pelotas, inúmeras vezes, criavam-se pretextos para manter as pessoas negras afastadas desses espaços, como a falta de vagas, a exigência de roupage e materiais adequados e a própria discriminação racial; segundo a crítica feita aos bailes e

ambientes considerados inapropriados, fato que estava associado à moralização dos comportamentos e costumes. Assim, era necessário primeiro instruir-se procurando as escolas e educar-se moralmente para somente assim estar apto a conviver adequadamente em sociedade.

Essa análise também pode ser reforçada com parte de um artigo escrito por um articulista com codinome de Creoulo Leugim em 09 de julho de 1933. No texto, o articulista pede para que as famílias negras enviem seus filhos para a escola e que sejam um exemplo ao procurarem também a sua Educação.

Manda teus filhos à escola, ao envez de o deixares , ir a bailes. Não ha nada mais triste, mais digno de dó, de piedade do que a ignorância. Não digas aos outros que se eduquem, procura educar-te, aproveita a tua boa vontade , paraaplica-la a ti proprio. Se eu procurasse dizer a ti o que és e o que vales, teria de dizer muito, com palavras muito pequenas. Sai do teu atraso, indo pelo caminho da Educação (A ALVORADA, 1933, p.1).

Esse artigo retoma a argumentação de que a presença de jovens e crianças em bailes é negativa, e o fato de que a ignorância é um mal, como uma doença, que precisa ser superada e “curada” com a Educação também via escolarização. O papel da família era considerado primordial na Educação de crianças e jovens, e quem não cumprisse com esse ideal era tido, inúmeras vezes, como pai desleixado e, portanto, não enviar os filhos à escola poderia ser visto pela pequena camada negra letrada como imoral (MACHADO, 2009).

Essa apelação para que a família enviase as crianças para a escola era recorrente em outros jornais da Imprensa Negra brasileira, como no caso do periódico *O Clarim*, que em um de seus artigos conclamava: “Oh pais! Mandai vossos filhos ao templo da instrução intelectual – ‘a escola’, não os deixes analfabetos como dantes” (O CLARIM, 1924, p. 2). Nesse sentido, Humberto de Freitas escreveu que as crianças e jovens negros criando-se “longe dos templos onde se bebe os mais divos ensinamentos, a petisada que vende jornais, vão inconscientemente criando o seu futuro ambiente, onde mais tarde reinarão soberanos, todos os vícios [...]” (A ALVORADA, 1933, p. 1).

Em outro trecho do artigo, Humberto de Freitas destaca que “[...] os filhos de póbres, na época de estarem cursando escólas, estão quasi sempre empregados como mensageiros etc. pois «não há outro remédio...» [...]”. As ideias, expressas pelo articulista, sugerem outra característica cotidiana na vida das crianças negras

pelotenses na década de 1930, isto é, a inserção destes em idade ainda tão jovem no mundo do trabalho.

Desse modo, quando Humberto de Freitas relata que em vez de frequentar as escolas as crianças e jovens precisam estar empregados e que não há outro remédio. Possivelmente, o articulista faz referência às condições precárias de vida da população negra e que, em virtude disso, as crianças ingressavam no mundo do trabalho pela necessidade de auxiliar suas famílias e garantir a manutenção de sua sobrevivência. Essas condições eram fatores limitadores para se ter acesso ao processo de escolarização e, quando se tinha, os entraves dificultavam sua permanência.

Ao mesmo tempo, a demanda pela escolarização da comunidade negra pelotense pautava-se na recente realidade de urbanização e paulatina industrialização brasileira que, até certa medida, provocava mudanças no cenário de Pelotas. Assim, “o processo de leitura, escrita e cálculo obteve maior valorização e significou, concretamente, a chance de novas oportunidades de trabalho” (PERES, 2002, p. 101).

No processo de análise do corpus documental com ênfase na categoria analítica escolarização, foi possível identificar dois movimentos diversos que circulavam nos artigos da Campanha Pró-Educação. Esses movimentos referem-se à disponibilidade e acesso as escolas.

Por um lado, os articulistas incitavam a família negra que enviasse seus filhos e filhas às escolas e que a juventude priorizasse a instrução e a escolarização, em vez dos bailes e atividades consideradas de menos valia, afirmando que era preciso lutar ainda mais para a criação desses espaços e que, naquele contexto, havia um número muito maior de instituições. Como pode ser observado no excerto do texto abaixo escrito por Armando Vargas em 05 de março de 1933.

Não é difícil aprender a lêr, basta um pouco de bôa vontade e de capricho, para se atirar ao monturo esse calhambéque que é a ignorancia, mãe de todas as ruinas da humanidade, porta aberta á entrada franca para a falta de Educação e para a pratica do crime. [...] Antigamente lutava-se com a escassês de escólas, mas, atualmente não ha motivo para essa alegação, porque em cada canto da cidade encontramos um colegio diurno e noturno, além da bem dirigida aula da Biblioteca Publica, onde muitos homens tem aprendido a lêr (A ALVORADA, 1933, p.1).



O articulista Armando Vargas destacava que era necessária maior força de vontade em busca da instrução e da escolarização. Sobre isso, concordo com Machado (2009), quando destaca que parte considerável dos artigos da Imprensa Negra brasileira refletia acerca da necessidade de formação educacional para a população negra e que seus “articulistas criticavam a falta de vontade e coragem dos homens pretos em função de sua capacitação educacional” (p. 97).

Por outro lado, os articulistas da Campanha Pró-Educação alertavam para a necessidade da criação de espaços escolares e das inúmeras limitações para que a comunidade negra pelotense pudesse ingressar e permanecer nesses espaços, bem como denunciavam a falta de investimento público na Educação e os escassos ou inexistentes recursos financeiros para tal empreitada. Essa análise poder ser confirmada a partir do trecho abaixo, retirado de um artigo escrito, em 04 de fevereiro de 1934, por um articulista de nome Armando Vargas.

Diante do exposto, é de lastimar que as portas dos ginasios, das academias, das escolas, não estejam abertas e francas para os nossos filhos, para educá-los, torna-los aptos para qualquer eventualidade da vida, orgulhando, assim, os dominadores da nacionalidade diante do estrangeiro que nos visita e que desgraçadamente *tem mais direitos* nesta Patria do que os *filhos negros desta terra!* (A ALVORADA, 1934, p.1)

O articulista descreve a situação da comunidade negra pelotense que tinha o acesso à escolarização limitada nos ginásios, academias e escolas por estas não estarem abertas a recebê-los. Minha análise sobre esse ponto, é de que a discriminação racial profundamente presente na sociedade pelotense não era somente um fator limitador, mas uma forma de negar ao povo negro a sua condição de cidadania. Dessa forma, concordo com Machado (2009, p.16), quando afirma que uma “parcela da população negra ansiava à escolarização mas nem sempre era bem sucedida, em decorrência às dificuldades para se matricular e permanecer na escola, devido à exclusão social com base nos critérios de raça, classe social e gênero”.

Ademais, conforme já colocado, embora a legislação não negasse o direito de acesso às escolas, havia outros empecilhos para que esse grupo étnico-racial não ocupasse esses espaços. A hipótese pode ser confirmada por meio do trecho em que Humberto Xavier escreve: “estrangeiro que nos visita e que desgraçadamente *tem mais direitos* nesta Patria do que os *filhos negros desta terra!*”.

Em outro momento, o articulista utiliza a expressão “francas”, o que no contexto da frase pode sugerir que ocorria a cobrança de taxas para que se pudesse frequentar a Educação primária e outros níveis de escolarização mais elevados. O mesmo ocorre em outro texto da Campanha Pró-Educação, publicado em 17 de março de 1935, escrito por Rodolpho Xavier. No texto o articulista destaca a importância da comunidade negra pelotense de se associar às entidades que tinham como finalidade apoiar a Campanha Pró-Educação e que essas organizações teriam como objetivos velar pelos direitos dos afro-pelotenses de acesso à Educação e espaços escolares, que pelas taxas exorbitantes e pelo preconceito ali presentes, tornaram-se lugares de vaidade inacessíveis aos negros.

[...] entidades as quais terão como finalidade: prestigiar a campanha pró-alfabetização e velar pelos direitos que assiste nos negros, de ingressar nos nossos ginasios e academias, que hoje lamentavelmente tornaram-se não só, pelas taxas extorsivas do ensino, como pelo antiliberal preconceito, verdadeiros templos sagrados da Prepotencia e da Vaidade, e consequentemente inacessíveis aos filhos de negros [...] (A ALVORADA, 1935, p.1).

As colocações, feitas pelo articulista, demonstram dois pontos pertinentes de análise: primeiro, que a gratuidade e obrigatoriedade da Educação básica mesmo que já contida na Constituição Federal de 1934 ainda não era uma realidade para todos os grupos da sociedade brasileira, tendo em vista as dificuldades das classes populares de terem acesso e permanência nas instituições escolares, entre elas a população negra; segundo, que ao mencionar ginásios e academias, provavelmente, ele estava se referindo ao ensino secundário o que na legislação não era obrigatório.

Diante disso, para a comunidade negra pelotense, que vivia majoritariamente em péssimas condições, faltavam recursos financeiros para custear seus estudos, haja vista que a sua inserção do mercado de trabalho geralmente se dava por ocupações que rendiam baixos salários e que mal suprimiam suas necessidades básicas (MACHADO, 2009). Essa realidade colaborava com a existência da dualidade educacional, na qual a Educação primária era reservada às camadas populares ainda com inúmeras limitações de acesso, e o ensino secundário e superior às elites.

Nessa conjuntura, os artigos voltados para a Campanha Pró-Educação trouxeram a crítica ao poder público e a necessidade de lutar pela expansão da escolarização, a fim de que a população negra pudesse ocupar esses espaços e instruir-se. Em um desses artigos, Humberto de Freitas alertava que era preciso pleitear com muita insistência a gratuidade do ensino superior para as camadas populares e sem distinção de cor.

Devemos pleitear com mais insistencia, junto aos poderes publicos, a gratuidade do ensino superior, para os filhos de operarios pobres, sem distincão de cõr (sim, porque o preconceito existe, apresar de que *não queiram* que exista) [...] Sem escõlas para os menores, sem amparo às crianças póbres, jamais acabaremos com essa «chaga social» que é o analfabetismo (A ALVORADA, 1933, p.1).

O articulista reitera, ainda, que sem escolas para os menores, o que seria a Educação primária, e sem amparo às crianças empobrecidas o mal provocado pelo analfabetismo não poderia ser superado. Desse modo, a luta pela expansão da escolarização foi uma das demandas da Campanha Pró-Educação pelo fato de seus articulistas compreenderem que a Educação possibilitaria à população afro-pelotense “mobilidade social, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A Educação, nesse sentido, teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo.” (DOMINGUES, 2009, p. 976).

A Campanha Pró-Educação também foi composta por vários artigos que abordavam a moralização dos comportamentos e costumes como forma de Educação da comunidade negra pelotense. Desse modo, passo a analisar, nas próximas páginas, o conjunto de documentos dessa categoria analítica.

A moralização dos comportamentos sociais, na década de 1930, atendia a uma série de mudanças que vinham ocorrendo desde o início do século XX no Brasil, principalmente com as transformações industriais e urbanas e o ideal de uma nação civilizada aos moldes republicanos. Nesse sentido, Cecchin e Maria Teresa Santos Cunha (2007, p. 4) destacam que havia “uma necessidade emergente de romper com as visões estereotipadas de um país arcaico, conservador, atrasado e pouco desenvolvido em seus conceitos sociais, culturais e econômicos; voltando-se, desta forma, para ações de efetiva ‘reforma’ dos elementos contidos em tais esferas [...]”.

Mesmo que o estabelecimento da moralização de comportamentos e condutas não fosse apenas para a população negra, ao que parece, a diferença é que dadas as condições de discriminação, permanência da eugenia e da ideia de inferioridade e superioridade raciais, falta de instrução e condições socioeconômicas precárias da comunidade negra, as exigências de padrões que atendessem aos moldes de uma nação civilizada, em um recente processo de industrialização, eram ainda mais profundas.

A Educação moral foi uma temática recorrente nos periódicos da Imprensa Negra brasileira, entre eles o *A Alvorada*, sendo abordada por intermédio de colunas,

crônicas e artigos. No contexto do desenvolvimento da Campanha Pró-Educação a conduta e os valores eram amplamente regulados com intuito de estabelecer padrões de comportamento que possibilitassem a população negra o convívio adequado em sociedade e afastasse a ideia de que esse grupo étnico-racial era afetado pela degenerência, atraso e vícios. Segundo Santos (2001, p. 82), o periódico *A Alvorada* “estava recheado de críticas moralistas ao comportamento do seu público leitor. As colunas do jornal sobre as *fofocas* do cotidiano envolviam homens e mulheres que formavam a comunidade negra pareciam ser as mais procuradas do semanário”.

Entre as colunas de cunho moralista, que circulavam no período, estiveram *Espia Só...*, *Pesquei*, *Os Dois Linguarudos*, *Eudóxia* e *Micaela*, *Gosto e não Gosto Mas do que?!*, *Eu vi...*, *Raio Xe Os Espiões* (SANTOS, 2001). A partir da análise que fiz das edições do jornal *A Alvorada* foi possível verificar que a coluna do Dr. Pescadinha chamada de *Pesquei* era predominante publicada durante a Campanha Pró-Educação e apresentava situações embaraçosas e imorais que ocorriam na sociedade, especificamente entre a comunidade negra de Pelotas.

Ainda que essa coluna não seja o foco desse trabalho, pois seus artigos não contemplam o corpus documental de análise, alguns relatos, que li descritos nela, colaboraram para reforçar a conclusão de que a Educação moral se dava também pela defesa do fim da exposição às condutas inapropriadas realizadas no seio da sociedade, as quais precisavam ser evitadas. Ao mesmo tempo, permite observar aspectos de que tipo de Educação moral estava associada à Campanha Pró-Educação.

Essa Educação moral, que aqui defini como categoria analítica moralização, tinha como finalidade a Educação das condutas e comportamentos da população negra a fim de que pudesse se inserir na sociedade pelotense sem que fosse alvo de discriminação e preconceito. É pertinente reiterar que esses padrões e condutas a serem seguidos eram estabelecidos por uma elite branca privilegiada. Diante desse panorama, analiso que a ação dos articulistas da Campanha Pró-Educação em dois sentidos, pois se de um lado buscavam a inserção da comunidade negra via adaptação, por outro, combatiam e denunciavam o preconceito e o estigma do atraso e incivilidade direcionados ao povo negro.

Desse modo, observo que ocorria uma valorização daquilo que era considerado moralmente adequado para o povo negro “em contraposição à depreciação daqueles comportamentos tidos como potencialmente perniciosos. Esses preceitos estavam

inseridos num contexto nacional onde a ideia de construção do progresso passava também pela moralização do seu povo” (SANTOS, 2007, p. 98).

No artigo inicial da Campanha Pró-Educação, o articulista José Penny tratará da Educação da perspectiva da moralização dos comportamentos. No texto ele indica aos pais que não deixem seus filhos em espaços não aconselháveis para sua idade nem soltos na rua sem acompanhamento, pois isso os levaria a adquirir maus hábitos e vícios.

[...] Não deixeis vossos filhos, enquanto não chegue a idade conveniente, brincarem a solta em plena rua, longe de vossas vistas. E’ brincando nas vias publicas a vontade, que êles adquirem os maus costumes e ficam alheios a uma salutar Educação. Cuidai da Educação dos mesmos, tanto ou mais do que a alimentação de cada dia, pois que aquêla é um complemento desta.[...] Não achais triste e desolador terdes um filho possuidor de tudo quanto é vicio pernicioso, e na maioria dos casos vós serdes o culpado, por haverdes descuidado a sua Educação? [...] (A ALVORADA, 1933, p.1).

Para José Penny, como para outros articulistas da campanha educacional, a família precisava dar uma Educação moral sólida por meio do exemplo, para que crianças e jovens não fossem possuidores de vícios futuros. Por isso, os apelos e questionamentos usados poderiam levar à conscientização da comunidade negra pelotense para que não houvesse descuido com a formação moral dos indivíduos.

[...] A Educação como todos vós sabeis e é afirmada pelos grandes educacionistas, é a maior das fortunas que o homem pode possuir sobre a terra, por isto deveis formar a mentalidade de vossos filhos, com uma sólida Educação moral e intelectual. E’ dentro do lar que deveis, por bons exemplos e otimos conselhos, descortinar sem fantasias aos olhos de vossos inexperientes filhos, os principios de uma admiravel Educação (A ALVORADA, 1933, p. 1).

Outro aspecto que pode ser destacado e que já foi descrito em análise anterior, é o pensamento salvacionista via Educação, sendo esta tida como a solucionadora dos principais males que afetavam a população negra. Desse modo, concordo com as afirmações de Machado (2009, p. 107), quando reflete que a Educação era vista como “o caminho para a população negra ter uma mobilidade social ascendente, e sonegá-la aos filhos era uma grande falha moral, mas havia muitos percalços neste caminho e um dos mais importantes era a falta de capital para investir nos estudos [...]”.

No artigo, publicado em 02 de dezembro de 1934, a articulista Antonieta G. Avilla relatava uma situação desagradável acerca de comportamentos inadequados ocorridos numa festividade social, na qual um jovem negro havia de forma

inapropriada proferido palavras ásperas e deselegantes em relação a um discurso realizado por pessoas ligadas à Frente Negra Pelotense.

Naquele dia realizava-se em certa sociedade local, um pomposo baile. [...] Que alegria, que satisfação, que encanto. Por essa ocasião os fretenegrinos, srs, M. Barros e José A. Ferreira da Silva, usaram da palavra, foi quando neste momento um jovem que não citarei o seu nome, pois seria uma vergonha, começou a proferir algumas palavras em tom ásperos. [...] Ela surgiu dos escombros de uma mentalidade falida, para eternisar-se numa sociedade de cultura e de moral inatacavel. Negros, os bailes e o alcool só voz traz prejuízo. Ingressai nas fileiras fretenegrinas, para emancipar os teus irmãos e para glória e orgulho de teus decedentes (A ALVORADA, 1934, p. 1).

O trecho acima e a análise que dele fiz apontam para alguns aspectos importantes que circularam nos artigos da Campanha Pró-Educação e que demonstram que a Educação moral era uma de suas pretensões. Primeiro, a crítica e observação sobre um comportamento inadequado num espaço social, sendo que essa crítica pode ser entendida como uma forma de descrever que tipos de condutas não se enquadravam e não deveriam ser seguidas dentro de uma sociedade civilizada. Acerca disso, Santos (2001, p. 82) destaca que a intenção dos articulistas não era com a intencionalidade de “difamar as pessoas envolvidas nas *fofocas*, mas, apenas lhes chamar a atenção para o “bom” comportamento, tornando público o “mau”, como forma de controle social”.

Segundo, que a situação relatada pela articulista sobre a reação do jovem, que teve atitudes desapropriadas, associava-se a uma possível resistência no que se refere à Frente Negra Pelotense. Essa resistência, como sugerem outros artigos da Campanha Pró-Educação, se dava, na visão dos articulistas, em virtude das pessoas não compreenderem as pretensões da Frente Negra Pelotense encarando suas ações como “pedantismo” e soberba de seus associados ao tentar impor e corrigir as pessoas, como se estes se considerassem superiores. Tal situação, entre a Frente Negra Pelotense e uma parte da comunidade negra de Pelotas, pode ser vista como um tensionamento dentro da Campanha Pró-Educação, bem como sugere que os pensamentos e ideias dentro desse grupo étnico divergiam em certos aspectos.

Da mesma forma que a FNP relatava a resistência de certas pessoas, também buscava chamar a comunidade negra e esse foi o terceiro aspecto identificado na análise. O chamamento à população negra pelotense para apoiar a FNP, objetivava não só o aumento de agremiados da entidade, mas também para que por intermédio dela pudessem se emancipar da ignorância, haja vista que no próprio excerto analisado

consta que a entidade nasceu dos escombros de uma sociedade falida para deixar sua marca numa sociedade cultural e moralmente desenvolvida.

O quarto aspecto identificado, e que é ressaltado no texto trata-se da participação em bailes e uso de álcool que eram considerados prejudiciais e afastavam a população de uma Educação moral pretendida pela Campanha Pró-Educação. A crítica aos bailes, uso do álcool, presença de vícios eram amplamente veiculadas nos artigos da campanha educacional e pela análise feita os assuntos com maior recorrência do que se refere à perspectiva de uma Educação moral.

Acerca disso, o articulista Morge Soares escreveu em seu artigo que os jovens precisavam abandonar as orgias que lhes trazia o aniquilamento físico moral e deveriam se dedicar a Educação intelectual, pois essa era a forma pelo qual haveria o seu engrandecimento e o desenvolvimento do conhecimento que lhes permitisse a compreensão e reivindicação de seus direitos legítimos.

[...] Abandonai as orgias, poupai vossas forças e vossas energias de moços, para emprega-las nos estudos que engrandecem dignificam e vos integralizam no conhecimento dos vossos legítimos direitos, adquiridos e a reivindicar. As orgias e a dissolução, só poderão contribuir para o vosso aniquilamento físico e abastardamento moral (A ALVORADA, 1933, p.1).

Os conselhos dados à população negra pelotense para que colocassem a Educação moral e intelectual à frente dos bailes, do carnaval, e dos divertimentos excessivos, por exemplo, ocorreram também em outros artigos. Em 18 de junho de 1933, o articulista de pseudônimo Negro escreveu um curto artigo com título de “Juventude”, cujo assunto era aconselhamentos a favor da Educação moral e das boas condutas empenhando esforços para a sua formação intelectual.

Deveis deixar do cinema quasi todos os dias, é no cinema que conheces aventuras que te prejudicam. Deveis deixar os bailes em demasia, eles sévem para te embrutecer e enfraquecer o teu físico. Deveis abandonar o namoro em desregramento, ele só serve para diminuir tuas qualidades de virtude. Envês de tanto cinema, tanto baile e tanto namoro, procura estudar, cultivando teu espírito, é na instrução que vais encontrar a segurança do teu futuro e dos teus decedentes (A ALVORADA, 1933, p.1).

O articulista destaca que os bailes, cinema e namoro em excesso comprometeriam o desenvolvimento da juventude negra, sendo o estudo e a instrução as vias pelas quais poderiam encontrar segurança para si e seus descendentes.

Em outro artigo, intitulado de “Nóva Auróra”, publicado em 12 de fevereiro de 1933 e escrito por um colaborador de pseudônimo Assel, é abordada a mesma temática. O articulista descreve de forma apelativa e aconselhadora que evitem os bailes, jogos, vícios, casas de tavolagem, procurando se afastar de más companhias e influências negativas, conforme o trecho abaixo.

[...] Procura construir a tua sociedade sobre as bases sólidas da Moral, afásta de ti todo elemento que te fôr nocivo, evita para teus amigos aquêles que não preencham as normas dos bons principios e da Educação. [...] E, julgando saber alguma cousa, esses fracos de cerebro, enveredavam pelo caminho do erro, em direção aos bailes, aos cabarets, ao futebol, aos lupanares, ás orgias noturna nos cafés do mercado ou nas casas de tavolagem, a perderem a saude e a reputação, até que a tuberculose os viesse arrastar ás profundezas da terra. [...] E assim perderam-se muitas inteligencias, que estariam nesta hora emprestando o seu grande concurso na Educação da geração presente (A ALVORADA, 1933, p.1).

O pensamento, expresso nesse e em outros artigos da Campanha Pró Educação, é de que a população negra precisava construir-se socialmente em bases sólidas da moral, o que reflete não só as ideias dessa campanha educacional, mas também de um cenário mais amplo a nível nacional. Assim, como os bailes e os jogos eram mal vistos e rejeitados como condutas, o uso do álcool também se tornou tema de discussão frequente nas páginas do periódico *A Alvorada* e de outros jornais da Imprensa Negra. Além disso, o alcoolismo era abordado como um caso de imoralidade e um problema sanitário.

No artigo publicado em 13 de agosto de 1933 escrito por um colaborador de codinome Thales de Mileto. O artigo intitulado de “O Indivíduo e a Sociedade” abordava a forma adequada de convivência social trazendo aconselhamentos e destacando as práticas que atrasavam a comunidade negra pelotense.

Abstêm te dos excessos, eles que nos trazem os piores resultados. Cultiva os esportes, mas não deixeis de cultivar teu espírito por meio da leitura. Aprende e estuda: só assim preencherás o teu lugar como indivíduo na sociedade. Por mais que te julgues, perfeito, sejas modesto. [...] Não pratiques atos que maculem teu nome: deles é que dependem o teu merecimento. Afasta-te da má companhia que te corrompe na pratica de maus vícios. Tenhas por divisa a - temperança- fugindo do alcool, como diabo da crús: pois alem de intoxicar teu organismo, embrutece teu espírito [...] Evita as mesas de jogo porque alem de perverter o indivíduo contribúe para a desmoralização do lar, desempenhando, mulher e filhos, na miseria e prostituição. O jogo fás de um lar feliz - o inferno de desgostos, o pandemonio de necessidades (A ALVORADA, 1933, p.1).



Para o articulista, tinha-se que evitar as más companhias que influenciavam a prática de vícios e evitar, a qualquer custo, o alcoolismo e os jogos, pois eles desmoralizavam os indivíduos, prejudicando suas famílias e tornando suas vidas depreciadas. Nesse momento, o alcoolismo era amplamente condenado pelos jornais da Imprensa Negra e considerado um dos piores malefícios da humanidade, tanto que a pessoa alcoólatra era associada a diversos distúrbios de ordem física e mental, bem como aos comportamentos delinquentes e imorais (SANTOS, 2007).

Ademais, cabe destacar que a intervenção sobre o consumo do álcool na sociedade, ocorria desde o final do século XIX, sendo que no século XX essa conjuntura estava caracterizada “pelo regime republicano e pela tentativa de elevar o país à categoria de ‘civilizado’” (SALES, 2009, p. 115).

Essa conjuntura pode ser analisada num artigo, já mencionado no capítulo anterior, escrito pela articulista Maria Pariz de Castro e que trata sobre o vício do álcool.

Nunca devemos fazer o uso de bebidas alcoolicas. O alcool além de prejudicial à saude produz a embriaguez, posição ridícula para a pessoa. O vicio de tomar alcool, produz alcoolismo, causa de horríveis doenças. Os alcoolatras tornam-se ordinariamente, loucos ou criminosos. Seus filhos são, quasi sempre, doentes, rachiticos, idiotas e como seus paes , acabam , quasi sempre, nos hospitaes, nas prisões, ou nos hospícios. O alcool, colegas, deve ser evitado por todos, como o pior inimigo da prosperidade e felicidade do povo [...] (A ALVORADA, 1933 p. 2).

Para a articulista, o alcoolismo trazia para os indivíduos uma posição de ridicularização de sua imagem, bem como estava associado à criminalidade e às doenças psiquiátricas. Nesse sentido, cabe reiterar de que as ações higienistas se tornaram, cada vez mais, presentes nesse período, objetivando também o controle dos comportamentos sociais. Isso ocorria em virtude de que determinadas condutas não eram consideradas apenas questões de cunho moral, mas também um problema do campo médico que precisavam ser combatidas como um problema sanitário e patológico.

Num artigo intitulado “O Negro Brasileiro”, publicado em 16 de dezembro de 1934, o articulista Humberto de Freitas apresenta reflexões que coadunam com os discursos higienistas sobre a situação das camadas populares, entre elas, a população negra, o que pode ser analisado no trecho a seguir.

Sem defesa moral ou sanitaria, vae este se degradando progressivamente, sem offerecer mais á communhão social uma figura de relevo. Dos morros formigantes de população miseravel, descem os párias para os carceres e para os prostibulos [...] (A ALVORADA, 1934, p.1).

No texto, o articulista evidencia que a população negra se degradava em função da falta de defesa moral e sanitária, amontoando-se em morros de forma desordenada e numa condição de miserabilidade, sendo que tal contexto provocava, inúmeras vezes, a reclusão na cadeia e a prática da prostituição. As ideias presentes no excerto, levam à análise de que a realidade da população negra associada as suas péssimas condições de vida, ocorriam também em virtude da precária Educação moral. Logo, minha hipótese é de que o articulista sugeria a necessidade de ações sanitaria somadas à moralização dos comportamentos.

Acerca disso, Eliane Sales (2009, p. 116) afirma que as teorizações formuladas pelos sanitaristas e médicos, no contexto dos anos de 1920 e 1930, apontavam as situações miseráveis de vida “como causas para o consumo abusivo de bebidas alcoólicas, considerava-se, ainda, que [...] não haveria entre os trabalhadores, Educação e cultura moral capaz de criar obstáculos à ação das bebidas alcoólicas, tidas como estimulante das paixões e dos mais desprezíveis impulsos humanos”.

No artigo escrito em 28 de maio de 1933, intitulado “Força que Restaura”, a articulista Niomira Canto também aborda a questão do alcoolismo, dos vícios e da situação de “cativeiro moral” na qual se encontrava parte considerável dos afro-pelotenses, como pode ser constatado no excerto, a seguir, extraído do texto.

Mas foi apenas um começo; removemos um estorvo e nada mais, cumpre agora abolir o cativeiro moral, é necessario resgatar a mocidade de tudo quanto é baixo, vergonhoso e degradante dos centros viciados, do alcool do jogo. Restaurar a moral individual! [...] é um engano, como poderá um cego nato distinguir cores, pois ele só conhece uma unica que é a escuridão, treva e nada mais, assim são homens da sociedade contemporanea na maioria analfabétos, esse vive nas trevas como o cego, com diferença este na treva da vida e aquele nas da ignorância [...] (A ALVORADA, 1933, p. 1).

Segundo Niomira Canto, era preciso resgatar a juventude dos lugares repletos de vícios, álcool e jogos a fim de acabar com o cativeiro moral no qual se encontrava a mocidade negra. No entanto, a restauração moral deveria ocorrer não de maneira individual e sim coletiva, sendo que um indivíduo em situação de “imoralidade” não conseguiria sozinho desenvolver a consciência necessária para sair de tal situação.

Assim, a autora aborda a Educação de duas formas, uma se refere à Educação moral por meio da moralização dos comportamentos e sem a qual os sujeitos viviam “na treva da vida”; a outra se trata do analfabetismo considerado, nesse momento, um dos males da sociedade brasileira e que submetia as pessoas à “treva da ignorância”.

Na data de 05 de fevereiro de 1933, seguindo a mesma linha de pensamento de Niomira Canto, o articulista de pseudônimo Latino do Brasil escreve em seu artigo que:

[...] Os jovens frutos dessa raça á quem tanto deve o Brasil, debruçados sobre o seu passado de glórias e martirio, vivem de sua tradição como se fôra isto bastante para demarcar o seu valor e os seus direitos na jornada da existencia de um povo! Na torpe permuta; do livro pelo baile, da discussão pelos canticos carnavalescos, da ciencia pela gaita, e finalmente da luz pelas trevas, resume-se a atividade da grande parte do povo, deste imenso pais. [...]

As colocações de Latino do Brasil sugerem que a juventude negra vivia apenas com as glórias do passado, que provavelmente se refere à conquista da liberdade e o fim da escravização no Brasil, como se as vitórias de décadas atrás bastassem para garantir os seus direitos e o valor da comunidade negra brasileira a quem tanto o Brasil devia. Nesse ponto, cabe destacar que ao mesmo tempo em que havia um tom de crítica ao comportamento dessa juventude, o articulista buscava ressaltar o valor da população negra pelas suas lutas e contribuições na formação do país. Aqui, analiso um aspecto semelhante a outros jornais da Imprensa Negra, isto é, de dar maior ênfase à exaltação do negro, aos bons exemplos, à valorização do trabalho e da instrução como meios de conquista da cidadania e de integração a sociedade (CARVALHO, 2009).

O excerto analisado também critica o descaso da juventude negra que trocava a instrução e a Educação moral por diversões que a tiravam da luz e a direcionavam para as trevas. Nesse sentido, concordo com Sales (2009) quando esta afirma que a normatização e disciplinamento da sociedade, muitas vezes, buscava incutir valores a fim de destruir hábitos que poderiam ameaçar a construção da nação brasileira. Ademais, segundo a autora, esse modo de proceder “possibilitou que várias formas de lazer das camadas populares fossem marginalizadas, tais como jogar ou reunir com amigos nos botequins (SALES, 2009, p. 115).

A análise realizada até aqui possibilitou responder a uma das problemáticas dessa Tese que é: Quais são as concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação (1933 a 1935) veiculada e desenvolvida pelo jornal *A Alvorada*? Como elas se relacionam com as vivências da população negra pelotense naquele período? Assim,

ao analisar o corpus documental, pude comprovar a hipótese de que as categorias analíticas instrução, alfabetização, escolarização e moralização foram concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação. Ao mesmo tempo, a forma como essas concepções foram sendo abordadas pelos articulistas nos artigos, elucidou outros aspectos que contemplam o desenvolvimento dessa campanha educacional, como as ações de demandas por Educação e as possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades.

Na próxima seção apresento a análise de algumas ações realizadas no contexto da Campanha Pró-Educação como forma de mobilizar a comunidade negra pelotense em prol de suas demandas por Educação, bem como certos tensionamentos e fragilidades possíveis de serem identificadas a partir do corpus documental.

#### 4.2 Em nome da Educação do povo negro pelotense: A Campanha Pró-Educação e suas motivações, tensionamentos e fragilidades

Nesse tópico, apresento a análise do corpus documental que me permitiu identificar e compreender algumas ações de demandas por Educação articuladas na Campanha Pró-Educação por meio das páginas do jornal *A Alvorada*, bem como certos tensionamentos, fragilidades e motivações presentes neste contexto.

O surgimento da Frente Negra Pelotense no contexto da Campanha Pró-Educação é compreendido como uma ação de articulação, a fim de buscar meios de unificar outras organizações negras, promovendo e expandindo a luta afro-pelotense em torno dos mesmos ideais e de demandas como a Educação. Nesse sentido, em diferentes artigos analisados, foi possível observar que a Frente Negra Pelotense encampou a Campanha Pró-Educação. Logo, as ideias que circulavam no jornal *A Alvorada* e que se faziam presentes na campanha, eram as mesmas defendidas pela FNP.

Em um desses artigos, publicado em 02 de fevereiro de 1934, com o título de “Pela Educação da raça e dos costumes”, o articulista Armando Vargas explicitou a relação da Campanha Pró-Educação com a Frente Negra Pelotense.

E’ para pleitear estes direitos que a Frente Negra Pelotense se fundou, por iniciativa de uma pleiade de homens cultores das letras, e influenciados pela energica campanha movida por este jornal, a cuja frente se colocára o talentoso jovem estudante José Penny, uma esperança da raça etiópica pelotense, secundado por diversos colaboradores (A ALVORADA, 1934, p. 1).

Armando Vargas menciona inicialmente que a Frente Negra Pelotense foi fundada com a finalidade de pleitear os direitos da população negra por um conjunto de “homens cultores das letras”. Esse conjunto, de homens negros letrados era ligado ao jornal *A Alvorada* e muitos deles compunham o grupo de articulistas da Campanha Pró-Educação, tanto que o próprio Armando Vargas foi membro do conselho consultivo da Frente Negra Pelotense e, simultaneamente, colaborou e articulou a campanha educacional.

Logo em seguida, o articulista destaca que o surgimento da Frente Negra Pelotense foi influenciado pela “enérgica campanha” desenvolvida pelo periódico *A Alvorada*. Nessa esteira, a fundação da Frente Negra Pelotense “foi um marco na irradiação das ideias aqui vigorantes, assim como no diálogo com ideários nacionais e ações mais enfáticas em prol da defesa dos direitos dos negros [...]” (SILVA, 2011, p. 7).

Em outro trecho do mesmo artigo, o articulista afirma que a Campanha Pró-Educação era um passo que auxiliaria a Frente Negra Pelotense e que a entidade passaria a lutar pelo seu desenvolvimento.

[...] Essa campanha de Educação é um passo que não poderá deixar de auxiliar essa entidade, lutando pelo seu desenvolvimento, concitando aos refratarios a comparecerem ás duas reuniões, onde se bebe os ensinamentos, onde se moralisa os costumes. E’ ali ouvindo os seus oradores, que muitos vão compreender que andam errados. E’ ali, naquele ambiente de cordialidade, que se colhe conhecimentos praticos do nosso rumo da vida (A ALVORADA, 1934, p.1).

Além de reiterar a ligação da FNP com a Campanha Pró-Educação, o articulista faz o chamamento da comunidade negra ao usar a expressão “concitando aos refratários” para que participassem das reuniões a fim de dialogarem sobre suas demandas, sendo estes espaços lugares para se instruírem e educarem seus comportamentos. Como já destacado no item anterior, o chamamento da população negra era realizado constantemente por meio dos artigos da campanha veiculados pelo periódico *A Alvorada*.

Nesse sentido, cabe explicitar que o incitamento se trata de uma das ações dos articulistas para angariar o maior número de apoiadores possíveis a campanha direcionando-se tanto a grande parcela da população negra pelotense que era analfabeta e não possuía nenhum tipo de instrução, como aos poucos afro-pelotenses que pudessem juntar-se a sua causa por terem instrução e assim auxiliar na Educação dos demais. Esse

fato também ocorreu no texto escrito em 16 de setembro de 1934 e intitulado de “Porque Vacilais?”, o colaborador Padro Otrebla alerta para que a população negra não vacilasse, que atendesse ao pedido da Frente Negra Pelotense associando-se à entidade e apoiando a campanha e seus ideais.

Gente da epiderme de Montero Lopes, não vacilais em atender o chamado, de quem vos procura levar ao caminho do dever. A Frente Negra, brada pelo vosso nome para virdes com a adesão fortificar as nossas fileiras, para que ela possa amanha auxiliar vossos filhos, netos, irmãos, emfim todos vossos descendentes.

No excerto acima, o articulista procura evidenciar a importância da comunidade negra em apoiar e agremiar-se à Frente Negra Pelotense, pois na concepção dos articulistas esse era o dever dos afro-pelotenses para com o seu povo e seus descendentes. Além disso, foi possível observar que um dos projetos dessa entidade era fortalecer suas bases a fim de que, futuramente, pudesse continuar auxiliando a população negra local expandindo sua atuação.

O intelectual e articulista José Penny escrevia, em 07 de janeiro de 1934, por meio do artigo denominado “Desperta, Raça”, um apelo ao povo negro de Pelotas, especialmente aos “baluartes da raça”, para que comparecesse a uma assembleia na sede provisória ocupada pela FNP a fim de explicar as ideias defendidas pela entidade, bem como a proposta de trocar o nome desta para Frente Educacional Pelotense.

A Frente Negra Pelotense chama a postos todos os baluartes da raça, pois que hoje á tarde na sede provisoria sita a rua General Argolo 415, haverá uma grandiosa «Assembléia Geral Extraordinaria» para ser defendida por brilhantes intelectuais da comunhão negra Pelotense, o novo título que será dado a novel associação ora vitoriosa em todos os meios. Será defendido o nome **Frente Educacional Pelotense**, os motivos desta mudança serão esclarecidos logo a tarde (A ALVORADA, 1934, p. 1).

O artigo faz o chamamento para que a população negra despertasse para a sua realidade e para os propósitos da Campanha Pró-Educação, que eram defendidos pela FNP. A proposta para a mudança do nome de Frente Negra Pelotense para Frente Educacional Pelotense ocorreu em virtude da preocupação que a entidade tinha com a Educação da população negra. No entanto, Silva (2011, p. 148-149) explicita que a manutenção do nome “pode estar ligada à intenção da maior parte dos membros desejarem manter a ligação com a Frente Negra Brasileira, além de enfatizar seu caráter de identificação racial em torno do qual estavam engajados seus propulsores [...]”.

Ademais, no fragmento analisado, pude observar a presença de uma afirmação e engrandecimento étnico-racial quando a articulista coloca que a pauta seria defendida por “brilhantes intelectuais da comunhão negra pelotense”. Essa ação de enaltecimento e valorização, do pertencimento étnico-racial, era um instrumento utilizado pelos articulistas da Campanha Pró-Educação de combate ao racismo e a discriminação racial, bem como refutar o pensamento de inferioridade racial da comunidade negra.

No artigo intitulado “O Grande Dever”, publicado em 28 de outubro de 1934, o articulista de pseudônimo B. Conceição faz um apelo à população negra pelotense para que apoiasse a Campanha Pró-Educação e fizesse parte da Frente Negra Pelotense.

[...] um apêlo dirijo aos nossos irmãos de raça, a serrar fileiras em prôl da emancipação moral e intelectual da raça, promovendo tudo que for de nosso alcance dentro do brilhante programa da Frente Negra Pelotense. Aprender, estudar, instruir, é que é o ponto bassico, que todos nós temos que propagar numa campanha urgente que se faz sentir em todos os setores, para que seja uma realidade este grande movimento que se opera na raça de Patrocínio, Luiz Gama, Monteiro Lopes, Cruz e Souza, Alcides Bahia e muitos outros espoentes maximos que elevarão bem alto pelo talento e dedicação os nomes em nossos corações. Unimo-nos para sermos fortes, pois disperços não seremos nada, é tempo de agirmos pela nossa cultura, pela indepencia moral e intelectual de nossa raça, é nosso grande dever. Avante, frentenegrinos! (A ALVORADA, 1934, p.1).

Assim como no artigo anterior, aqui se pode observar o enaltecimento das propostas da FNP em busca da união e mobilização das organizações e entidades negras em torno de um mesmo ideal, a fim de promoverem a cultura e a independência moral e intelectual da comunidade negra pelotense. Em seguida, o autor cita nomes de pessoas negras que se destacaram, de alguma forma, no meio em que estavam inseridas como exemplo a ser seguido, o que, na minha interpretação, representa mais uma ação de demandas por Educação articulada dentro da campanha educacional.

Por um lado, a atuação da Frente Negra Pelotense, noticiada nos artigos da Campanha Pró-Educação era considerada como essencial quanto à articulação de uma rede de organizações negras em prol de um conjunto de demandas, assim como uma representação aglutinadora de ideais comuns do povo negro pelotense. Por outro lado, ficou evidenciado no corpus documental analisado, que a entidade foi alvo de críticas por parte de uma parcela da comunidade afro-pelotense, estendendo-se essa rejeição à própria Campanha Pró-Educação. Nesse sentido, é oportuno explicitar que tais fatores são interpretados como um tensionamento e uma fragilidade presente no cerne dessa campanha educacional.

Tais interpretações podem ser constatadas, por exemplo, com o excerto, a seguir, que foi retirado do artigo publicado em 09 de julho de 1933, de autoria de José Penny, cujo título era “F.N.P”. No artigo, o articulista explicita os ideais e propósitos da entidade, bem como a defende das críticas feitas por grupos contrários a esta rebatendo as acusações.

F.N.P não quer dizer desunião entre brancos e pretos como gritam aos quatro ventos diversos elementos perniciosos, que nunca fizeram nada pelos seus irmãos de raça. Não deis ouvidos aos ignorantes e ambiciosos que tudo desmoralizam, porque nada sabem... Perdoemo-los (A ALVORADA, 1933. P. 1).

A análise do trecho acima traz alguns elementos pertinentes para compreender esse cenário que também foi de tensionamentos.

Primeiro, de que a Frente Negra Pelotense e sua atuação na Campanha Pró-Educação podem ter sido consideradas, por uma parte da própria comunidade negra, como uma forma de separação e desunião entre negros e brancos, haja vista que, nesse momento histórico, a presença do mito da democracia racial era bastante presente. Logo, se negros e brancos eram iguais não havia necessidade, para alguns, da existência e propósitos da entidade.

Segundo a existência de um pequeno grupo letrado que não aderiu aos chamados da FNP, bem como direcionava críticas à organização, fato que pode ser percebido na expressão “como gritam aos quatro ventos diversos elementos perniciosos, que nunca fizeram nada pelos seus irmãos de raça”. Essas constatações podem ser observadas também em outros artigos, como, por exemplo, no texto intitulado “Imbecialidade” publicado em 19 de agosto de 1934 e escrito por uma articulista que utilizava o pseudônimo de “Ultima Romantica”. No texto, a articulista rebate a postura de um grupo de mulheres em relação à FNP, afirmando ser inadmissível que não compreendessem as ideias da entidade, e, que ao invés de perder tempo criticando-a, deveriam se esforçar para ajudar os demais.

Como é lamentavel, que algumas moças de nossa sociedade, tenham a incompreensão de criticarem a Frente Negra. Não vêem, que tratamos de nossa libertação? — E’ interessante, como algumas que se consideram socialistas, critiquem aos que procuram socialisar. A Frente Negra precisa sim, para sua direção, de elementos de valor, mas é preciso que compreendam que ela foi feita para todos nós. Procuramos levantar do lodo, os que nele vivem e tambem substituir a vaidade de muitos pelo gosto ao estudo, ao desenvolvimento mental. Ao envez da tão facil critica, dam-se



mais num pouquinho de trabalho e procurem compreender a utilidade de nossa mais util organização (A ALVORADA, 1934, p.1).

Outros pontos que a análise do excerto acima possibilita inferir, é que a articulista evidencia que, embora a presença de pessoas letradas e instruídas na FNP fosse importante, a entidade havia sido criada para todos “nós”, isto é, toda a população negra pelotense. Ao mesmo tempo, reforça que era preciso substituir a vaidade pelo desejo de educar-se e instruir-se, isto é, a autora deixou implícita que a vaidade, daqueles que têm instrução e não colaboram com os propósitos da campanha e da FNP, precisa ser substituída por outras posturas que fossem mais úteis à elevação da população negra e da própria organização. Ademais, reforça que a entidade buscava transformar, pela Educação, a situação da grande maioria do povo negro pelotense que vivia em condições precárias, o que pode ser percebido no emprego da expressão “levantar do lodo”.

No artigo publicado, em 02 de dezembro de 1934, com o título de “Reparos” a articulista Antonieta G. Avilla escreveu:

A Frente Negra é uma necessidade, pena que tal compreensão, não tenha a maioria dos negros [...] Os oradores da F.N.P são os portadores da verdade e das aspirações da raça. Nas nossas sociedades, os membros de diretoria nem podem agradecer a presença das famílias, porque os dansarinos não tem a Educação precisa, para ouvi-los. Isto é uma tristesa. A nossa pujante sociedade educacional, luta com sacrificio para um dia ver ilustrado o povo analfabeto e ignorante.

Nesse trecho, a colaboradora destaca que a maioria da população negra não tinha a compreensão da necessidade de atuação da Frente Negra Pelotense, afirmação esta que reforça a hipótese de que havia uma rejeição à organização também por parte da camada da população negra que não possuía instrução, ou seja, a grande maioria. Assim, a “punjante sociedade educacional” pretendia, em algum momento futuro, ver instruído e alfabetizado o povo negro.

Nesse sentido, reforço que no cerne da Campanha Pró-Educação houve tensionamentos entre o grupo de afrodescendentes letrados que eram os intelectuais e articulistas da Campanha Pró-Educação, e uma pequena camada letrada que foi criticada por esses articulistas porque se opunha à FNP e não apoiava a campanha. A partir da percepção exposta pelos articulistas, esse grupo oposicionista deixava de colaborar com a elevação moral e intelectual da comunidade negra e ainda rejeitava as ações de quem tomava alguma atitude em relação a esse contexto.

Desse modo, defendo a hipótese de que a camada de afrodescendentes letrados que não apoiava a Campanha Pró-Educação, o fazia também por conta de divergências ideológicas e disputas políticas. Ademais, reforço tal constatação, tendo em vista que a FNP pode ter sido interpretada, pelos seus opositores, como uma entidade separatista em vez de aglutinadora como pode ser observado no trecho, a seguir, do artigo publicado em 09 de julho de 1933 e de autoria de José Penny.

Ampareis a Frente Negra Pelotense que está fadada a destruir o preconceito de raças entre os brasileiros, e tereis dado um passo para a grandesa da cultura brasilica. — F. N. P. quer dizer união de brancos e pretos, pois o seu objetivo é espalhar a Luz e a Verdade entre a coletividade, lógo, separatismo racial em seu meio, existe só para quem deseja o mal dos seus semelhantes. — Frentenegrinos, não desanimeis da vossa obra [...] (A ALVORADA, 1933, p.1).

Para José Penny, as acusações de que a FNP objetivava o separatismo racial, não faziam sentido, pois o propósito a entidade e da Campanha Pró-Educação era a união entre pretos e brancos por meio da luz e da verdade. Ao utilizar a frase “separatismo racial em nosso meio, existe só para quem deseja o mal de seus semelhantes”, interpreto que o autor está deixando subentendido de que essas ideias referiam-se a quem se opunha à campanha.

Além disso, os artigos sugerem que a população negra pelotense, que era na sua maioria analfabeta e sem acesso à escolarização, pode não ter apoiado, massivamente, a campanha e a FNP, como já colocado anteriormente, pelo fato de não compreenderem os objetivos pretendidos pelo grupo ou por considerar que suas ações eram um “pedantismo” e soberba em relação ao restante da população negra pelotense.

O corpus documental possibilitou analisar uma parte da discussão, ou seja, a de quem produziu e articulou a Campanha Pró-Educação. Ao mesmo tempo, é por meio dos artigos escritos por esses articulistas, que busquei compreender de alguma forma a visão do grupo que se opunha à campanha educacional e à FNP, demonstrando a existência de divergências de pensamento e interpretando, ainda que de forma parcial, tais tensionamentos e fragilidades.

Outra ação de demanda por Educação presente nos artigos da Campanha Pró-Educação, era a publicação dos efeitos positivos/conquistas da Frente Negra Pelotense para a melhoria das condições de vida da comunidade negra e conquista da Educação. Tal aspecto pode ser analisado a partir do artigo, publicado em 25 de março de 1934, intitulado “Novas Tendencias” de autoria da articulista Suetania.

Com grande satisfação, é que venho notando na esfera social pelotense, a existência de novas tendências, á empolgar a ideia dos nossos atuais socialistas. Homens de certas responsabilidades e de posições destacadas na comuna, se congregam, e formam verdadeiras associações, que já nascem com um programa amplo, onde se destaca o culto ao livro, em primeiro lugar (A ALVORADA, 1934, p.1).

No fragmento acima, a articulista destaca a existência de novas tendências na esfera social pelotense, pois pessoas negras, com certo destaque e posição dentro da sociedade pelotense, passavam a criar associações cujo principal objetivo era à instrução do grupo. A autora deixa subentendido que a congregação da comunidade negra e a formação de associações com atenção prioritária à Educação seja uma vitória da atuação da Frente Negra Pelotense.

Em outro trecho, de um artigo já analisado anteriormente, o articulista Vargadas fala, em 30 de dezembro de 1934, dos esforços titânicos realizados pela FNP no sentido de unir homens e mulheres negras, ressaltando que tudo levava a crer que, em breve, teriam um número expressivo de pessoas ligadas à entidade e apoiando sua causa, bem como a campanha educacional.

A marcha progressiva da F. N. P., nos levam a crêr que mui breve teremos congregados baixo á sua bandeira, o maior numero possivel de descendentes da loginqua Africa. Os esforços inauditos dispendidos atualmente, pela nossa entidade maxima, é o espelho-refletor em que se devem mirar aqueles que, levados pelo desanimo e pela sua própria ignorancia, se deixam ficar comodamente nos seus esconderijos, fugindo á cultura da sua mentalidade e envergonhando a sua raça e sua nacionalidade. Mesmo assim, a luta tem sido titanica pelos pioneiros da F.N.P. no sentido de chamar ao seu seio os seus irmãos, muitos dos quaes até hoje se não apresentaram para dar a sua solidariedade, o seu concurso forte pelo elevamento da cultura, da Educação e costumes da nossa gente (A ALVORADA, 1934, p.1).

Ao mesmo tempo em que aborda os esforços e conquistas da FNP a articulista retoma um ponto presente em outros artigos, ou seja, de que ainda havia um grupo de pessoas de pertencimento étnico-racial acomodado diante da situação de precariedade da maior parte da comunidade negra.

Na data de 27 de janeiro de 1935, é publicado o artigo intitulado “Assombrosas Vitorias”, do qual não consegui identificar a autoria, que trata da admissão de jovens negros em escolas por ação da FNP, e, por conseguinte, uma conquista da Campanha Pró-Educação.

Monumentais — Únicas — Exclusivas — Invictas- Extraordinárias — Retumbantes — Sensacionais. Dr. Monteiro Lopes, o invicto decendente da raça negra nas Camaras brasileiras, conseguiu ha 25 anos passados, o ingresso de jovens da raça etiopica nos Ginasios Rio Grandenses, agora a Frente Negra Pelotense, consegue a matricula gratis de um jovem decendente da raça do imortal Juliano Moreira, no Ginasio Pelotense [...] Está sem precedentes nos arraiais da coletividade negra de Pelotas, a recente vitoria que esta agremiação conquistou, qual seja a Matricula Gratis no Ginasio Pelotense, instituto de ensino secundario equiparado ao Colegio Pedro II, para o jovem Raimundo Cupertino Xavier, cujos pais são pobres e não fazem parte do cadastro social do nobre centro de alcance magestoso no cenario social pelotense. A Frente Negra, encaminhando este jovem, cujos pais não são seus socios, demonstra o quanto é nobre e altivo seus ideais, pois, olha, nos entes humanos, a capacidade intelectual e moral, e não a mesquinhez da personalidade [...] ( A ALVORADA, 1935, p. 1).

Ao analisar o excerto, observei que a intenção da/do articulista era não só demonstrar os possíveis resultados da atuação da FNP na Campanha Pró-Educação, mas também de reiterar que a entidade lutava em prol de toda a comunidade negra pelotense indistintamente, sendo injustificáveis os ataques de seus opositores de que promovia a separação racial. Isso fica destacado no texto na passagem em que é descrito que o jovem negro admitido no Ginásio Pelotense por articulação da FNP não era sócio da entidade.

Foi possível analisar, também, a partir do corpus documental que se por um lado os articulistas criticavam fortemente as entidades recreativas que promoviam apenas bailes e festividades, pois não se preocupavam com o que realmente era importante, isto é, elevação intelectual e moral da comunidade negra; por outro, esses intelectuais divulgavam a integração e o nascedouro de entidades negras com os pressupostos da FNP e o apoio à campanha. No artigo denominado “Novas Tendencias” de autoria da articulista Suetania, já mencionado em páginas anteriores, fica evidenciada essa outra forma de articulação entre as entidades negras, especialmente os clubes negros, a FNP e a Campanha Pró-Educação.

Os noveis clubes sociais, óra nos seus primitivos dias de existencia, procuram unifica a mocidade inespiente e sonhadora, com a velhice experiente e moderadora. E tal, constitue um promissor indicio de que para muito breve, teremos entre nós, sociedades que não só honrarão seus membros, como constituirão o orgulho da Raça, e da Nação (A ALVORADA, 1935, p.1).

A autora destaca que certas entidades negras, neste caso os clubes, procuravam unificar a juventude negra com pessoas com mais experiência e que essa unificação era

um indício das “novas” propostas destes clubes ao priorizar não só as atividades bailantes e recreativas.

Essa visão também pode ser observada no último artigo da Campanha Pró-Educação, o qual não apresenta autoria, publicado em 25 de maio de 1935 com o título de “O dia 13 de Maio”. O texto abordou as comemorações pela passagem do dia 13 de maio, salientando a atuação da Frente Negra Pelotense com demais entidades em virtude da data.

Dia 13 de Maio! No horisonte, um sol igual ao do domingo 13 de Maio de 1988, surgia, soberano esplendente e espalhando pelo Brasil os raios auríficos da Liberdade! A manhã maravilhosa, encontrou o povo etiopico de Pelotas, cantando a gloria da sua Raça, e entoando o hino sagrado da Libertação! Os lares, dos decedentes da raça de Patrocínio, estavam em fésta. As sociedades prestavam continencia a grande e magna data, deixando tremular, flamantes em suas sédes, os seus vitoriosos pavilhões sociais. Atendendo o justa e patriotico apelo da Frente Negra Pelotense, lá estavam no mastro, as bandeiras do G. C. Chove e não molha, C. C. Está tudo certo, C. C. Fica aí pra ir dizendo, S. R. Depois da Chuva e do Esporte C. Juvenil (A ALVORADA, 1935, p.1).

A análise, do fragmento do artigo, permitiu constatar que algumas associações negras como, por exemplo, os clubes “*Chove e não molha*” e “*Fica aí para ir dizendo*” passaram a se articular com a FNP por compartilhar de seus ideais e objetivos, e, possivelmente, por não promover atividades voltadas apenas para recreação e divertimento. Sobre isso, Silva (2011, p. 4) explicita que havia evidências de membros que atuavam em diversas entidades negras, fato que se intensificou com a Frente Negra Pelotense nos anos de 1930. Nas palavras da autora,

Os artigos veiculados no A Alvorada assim como nos demais jornais locais e com o auxílio das atas de diretoria dos clubes Chove Não Molha e Fica Ahí P’ra Ir Dizendo fornecem indícios da participação de membros que atuavam em diferentes associações negras. Essa participação se intensificou na década de 30. Neste período, a FNP aparece como a associação unificadora da raça na cidade e já com respaldo não apenas regional como também nacional.

A utilização de exemplos de pessoas negras instruídas, com certa ascensão social, política e econômica para valorização do pertencimento étnico-racial negro, combate ao discurso de inferioridade racial eram frequentes nas páginas do jornal *A Alvorada*. Logo, uma parte dos artigos analisados, divulgava as conquistas de pessoas negras pela via da Educação, seja pelo ingresso e desempenho escolar, pela admissão em níveis mais elevados de ensino ou por noticiar formaturas.

Um desses artigos foi publicado em 13 de janeiro de 1935 com o título de “A juventude negra estudiosa”. O texto homenageia uma série de estudantes negros pelo seu desempenho escolar e formatura em diferentes níveis, entre eles o ensino superior. Além disso, no artigo, novamente, é possível perceber a crítica feita aos jovens negros que buscavam apenas a diversão em detrimento da Educação.

«A Alvorada» como porta voz em Pelotas, dos anseios das classes humildes, assim consideradas pelos poucos recursos financeiros de que são possuidoras, principalmente os elementos da raça negra, por quem geralmente, sempre, se interessou; não é sem tempo que se devia prestar esta singela, mas significativa homenagem aos moços estudiosos, descendentes dos heroicos martires de Palmares. Elementos estes que devem a posição intelectual que ocupam, mais aos esforços próprios do que aos recursos monetarios, pois é sabido quão limitados são aqueles recursos na população negra do Brasil. Jovens etiopicos, este veterano semanario, sente-se, assim como vossos pais, alegre e agradecido por ver o progresso por vós apresentado, sentindo-se feliz tambem, por ver como dia após dia engrossam as fileiras dos que procuram as aulas dos cursos elementares, secundarios e superiores, o que vem demonstrando não ser só o *samba, bailes diariamente e cordões carnavalescos*; que interessa a juvenil geração negra contemporânea [...] ( A ALVORADA, 1935).

Outro ponto destacado no texto, foi a falta de recursos financeiros que atingia, massivamente, a população negra em Pelotas. O que me leva à reflexão feita por Machado (2009) de que as dificuldades econômicas enfrentadas pela comunidade negra era um fator limitador para que esse grupo tivesse acesso à escolarização ou a algum tipo de instrução, reforçando o dualismo na Educação de um ensino para as camadas populares e outro para a elite.

No texto publicado em 07 de janeiro de 1934, o articulista José Penny escreveu:

[...] Não és inferior, como prova da tua capacidade mental, temos em Pelotas os grandes professores Francisco Paula Alves e Joaquim Alves da Fonseca, Dr. Ari Lopes Machado, bacharelado em Ciências Comerciais e pintos de grandes recursos e futura floria nacional, jovem Miguel Barros; 1º Tenente do exercito ora na escola de Intendencia no Rio, sr. Antonio Manoel de Souza; bacharelado em Ciências e Letras ha pouco formado pela nossa faculdade, jovem Alcindo Simões; academico do 4º ano do curso de Engenheiros Agronomos da veterana escola Eliseu Maciel, jovem Ernestino Lopes Machado; professoras. Faustina Lessa Pires, Ogenia Cupertino, Luiza Ferreria, a distina aluna do nosso Conservatorio de Musica jovem Mariana Lopes; a Normalista Adelaide Brito que o ano passado terminou o curso na escola Normal da Capital, e outras mentalidades que de momento não me recordo, mas que são uma gloria, tanto para a nossa querida Princesa do Sul, como para mostrar o valor e capacidade da raça ora tão mal compreendida. Acorda, ergue a cabeça, destolda teu cerebro que ainda está encoberto por nebulosas (A ALVORADA, 1934, p.1).

Interpreto a ação dos articulistas de utilizarem como exemplo a imagem de pessoas negras que se destacavam, como tentativa de reforçar à população negra o valor e o “poder” da Educação naquele contexto, sendo esta apresentada como a solução para os males desse grupo étnico-racial, bem como objetivando refutar a ideia de inferioridade racial do povo negro motivando-o a seguir os exemplos citados, enaltecendo os seus feitos.

Nesse tópico, apresentei a análise sobre as ações de demandas por Educação engendradas no cerne da Campanha Pró-Educação pelos articulistas que também tinham ligação com a Frente Negra Pelotense. Ao mesmo tempo, abordei os tensionamentos, fragilidades e motivações identificadas nessa campanha educacional e que a caracterizaram enquanto parte de uma tática da população negra em favor de uma de suas demandas, que foi e é a conquista da Educação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Tese teve como tema a Campanha Pró-Educação (1933-1935) que foi desenvolvida e veiculada pelo periódico da Imprensa Negra pelotense *A Alvorada*. Seu enfoque se deu a partir da análise das concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação, bem como as demandas por Educação mobilizadas nesse contexto, as motivações, tensionamentos e fragilidades. Para tanto, a problemática foi estruturada a partir das seguintes questões: Quais são as concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação (1933 a 1935) veiculada e desenvolvida pelo jornal *A Alvorada*? Como elas se relacionam com as vivências da população negra pelotense naquele período? Quais ações de demandas pela Educação foram mobilizadas pela Campanha Pró-Educação? Quais seriam suas possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades e em relação ao contexto educacional do período?

O Objetivo Geral foi, com base na noção de tática, compreender as concepções de Educação apresentadas na Campanha Pró-Educação (1933 a 1935) veiculada e desenvolvida no contexto do jornal *A Alvorada*, buscando analisar as possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades nesse contexto.

Os objetivos específicos foram: contextualizar o processo de construção da Campanha Pró-Educação e as possíveis motivações, tensionamentos e fragilidades, identificar as concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação durante o período de 1933 a 1935, e relacionar as ações de demandas por Educação mobilizadas na Campanha Pró-Educação às vivências da população negra pelotense do período.

A parte 1 contemplou a introdução da pesquisa na qual descrevi, brevemente, a minha trajetória acadêmica e os caminhos iniciais que levaram a desenvolver esse estudo. A minha trajetória é marcada pela atuação docente na educação básica como professora de História e pelo estudo acerca da educação para as relações étnico-raciais, história e culturas africanas e afro-brasileiras e história da educação da população negra no Brasil. Nesse sentido, há um entrelaçamento entre o espaço da escola e espaço acadêmico que me constituem enquanto professora pesquisadora. Juntamente a isso inúmeras inquietações e questionamentos sobre a educação da população negra e as possibilidades de compreender a Campanha Pró- Educação como um processo protagonizado pela comunidade negra pelotense, como uma ação de resistência e uma tática de demandas como a Educação me estimularam a seguir esse caminho que culminou com esta pesquisa.



O capítulo 2 contemplou uma discussão sobre os caminhos trilhados para a construção teórica e metodológica da pesquisa. Assim, inicialmente, apresentei um mapeamento dos estudos que constituíram a revisão acadêmica, o que possibilitou identificar algumas características do campo temático. Entre elas, que o número de estudos sobre a história da Educação da população negra no Brasil ainda é reduzido na área da Educação, embora tenha ocorrido uma ampliação das pesquisas nas últimas décadas também pelo ingresso de pesquisadoras e pesquisadores negros nestes espaços, levando a uma possível diversificação teórica e metodológica destes estudos. Além disso, que o uso da Imprensa Negra e de seus periódicos como fonte para estudos tem ocorrido apenas recentemente, e mesmo ainda pouco exploradas, ajudam a compreender não só a mobilização pela Educação, mas uma gama de aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos pela ótica do protagonismo da comunidade negra.

Neste capítulo, também, apresentei o embasamento da metodologia da análise documental e os procedimentos metodológicos utilizados na produção e análise dos dados. Para tanto, me amparei nos postulados teórico-metodológicos de Le Goff (1996) sobre as noções de documento, de Cellard (2012) sobre os procedimentos da análise documental, e Luca (2008) acerca do uso dos jornais enquanto fontes de pesquisa. Por fim abordei, brevemente, o campo empírico contextualizando o jornal *A Alvorada* e a Campanha Pró-Educação que foi desenvolvida e veiculada por esse periódico negro. Surgindo no início do século XX (1907), foi o principal porta-voz das demandas da população negra pelotense e da Imprensa Negra local, destacando-se como um dos jornais de maior longevidade e atuação da Imprensa Negra no RS. Foi pelas páginas desse jornal e da atuação de seus redatores e articulistas, que surgiu a Campanha Pró-Educação em janeiro de 1933, e cujos objetivos foram a conquista da Educação pela via da escolarização, alfabetização, instrução e moralização.

No capítulo 3, contextualizei o cenário educacional brasileiro do início da Primeira República até o início da Era Vargas, abordando, brevemente, as tentativas de reformas e reestruturação da Educação, o surgimento do Ministério da Educação, o crescimento do otimismo pedagógico e dos debates em torno da Educação entre escolanovistas e a ala conservadora. Posteriormente, neste mesmo capítulo, a discussão se deu em torno da Educação da população negra no recorte temporal supracitado. Assim busquei caracterizar a organização e Educação dos afrodescendentes em interface com a Educação no Brasil, Rio Grande do Sul e Pelotas. A discussão, tecida neste

capítulo, possibilitou compreender de forma mais ampla os dados produzidos e analisados acerca da Campanha Pró-Educação.

No capítulo 4, apresentei os resultados da pesquisa a partir das análises que tiveram como embasamento empírico um corpus documental constituído por artigos do jornal *A Alvorada*, especificamente aqueles que se referiam à Campanha Pró-Educação.

O corpus documental analisado foi formado por 52 textos que estavam em 44 edições, sendo 26 artigos em 17 edições no ano de 1933, 21 artigos em 20 edições no ano de 1934 e 6 artigos em 7 edições no ano de 1934. Cabe destacar que os articulistas José Penny, Rodolpho Xavier e Humberto de Freitas escreveram inúmeras edições que se destinaram à Campanha Pró-Educação o que possivelmente esteve ligado ao papel que estes desempenharam no periódico *A Alvorada*, assim como nos espaços e organizações de sociabilidade negra em Pelotas.

Outro ponto pertinente destacado foi a presença das mulheres como escritoras de artigos da Campanha Pró-Educação. Entre elas estavam Maria Pariz de Castro, Niomira Canto, Suetânia, Maria Luiza Torres, Antonieta Avilla. Desse modo, mesmo que, no período, as mulheres tivessem sua atuação restringida de inúmeras maneiras, sua participação como produtoras de parte dos textos analisados da Campanha Pró-Educação pode ser interpretada como um indício de que tivessem alguma instrução e atuação em espaços que hegemonicamente eram ocupados pelos homens.

Nessa esteira, analisei as concepções de Educação presentes na campanha que foram: instrução, alfabetização, escolarização e moralização, assim como as ações de demanda pela Educação, mobilizadas pelos articulistas, além das motivações, tensionamentos e fragilidades que a constituíram.

As concepções de Educação presentes na Campanha Pró-Educação foram instrução, alfabetização escolarização e moralização, o que posteriormente me levou a considerar estas categorias analíticas também como demandas defendidas pelo grupo de articulistas que engendraram tal campanha. Isso ocorreu pelo fato dos textos analisados apresentarem, constantemente, o combate ao analfabetismo, a busca pela instrução da comunidade negra, o acesso e a expansão da escolarização, assim como a moralização dos comportamentos e costumes deste grupo étnico-racial.

Estas demandas, que também faziam parte de um panorama mais amplo, motivaram a atuação desses articulistas na Campanha Pró-Educação que pelas páginas do jornal *A Alvorada* escreviam artigos que visavam à conscientização e Educação da população negra pelotense, a articulação da comunidade negra de Pelotas- RS, em torno

da luta por seus direitos, a denúncia da situação de precariedade e marginalização em que viviam, assim como do descaso do poder público com relação à Educação.

Nesse sentido, os articulistas da Campanha Pró- Educação concebiam a ideia de que a comunidade negra precisava se organizar e atuar por sua própria iniciativa, incentivando sua emancipação a fim de que outros grupos não assumissem esse papel. O que interpretei, a partir da análise documental, como uma possibilidade de união e aglutinação étnico-racial em torno de demandas defendidas pelos afrodescendentes, bem como uma resposta à situação de alijamento social, econômico e político vivenciado por eles, aprofundado pelo descaso do poder público.

A partir da análise, observei que, para a Campanha Pró-Educação, era essencial que a população afrodescendente reagisse em relação ao analfabetismo, tendo em vista que este era considerado um dos entraves para o desenvolvimento do país aos moldes de uma nação civilizada. Além disso, a presença do analfabetismo acentuava os estereótipos de inferioridade racial em relação ao povo negro, fortemente enraizados na mentalidade da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a defesa e busca pela instrução e alfabetização, pleiteada pela Campanha Pró-Educação, relacionou-se ao fato de que ser alfabetizado, naquele cenário, poderia definir os espaços ocupados, o acesso a empregos melhor remunerados, melhorias nas condições de vida, e seria um instrumento de luta política por direitos, conscientização e combate à exclusão racial. Por esses motivos, os articulistas da campanha realizaram por meio de seus artigos constates chamamentos à comunidade negra local pretendendo, inclusive, que houvesse participação e colaboração de mulheres e homens negros letrados, pois estes podiam colaborar com as pretensões da campanha e representavam um exemplo a ser seguido pelos demais.

Do mesmo modo, incentivavam as entidades negras para que promovessem cursos de instrução e alfabetização criticando aquelas que visavam apenas às atividades recreativas. Tendo em vista que para os articulistas e intelectuais da Campanha Pró-Educação a Educação era apresentada como uma forma de engrandecimento do Brasil e da população negra brasileira, pois nesse contexto a inexistência de instrução e estudo acentuava a condição de marginalização dos afrodescendentes dentro da sociedade. É pertinente destacar que muitos textos que compuseram o corpus documental analisado abordavam a importância da comunidade negra no desenvolvimento do Brasil. Assim, para se tornar uma nação desenvolvida o Brasil também necessitava de sua presença e para isso era preciso que se instruissem.

Os intelectuais e articulistas que escreviam os artigos da Campanha Pró-Educação defendiam que se a população negra estivesse instruída tomaria conhecimento dos seus direitos e deveres e que, sabendo defendê-los, se encaminhariam para a busca da sua cidadania plena. Em alguns textos analisados, por exemplo, era reiterada que a classe operária poderia, por meio da instrução, adquirir essa habilidade de pleitear e ocupar espaços, inclusive políticos, dos quais a população negra era excluída.

A análise da campanha permitiu constatar que o tipo de instrução defendida pela Campanha Pró-Educação estava associada à formação para a inserção no mercado de trabalho que, naquele momento, passava por transformações num contexto urbano industrial. Assim, houveram inúmeras críticas feitas por alguns articulistas em relação a um tipo de instrução de tradição bacharelesca, que aprofundava a dualidade educacional e fortemente restringida a uma elite da qual não fazia parte a comunidade negra pelotense.

A análise que fiz dos excertos, me levou a concluir que a mobilização pelo acesso e expansão da escolarização, pleiteada pela Campanha Pró-Educação, era concebida como fundamental por seus articulistas, tendo em vista a elevação intelectual e moral da população negra. Assim, mesmo que a legislação não proibisse o acesso da comunidade negra às instituições escolares, havia um conjunto de fatores limitantes que a impossibilitava e os quais foram abordados e denunciados por meio dos artigos da campanha como, por exemplo, a falta de recursos financeiros, a falta de escolas, o descaso do poder público e o racismo.

Esse panorama somado às transformações econômicas promovidas pelo processo de industrialização, que exigia maior formação para o mercado de trabalho, e as pretensões de ascensão socioeconômica e política, acabaram impulsionando a população negra a criar suas próprias escolas e pleitear o acesso a esses espaços. Desse modo, observei que, por meio dos artigos da Campanha Pró-Educação, os articulistas denunciavam a limitação de acesso das pessoas negras às escolas, ginásios e academias, por estas instituições criarem impedimentos para recebê-las, ao mesmo tempo em que faziam recorrentes incitamentos às famílias negras para que enviassem as crianças às escolas, e que a juventude negra preconizasse a instrução e a formação moral em detrimento dos bailes e atividades consideradas imorais.

A moralização dos comportamentos também foi uma das concepções de Educação da Campanha Pró-Educação, o que pude comprovar pela recorrência em que

a temática aparecia nos textos e as constantes tentativas dos articulistas de estabelecerem padrões de comportamento e condutas a serem seguidas. Sobre a moralização dos comportamentos e condutas propaladas na Campanha Pró-Educação, pude verificar que os textos apresentaram críticas às condutas inadequadas que não se enquadravam numa lógica então considerada civilizada de sociedade. Nesse sentido, os articulistas combatiam a prática de jogos, o uso de bebidas alcoólicas e as festividades excessivas, pois concebiam que eram as causas da imoralidade da sociedade e do aprofundamento das condições degradantes as quais estava exposta grande parte da população negra pelotense.

Foi possível constatar que inúmeros artigos traziam os aconselhamentos com intuito de conscientizar a juventude negra para que se mantivesse afastada de lugares que levassem à prática da vadiagem e dos vícios. Nessa esteira, comumente divulgavam, inclusive por meio de colunas, as práticas imorais de pessoas negras nos espaços sociais com o objetivo de alertar para o que era considerado um bom ou mau comportamento, apontavam, ainda, para os malefícios do alcoolismo que levava a degradação moral, social e mental dos indivíduos e à prática da criminalidade.

Embora o controle do comportamento social, nesse período, tenha sido direcionado à sociedade em geral, no caso da população negra, ele se tornou ainda mais aprofundado. Nesse sentido, pelo arcaibouço de documentos analisados, observei que a pretensão de Campanha Pró-Educação de educar moralmente, a comunidade negra pelotense, estava ligada ao fato de que esta era alvo de estereótipos de degeneração e atraso. Em contrapartida, mesmo que os articulistas denunciasses a discriminação racial enfrentada pela comunidade negra na sociedade pelotense, eles buscavam por meio da Educação moral sua inserção dentro dessa sociedade, pois consideravam que assim conseguiriam a manutenção de seus direitos e a conquista da cidadania.

Com base nas interpretações feitas, a partir do corpus documental, foram identificados e analisados alguns tensionamentos, motivações e fragilidades no cerne da Campanha Pró-Educação. Nessa esteira, o surgimento da Frente Negra Pelotense, no contexto desta campanha, foi entendido como uma ação de articulação que pretendeu unificar as entidades negras mobilizando-as em prol da Educação e de outras demandas da população negra pelotense. Tal constatação foi amparada nos argumentos presentes nos artigos da Campanha Pró-Educação, haja vista que os articulistas solicitavam, em inúmeros artigos, que a população negra colaborasse agremiando-se à Frente Negra Pelotense. Esses chamamentos foram direcionados tanto ao conjunto da população

negra pelotense que não tinha instrução como a um pequeno grupo letrado de afrodescendentes. Estes últimos foram interpretados como uma ação dos articulistas que buscou não só o apoio à entidade, mas também à campanha educacional.

O enaltecimento de homens e mulheres negras que tinham instrução e que pela Educação obtiveram elevação social, econômica e política, também, foi uma ação realizada na Campanha Pró-Educação. Assim, alguns artigos analisados noticiaram o desempenho escolar, as formaturas e admissão em níveis diferentes de ensino dessas pessoas, sendo que sua imagem servia como instrumento de engrandecimento e valorização da comunidade negra e contribuía para refutar o pensamento predominante de inferioridade racial desse grupo.

A publicação dos efeitos e conquistas da atuação da Frente Negra Pelotense, nos artigos da Campanha Pró-Educação, foi outra ação empreendida com a finalidade de reforçar o caráter aglutinador da entidade e de responder à retórica de seus opositores que a acusavam de ser separatista, buscando agregar o maior número de pessoas em torno dos seus pressupostos. Foi possível perceber também que, se por um lado, a Campanha Pró-Educação criticou veementemente as entidades negras que não prestavam seu apoio à Educação; por outro lado, os articulistas também ocupavam espaços em outras associações negras, o que possibilitou uma articulação, por exemplo, da Frente Negra Pelotense com diferentes associações, inclusive recreativas e carnavalescas, a fim de se unirem e se organizarem em favor das necessidades do povo negro.

Contudo, as evidências apontaram para a existência de tensionamentos entre os articulistas da Campanha Pró-Educação e um pequeno grupo de afrodescendentes letrados que foi fortemente criticado em virtude de se opor à FNP e à campanha educacional. Nesse sentido, minha hipótese é de que a falta de adesão e incentivo à Campanha Pró-Educação ocorreu em virtude de divergências políticas e ideológicas existentes entre esses dois grupos.

Por outro lado, observei que não houve uma adesão massiva da população negra pelotense à campanha e a FNP, tendo em vista que, segundo a visão dos articulistas, havia o desconhecimento das reais intenções da entidade e da Campanha Pró-Educação por parte dessas pessoas, ao passo que os opositores a consideravam uma atitude de soberba por parte destes intelectuais. Desse modo, a fragilidade encontrou-se na dificuldade de aglutinar um maior número de pessoas, o que pode representou a presença de divergências de ideologias, bem como disputas e tensionamentos que não se

restringiram apenas ao campo da Educação, mas também às concepções políticas e econômicas.

Diante do exposto, defendo a Tese de que Campanha Pró-Educação, engendrada pelo periódico negro *A Alvorada*, pode ser considerada como tática em prol da Educação da população negra, num contexto de outras tantas mobilizações deste grupo étnico-racial na busca pelos seus direitos. Nesse sentido, esta campanha educacional constituiu-se como uma forma de articulação de um grupo de afrodescendentes para a conquista da instrução, alfabetização, escolarização e moralização dos comportamentos da comunidade negra, buscando a ampliação dos espaços de participação social, econômica e política da população afro-pelotense. Da mesma forma que demanda o reconhecimento de sua contribuição histórica e de seus direitos de cidadania, em uma sociedade, fortemente, marcada por estratégias que legitimam o racismo e a exclusão social.

## 6. REFERÊNCIAS

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. O JAGUARENSE NO JORNAL A ALVORADA (1932-1934): IMPRENSA NEGRA E POLÍTICA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI. **MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA**, Caxias do Sul, v. 19, n. 37, p. 54-79, 2020. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9320>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ALMEIDA, Marco Antonio Betinne de. ; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1459/500>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

ARAÚJO, Márcia Luiza Pires de. **A escola primária da Frente Negra Brasileira em São Paulo (1931- 1937)**. São Paulo: Ação Educativa, 2007. p. 42.

ARAUJO, Valmir Teixeira de. O PAPEL DA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA. **Revista ALTERJOR**, São Paulo, v. 2, n. 2, ed. 20, p. 212-228, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/157190/154463>>. Acesso em: 25 set. 2020.

ARENDDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 352 p.

BALLADARES, Ângela Pereira Oliveira. Memórias de Pelotas na imprensa negra: o olhar de Rodolfo Xavier em A Alvorada. In: **IV COPENESUL**, 4., 2019, Jaguarão. Anais eletrônicos do IV COPENESUL. Jaguarão. 2019. p. 1-13. Disponível em: <[https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1565820760\\_ARQUIVO\\_92f3407a32307c0abbbcc79c428cfec8.pdf](https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1565820760_ARQUIVO_92f3407a32307c0abbbcc79c428cfec8.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista: um olhar sobre as formas de tratamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 151 p. ISBN 978-85-7983-104-1. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/2bg5k/pdf/balsalobre-9788579831041.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de; FONSECA, Marcus Vinícius da (org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. 1. ed. Niterói: EdUFF, 2016. 442 p. v. 1.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de; FONSECA, Marcus Vinícius da. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. In: BARROS, Surya Aaronovich Pombo. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. 1. ed. Niterói: EdUFF, 2016. v. 1, p. 51 - 72.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org). **O ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL**. Vitória: Virtual Livros, 2015.



BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. **Revista História da Educação**, Porto Alegre - RS, v. 15, n. 23, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/20110/11675>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

BILHÃO, Isabel Aparecida. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 20, n. 2, p. 176-184, 2016. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2016.202.04/5439>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

BILHÃO, Isabel. "Trabalhadores do Brasil!": as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. **Revista Brasileira de História**. v. 31, n. 62, p.71-92, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a06v31n62.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. de 2019.

BILHÃO, Isabel. "Informar" para "formar" – reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v. 16, n. 24, p. 138-156, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/P.22378871.2015v16n24p138/7966>>. Acesso em: 15 de dez. de 2019.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O ANALFABETISMO NO BRASIL: LIÇÕES DA HISTÓRIA. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara - SP, v. 21, n. 1, p. 24-46, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.1.2017.9986>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. Lei no 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 18 de jan. 2020.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas). Pelotas, 2014.

CAMPOS, Francisco. Exposição de Motivos. In: **BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Organização do Ensino Secundário**. Porto Alegre: Livraria G obo, 1933. p. 5-10.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. 176 p.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher Negra: Política Governamental e a Mulher**. 2. ed. Barueri: Nobel, 1985. 142 p.

CARVALHO, Gilmar Luíz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências.** Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2009.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 464 p.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 492 p.

CERTEAU, Michel de. Artes de fazer: **A invenção do cotidiano.** 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1990. 351 p.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Romão, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 21-31 p. ISBN - 85-296-0038-X. Disponível em: <[http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia\\_educacao\\_negro.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2018.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. A FRENTE NEGRA BRASILEIRA: INSTITUCIONALIZAÇÃO, CONTESTAÇÃO E FASCISMO. **PRÁXIS COMUNAL**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 109-124, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/praxiscomunal/article/view/20010>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90 (UFRGS. Impresso)**, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18932/11021>> Acesso em: 13 de jun. de 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12 n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.> Acesso em: 26 mai. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, v. 39, n. 138, p. 963-994, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n138/v39n138a14.pdf>> Acesso em: 13 de jun. de 2019.

DOMINGUES, Petrônio. TUDO PELO BRASIL; TUDO PELA RAÇA-: A FRENTE NEGRA CARIOCA. **ESTUDOS HISTÓRICOS**, v. 31, p. 327-348, p. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/eh/v31n65/2178-1494-eh-31-65-327.pdf>> Acesso em: 13 de jun. de 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf>> Acesso em: 26 mai. 2018.

ESCOBAR, Giane Vargas; MORAES, Ana Luiza Coiro. CLUBES SOCIAIS NEGROS: MEMÓRIA E AÇÕES PARA O RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO. *In: PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. Os Clubes Sociais Negros no Estado do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. cap. 1, p. 21-44. ISBN 978-85-7566-497-1. Disponível em: <[https://ppgdjs.furg.br/images/Paixao2017\\_Clubes.pdf](https://ppgdjs.furg.br/images/Paixao2017_Clubes.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2020.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson Silva. (Org.). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. 1ed. Campinas: Alínea, 2012, p. 52-71.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Cia das Letras, 2006. 264 p.

FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire; TERUYA, Tereza Kazuko. O negro no pensamento educacional brasileiro durante a Primeira República (1889-1930). **Revista HISTEDBR on line**, Campinas, nº 27, p. 210-225, 2007. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7)>. Acesso em: 16 jul. 2015

FERREIRA, Ana Emilia Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos. Henrique. . Escolarização e Analfabetismo no Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890\_1930). *In: XII Encontro de pesquisa em Educação / Centro Oeste, 2014, Goiânia. Escolarização e analfabetismo no Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930)*. Goiânia: UFG, 2014. p. 1-12.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição de escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 320 p.

GOMES, Arilson do Santos. ASSUNTOS LEVANTADOS E REGISTRADOS: INFORMAÇÕES E IMAGENS EM TRÊS JORNAIS DE PORTO ALEGRE SOBRE O PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO NEGRO REALIZADO NO ANO DE 1958. **OPIS**, Goiânia-GO, v. 7, n. 9, p. 357-372, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opis/article/view/9349/6441>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONÇALVES, Luís Alberto. Negros e Educação no Brasil. *In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). 500 ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a07.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LAZZARATO, Maurício. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 272 p.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LONER, Beatriz Ana. Negros: Organização e Luta em Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v.5, p.7-27, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12080>>. Acesso em: 13 set. 2018.

LONER, Beatriz Ana. NEGROS: ORGANIZAÇÃO E LUTA EM PELOTAS. **História em Revista**, Pelotas-RS, v. 5, p. 1-17, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12080/7624>>. Acesso em: 7 set. 2019.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. ORGANIZAÇÃO NEGRA EM PELOTAS: CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO (1870-1950). In: **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 3., 2007, Florianópolis-SC. Anais eletrônicos do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis-SC, 2007. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/beatriz%20ana%20loner%20e%20lorena%20almeida%20gill.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 133-152, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/08.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111- 154

LUCAS, Kadine Teixeira. **“Pelo progresso do paiz”: projetos para a educação de ingênuos na imprensa paulista em fins do século XIX**. Dissertação (Mestrado-Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 2016.

LUCINDO, Willian Robson Soares. A vontade também consola: a formação da esfera pública letrada de Afrodescendente e o debate sobre a educação. In: FONSECA, Marcos Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL**. Niterói: EdUFF, 2016. cap. 12, p. 305-328.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo, 1918-1931)**. Dissertação

(Mestrado- Programa de Pós- Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina), Florianópolis, 2010.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2013. 116 p.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo) São Paulo, 2009.

MAIA, Andréa Casa Nova. Representações da crise de 1929 da imprensa brasileira: relações entre história, mídia e cultura. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 217-245, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v29n49/a11v29n49.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MARTINS, Ana Luiza. **República: um outro olhar**. São Paulo: Contexto, 1997. 82 p.

MAY, Tim. Pesquisa documental: escavações e evidências. In: MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artemed, 2004, 206-230 p. ISBN - 9788536301990.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Ed. Unicamp/Boitempo, 2002. 1104 p.

MILLS, Wright. Sobre o artesanato intelectual. In: MILLS, Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 96 p.

MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1990. 80 p.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. 336 p.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Cultura em Movimento**: Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. 1 ed. São Paulo: Summus, 2008. 312 p.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920- 1935**. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas). Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. ASPECTOS SOBRE O PERCURSO HISTÓRICO DO JORNAL ENQUANTO FONTE PARA A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA: O CASO DA IMPRENSA NEGRA SULINA COM BASE NO O EXEMPLO E A ALVORADA. **História em Revista**, Pelotas, v. 21, p. 86-101, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/15959/10014>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

PAIXÃO, Cassiane de Freitas; SPOLLE, Marcus Vinicius. CLUBES SOCIAIS NEGROS NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE (RS): UM PERÍODO DE “FESTAS” E “LIBERDADE”. In: PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. (org.). **Os Clubes Sociais Negros no Estado do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio Grande:

Editora da FURG, 2017. cap. 7, p. 179-190. ISBN 978-85-7566-497-1. Disponível em: <[https://ppgdjs.furg.br/images/Paixao2017\\_Clubes.pdf](https://ppgdjs.furg.br/images/Paixao2017_Clubes.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2020.

PEREIRA, José Galdino. **Os Negros e a Construção de sua Cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas – 1896 à 1914.** Dissertação (Mestrado- Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas). Campinas-SP, 2001.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **A África está em nós: História e Cultura Afro-Brasileira.** João Pessoa: Editora Grafset, 2012. 216 p.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes: A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 76-102, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38723>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

POLETTI, Ronaldo. **CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 1934.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p. v. 3. ISBN: 978-85-7018-426-9. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v3\\_1934.pdf?sequence=10&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf?sequence=10&isAllowed=y)>. Acesso em: 21 mai. 2020.

RIBEIRO, Betânia O. Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. EDUCAÇÃO E DOMÍNIO: ESCOLA COMO ILUSÃO DE INCLUSÃO SOCIAL DO “NEGRO” NO BRASIL DA DÉCADA DE 1930. **Cadernos de História da Educação, Uberlândia**, v. 9, n. 2, p. 363-375, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11451/6714>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

RIBEIRO, Jonatas Roque. VOU APRENDER A LER PRA ENSINAR MEUS CAMARADAS: ASSOCIATIVISMO NEGRO E EDUCAÇÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO. **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba-PR, v. 2, n. 5, p. 53-75, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/57881/35735>>. Acesso em: 7 set. 2019.

ROMÃO, Jeruse. **História da educação do negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 278 p. ISBN - 85-296-0038-X. Disponível em: <[http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia\\_educacao\\_negro.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SALES, Eliana Cardoso. **ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO SOBRE ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM TRABALHADORES DO SETOR DE SERVIÇOS.** Tese (Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia). Salvador, 2009.

SALES, Ricardo Ramos. **A Imprensa Negra Paulista e a educação: um movimento de resistência?.** Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade de São Paulo). São Paulo, 2014.

SANTOS, José Antônio dos. Raiou “A Alvorada”: **Intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)**. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou “A Alvorada”**: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Dissertação (Mestrado- Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Leandro José. Apontamentos sobre a identidade mediada em Raça Brasil: fragmentos de uma imprensa negra. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 19, p. 1-11, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/6029/4612>>. Acesso em: 13 set. 2018.

SANTOS, Leandro José. ESCRITOS NEGROS: NOTA SOBRE EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA IMPRENSA NEGRA DE ONTEM E DE HOJE. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 14 e 15, p. 99-112, 2010/2011. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5164/4229>>. Acesso em: 13 set. 2018.

SANTOS, Pedro de Souza. **Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo (1915-1937)**. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Francisco). São Paulo, 2007.

SANTOS. José Antônio dos. **A Imprensa negra**: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros. Disponível em: <<https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/DPd9RyZSQNWggU1UlmIZVw/content/josesantos.pdf%20%20A%20Voz%20da%20Ra%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2018.

SANTOS. José Antônio dos. **Intelectuais negros e imprensa no Brasil meridional. Ìrohìm**. Brasília, n. 16, 2006.

SANTOS. José Antônio dos. **Prisioneiros da História**: trajetórias de intelectuais na imprensa negra Meridional. Tese (Doutorado- Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2011.

SANTOS. José Antônio dos. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. **Historiae**. Rio Grande, v. 2, n. 3, p.143-160, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2615/1426>> Acesso em: 31 ago. 2019.

SANTOS. José Antônio dos. **Raiou a Alvorada**: Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). Pelotas. Ed. Universitária, 2003.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 208.

SGARBOSA, Livia. **O COLÉGIO SÃO BENEDITO E A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA EM CAMPINAS-SP NO INÍCIO DO SÉCULO XX**. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos). São Carlos, 2018.

SILVA, Fátima Aparecida. **A Frente Negra Pernambucana e sua proposta de Educação para a população negra na ótica de um de seus fundadores: José Vicente Rodrigues Lima- Década de 30**. Tese (Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará). Fortaleza, 2008.

SILVA, Fátima Aparecida. FRENTE NEGRA PERNAMBUCANA: VISÃO CRÍTICA SOBRE A AUSÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA NOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO DÉCADA 1930. **Revista Fórum Identidades**, Aracaju-SE, v. 7, n. 7, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1767>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

SILVA, Fernanda de Oliveira. A busca por uma unidade identitária negra em terras sulinas no pós-abolição. In: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 2011, São Paulo. Anais eletrônicos do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-714 Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313005512\\_ARQUIVO\\_Abuscap\\_Orumaunidadeidentitarianegraemterrassulinasnopos-Abolicao.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313005512_ARQUIVO_Abuscap_Orumaunidadeidentitarianegraemterrassulinasnopos-Abolicao.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **ALÉM DA SOCIABILIDADE: IDENTIDADE E RACIALIZAÇÃO NOS CLUBES SOCIAIS NEGROS DE PELOTAS NO PÓS-ABOLIÇÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)**. In: PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C (org.). **Os Clubes Sociais Negros no Estado do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. cap. 2, p. 45-74. ISBN 978-85-7566-497-1. Disponível em: <<http://www.ppgd.furg.br>>. Acesso em: 8 fev. 2020.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2011.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**.



**Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2005. p. 65-78. ISBN - 85-296-0038-X. Disponível em: <[http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia\\_educacao\\_negro.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2018.

SILVA, Giuslane Francisca da. TRAJETÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA NUCLEAR NO BRASIL. **Revista Labirinto**, Porto Velho, v. 22, p. 361-378, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/1104/1437>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

SILVA, Mozart Linhares da; SKOLAUDE, Mateus Silva. 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934), biopolítica e democracia racial: implicações na educação contemporânea. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio Grande-RS, v. 12, n. 23, p. 331-356, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10840>>. Acesso em: 7 set. 2020.

SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 496.

SKOLAUDE, Mateus Silva. Raça e Nação em disputa: Debates Identitários Luso-Brasileiros (1934). Lisboa: Novas Edições Acadêmicas, 2017. 268 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999. 502 p.

SOUZA, Paulo André de. AVANÇOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA GARANTIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934. In: **XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR**, 24., 2016, Maringá. Anais eletrônicos do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR. Maringá. 2016. p. 1363-1380. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e\\_6/6-005.pdf](http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-005.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2020.

SOUZA, Rosângela Ferreira de. **Pelas páginas dos jornais: recortes indentityários e escolarização social do negro em São Paulo (1920-1940)**. Tese (Doutorado- Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2013.

VARGAS, Emiliana. **OS DISCURSOS DE VARGAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL DE 1930 A 1940**. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis, 2007.

VIEIRA, Bianca. **Mulheres negras no Brasil: trabalho, família e lugares sociais**. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas). Campinas-SP, 2018.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 65, p.

19-34, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/53670/33227>>. Acesso em: 12 set. 2020.

VIEIRA, Suzane da Rocha. UMA REFLEXÃO ACERCA DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil**, 7., 2006, Campinas. Anais eletrônicos do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas. 2006. p. 201. Disponível em: <<https://livrozilla.com/doc/1499231/vii-semin%C3%A1rio-nacional-de-estudos-e-pesquisas>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Ser “moreno”, ser “negro”: memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 409 – 428, 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862013000200008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862013000200008&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 27 jun. 2019

WESCHENFELDER, Viviane Inês. **A produção do sujeito negro: uma analítica das verdades que circulam em Venâncio Aires, RS**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos). São Leopoldo, 2012.

XAVIER, Libânia Nacif. **PARA ALÉM DO CAMPO EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2012. 113 p.

ZAPPAROLI, Irene Domenes. ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO E O OTIMISMO PEDAGÓGICO ANPUH. In: **XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 23., 2005, Londrina. Anais eletrônicos do XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina: ANPUH-PR, 2005. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.0452.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.